UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PROJEÇÕES URBANAS

Um Estudo sobre as Formas de Representação e Mobilização do Tempo na Construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília

Cristiano Alencar Arrais
Orientador: João Pinto Furtado

Belo Horizonte, 2008

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

CRISTIANO ALENCAR ARRAIS

PROJEÇÕES URBANAS

Um Estudo sobre as Formas de Representação e Mobilização do Tempo na Construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, sob a orientação do professor doutor João Pinto Furtado.
Área de Concentração: História, Tradição e Modernidade: política, cultura e trabalho
Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Belo Horizonte, 2008

CRISTIANO ALENCAR ARRAIS

PROJEÇÕES URBANAS

Um Estudo sobre as Formas de Representação e Mobilização do Tempo na Construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora em _____ de _____ de 2008 com a menção _____.

Banca Examinadora constituída pelos professores:

_____
Prof. Dr. João Pinto Furtado
UFMG – Presidente

_____
Prof. Dr. Alcides Freire Ramos
UFU – Membro

_____
Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva
UFG – Membro

_____
Profª Drª Eliana Dutra
UFMG – Membro

_____
Prof. Dr. José Carlos Reis
UFMG – Membro

Para Graciella, meu
Norte.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos últimos anos, muitas foram as pessoas que compartilharam comigo muitas das preocupações e dos interesses que deram origem a este trabalho. É preciso, portanto, fazer as vezes àqueles de efetivamente merecem:

Em primeiro lugar, o professor João Pinto Furtado, sempre aquiescente nos momentos necessários e, principalmente, na reta final da conclusão desta pesquisa: as virtudes deste trabalho são nossas, os erros são meus. As diversas instituições de pesquisa e seus profissionais – em especial, o Arquivo Público Estadual, em Goiânia e o Museu Histórico Abílio Barreto – que facilitaram meu acesso à documentação e funcionaram como verdadeira fonte de diálogo deste estudo. Em Brasília, os arquitetos Antônio Carlos Carpintero e Tony Malheiros foram importantes fontes de aprendizado quanto aos princípios urbanísticos da nova capital federal. Em Belo Horizonte, o apoio logístico de Marcelo Stefens, companheiro de turma, foi fundamental. Alem disso, a CAPES concedeu com uma bolsa de estudos que, por um ano, forneceu o apoio financeiro necessário às constantes viagens entre Goiânia, Belo Horizonte e Brasília. Os colegas da UFG, pelo apoio e a compreensão em relação à reduzida participação na vida acadêmica do departamento de História.

A importância dos amigos, *lord* Ademir Luiz, Eliézer Cardoso, Carlos Oiti e Julio Bentivoglio não pode ser aqui dimensionada. Mas estão cristalizados em nossos compromissos do passado e projetos futuros.

> Nos últimos anos, meu circulo familiar aumentou substancialmente. Além das pessoas queridas que normalmente suportam e compreendem meus silêncios, minhas ausências e imprecações, fornecendo apoio e incentivo, outras aceitaram incondicionalmente a difícil tarefa de conviver com meu gênio pouco sociável. Cada um a seu modo ensinou-me que as coisas realmente importantes não estão impressas no currículo.
>
> *Pai*, *mãe*, a vocês, meu amor.

Fausto:
Estar numa terra livre, entre povo livre!
A tal momento poderia dizer
“Permanece, és tão belo!
E a marca de meus dias terrenos
Resistiria à passagem de séculos!” –
Do antegozo de tal felicidade
Vivo agora o mais alto momento ...
Mefisto:
Nenhum prazer o satisfez, nem fortuna bastou-lhe,
E assim cortejou variadas miragens;
O último, vazio e amargo momento
Desejou o infeliz preservar.
Quem a mim resistiu tão tenazmente
O tempo derrotou: aqui o velho jaz na areia!
O relógio pára ...”
Goethe, J. W. *Fausto*. 1999.

RESUMO

Este trabalho concentra-se no problema das formas de representação e mobilização da experiência do tempo. Para tanto, tomo como *lócus* de estudo o processo de planejamento e construção de três cidades-capitais: Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, de 1897, Goiânia, capital do estado de Goiás, de 1942 e Brasília, a capital federal, inaugurada em 1960. A avaliação e reconstrução dos conceitos de tempo – um produto social capaz de indicar a forma como os indivíduos compreendem e constroem sua relação com o mundo – e narrativa – como necessidade ontológica-explicativa e mecanismo de orientação visando a constituição ou fortalecimento do consenso – funcionaram como ferramentas heurísticas para uma aproximação dos horizontes de expectativa implícitos na documentação utilizada: obras *históricas* – entendidas aqui como formas de reconstrução do passado lingüisticamente concretizadas – produzidas no período de construção das três novas capitais (*Traços históricos e descriptivos de Bello Horizonte*, de 1897, *Como nasceu Goiânia*, de 1938 e *Coleção Brasília*, de 1960) e a documentação técnica-urbanística originada de seus respectivos processos de planejamento e construção. Na primeira parte procuro enfatizar os procedimentos retóricos e as bases reconstrutivas com as quais se serve cada uma daquelas obras históricas: como memória, como verdade documental e como reconstrução intelectual. Na segunda parte procuro identificar os modos de composição narrativa implícitos no pensamento técnico-urbanístico que cercava cada uma das novas capitais e na forma como os mesmos foram utilizados para representar seu próprio tempo e mobilizar idéias, emoções e os indivíduos. Essas expectativas, projetadas e fixadas nessa documentação foram capazes de cristalizar um determinado sentido para o seu próprio tempo e influenciar a forma como o mesmo foi compreendido e experimentado.

ABSTRACT

This paper encompasses the issue on the ways of representation and mobilization of experience one has with time. To do so, I have taken the process of planning and building of three capital-cities in Brazil as the *locus* of study: Belo Horizonte (1987), capital of Minas Gerais State; Goiânia (1942), capital of Goiás State; and Brasília, capital of Brazil, inaugurated in 1960. The evaluation and reconstruction of the concepts of time - a social product that is able to indicate the way individuals comprehend and create their relationship with the world -, and narrative - as an ontological-explanatory necessity and mechanism of orientation aiming the constitution or strengthening of consensus - have worked as heuristic tools for an approximation of expectation horizons implicit in the documentation utilized: historical works - here understood as ways of reconstructing the past, made concrete linguistically - produced in the period of construction of the three new capitals (*Traços históricos e descriptivos de Bello Horizonte*, from 1897, *Como nasceu Goiânia*, from 1938, and Coleção *Brasília*, from 1960) and the technical-urban documentation originated from their respective planning and construction processes. In the first part I stress the rhetoric procedures and the reconstructive basis which each of those historical works makes use of: such as memory, documental truth, and intellectual reconstruction. In the second part I try to identify the modes of narrative composition that are implicit in the technical-urbanistic thought implied in the planning and construction of each of the new capitals and in the ways such modes were utilized to represent their own time and mobilize ideas, emotions and the individuals. These expectations, projected and fixed in this documentation, were able to crystallize a certain way for their own time and influence how it was understood and experimented.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de eventos relacionados na Coleção Brasília, entre os anos de 1549 a 1955..... 125

Tabela 2: Reconstituição dos temas selecionados pelo volume *Brasília, a história de uma idéia*, da Coleção Brasília..... 131

Tabela 3: Taxa de crescimento dos eventos registrados pela Coleção Brasília entre os períodos de 1955 a 1960..... 136

Tabela 4: Lotes sorteados aos proprietários de Ouro Preto..... 178

Tabela 5: Lotes vendidos em concorrência e que poderiam ser ocupados a partir de 11 de setembro de 1894 178

Tabela 6: Lotes vendidos em concorrência, mas que não poderiam ser ocupados imediatamente..... 179

Tabela 7: Quadro comparativo entre a evolução da arrecadação estadual de Goiás e Minas Gerais, nos períodos que compreendem os processos de construção das novas capitais..... 203

Tabela 8: Construções particulares existentes em Goiânia em 1940..... 232

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Plantas urbanas da cidade de Goiânia, desenvolvidas por A. Godoy e W. Sonnemberg que abrem o livro Como nasceu Goiânia..... 101

Figura 2: Tendência de crescimento dos eventos relacionados à interiorização da capital, projetados a partir da aglutinação de datas inseridas na Coleção Brasília..... 126

Figura 3: Planta original da cidade de La Plata, fundada em 1881..... 162

Figura 4: Aplicação do ecletismo na composição dos edifícios públicos na cidade de La Plata, Argentina: a Catedral, a Municipalidade (sede do Executivo) e da Legislatura..... 164

Figura 5: Planta urbana original da cidade de Belo Horizonte, projetada por Aarão Reis..... 177

Figura 7: Fotografias de Belo Horizonte, tiradas pela Comissão Construtora. Antes e após o início das obras..... 186

Figura 8: Planta Cadastral da Nova Capital de Minas Gerais em suas dimensões naturais..... 191

Figura 9: Esboço original do plano de Goiânia, desenvolvido por Atílio Correa Lima, em 1935. Observa-se na parte sul uma estrutura em candelabro que posteriormente será modificada..... 213

Figura 11: a) O palácio do governo; b) A torre do relógio, situada próximo ao anel externo da praça central; c) Busto de Pedro Ludovico, tendo ao fundo o palácio de governo; d) O monumento ao bandeirante, originalmente pensado para ser colocado na avenida Anhanguera, entre a cidade de Goiânia e Campinas; e) A estação ferroviária, no extremo norte da avenida central; f) O monumento às três raças, na praça central..... 221

Figura 12: a) cidade planejada de Welwyn, na Inglaterra; b) Projeto para o setor Sul da nova capital, de autoria de Godoy e Sonnemberg; c) Diagrama de organização da cidade-jardim, de E. Howard; d) Composição da região central e do setor sul, com as alterações no plano produzidas após a saída de Atílio Correa Lima..... 225

Figura 13: Tipos de construção *art déco* de Goiânia. O Teatro Goiânia e o Museu Zoroastro Artiaga, localizados na praça central..... 229

Figura 14: Detalhes dos vitrais dos edifícios públicos da praça central: a) a criação de gado, base da economia goiana na época da construção de Goiânia; b) a extração de ouro que deu origem à colonização da região; c) na frente do palácio do governo, um vitral narrando a história de Goiás e suas riquezas..... 230

Figura 15: Planta topográfica do sítio onde deveria ser instalada a nova capital..... 239

Figura 16: A Ville Radieuse, de Le Corbusier..... 247

Figura 17: Proposta de plano-piloto de Cascaldi e Artiagas..... 251

Figura 18: Proposta do plano-piloto de MMM Roberto..... 252

Figura 19: Proposta número 12 para o plano-piloto de Brasília, elaborada por Guedes e equipe..... 253

Figura 20: Proposta número 22 para o plano-piloto, elaborada por Lucio Costa..... 255

Figura 21: Perspectiva do Eixo Monumental, elaborada por Lucio Costa..... 258

Figura 22: Composição de alguns esboços da proposta de Plano Piloto elaborada por Lucio Costa. Nos três primeiros desenhos, o autor procura estabelecer uma seqüência de desenvolvimento geral da forma da cidade. Os dois desenhos abaixo procuram demonstrar detalhes do Plano Piloto: uma perspectiva do eixo monumental, outra de uma superquadra..... 268

SUMÁRIO

RESUMO..... vi

ABSTRACT..... vii

LISTA DE TABELAS..... viii

LISTA DE FIGURAS..... ix

INTRODUÇÃO: Cidades-capitais e as formas de mobilização da experiência do tempo..... 14

Novas Capitais: entre a política e o urbanismo moderno..... 17

O Tempo como um Problema Histórico..... 27

A Narrativa como expressão da experiência humana..... 36

PARTE I: RECONSTRUIR O PASSADO..... 49

CAPÍTULO 1: A reconstruição do passado através da memória: *Traços Históricos e Descriptos de Bello Horizonte*..... 55

Memória, tradição e ancestralidade..... 60

O futuro como expectativa: entre a esperança e a apreensão..... 73

A função do lembrar..... 81

CAPÍTULO 2: A reconstrução do passado através da prova material: *Como nasceu Goiânia*..... 91

A obra mudancista como necessidade histórica..... 96

Biografias: o papel dos indivíduos em contextos pressupostos..... 112

CAPÍTULO 3: A reconstrução do passado através da sua reelaboração de sentido: *Coleção Brasília*..... 120

O Passado como *Preparação*: Antecedentes Históricos..... 123

O Presente como *Realização*: O Diário de Brasília..... 135

PARTE II: PROJETAR O TEMPO..... 152

CAPÍTULO 4: Belo Horizonte: Transferência de Modelos e Projetos de Memória..... 159

A La Plata Brasileira..... 166

Uma aula de História..... 181

CAPÍTULO 5: Goiânia, Lições de Urbanismo no Sertão..... 198
Estudos Preliminares..... 202
Entre Washington e Garden-City..... 211
A Modernidade Possível..... 226

CAPÍTULO 6: O Plano Piloto de Brasília, Espelho da Nação..... 235
O Concurso para o Plano .Piloto de Brasília..... 238
As Cidades Modernistas..... 245
O Relatório Lucio Costa..... 259

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Bases para uma Comparação..... 261
A cristalização do passado..... 274
Projetar o presente..... 281

INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E FONTES CONSULTADAS..... 289

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 295

ANEXOS..... 307

INTRODUÇÃO

Cidades-capitais e as formas de mobilização da experiência do tempo

Este trabalho está ancorado numa preocupação pessoal que, apesar de não encontrar solução definitiva nas suas páginas contribuiu decisivamente para a formulação da temática que o envolve: o problema do tempo.

Da mesma forma pretende contribuir com o debate sobre as formas de articulação e mobilização da experiência do tempo na sociedade. O *lócus* concreto para onde convergem minhas atenções situa-se em três momentos específicos da história da urbanização brasileira: a construção das cidades de Belo Horizonte – MG, em 1897 e Goiânia – GO, em 1942, para serem as novas sedes administrativas de seus respectivos estados, e Brasília – DF em 1960 para tornar-se a nova capital federal brasileira.

A realização de uma investigação que colocasse em relevo o problema do tempo histórico é facilitada, segundo penso, através da exploração de determinados eventos que indiquem uma explícita tensão entre o horizonte de expectativa de uma sociedade e o seu campo de experiência. A construção de Belo Horizonte e de Goiânia surgiu, neste contexto, como eventos privilegiados em função da recorrência da temática de ruptura entre velho e novo, que pode ser encontrada na historiografia sobre esses acontecimentos. Esta temática pode ser encontrada também em boa parte da documentação do período que sustenta uma perspectiva dicotômica entre concepções urbanísticas antigas e modernas que, por sua vez, seriam capazes de moldar as próprias formas de sociabilidade naqueles novos espaços. Pensado num primeiro instante como referência capaz de auxiliar na compreensão das expectativas por trás daqueles dois processos construtivos, o estudo sobre a construção de Brasília tornou-se a terceira

experiência histórica capaz de fornecer indícios sobre o problema das formas de mobilização do tempo histórico.

Assim, ao analisar o processo de construção destas três cidades-capitais, procurei dar prioridade a um universo documental e metodológico que funcionasse como marco regulador do questionamento sobre as formas de mobilização do tempo histórico e sobre suas potencialidades argumentativas.

Em função dessa escolha, procurei, por um lado, trabalhar com uma divisão capitular que priorizasse um tipo básico de fonte a ser explorada, ao invés de utilizá-las todas ao mesmo tempo. Daí minha intenção de trabalhar, ao longo dos três primeiros capítulos, com uma reflexão que privilegiasse as fontes historiográficas produzidas no período de construção de cada uma das três capitais: *Traços históricos e descriptivos de Belo Horizonte,* de 1897, *Como nasceu Goiânia*, de 1938 e *Coleção Brasília*, de 1960. Da análise dessas três obras sobre as capitais poder-se-ia identificar a forma como o passado foi remodelado no intuito de legitimar as mudanças das capitais e, conseqüentemente, os interesses políticos que sustentavam suas propostas. Da mesma forma, os outros três capítulos dão ênfase às fontes urbanísticas, arquitetônicas, e à vasta documentação oficial gerada no período de construção das três cidades-capitais. A ênfase dada às fontes fundamentalmente historiográficas ou urbanísticas funcionou também como ponto de aderência para outros agrupamentos de fontes, como por exemplo, as obras literárias, fotografias e outros vestígios deixados no momento de inauguração das novas capitais.

A aproximação com outras concepções e processos construtivos (Washington, La Plata e as premissas da *Carta de Atenas,* entre outros) permite enriquecer a pesquisa, através da inserção do fenômeno de criação de cidades num âmbito que supera as fronteiras nacionais e também da investigação sobre o processo de incorporação de ideários urbanísticos e políticos ao projeto de nação por parte do planejamento daquelas novas capitais. Neste caso, em que pese a possibilidade de interpretar estes três processos como etapas decisivas de nascimento e desenvolvimento de uma consciência urbanística eminentemente moderna no Brasil (Bruand, 1981; Salgueiro, 2001; Gonçalves, 2002), opto por me concentrar na forma como determinadas expectativas são presentificadas através da intenção modernizante contida nos projetos urbanísticos e arquitetônicos das

três cidades. E, ao mesmo tempo, na forma como o passado é mobilizado como recurso retórico e pedagógico procurando construir uma história (nacional ou regional) para o presente.

Modernidade é entendida aqui como uma forma paradoxal de experiência do tempo e do espaço que é sentida como um "turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia" (Berman, 1987) e, fundamentalmente, de aceleração do tempo e distanciamento progressivo entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. Incapacidade de recordar e transmitir experiência (Benjamim), anacronização e fetichização cultural (Nietszche), racionalização e desencantamento do mundo (Weber), são apenas algumas de suas principais características. Ela pode assumir também certas nuances de acordo com as relações construídas entre forças de transformação e de permanência que atuam em determinados ambientes. No caso brasileiro, segundo Silva (1997: 22),

> Os processos de racionalização (intelectualização, autonomização das esferas de valor, 'desmagificação') são limitados ou subversivos. O mercado, o capital, o trabalho assalariado e a ciência são forçados a conviver com formas de sociabilidade e dominação – baseadas em personalismo, religiosidade e tradição – bastante resistentes. Tanto em seu aspecto socioeconômico (a modernização) quanto na sua dimensão cultural (o modernismo), a condição moderna na periferia tende a ser grosseira, devedora do modelo que toma e ao mesmo tempo lhe é imposto.

Mas o que neste caso é interpretado como desequilíbrio, frustração e farsa, creio eu, revela na verdade o caráter plural e potencialmente criativo do processo de modernização brasileiro. Isso porque, na medida que a tensão em seu campo de experiência produziu ritmos históricos diferenciados, engendrou expectativas diversas sobre o futuro (a construção da Nação, segundo o projeto republicano, antenação e integração com a Nação, segundo o projeto revolucionário de 1930 em Goiás, "cinqüenta anos em cinco", a "procura do centro", no caso da construção de Brasília). E, portanto, soluções novas de acordo com a distância entre "espera" e "expectativa" (Koselleck, 1993), .

Decorrente desta opção e ao mesmo tempo destacada dela, um segundo *móbil* está explicitado na organização dos capítulos que compõem este trabalho: procurei dar preferência a um estudo conjunto das três cidades, ao invés

de trabalhar cada qual em um capítulo separado. Esta opção é decorrente do meu entendimento de que os riscos de uma análise diacrônica seriam menores do que a possibilidade e a riqueza interpretativa que sobressaem de um pensamento conjuntivo e sincrônico sobre as três cidades-capitais. Afinal, problematizado o próprio tempo, não seria contraditório estabelecer uma reflexão que se orientasse por uma linearidade temporal?

Dessa proposta introdutória ressaltam os três temas que são abordados ao longo desta introdução e do qual me servi para reconstituir de forma esquemática as questões de ordem metodológica e historiográfica que dominam este trabalho.

Novas Capitais: entre a política e o urbanismo moderno

A recorrência ao tema de mudança de capitais pode ser constatada dentro da historiografia sobre o urbano. No Brasil, a primeira construção de cidade para operar uma mudança de capital ocorreu ainda em 1855, em Sergipe, quando o presidente da província, Inácio Barbosa, resolveu abandonar São Cristóvão, no estuário do Vasa-Barris e ir para o povoado de Aracaju, local que ele havia escolhido para implantar a nova Capital. Sem qualquer tipo de planejamento prévio, a mudança realizou-se de maneira atabalhoada e levou à morte o próprio presidente da província, vitimado pelo empaludismo endêmico naquela região. (Boltshauser, 1985: 75).

Mas o primeiro processo de planejamento e construção de uma cidade-capital brasileira ocorreu somente ao final do século XIX, ao longo da primeira década do período republicano. Um período de difícil estabilização política no âmbito nacional decorrente dos interesses políticos envolvidos quando da instalação do novo regime e das sucessivas articulações entre o poder central e os governos estaduais. Articulações essas que reforçaram o poder político das oligarquias regionais ao mesmo tempo em que condicionaram seu domínio à manutenção da orientação conservadora do poder central (Carvalho, 1990; Viotti da Costa, 1979; Viscardi, 2001).

A Cidade de Minas

Em Minas Gerais, a República foi recebida através da rearticulação dos grupos políticos dominantes, a partir de uma estrutura política montada ainda em tempos do Império. Construída para ser o símbolo de uma nova era, marcada pela onda de modernização que atingia o País naquele período, a construção de Belo Horizonte e a transferência da Capital de Ouro Preto para aquele novo espaço urbano estão diretamente associados ao universo ideológico republicano.

Um dos grandes símbolos do novo regime que acabara de se estabelecer no País (Paiva, 1997; Magalhães & Andrade, 1989, Julião, 1996), Belo Horizonte viria assim a consagrar a obra da modernidade, identificada com o ideal republicano, rompendo com a imagem do Império e ao mesmo tempo preservando a ordem e a unidade, caras não somente à Nação, mas também à de relação de forças regionais. O desequilíbrio econômico das regiões do estado, garantindo à região da Mata e Sul – graças à expansão da cafeicultura e do transporte ferroviário – o posto de motor econômico do estado, refletia-se nas próprias ambições de mando político e foram potencializadas com o advento da República. Os debates dentro da constituinte mineira de 1891 sobre o problema da transferência da capital não podem ser completamente compreendidos sem levar em consideração tais interesses. Rezende (1982: 209) identifica nos primeiros anos do regime republicano naquele estado, um conflito claro entre "setores mais socializados pelas idéias liberais e as tendências de dominação tradicional" representadas pelo grupo capitaneado por Cesário Alvim[1]. E, ao mesmo tempo, uma tensão entre novos e antigos grupos econômicos dominantes, evidenciadas nos debates sobre a questão da autonomia financeira, da municipalidade e na própria discussão sobre a transferência da capital[2]. Em

[1] Cesário Alvim adere ao regime republicano e firma-se no poder através de sua amizade com o marechal Deodoro, alijando assim os republicanos históricos da liderança estadual naquele novo contexto político. Tal golpe seria consolidado através da elaboração das leis eleitorais federais, quando o mesmo torna-se ministro do Interior, que beneficia os partidos governantes em todo o Brasil e, no caso específico de Minas Gerais, o PRM.

[2] Essa interpretação é também confirmada, com algumas nuances por outros estudos, como o de Paul Singer (1977) que compreendeu a construção da nova capital como uma forma de obter unidade econômica e política num território marcado por uma histórica desintegração e desconexão político-econômica, num momento de acirramento das disputas regionais. De maneira similar, Coelho (1981) compreende que a mudança da capital atende a um projeto de

sua *Memória Histórica e Descritiva – História Antiga* Abílio Barreto relata com minúcias a profusão de emendas propostas para incluir localidades a serem estudadas pela Comissão de Estudos, e pondera sobre a questão:

> Tantos eram os pedidos e propostas e emendas, que aquele movimento parecia um trabalho calculado de obstrução. Mas não o era. O que animava o Congresso em torno do assunto era o interesse particular de várias zonas do Estado, cada qual mais desejos de se ver preferida para sede da futura metrópole mineira. Bem compreendendo a situação, o deputado Clementino, para simplificar o caso e contentar o *tout le mond et son père*, requereu que fossem estudados pela comissão mencionada todos os vales mineiros... (Barreto, 1995: 325).

Escolhidas as localidades a serem estudadas (Belo Horizonte, Paraúna, Juiz de Fora, Várzea do Marçal e Barbacena) e sob forte pressão da sociedade ouropretana, foi, o Congresso, reunir-se em Barbacena para aprovar em primeira votação o parecer que indicava Várzea do Marçal como o sítio mais propício para a instalação da nova capital. Quanto aos defensores da permanência da capital em Ouro preto, sua ação pode ser compreendida em dois momentos distintos. Primeiro, através do periodismo local e nas ações do poder público, como a tentativa de negação da contínua identificação entre aquela cidade e o regime decaído[3] e um projeto de reformulação urbana parcialmente colocado em prática (Fonseca, 1998). Depois, como último recurso, no apoio à candidatura de Belo Horizonte, na segunda votação do Congresso, tendo em vista que as dificuldades encontradas naquele sítio eram maiores que em Várzea do Marçal, conforme demonstrava o relatório de Aarão Reis. Neste último caso, a permanência da capital na antiga sede poderia ser garantida em função da inviabilidade econômica e estrutural da transferência. A vitória apertada (30 votos favoráveis a Belo Horizonte contra 28 favoráveis a Várzea do Marçal) demonstra a intensidade dos debates naquela sessão e entre os grupos sócio-políticos que os apoiavam.

---

modernização conservadora que visa a reformulação da relação de forças regionais e a superação da dependência econômica das regiões Norte e Leste à zona cafeeira.

[3] É importante seguir os argumentos utilizados para defesa e ataque à permanência da cidade de Ouro Preto como capital, neste período. A inconfidência, por exemplo, e mais especificamente, a figura de Tiradentes, serviu como argumento para ambos os lados nesta disputa de interpretações: o alferes era considerado ao mesmo tempo, símbolo do republicanismo e da luta pela liberdade, expressa na herança que os inconfidentes deixaram em Ouro Preto e vítima da ordem monárquica e despótica que o condenou, representada pela antiga capital da Capitania de Minas.

Goiânia

A construção da cidade de Goiânia ao longo da década de 1930 para servir como nova capital do estado de Goiás, apresenta algumas semelhanças com o processo ocorrido em Minas Gerais. Assim como, naquele caso, é impossível pensar a construção de Belo Horizonte sem levar em consideração as conseqüências regionais da mudança de regime político, no caso de Goiás, é impossível pensar a construção da nova capital goiana sem relaciona-la ao golpe político que leva ao poder Getúlio Vargas, em 1930 e, conseqüentemente, no plano regional, o interventor Pedro Ludovico Teixeira.

O tema da transferência da capital goiana, assim como da capital mineira, remonta a períodos bem anteriores ao de sua efetiva realização. Nos relatórios dos governantes da então província tal medida surgia como mecanismo de reabilitação econômica da região, juntamente com a implementação da navegação do rio Araguaia em função de seu isolamento após a decadência da economia mineira. Insalubridade e condições topográficas desfavoráveis eram outras das características imputadas à antiga Vila Boa, tornando-a inadequada às expectativas de progresso de seus governantes[4].

Com a substituição de mando político após 1930 e a dominância de elementos oligárquicos provenientes das regiões economicamente mais ativas, mas não necessariamente mais democráticos, liberais ou revolucionários, a mudança da capital foi propagandeada como um momento de ruptura com o atraso e o coronelismo local. Muito embora os "quadros" monopolizadores do executivo estadual pós-1930 fossem originários das dissidências regionais de anos anteriores – representando assim pouca diferença em termos ideológicos –

[4] Em *Viagem ao Araguaia*, Couto Magalhães (1957: 43-47), assim se referia à cidade de Goiás: "Quanto a Salubridade, não conheço, entre todos os lugares por onde tenho viajado (e não são poucos) um onde se reúnam tantas moléstias graves. Quase se pode asseverar que não existe aqui um só homem são (...) Quanto ás condições comerciais, eu não me estenderei. Basta ver o que há, para desanimar-me. Por mais desagradável que possa parecer ao leitor a proposição seguinte, eu a exaro: o comércio aqui vive exclusivamente dos empregados públicos e da força de linha. Os meios de transporte são imperfeitos, a situação da cidade encravada entre serras, faz com que sejam péssimas e de difícil trânsito as estradas que aqui chegam. Em uma palavra (...) Goiás não só não reúne as condições necessárias para uma capital, como ainda reúne muitas para ser abandonada". A ortografia deste e de todos ou outros documentos citados neste trabalho foi mantida como forma de preservar sua expressão original.

e as ações do novo governo pouco tenha realizado nos primeiros anos de governo, o tema da construção de uma nova capital para o estado surge como estratégia para reordenar a geografia política local, após a queda da oligarquia dos Caiado, tornando-se objeto pelo qual se debateram as forças de oposição e de situação no período (Campos, 1999, Arrais, 2003a).

A proposta, nascida por volta de 1932, só começou a concretizar-se nos anos seguintes com os estudos iniciais coordenados por uma comissão criteriosamente escolhida pelo próprio interventor, através da escolha do sitio onde seria construída a nova capital, com as primeiras desapropriações na região próxima a cidade de Campinas e pelo início dos trabalhos de planejamento e execução.

Segundo Bruand (1981) a decisão de mudança foi tomada sem qualquer consideração relativa à necessidade de unificação do território goiano – com a parte norte isolada, sem meios de comunicação e praticamente abandonada pelo poder público – e acentuando ainda mais o caráter já excêntrico da chefia do Estado. Ao mesmo tempo, as contas públicas não se mostravam equilibradas segundo os discursos dos deputados estaduais que faziam oposição à transferência da capital. Um cenário de caos e desordem era traçado para justificar a desnecessidade da mudança da capital e o conseqüente aumento de impostos para sustentar a máquina pública:

> Para os impostos, já hoje pesadíssimos, [granados] mais ainda para que o povo os pague às custas de sacrifícios inenarráveis e de soffrimentos sem conta. E quando o povo se cansar, quando lhe houverem tirado o ultimo nikil e a fonte lhe bater as portas, quando o fazendeiro u o pequeno proprietário não puderem arrastar por mais tempo a carga, pela razão muito simples de depreciação, já agora alarmante, do preço do boi e do decréscimo da produção pela falta de consumo e dos meios de exportação barata, o governo se lançará então para a terra e incorporá-la-á ao seu patrimônio amparado no imposto territorial que o torna latifundio". O Estado dispondo, pela falta de pagamento, de enorme latifundios, a fome devastando, o progresso emperrando, a prosperidade morta, o analphabetismo crescendo, o nivel de vida cahindo cada vez mais, serão realidades que dispensam prophecias especiais tão palpaveis se desenham nos nossos horizontes e tão berrantes se apresentam á consideração dos nossos conterrâneos.(...). O Norte continuará despovoado e rico de minérios, mas Jaraguá, Itaberahy, Vila Boa e os municípios, se reduzirão a um amontaado de casas desocupadas. A produção se annulará, as terras se desvalorizarão, novas cidades mortas encherão o nosso mappa e peor que isso, único problema que deixou de ser goyano para ser nacional, a navegação do Araguaya, sem os trilhos aqui ou em

> Leopoldina irá para o muséo das causas possíveis e que hão de vir, e são sempre possíveis mas não vem nunca. – Elle nos escorregará pelos dedos como a transferência da Capital Federal para o Planalto. (Jornal A Colligação, 25.08.1934)

Após grandes debates, trocas de acusações e repressão à oposição, Pedro Ludovico Teixeira conseguiria fazer com que a transferência da capital fosse executada em 23 de março de 1937, mesmo sem a cidade apresentar as condições básicas de instalação dos três poderes. Apenas cinco anos depois, em 1942, Goiânia seria efetivamente batizada.

Brasília

A proposta de construção da nova capital federal, iniciada a partir de 1957 possui fortes vínculos com a configuração política do País naquele momento. Segundo Motta (2001), o papel civilizatório que o Rio de Janeiro exerceu por tanto tempo – espaço centralizador a identidade nacional, baliza, desde o século XIX do projeto de nação nos trópicos – apesar de ter sido utilizado como argumento pelos defensores da permanência da capital, foi completamente ignorado no processo de construção de Brasília. A proposta de construção de uma nova capital federal configurou-se, principalmente, como uma necessidade política quando da posse de Kubitschek em 1956.

A idéia de transferência da capital federal para o interior do País já havia sido formalmente idealizada pelo Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen em 1877 em seu pequeno opúsculo *A questão da capital: marítima ou interior?*. Ao longo de todo o século XIX os argumentos que apontavam para a necessidade de mudança da capital giravam em torno de questões de ordem mais estratégica do que necessariamente política. Mas é apenas no período republicano que o problema da transferência da capital surge como uma questão de ordem eminentemente política e social, tanto na oratória dos deputados da Câmara Federal quanto dos sucessivos presidentes que ocupavam o Catete. Os primeiros anos do novo regime foram especialmente profícuos quanto à identificação dessa nova ordem de problemas. Nas atas das

sessões da Constituinte de 1891 registra-se, por exemplo, a opinião do senador Virgílio Damásio que faz o seguinte diagnóstico sobre a sede do governo:

> Uma cidade populosa, onde avulta a lia social, constituída por massas nas quais, infelizmente, não penetrou a instrução nem a mínima educação cívica; onde se encontram muitos, falemos a verdade, que, inteiramente fora da comunhão do povo laborioso e honesto, vivem entre a ociosidade e os manejos ou expediêntes pouco confessáveis; essa grande massa de homens é uma arma, uma alavanca poderosíssima em mão de agitadores. (*Coleção Brasília*, T. 3, 1960: 192 – 193)

O medo da proximidade e da influência da multidão sobre os humores da Câmara de Deputados dava a tônica da opinião do deputado Pedro Américo que declarava ser,

> absolutamente necessário suprimir-se quanto antes a maléfica influência desta terrível cidade, tão saturada de elementos nocivos à vida moral da Nação, que se acostumou à contínua absorção, à endosmose intelectual de que se expande a antiga capital do Império. Esses elementos influem igualmente sobre o Governo da União pela pressão constante dos interesses puramente individuais e sobre todo o país pela expressão incessante da corrupção em todos os sentidos. (*Coleção Brasília*, T. 3, 1960: 193).

Apesar de o local para a construção da nova capital ter ter sido criteriosamente escolhido por três sucessivas comissões de estudo ao longo dos anos (Vidal, 1995; Magalhães, 2004), a morosidade ou o tom de urgência imposto às medidas necessárias à mudança da capital variaram de acordo com a consistência da base de apoio do governo. Assim, enquanto no governo de Rodrigues Alves o pacto político garantiu certa estabilidade sócio-política ao governo (Viscardi, 2001) – repercutindo no pouco interesse do governo federal sobre a questão da transferência da capital – na gestão de Arthur Bernardes o próprio presidente manifestava-se claramente favorável à mudança da capital, visto que, segundo suas palavras,

> O Governo nacional deve desenvolver a sua ação em um centro do qual possa uscultar o sentimento nacional com exatidão e calma, sem a visão alterada por um local impróprio de observação, sem a reflexão perturbada pelo tumulto de uma grande cidade cosmopolita e onde a segurança material dos representantes dos poderes públicos se acha fora do alcance de ataques externos e atentados internos. (*Coleção Brasília*, T. 3, 1960: 109).

A opinião de Arthur Bernardes tinha um fundamento muito concreto: sua gestão foi marcada pela instabilidade política e, como conseqüência, pela clara hipertrofia do executivo federal (com a decretação de estado de sitio ao longo de quase todo o seu período de governo e de intervenção em alguns estados) e seu distanciamento das bases sociais que o elegeu (Viscardi, 2001, Fausto, 1977).

Essa instabilidade apenas tendeu a aumentar nos anos que se seguiram, principalmente após a crise que se desencadeou com o suicídio de Vargas até o conturbado processo de posse de Kubitschek na direção do País. Envolto numa crise institucional que se estabelecera desde o suicídio de Vargas, eleito com apenas 36% dos votos do colégio eleitoral, Kubitschek sabia que o Rio de Janeiro constituía-se um território politicamente incerto. Ao caráter "agitado" e "ameaçador" da capital, juntou-se ainda os interesses paulistas de expansão das fronteiras econômicas nacionais e a incapacidade do Rio em comandar o processo de integração nacional (Motta, 2001).

Essa incapacidade pode ser medida pela defesa intransigente da transferência da capital por parte das outras regiões do país, incluindo-se algumas regiões litorâneas. Em agosto de 1957, por exemplo, Pedro Valadares, escrevendo para um pequeno jornal fundado pelo impulso da construção de Brasília justificava da seguinte maneira a necessidade de transferir a capital:

> para libertar o presidente da República do círculo vicioso de idéias enlatadas na Cinelândia e rotuladas em Copacabana; para que as leis sejam feitas a fim de atenderem todo o país e não somente aos interesses de restrita orla marítima; para que o presidente da República tenha tempo suficiente de governar o Brasil e êsse tempo precioso não seja tomado com simples greves de estudantes ... do Rio
>
> com os favelados ... do Rio
> com a falta dágua ... do Rio
> com os transportes ... do Rio
> com as baiana vendedora de doce ... no Rio;
> tais problemas são de âmbito local e o Brasil é grande; a eles ...
> NEGRÃO DE LIMA
> GAIOLA DE OURO
> É preciso mudar a capital para que o Brasil encontre consigo mesmo.
> Sem a ajuda e a boa vontade dos poderosos;
> (...)
> O Rio de Janeiro sim, o Rio é a amante do Brasil;
> Sua frente única.

Mas que amante exigente e esbanjadora!
No Rio a vida noturna é alegre;
No Brasil deita-se cedo cansado de enxada.
No Rio come-se o que o Brasil produz;
O Brasil produz é de teimoso.
No Rio tem-se corpo de bombeiros pago pelo Brasil;
No Brasil não há corpo de Bombeiros.
No Rio conspira-se;
No Brasil trabalha-se;
No Rio esbanja-se o luxo;
No Brasil escasseia o necessário.
O Rio gasta;
O Brasil paga.
É isso o Rio de Janeiro. Amante caprichosa e caríssima ... mas que bela e adorável amante ... há vinte anos atrás!
Brasília será a esposa.
Simples.
Tocada na roça.
Trabalhadora.
E ... honesta.

(*Jornal de Luziânia*, 11.08.1957)

A união entre incredulidade e pessimismo por parte da oposição e a malícia política por parte de Kubtscheck explicam boa parte da relativa tranqüilidade com que a mudança da capital federal foi conduzida até 1959, quando as obras de construção de Brasília entravam num estágio decisivo. Traída por seu próprio sonho de ver o fracasso da construção da nova capital federal tornar-se o túmulo político do Presidente da República, restara à UDN a tentativa de protelar a transferência através de denúncias contra a NOVACAP e discursos garantindo a falta de condições estruturais para que a mudança da capital se realizasse nos prazos previstos em lei.

Cidades diferentes, conjunturas históricas diversas. Mas há uma temática que une esses diferentes processos de construção de novos núcleos urbanos: a recorrência, por parte dos discursos políticos, a uma forma de representação do tempo como justificação e legitimação da transferência das novas capitais. O âmbito do *político* é aqui compreendido como parte integrante de um conjunto de elementos que se inter-relacionam e possibilitam a construção da identidade dos indivíduos e coletividades no tempo. Para Gomes (1996) a esfera política possui fronteiras fluidas e dialoga com outros campos da realidade social na medida em que abarca fenômenos relacionados tanto à longa quanto à curta duração. Ela permite, além disso, recuperar certa coerência das formações

sociais tendo em vista que exprime o aspecto mais explícito do funcionamento da sociedade, tanto em termos de confrontos racionais quanto em nível simbólico. Ela é "a estrutura privilegiada para compreender o que fundamenta o vínculo social" (Dosse, 2003: 381), permitindo abordar tanto os aspectos institucionais das formas de poder quanto a dimensão ideológica presente nos horizontes de expectativa e as sensibilidades que interferem nas disputas pelo poder.

Como modalidade da prática social (Remond, 2003), a esfera política está intimamente articulada ao mundo da cultura pois leva em consideração os aspectos subjetivos das orientações políticas dos sujeitos sociais. Tal subjetividade, como demonstrou Hartog & Revel (2001) pode sofrer ou influenciar certos contextos políticos e atuar na construção do horizonte lingüístico e, portanto, da própria visão de mundo de uma comunidade, através da reorientação dos valores e privilégios de uma sociedade, em função das necessidades do ambiente político (de forma implícita ou explícita, consciente ou inconsciente). Essa visão de mundo foi traduzida nos discursos políticos que foram produzidos em cada um daqueles contextos e podem ser entendidos, quando articulados dessa maneira, como instrumentos ou estratégias de intervenção sobre a realidade que tem por objetivo comunicar-se e, ao mesmo tempo, construir uma interpretação sobre o mundo.

No caso de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília, tais estratégias de intervenção estão identificadas na política de memória que trabalhou na monumentalização de determinados nichos do passado. Mas também identificam-se na articulação entre os mais variados modelos de experiência temporal (espera, desejo, ação, esperança, ato ético, experiência da continuidade ou descontinuidade, retorno de contextos etc) e num conjunto de usos, pressupostos, vocabulários e retóricas difundidas através de órgãos propagandistas das novas capitais, nos discursos governamentais, nos documentos deixados pelas equipes técnicas e nos indivíduos que legaram ao presente suas memórias sobre aqueles eventos.

O Tempo como um Problema Histórico

Um respeitável historiador do século passado afirmara certa vez, em seu pequeno manual publicado postumamente, que a história é a ciência que estuda os homens inseridos no tempo. Da inovação metodológica iniciada por ele e seu colega de *metiére*, fundou-se uma das mais hegemônicas tradições historiográficas dos últimos tempos e que, até hoje influencia a perspectiva dos historiadores. Daquela simples e limpa definição do conceito de história, duas categorias eram apontadas como fundamentais: os homens e o tempo.

> por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e das instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça (Bloch, 2001: 54).

Dessa perspectiva vieram as grandes contribuições do grupo original dos *Annales* e da História Nova para a historiografia. Entretanto, atentos ao humano, ao demasiadamente humano em todos os seus aspectos, a segunda categoria fundante do conceito de história foi relegada a um segundo plano. Objeto *no qual* se pensa os homens, a duração não foi tratada como objeto *com o qual* os homens se pensam. Isto porque, apesar de toda a inovação metodológica, aquela tradição historiográfica permanecia agregada ao padrão epistemológico da geração que lhes precedeu, que via o tempo como um problema de ordem fundamentalmente cronológica[5].

O mais próximo que se pôde chegar de uma reflexão histórica sobre o tempo, foi a obra de Fernand Braudel, através da perspectiva temporal tripartite utilizada em sua tese de doutoramento, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Felipe II*, e também *Gramática das Civilizações*. Influenciado pelo avanço da perspectiva estruturalista proveniente da antropologia, Braudel procurou incorporar à história as suas conquistas movendo-se numa tripla

[5] Essa tese deve ser ponderada com as conclusões de Reis (1994) de que *Annales* realiza uma mudança substancial na compreensão do tempo histórico, através da aproximação com o tempo da ciência. A aproximação com as Ciências Sociais produz uma história que supera o evento através da idéia de longa duração, de estrutura e de história global. Essas transformações ocorridas no conceito de tempo no interior da Escola de *Annales*, entretanto, não deixa de apresentar certa timidez em termos teóricos.

dimensão temporal. A primeira dessas dimensões, como escreve, direcionada para uma história,

> quase imóvel, que é a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia, uma história lenta, de lentas transformações, muitas vezes feita de retrocessos, de ciclos sempre recomeçados; não quis desprezar essa história, quase fora do tempo, de relação com as coisas inanimadas (Braudel, 1983: 25).

Esta história formaria a base estruturante de toda a sua reflexão. Acima dela encontrar-se ia uma outra história, de ritmo lento, caracterizada pela dinâmica dos grandes agrupamentos e sínteses. E por último, sobreposto àquelas duas camadas, poder-se ia encontrar uma terceira dimensão, relacionada ao indivíduo, ao acontecimento que, como as ondas do mar, agitam a superfície[6].

É dispensável reproduzir as críticas veladas ou severas ao padrão de análise histórica empreendida por Braudel. O fundamental me parece ser, neste trabalho, o seu apego a uma concepção de tempo dinâmica e estática, através do modelo tripartite. O destaque maior está dirigido para a caracterização desse tempo histórico miúdo, situado na interioridade dos indivíduos. Que tem "a dimensão das cóleras, sonhos e ilusões dos seus contemporâneos" e, portanto, carente de uma coerência individual.

Esse tempo das paixões e dos sortilégios que só se revelam em sua relação com um tempo dilatado, no qual se manifestam os "grandes destinos", está fixado nos registros lingüísticos do agir e sofrer humanos. Braudel percebeu isso. Daí a necessidade de decompor sua obra histórica a partir de uma metodologia que sobrepusesse planos temporais diversos e decompostos: um tempo geográfico, um tempo social e um tempo individual, "ou ainda, se preferir, à decomposição do homem num cortejo de personagens" (Braudel, 1983: 25-26).

---

[6] Também em *Gramática das Civilizações* Braudel utiliza a tripartição temporal. Em seu prefácio ensina que "A história trabalha em escalas e com unidades de medida não raro diferentes, ou dia a dia, ou ano a ano, ou por dezenas de anos ou mesmo por séculos inteiros". Num esforço de síntese sobre o trabalho do historiador com o tempo, Braudel define didaticamente três planos temporais. Um plano A, de uma história que passa rapidamente de um acontecimento a outro, um plano B, que reflete os episódios compreendidos em blocos sintéticos como o Romantismo, a Revolução Francesa etc. cuja medida é o lapso de algumas décadas e que estão desembaraçadas de seus detalhes supérfluos. E por último, num plano C, que retém apenas os movimentos seculares e que "abarca uma história em que cada movimento é lento e abrange grandes espaços de tempo, uma história que só se pode atravessar com botas de sete léguas" (Braudel, 1989: 53-54).

Braudel é, portanto, entre os historiadores modernos, talvez um dos primeiros a refletir sobre o tempo na história. Para Koselleck (Apud. Zammito, 2004: 127) "a distinção de Braudel entre o tempo curto dos acontecimentos, o tempo médio das tendências e as estruturas de longa duração induziu a prática histórica a prestar atenção às 'multiplicidades de camadas da experiência histórica". Mesmo assim, sua ênfase é, segundo penso, problemática, visto que o tempo é tratado como instância objetiva. Como objeto de manipulação seja no nível formal (curto, médio, longo), seja no nível analítico, através da teoria dos ciclos. Essa manipulação não é, portanto, intrinsecamente problemática: o problema visualizado pelo autor está nos instrumentos utilizados para a apreensão das mudanças e permanências (Braudel, 1989: 60-74) no interior de seu estudo. Tornando-se assim um problema de cunho formal a ser resolvido dentro do ofício do historiador.

A dificuldade dos historiadores em atentar-se para as potencialidades contidas nas formas de expressão da experiência do tempo pode ser, em parte, explicada em função da moderna concepção de tempo que domina o século XIX e boa parte do século XX. Ela foi formulada seguindo os princípios da concepção mecanicista do universo que reforçaram a crença na idéia de tempo homogêneo, com mensuração precisa e contínua. A construção de um sistema mecânico hipotético que garantiria a explicação de determinados fenômenos naturais foi feita não somente em relação a um sistema prático, mas também em relação a um sistema matemático e depois, à própria dinâmica da natureza[7]. O tempo, um

[7] *Sir* Isaac Newton, em seus *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural* de 1686, afirmava que "Os antigos distinguiram uma dúplice mecânica: a racional, que procede cuidadosamente por demonstrações, e a prática. À mecânica prática pertencem todas as artes manuais, das quais a mecânica tirou seu nome. Como, porém, os artífices costumam operar com pouco rigor, a mecânica toda se distingue da geometria pelo seguinte: tudo o que é exato refere-se à geometria, ao passo que o que não o é pertence à mecânica. Entretanto, os erros não são da arte, mas dos artífices. Quem trabalha com menos rigor é um mecânico imperfeito, e, se alguém pudesse trabalhar com rigor perfeito, seria o mais perfeito mecânico de todos". E foi exatamente com Newton que se operou a primeira síntese conceitual que procurava definir o tempo. A partir de uma analogia com uma reta geométrica, matematicamente mensurável. "O tempo absoluto, verdadeiro e matemático flui sempre igual por si mesmo e por sua natureza, sem relação com qualquer coisa externa, chamando-se com o mesmo nome 'duração'; o tempo relativo, aparente e vulgar é certa medida sensível e externa de duração por meio do movimento (seja exata, seja desigual), a qual vulgarmente se usa em vez do tempo verdadeiro, como são a hora, o dia, o mês, o ano". Destacam-se aqui as características do conceito de tempo elaborado pelo cientista: fluindo "sempre igual", "sem relação com qualquer coisa externa", o tempo *não está no tempo*, visto que não sofre transformação "o fluxo do tempo não se pode mudar" (Newton, 1983: 03-08).

dos componentes desse sistema matemático, seria exterior a esse sistema do mundo, não influenciando em seu acontecer.

A elaboração mais sistemática do conceito de tempo, que influenciaria o conhecimento cientifico no momento de sua racionalização (século XIX) foi realizada por Kant em 1781. Partindo da compreensão de que existem duas formas puras da intuição sensível (estabelecidas de forma *a priori*), Kant vê no espaço não um conceito empírico, derivado de uma experiência externa, mas uma representação necessária que serve de fundamento a todas as intuições obtidas externamente. Como uma instituição pura, ele não representa nenhuma propriedade das coisas (não depende dos objetos) porque "nem as determinações absolutas, nem as relativas podem ser percebidas antes da existência das coisas a que pertencem, e por conseguinte, *a priori*". Segundo Kant, aquilo que definimos como objetos exteriores são, na verdade, "representações de nossa sensibilidade cuja forma é o espaço, mas cujo verdadeiro correlativo, a coisa em si, permanece desconhecida e incognoscível pela experiência". Quanto ao tempo, primeiramente ele não é um conceito derivado da experiência. As sensações de simultaneidade e de sucessão não poderiam ser percebidas caso não houvesse uma representação anterior do tempo que lhes desse fundamento. O tempo, nesse sentido, torna-se uma condição *a priori*, visto que só nele é possível toda a realidade dos fenômenos. "Estes podem desaparecer, mas o tempo mesmo, como condição geral de sua possibilidade, não pode ser suprimido". Além disso, o tempo é entendido como entidade unidimensional de natureza infinita. Disso deduz-se a impossibilidade de simultaneidade de tempos diferentes e a concepção de que a separação entre tempos diferentes é apenas a partição de um mesmo tempo. (Kant, 1981: 147; 50).

Como forma do sentido interno que não constitui qualquer objeto externo, o filósofo de Konisberg produziu a clássica uma analogia entre tempo e espaço, representando

> a sucessão do tempo por uma linha prolongável até o infinito, cujas diversas partes constituem uma série de uma só dimensão, e derivamos das propriedades desta linha todas as do tempo, excetuando só uma, a saber: que as partes das linhas são simultâneas, enquanto que as do tempo são sempre sucessivas (Kant, 1981: 53).

Dessa definição provém a noção dominante de linearidade física do conceito de tempo, representado por um segmento de reta com extremidades infinitas.

Ironicamente, é uma afirmação de *Crítica da Razão Pura*, em sua conclusão transcendental que pode, em parte, conduzir-nos a uma nova resposta acerca do problema do tempo: “Ele não é mais do que a forma de nossa intuição interna. Se se tira desta intuição a condição especial de nossa sensibilidade, desaparece igualmente o conceito de tempo, porque esta forma não pertence aos objetos mesmos, mas *ao sujeito que os percebe*” (Kant, 1981: 55-56, *grifos meus*).

Retornarei ao problema da relação entre tempo e a percepção do sujeito mais adiante. Antes disso, devemos estabelecer as condições de possibilidade que permitem reorientar a concepção até agora formulada do tempo, numa direção mais producente.

Preliminarmente é preciso notar que o questionamento sobre o tempo permite apreender determinados tipos de problemas que não são acessíveis às concepções históricas que consideram o tempo como uma constante independente e portanto, *a priori*, não problematizável. Afinal, mais do que uma aquisição da natureza humana, o tempo é uma das mais importantes criações dos seres humanos, contribuindo para formar o senso de orientação e identidade de indivíduos e de sociedades.

Parece justo que na moderna sociedade industrializada cause-nos certo incômodo aquela pergunta viceral que Agostinho procurava responder,

> Que é, pois, o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; mas se quiser explicar a quem indaga, já não sei. Contudo, afirmo com certeza e sei que, se nada passasse, não haveria tempo passado; que se não houvesse os acontecimentos, não haveria tempo futuro; e que se nada existisse agora, não haveria tempo presente (Agostinho, 2002: 268).

No mundo moderno a resposta é, obviamente, diferente. Os indivíduos passam por um processo de aprendizagem que identifica o tempo através da analogia com a medida dos ponteiros dos relógios. É um erro, porém, pensar que o relógio mede o tempo. Ele é na verdade, apenas um processo físico socialmente padronizado pelos homens para comparar elementos que se relacionam na duração. Orienta e harmoniza os comportamentos humanos,

adaptando-os aos fenômenos naturais. Segundo Elias (1998:13), a marcação do tempo atende às necessidades dos homens de comparar processos sociais ou seqüências de acontecimentos que ocorrem no fluxo ininterrupto do devir. Para isso, os homens recorrem a uma segunda sucessão de acontecimentos que obedeçam a certos modelos seqüenciais regulares e obedientes à uma mesma lei de repetibilidade. O movimento aparente do sol e o movimento dos ponteiros de um relógio são exemplos dessa espécie de mecanismo seqüencial que age como unidade de referência e meio de comparação para seqüências de acontecimentos que não podem ser diretamente relacionados em função de seu caráter sucessivo e irreversível. “Em sua qualidade de símbolos reguladores e cognitivos, essas unidades de referência adquirem a significação de unidades de tempo” (Elias, 1998: 13).

O fato, portanto, de um segundo significar “a unidade de medida de tempo, no sistema internacional, igual à fração 1/315569259747 do ano tópico de 1900” (Ferreira, 1997: 1562), demonstra apenas o nível de desenvolvimento das instituições sociais que difundem seu conhecimento, assim como das experiências que o indivíduo agrega à sua personalidade desde a infância. Sob esse ponto de vista, o que comumente compreende-se por tempo é o símbolo de uma instituição social que age no sentido de disciplinar a sensibilidade do indivíduo em relação à duração e que contribui decisivamente para formar nossos hábitos sociais (Elias,1998).

Da definição de Elias devemos reter a crítica ao processo de naturalização por que passou o conceito de tempo, oriundo das Ciências da Natureza. Nesse sentido, a última reflexão de Kant exposta neste texto, relacionando o tempo à sensibilidade, à intuição interna do sujeito que percebe os objetos que o cercam, destaca um princípio fundamental. Se ao sujeito que intui, sente e percebe o tempo são proporcionadas as mais diversas formas de estar-no-mundo, então podemos concluir que sua intuição, sensação e percepção será afetada, refletindo-se na *forma* como vive o tempo: na angústia, na lembrança, na expectativa, pressa, tédio, esquecimento, distração etc. Sob essa ótica, o conceito de tempo passa a estar atrelado a unidades políticas e sociais de ação, a indivíduos e organizações que podem apresentar concepções temporais

diferentes (convergentes, superpostos ou conflitantes), mas operados concomitantemente.

Daí a insistência de Pomian (1984) em pensar o conceito de tempo em sua pluralidade. Apesar de fundamentado sobre a mudança, que contribui para conferir-lhe sua diversidade, o tempo não equivale a mudança. Teríamos, segundo o autor, uma enorme diversidade de tempos, divididos seja por seu caráter qualitativo (como o tempo político ou o tempo litúrgico) ou quantitativo (do relógio, do cosmológico). Mais importante nas reflexões daquele autor é o fato de o mesmo procurar realçar o caráter construtivo do sentido do tempo a partir do que chama de *Arquitetura temporal*: entrecruzamento, a acomodação de diversos componentes, superpostos uns aos outros à medida que a sociedade se desenvolve, tornando-se assim, o tempo por si mesmo, um objeto temporal.

> Toda arquitetura temporal é, portanto, ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, apesar de o grau de separação desses dois aspectos serem historicamente e psicologicamente variáveis, esta separação nunca é determinada. (...) E toda arquitetura temporal contém em si um presente que foi seu passado, não sobre sua forma original, mas sob aquilo que recebeu no curso de sucessivas reintegrações de formas posteriormente reunidas que provocaram, cada uma, uma nova distorção do passado e cujo efeito cumulativo é tão importante quanto o passado mais longínquo e coberto por um número cada vez maior de sucessivas camadas, cada vez mais recentes (Pomian, 1984: 331).

Para Ricoeur (2001: 193-195), Pomian, ao tomar o tempo como objeto de reflexão incide em três equívocos. Primeiro, ignoraria a separação entre natureza e história, o que o autoriza a falar de uma história cósmica, de uma história da terra, fazendo com que ao mesmo tempo, história humana se transforme em apenas um de seus segmentos. Segundo, o autor ignoraria que uma das propriedades do tempo é sua amorfidade, ou seja ignoraria que sua forma e conteúdo são dados pelos indivíduos que agem, sofrem a ação ou narram um evento. Por último, Pomian suprimiria a idéia de um tempo global, fragmentando-o e ao mesmo tempo não apontando como acontece a relação entre os diversos tempos locais. É necessário ponderar porém, sobre o que é o tempo global, senão uma criação, assim como sua segmentação. Além disso as conseqüências da exacerbada separação entre história e natureza, como duas esferas distintas é que levou à dicotomia institucionalizada entre os fenômenos que se referem à natureza e aqueles relacionados à sociedade e, em última

análise, à moderna fetichização da idéia de tempo. Fato esse ignorado pela crítica de Ricoeur. Assim, acredito que o núcleo central do trabalho de Pomian possui uma ação enriquecedora em relação à problemática do tempo. Essa ação é comprovada na influência exercida em Hartog (2003), ao recorrer ao termo *regime de historicidade*. Duas importantes acepções são aqui elaboradas: por um lado, por regime de historicidade entende-se a forma como uma sociedade trata seu passado e o representa. Numa acepção mais complexa, regime de historicidade serve para designar a modalidade de consciência de si mesma de uma comunidade humana.

> Um regime de historicidade, escreve o autor, não é, aliás, uma entidade metafísica, que desce do céu e que possui alcance universal. Ele não é a expressão de uma ordem dominante do tempo. Constituindo de diferentes regimes de temporalidade, ele é, por fim, uma forma de traduzir e ordenar as experiências do tempo – de maneira a articular passado, presente e futuro – e produzir sentido (Hartog, 2003: 1118).

Através da comparação entre os diferentes modos de produção do sentido do tempo, a atenção aos regimes de historicidade garantiria acesso a indivíduos, instituições, organizações e sociedades (tanto do passado quanto do presente), cada qual com ritmos temporais próprios, inerentes a suas formas de atuação.

O abandono da dimensão linear do tempo permite pensa-lo como um conceito relacional, a partir dos múltiplos estratos ou camadas temporais que se articulam em diferentes dimensões e profundidades no decorrer dos acontecimentos (Koselleck, 2001). Daí a insistência de Koselleck em pensar o tempo histórico a partir da diversidade de relações que o presente mantêm com seus futuros e passados, cada qual suscitando diferentes soluções para o mesmo (Reis, 1994: 80-85). Para o autor é possível encontrar três modalidades dessa experiência temporal. A primeira delas, trata da noção de *irreversibilidade dos acontecimentos*, ou seja, o sentido de um antes e um depois dentro de uma série de contextos: sabemos que somente após ter recebido a negativa de seus pedidos ao Senado romano, é que Júlio César atravessou o Ribicón com seus exércitos em direção a Roma, assim como sabemos que à saída de Aarão Reis, sucedeu-lhe na chefia das obras para a construção de Belo Horizonte, Francisco Bicalho. Depois, o sentido de *repetibilidade dos acontecimentos*, através da

suposição da identidade de dois eventos, ou do retorno de conjunturas: Marx brincava com tal noção na abertura de seu *18 de Brumário de Luiz Bonaparte* ao apontar a ocorrência dupla de um mesmo e evento e indivíduo na história, "a primeira como tragédia, a segunda como farsa", mas é também ilustrativo dessa modalidade a tentativa de identificação por parte de Getúlio Vargas, entre o antigo e o "novo" bandeirantismo, entre a antiga e a nova "marcha para o Oeste". Por último, é possível identificar uma modalidade de experiência temporal baseada na *simultaneidade do anacronismo*, através da percepção distinta sobre a duração do tempo segundo os distintos sujeitos partícipes de um evento. Como veremos mais adiante, numa sociedade tradicional que passa por um processo de modernização o sentido do "antes de" e "depois de" tornam-se latentes, encarregando-se a memória do grupo de elaborar uma interpretação autônoma à outros grupos sociais que não passaram pela mesma experiência.

> De uma combinação destes três critérios formais é possível deduzir conceitualmente o progresso, a decadência, a aceleração ou o atraso, o 'ainda não' e o 'não mais', o 'antes de' ou o 'depois de', o 'demasiadamente rápido' ou o 'demasiadamente tarde', a situação e a permanência – e quantas determinações diferentes seja necessário – para poder tornar visíveis movimentos concretos. (Koselleck, 1993: 130).

Os registros lingüísticos são, neste caso, conectores privilegiados para a investigação histórica visto que a linguagem pode codificar, através de sua cristalização, momentos de mudança, permanência e futuridade de uma conjuntura histórica – o mundo social dos indivíduos do passado: "cada palavra, incluindo cada nome, indica sua possibilidade lingüística para além do fenômeno particular que descreve ou domina" (Koselleck, 1993: 123).

Mas essa conclusão não deve se restringir às fontes escritas. É possível acessar esse mundo composto por expectativas projetadas, cumpridas, frustradas ou concorrentes que se realizaram no passado através de qualquer indício material legado pelo passado. "Qualquer acontecimento histórico encerra qualidades temporais tanto em sua realização quanto em sua recepção" afirmou com precisão Koselleck (1993:148). Neste caso é possível pensar que *todos* os tipos de vestígios do passado preservam uma mesma característica. Por um lado, a realização de uma ação é feita no tempo e sofre influência direta das condições estruturais e conjunturais que a envolvem. Por outro lado, suas qualidades

temporais também estão expressas na constituição de um “antes” e um “depois” na consciência do indivíduo que age e procura compreender a si e o mundo que o cerca: constroem um sentido e, portanto, mesmo que de forma primitiva, elaboram uma *narrativa* sobre o seu mundo. Essa afirmação, no entanto, se sustenta apenas na medida em que pudermos identificar os elementos fundamentais que permitam, por parte da historiografia contemporânea, situar a narrativa como instrumento privilegiado para compreender, explicar e mobilizar as capacidades cognitivas e orientadoras da experiência do tempo e da história (seja individual ou coletiva) para o presente.

A Narrativa como expressão da experiência humana

O termo narração não é novo e confunde-se em muitos casos com o ofício do historiador. Uma definição rápida identifica o ato de narrar com o de historiar: é a designação de alguém que conta uma história. “Narrar é uma realização lingüística mediata que tem por finalidade comunicar a um ou mais interlocutores uma série de acontecimentos, de modo a fazê-lo(s) tomar parte no conhecimento deles, alargando assim o seu contexto pragmático” (Segre, 1989:59).

Não é minha proposta questionar a relação existente entre narrativa histórica e narrativa de ficção. Importa, neste momento, identificar os princípios normativos que possibilitam a construção de um conceito de narrativa que funcione como indicador heurístico para o auxílio da prática historiadora. Tanto em termos *explicativos* – como ela organiza a realidade, através da construção de relações causais, da eliminação ou mascaramento de anacronismos e da valoração de certos eventos em detrimento de outros ou da elaboração de um enredo – quanto em relação ao seu caráter *orientador* – ao dotar o mundo da ação, individual ou coletivo, de um sentido via ação comunicativa, e *retórico* – efetuado através dos elementos lingüísticos e extra-linguísticos que expressam suas intenções passadas ou presentes. Essas três características reunidas definem as fronteiras operatórias desse conceito para os limitados interesses deste trabalho.

O valor explicativo

O primeiro desses princípios normativos desenvolveu-se como conseqüência da tentativa de definição do valor da explicação histórica no interior da Filosofia Analítica da História[8]. Com uma preocupação fundamentalmente conceitual, os debates realizados a partir da década de 1940 estavam direcionados à análise dos conceitos que eram utilizados no interior das obras historiográficas e ao modo como eram empregados. Esse objetivo os levava a recolocar de forma crítica as questões antes predominantemente aceitas acerca da natureza e dos problemas do conhecimento histórico (Gardiner, 2004).

Um dos textos que impulsionaram tais discussões foi *A função de leis gerais em história* de 1942 cuja autoria é de Carl G. Hempel, um filósofo cuja produção está vinculada a temas como epistemologia e lógica dedutiva. Seu objetivo era demonstrar que as leis gerais têm na história as mesmas funções que nas ciências naturais, sendo instrumentos indispensáveis à investigação histórica[9]. Hempel partia, assim, da suposição da existência de um *corpus* metodologicamente unificado para todas as ciências, garantindo à explicação histórica validade similar à explicação das Ciências da Natureza. Por explicação científica aquele autor entendia a construção de uma série de afirmações que assegurassem, por um lado, a ocorrência de determinados eventos em certos tempos e lugares (que chama de *condições determinantes* da explicação do evento) e por outro, hipóteses universais em que se baseiam as explicações[10].

---

[8] A filosofia analítica orienta-se para trabalhos que levam em consideração a lógica e a linguagem corrente. Tais obras estão vinculadas diretamente aos trabalhos desenvolvidos pelo Círculo de Viena e pelo Positivismo Lógico, apresentando por um lado, tendência anti-idealista, atenção às questões vinculadas à linguagem e formalismo conceitual. Ao contrário das filosofias de tipo especulativo (cujo modelo básico está contido na obra de Hegel) a filosofia analítica procura repensar os procedimentos, métodos, linguagem, formas de classificação e ordenação, quando da produção de uma obra histórica, de forma mais crítica. A heterogeneidade de tal corrente está clara quando percebe-se as influências intelectuais tanto de Ryle, Wittgenstein, Russel e Austin, entre outros em seu meio. (Mora, 1994, Gardiner, 2004).

[9] Para Hempel (Gardiner, 2004: 422), a lei deve ser entendida como "uma afirmação de forma condicional e universal capaz de ser confirmada ou afirmada por meio de adequadas descobertas empíricas". Sua função principal é combinar os eventos em fórmulas que tem por objetivo explicar e prever um determinado evento.

[10] É importante assinalar que na concepção de Hempel, os elementos constituintes da explicação científica não podem ser identificados com os eventos individuais, mas com as propriedades dos eventos (um eclipse da lua, um terremoto etc) ou um objeto empírico num tempo determinado, abrangendo, portanto, neste conceito, qualquer evento notável. A partir de uma crítica velada à

Ora, a fragilidade da tentativa de aproximação do modelo nomológico pela história, praticada por Hempel pode ser indicada a partir de duas questões: primeiro, relacionado à sua noção de evento, que tem como uma de suas características a repetibilidade. Elemento este que não respeita a especificidade do fato histórico, sua individualidade temporal e irredutibilidade individual. Ao mesmo tempo, ao relacionar conceitos de causa, explicação e previsão, Hempel ignora a complexidade do estatuto causal dentro da explicação histórica e, ao mesmo tempo, o conduz a uma falsa noção de previsibilidade, ao pensá-la em termos de previsão invertida, como criticou Ricoeur (1994).

O texto de Hempel suscitou uma série de discussões dentro e fora de sua própria área de estudos. As críticas mais incisivas ao modelo de Hempel foram produzidas por Willian Dray, ao apontar como um dos problemas fundamentais de Hempel, sua tentativa de estabelecer *a priori* o significado da explicação histórica, ao invés de procurar descobrir primeiro e de forma empírica o que os historiadores consideram como explicação. Ora, a subordinação a uma lei não é condição suficiente para a elaboração da explicação histórica. Nenhum historiador reconheceria tal condição como suficiente para relacionar dois acontecimentos. Tal idéia vem imbuída de que acontecimentos intrinsecamente relacionados conforme uma lei que estabeleça causa e efeito, teriam uma ocorrência natural no devir histórico. É nesse sentido que Hempel pode ser objetado, visto que o mesmo,

> apenas toma em conta explicações de por que os eventos efetivamente ocorreram, enquanto os historiadores oferecem, freqüentemente, explicações de tipos muito diversos, alguns dos quais não buscam, absolutamente, responder a 'porquês'. (Dray, 1957: 33)[11].

---

filosofia idealista, o autor assume a postura de que a explicação de um evento só poderia se dar em termos de causa e efeito e ao mesmo tempo, se for possível, sua associação a leis gerais.

[11] Evidentemente que tal objeção também deve ser submetida a juízo, visto que carrega em si uma má colocação do problema da explicação histórica. Mesmo que não esteja explicitada em termos de conectivos, toda narrativa histórica visa responder a uma pergunta inicialmente proposta, ao contrário do que expõe Dray. Além disso, é impossível admitir que um acontecimento é explicado quando consegue captar o objetivo previsto pelo ator, ou seja, determinando a sua intencionalidade, como num modelo racional. E mesmo que assim o fosse, mesmo que pudéssemos estabelecer leis ou regras que explicassem as ações humanas em determinadas situações – no presente, no passado e no futuro – tais explicações não fariam nenhum progresso visto que não dariam condições de compreender o "porque" dessa reação sempre igual. Ou seja, não seria possível proceder a uma reconstrução interior de tais motivações (Aron, 1996: 135-136).

Há que se destacar na proposta de Dray a fixação de uma efetiva dependência entre o tipo de explicação elaborada pelo historiador e o sentido da pergunta que o mesmo deseja responder, o que levaria, em última análise, à inversão do modelo explicativo causal clássico em virtude de uma nova derivação do evento estudado. Isso ocorre dentro do campo da história porque a função da explicação na história não é de mostrar aquilo que pode (ou deve) sempre ocorrer dentro de certas circunstâncias, mas consiste em tornar inteligível aquilo que é explicado. Na explicação histórica verificamos o significado de um evento histórico ao observar a que ele conduziu, assim como aquilo que lhe deu origem. O que, nesse sentido, descartaria uma típica explicação a partir de leis globais que tem por princípio uma relação causal tipo "X, Y e Z levaram a Q".

Em sua crítica à noção de "relatividade das causas" Dray reforça a concepção de que os juízos causais são relativos aos indivíduos que os elaboram. São, portanto, "pontos de vista", às vezes discordantes, que impõem uma limitação ao conceito de causa e abre espaço para a construção de modelos relativistas de interpretação histórica baseados nos pontos de vista do intérprete. No exemplo de Dray a respeito das múltiplas interpretações históricas sobre as causas da Guerra Civil Americana, o autor conclui que "os historiadores, mais cedo ou mais tarde, quase sempre isolam certos atos, acontecimentos ou cirrcunstâncias desse todo narrativo, erigindo-as em causas do surgimento da guerra" (Dray, 1957: 73).

Mesmo não se aprofundando na questão da importância dos elementos pré-figuratórios da narrativa, Dray estará a meio caminho da elaboração das teorias narrativistas que se desenvolveriam anos depois.

Os primeiros questionamentos à estrutura interna da explicação histórica citados anteriormente tem relação imediata com as criticas ao paradigma moderno e às mudanças temáticas e de escala que já se tornavam notórios dentro da historiografia ao final da década de 1960. Essa redefinição do papel da narrativa dentro da historiografia foi interpretada por Lowrence Stone como o fim de uma era na prática historiadora. Isto é,

> o fim da tentativa de criar uma explicação científica coerente sobre a transformação no passado. O determinismo econômico e demográfico faliu frente às evidências, mas não surgiu nenhum modelo determinista completo, baseado na política, na psicologia ou na cultura para ocupar seu lugar. O estruturalismo e o funcionalismo não se mostraram muitos

> melhores. A metodologia quantitativa se revelou um caniço bastante frágil, capaz de responder apenas a um leque restrito de problemas. Levados a escolher entre modelos estatísticos a priori do comportamento humano e uma compreensão baseada na observação, na experiência, no julgamento e na intuição, alguns dos novos historiadores agora tendem a recuar em direção à segunda modalidade de interpretação do passado (Stone, 1991: 32)[12].

Para esse tema, convergiram as concepções narrativistas acerca da história[13], convidando a historiografia a revisitar as potencialidades existentes na representação do passado através da ênfase nos problemas intrínsecos à linguagem utilizada pelo historiador. Essa "natureza inelutavelmente poética do trabalho do historiador" (White, 1995: 13) torna-se assim um empreendimento mediador visto que seu intuito é "*construir* o terreno onde se pode decidir *o que contará como um fato* na matéria em consideração e determinar *qual o modo de compreensão* mais adequado ao entendimento dos fatos assim constituídos" (White, 2001: 16, grifos do autor). O problema de uma tal análise localiza-se na argumentação formalista utilizada pelo autor para defender tal aproximação. Assim, seria através do ato pré-configuratório – pré-crítico e pré-cognitivo –, exercido pelo historiador no sentido de determinar um conjunto de

---

[12] O problema do diagnóstico de Stone está na superficialidade do tratamento da questão: "A história narrativa se distingue da história estrutural por dois aspectos essenciais: sua disposição é mais descritiva do que analítica e seu enfoque central diz respeito ao homem e não às circunstâncias" (Stone, 1991, 14). Ignorando, entre outras coisas, o caráter produtor do real, da narrativa.

[13] As considerações sobre as outras influências existentes dentro das concepções narrativistas não serão aqui objeto de meu interesse, apesar de merecerem um pouco mais de atenção. Uma delas, em especial, o chamado "linguístic turn", faz crítica ao sistema de representação moderno que estabelece as condições de existência da verdade. Nascido da crise das hermenêuticas tradicionais engloba uma série de concepções pouco homogêneas. Por um lado, os estudos nessa área evidenciam que os problemas filosóficos não podem ser resolvidos ou dissolvidos a não ser mediante uma reforma da linguagem ou uma melhor compreensão da linguagem que usamos no presente. Além de revelarem certa associação com a escola analítica e com as filosofias de Ayer e Wittgeistein, trabalha com a idéia de que o nosso conhecimento do mundo não é factual, mas lingüístico, não desvendando o comportamento dos objetos (físicos ou mentais) mas apenas as conseqüências formais daquelas definições. Ao mesmo tempo, a crítica às concepções modernas de ciência são uma marca daquela tendência, através do abandono da noção de conhecimento como representação exata. Para Richard Rorty, por exemplo, a filosofia não funda nem legitima as pretensões ao conhecimento de outras disciplinas. As certezas existentes dentro do conhecimento moderno são aqui abandonadas visto que aquilo que se toma por Verdade depende da emergência de um estilo de pensar acerca da verdade e da falsidade que estabelece as condições para que uma proposição possa ser considerada verdadeira ou falsa. Ao mesmo tempo, o autor renuncia a uma perspectiva de relativismo absoluto visto que "Si las verdades son simplesmente ficciones convenientes, ¿ qué ocurre com la verdad de la afirmación de que eso es lo que son? ¿También es uma ficción conveniente? ¿Conveniente para qué? ¿Para quién?" (Palti, 1998: 297-298).

acontecimentos como objetos possíveis de serem conhecidos, que a historiografia iniciaria seu trabalho poético de reconstrução dos acontecimentos passados.

A ênfase nas diversas modalidades dos estilos historiográficos é outro ponto que merece atenção por constituírem-se, segundo White, níveis superiores de formalização àquelas prefigurações poéticas que se articulam com um tipo de estratégia narrativa. É essa articulação que constrói o efeito explicativo do texto. Por isso é que, para aquele autor,

> A decisão de um historiador convencional de tomar ao pé da letra as declarações de intenção consciente de agentes históricos não é mais nem menos legítima do que a decisão do determinista materialista de reduzir a intenção consciente à condição de efeito de uma causa mais básica, psicofísica, ou a do idealista de interpreta-la como função de um mais geral 'espírito da época'. Essas decisões têm origem em concepções mais básicas da forma que as teorias históricas devem presumivelmente assumir (White, 2001: 437).

O que H. White faz é condicionar a obra histórica a uma espécie de classificação de acordo com diferentes *tropos* (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia), teorias de verdade (formismo, mecanicismo, organicismo e contextualismo), estruturas arquetípicas de enredo (estória romanesca, tragédia, comédia e sátira) e estratégias de implicação ideológica (anarquismo, radicalismo, conservantismo e liberalismo). Mas, ao mesmo tempo, a validação de tais modelos conceituais depende também da coerência das visões no campo histórico e não da natureza dos dados utilizados e nem das teorias que são utilizadas para explicá-los. Além da diferença de ênfase no tratamento da relação entre continuidade e mudança na representação do processo histórico (enredo) como fatores determinantes da escrita da história, o formalismo de White desconsidera qualquer pretensão de veracidade da história, concebendo tal exigência apenas como a preferência por um tipo de conceitualização "cujas bases são morais ou estéticas, mas cuja justificação epistemológica ainda está por estabelecer" (White, 2001: 14).[14] Ao mesmo tempo, entretanto, trata os tropos por ele identificados não somente como pré-figurações que dão origem às historiografias e às filosofias da história por ele analisadas, mas identifica-as com a única via de acesso à realidade histórica. O que equivale dizer que White

[14] H. White não nega que seja possível o conhecimento da história, mas que seja possível um conhecimento científico "do tipo alcançado no estudo da natureza física". (White, 2001, 38).

substitui um tipo de determinismo (econômico, idealista, etc.) por outro, o *tropo*, ao mesmo tempo que reafirma sua posição relativista (Ricoeur, 1994).

Pensada como "artifício de imaginação" que constrói as relações necessárias à constituição dos eventos – sua seqüência e seu significado – a narrativa ganha dentro da matriz pós-moderna uma autonomia até então não sustentada. Além disso, a capacidade organizadora da narrativa colocaria tal categoria como uma das determinantes externas da escrita da história garantindo, inclusive, a unidade de sentido que, outrora foi reivindicado à princípios supra-humanos ou trans-históricos (as filosofias da história). Assim, para além do mesmo artifício de linguagem, a narrativa possui um valor estruturante, organizador e explicativo da realidade.

O valor orientador

O desafio que se estabelece a partir dessas considerações iniciais, reside no questionamento sobre a relação entre a construção narrativa e a vida, sobre sua capacidade de ir além da organização e hierarquização de eventos, de produzir um sentido para essa ação.

Sobre este ponto, é importante destacar o valor que a narrativa possui antes mesmo da reflexão disciplinar sobre o passado. Para Carr (1991), narrativa e vida se encontram fundidas, para constituir a história de nossa própria trajetória individual sob dois aspectos claramente observáveis: primeiro, porque podemos compreender nossas próprias vidas como uma história através da ordenação os eventos ocorridos. Segundo, porque em termos formais, existe uma similaridade entre narrativa e realidade (entendida aqui como a experiência humana), uma "comunidade de forma", que nos permite compreender o que uma pessoa sente ou pensa sobre sua vida da mesma maneira como compreendemos a nossa, através da adoção, no presente, de um ponto de vista baseado num futuro retrospectivo. Isto nos garante a constituição de uma estrutura narrativa para a ação baseada num início, num meio e num final. Neste caso a narrativa é uma estrutura inerente à compreensão dos eventos, ocorrendo *com* o evento, e não *após* o evento. "Após a ação nós geralmente estendemos e refinamos (e talvez

sutilmente alteramos) a história original – isto é, a história que contamos sobre o que nós estamos fazendo no momento em que nós estamos fazendo" (Stanford, SD: 101). Nas palavras de Carr (1991: 61).

> estamos constantemente nos esforçando, com mais ou menos sucesso, para ocupar a posição de narrador de nossas próprias ações. (...) Quando perguntamos 'o que nós estamos fazendo?', nós esperamos responder com uma estória, completa, com início, meio e fim, uma avaliação ou reavaliação que é simultaneamente descrição e justificação.

Tal anotação pode ser aplicada tanto em nível individual quanto coletivo. Isto porque é através da narrativa que aprendemos a temporalidade de nossa existência social e dotamos de coerência nossa vida cotidiana (Rusen, 2001).

O ato de narrar é, portanto, parte constitutiva da vida e torna o narrador, ao mesmo tempo, expectador e agente no interior de sua própria narração. Confrontado com a inevitabilidade da morte (ou, no caso da comunidade, com a tendência à fragmentação e dissolução de seus laços sociais) resta ao homem interpretar a finitude e fragilidade da sua existência naquilo que ela possui de mais concreto: em seu agir.

Em *Tempo e Narrativa* Ricoeur (1994: 15) segue uma tese semelhante ao afirmar que a função narrativa articula a experiência humana através de uma tentativa de, dialogicamente, gerar sentido para si e para o mundo em função dos interesses do presente. Sentido é entendido aqui como a categoria da experiência humana que articula percepção, interpretação, orientação e motivação com o agir e pensar dos indivíduos sobre si mesmo e sobre o mundo (Rusen, 2001: 156). Ele garante a consistência e a manutenção da identidade individual e coletiva ao relacionar mudança e continuidade dentro de uma mesma representação do devir humano. Ricoeur (1997) também aproxima a questão da narrativa à constituição da orientação existencial através da função mediadora exercida pela identidade narrativa na constituição da identidade pessoal e coletiva.

À pergunta "quem é você?" Ricoeur propõe uma resposta que vai além da enunciação de um nome. Propõe a reflexão do sujeito da ação sobre si mesmo, sobre sua vida, sobre os eventos e as circunstâncias que darão suporte ao seu nome. Para o autor, essa reflexão só pode ser produzida via narração de

uma vida. Tanto em relação a uma individualidade quanto a uma comunidade, visto que "indivíduo e comunidade constitui-se em sua identidade ao receberem tais narrativas, que se tornam para um e para outro sua história efetiva" (Ricoeur, 1997:425). A identidade narrativa pode incluir tanto a mudança quanto a substância na descrição de uma história. Isto porque, através da memória, "leitor" e "escritor" tornam-se um só[15]. Afinal, a história de uma vida não deixa de ser constantemente reconfigurada de acordo com as experiências agregadas no decorrer de nossas vidas: "o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes" (Benjamim, 1994: 201). Neste caso, o processo de compreensão de si mesmo ocorre via junção, articulação dos fragmentos memoriais produzidos por nossa experiência cotidiana (Dartiegues, 1998: 11). Reconhecemo-nos nas histórias que narramos sobre nós mesmos ou sobre o nosso grupo porque a construção temporal que forja a sua identidade ultrapassa a instância individual: "o pertencimento ao grupo aponta para a inserção do indivíduo em uma entidade que possui uma história que, em geral, é muito anterior a sua história pessoal e que, por conseguinte, possui uma narrativa própria." (Berbet Jr., 2005:163). Assim, a identidade narrativa age como instrumento mediador na definição da identidade porque estabelece uma conexão e uma unidade – mesmo que provisória – entre acontecimentos dispares, ou seja, ou seja ao fazer com que o indivíduo compreenda-se em seu agir, a narrativa produz coesão para a vida.

Chegamos à conclusão, portanto, de que toda narrativa – lingüisticamente articulada, ou concretizada em elementos que permitem sua leitura como uma operação comunicativa direcionada ao seu contexto de produção – caracteriza-se por, além de gerar sentido sobre a experiência do tempo, ser parte constitutiva da própria ação humana e por contribuir para a sua (auto)compreensão via capacidade argumentativa.

---

[15] Ao analisar a construção da narrativa histórica de Heródoto, François Hartog (1999) considera que na arte do convencimento é fundamental entre outras coisas, a forma como enunciamos nossa narrativa. Manejamos nosso relato segundo a escolha de um *thomá* (maravilha, ação, feito ou objeto digno de memória) – que por um lado é uma escolha pessoal (aquilo que é maravilhoso para mim), mas também uma escolha que é feita em função daqueles para o qual meu discurso se destina. Portanto o que se considera ser importante ou extraordinário do ponto de vista de um *nós* que une emissor e destinatário numa só imagem.

O valor retórico

A questão a ser colocada agora está relacionada aos modos de utilização da capacidade comunicativa e criadora da narrativa, e de seus emissores – tanto em termos de indivíduos quanto de lugares sociais – de gerar consenso. O conceito de retórica torna-se, neste caso, objeto privilegiado para essa exploração. Para La Capra (1985: 16-18) seriam três as grandes orientações sobre o uso da retórica: a) uma tentativa de revisão da antiga concepção de retórica à luz da lingüística moderna e da análise do discurso ou em direção a temas relativos à argumentação, à natureza da oratória ou à relação entre *inventio* (idéias, argumentos) *dispositio* (composição) e *elocutio* (escolha e combinação de palavras); b) o interesse na elaboração de teorias figurativas, tropos e usos literários ou poéticos da linguagem; c) o foco concentrado nos problemas da persuasão e da audiência.

Dessas três grandes tendências, duas nos interessam em particular, por expandir o conceito de retórica para além do campo da irracionalidade[16] e por compreender o elemento narrativo como produtor da realidade, além de mero indicador de seu contexto de aplicação. É o que faz, por exemplo, Skinner (1999:22) que, partindo da constatação de Wittgenstein de que "palavras também são atos", vincula a força de uma narrativa não por seus critérios de veracidade ou falsidade, mas fundamentalmente por seu critério performativo[17]: "A essência

[16] Índice da existência de uma racionalidade diferente daquele criado pela lógica – cuja expressão mais vulgar está nos princípios cartesianos – para as Ciências do Espírito, a retórica, segundo as palavras de La Capra, "não pode ser inteiramente subordinada a um modelo científico restrito, tampouco poderia ser construída em termos puramente instrumentais ou mais ou menos propagandísticos. Retórica como um mero instrumento para percorrer fins – em síntese, como uma tecnologia lingüística – é ela própria uma redução da variante moderna da mais tradicional idéia de uma coleção de estratégias e táticas para garantir a persuasão de outro na perseguição de metas individuais restritas" (1985: 35-36). Tal depreciação ocorreu em virtude da predominância da concepção totalizadora universalista de racionalidade, identificada com a lógica matemática. Perelman (apud. Pessanha, 1972: 232) contrapõe esse tipo de razão instrumental à razão histórica, à "uma razão que se manifesta na deliberação e na argumentação; não vincula verdades intemporais umas às outras, mas permite passar da adesão – efetiva ou pressuposta – a certas teses, à adesão a outras teses que se trata de promover". Já Gadamer (1999; 2002) vê na retórica um dos fundamentos históricos das Ciências Humanas. Neste caso, o cerne das Ciências Humanas estaria no plausível e no provável, segundo a lógica da verossimilhança e não no demonstrável.

[17] Segundo Jasmim & Gantus Jr. (2006: 19) a metodologia de Skinner apresenta uma tendência collingwoodiana – toda a ação historicamente significativa deve ser reconstituída tendo em vista o pensamento do agente que o efetuou –, parte da premissa de que para se entender textos de teoria política do passado "é necessário que se leve a sério os significados que eles tinham em

de meu método consiste em tentar situar esses textos em contextos que nos permitam, por sua vez, identificar o que seus autores estavam fazendo ao escrevê-los". Apesar de não levar em consideração o significado que um texto possui para o público de leitores ao qual ele é destinado, ou seja, de não pensá-lo nos termos de sua recepção, o autor destaca-se por indicar a necessidade de nos atentarmos para o resgate das intenções do autor, de seu conteúdo original através da ênfase na força do elemento *ilocucionário* de uma narrativa. Uma obra é, neste caso, antes de mais nada, a realização prática das idéias do autor, definidas pelo contexto social e lingüístico no qual se insere, e pelo campo de forças que atua naquele momento. Daí a necessidade de reconhecimento da dupla dimensão de uma obra (não somente de teoria política como se restringe Skinner):

> a correta compreensão de uma idéia ou teoria só poderia se dar pela sua apreensão no interior do *contexto* em que foram produzidas. Resulta também que o objeto da análise historiográfica é deslocado da idéia para o autor, do conteúdo abstrato da doutrina para a ação ou *performance* concreta do ator num jogo de linguagem historicamente dado (Gantus Jr., 2005: 28).

Dessa tripla condição, inerente ao conceito de narrativa – como necessidade explicativa, mecanismo de orientação, e como capacidade comunicativa visando a constituição ou fortalecimento do consenso – vali-me para estabelecer o princípio de observação das fontes neste trabalho. Suas duas partes procuram responder à indagação sobre como as narrativas elaboradas nos períodos de construção das três capitais dimensionam e mobilizam as expectativas dos homens do passado, cristalizando uma determinada representação sobre aquele tempo.

Essa capacidade mobilizadora da narrativa em relação ao passado será aqui analisada sob três óticas diferentes: sob a forma de elaboração mnemônica, como *verum factum* documental e como reconstituição intelectual. Que regimes de historicidade foram projetados pelas narrativas históricas pioneiras das novas capitais? Como a obra de Padre Francisco Martins Dias expressa a dicotomia entre as formas de temporalidade anteriores e posteriores à

---

seu contexto histórico original. Essa 'virada historicista' é parte do movimento mais amplo da filosofia do século XX denominado 'virada linguística', pois seu objeto de estudo, a relação entre texto e contexto, e suas abordagens centrais, são eminentemente lingüísticas".

construção de Belo Horizonte? Que horizonte de expectativa domina a narrativa obtusa de Ofélia Sócrates Monteiro do Nascimento e como o mesmo expressa a distribuição de forças dentro da estrutura política do estado de Goiás no período? Quais os objetivos da *Coleção Brasília* ao reconstituir a história do processo de interiorização da capital do Brasil através de um relato cronológico e documentado que remonta aos primeiros momentos de ocupação portuguesa do território? Em que medida tais obras funcionaram como ponto de fixação sobre as narrativas históricas que se seguiram e cristalizaram o sentido do passado? Essas foram as perguntas que dirigiram a investigação que deu forma à primeira parte deste trabalho.

De maneira similar, na segunda parte coloquei-me a questão sobre os modos de composição narrativa implícitos no pensamento técnico-urbanístico que cercava cada uma das novas capitais e na forma com os mesmos foram utilizados para mobilizar idéias, emoções e os indivíduos ao seu redor. Que procedimentos retóricos podem ser localizados no projeto desenvolvido por Lucio Costa ao relacionar o traçado original do projeto da nova capital federal com um "gesto inicial de quem designa um local e toma posse dele: dois eixos cortando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz" (Costa, 1957) e qual a sua eficácia em relação ao campo de experiência que cercava o Concurso para o Plano Piloto? De maneira similar, qual a intenção da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas ao preservar um rico material sobre todo o processo construtivo e inserir na planta urbana da nova capital tantas referências históricas nos nomes de ruas, praças e avenidas? O que reside no interior do desejo de homenagear personagens, estados, cidades e riquezas nacionais dentro de um tipo de planejamento que declara primar pela racionalidade e pela neutralidade política? Quais são, enfim, as bases teóricas que orientam o processo de planejamento da cidade de Goiânia e como as mesmas foram adaptadas às circunstâncias de um estado economicamente frágil e politicamente dominado pelo executivo estadual? Que interpretação de mundo se insinua por traz do argumento da necessidade de mudança da capital?

Tais questionamentos, segundo penso, me possibilitarão recuperar as normas, valores e categorias que expressavam e, de certa maneira, construíam os limites da própria experiência humana em suas épocas. Foram eles, segundo

penso, que em última análise, sustentaram comportamentos, motivaram e orientaram o agir dos indivíduos.

PARTE I

RECONSTRUIR O PASSADO

Logo, eu não meço as sílabas, que não existem mais, mas algo que permanece gravado em minha memória. É em ti, meu espírito, que meço o tempo. (...) A impressão que em ti gravam as coisas em sua passagem, perduram ainda depois que os fatos passam. O que eu meço é esta impressão presente, e não as vibrações que a produziram e se foram.

Santo Agostinho, *Confissões*. Livro XI, capítulo 22.

Agostinho, mais precisamente Aurelius Augustinus, é considerado o indivíduo que reuniu pela primeira vez os pilares fundamentais do que hoje entendemos como Ocidente: por um lado a tradição filosófica pagã greco-romana e por outro a teologia cristã. Preocupado em responder tanto as acusações de seus opositores no seio da igreja quanto aos "hereges", o ex-professor de retórica de Cartago escreve suas *Confissões*. Nelas encontram-se algumas das mais instigantes passagens sobre a questão do tempo e da memória.

O objetivo que move a primeira parte deste trabalho também tangencia a problemática que envolvia o bispo de Hipona no momento em que produzia suas considerações confessionais. Evidentemente que tal esforço de reflexão não seguirá paralelo ao de Santo Agostinho. Este desejava em sua autobiografia, confessar seus pecados, sua fé e seu louvor ao mesmo tempo em que tentava fundamentar alguns dos temas mais importantes da teologia cristã. Meu propósito, ao contrário, é investigar as formas de mobilização do tempo histórico existentes em três obras históricas – ou seja, que tomam o passado como referência temática para a explicação de uma condição presente[18] – que, acredito eu, constituíram-se em modelos interpretativos do processo de construção das cidades de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília.

Como já havia adiantado no primeiro capítulo, essa capacidade mobilizadora da narrativa em relação ao passado será aqui analisada sob três

[18] Neste trabalho o conceito de História será abordado como forma de reconstrução da experiência humana. Sua configuração obedece a matriz disciplinar relativa ao seu contexto de produção, cujo ponto de partida é a "carência humana de orientação do agir e do sofrer os efeitos das ações do tempo". Nesse sentido, *todo o pensamento histórico* em qualquer de suas variações é uma articulação da consciência histórica, aos princípios de metodização e às formas de uma argumentação histórica racional (Rusen, 2001, 30; 2007).

óticas diferentes, de acordo com a relação que seu autor – ou autores, no último caso – constrói com determinada concepção do que seria o ofício do historiador. Para Belo Horizonte, darei maior ênfase ao trabalho ensaístico do periodista, literato e padre Francisco Martins Dias, *Traços históricos e descriptivos de Bello Horizonte*, publicado em 1897 e que procura reconstituir, via narrativa memorialista, o ambiente social no qual estava inserida a população de Curral d'El Rei e as principais transformações ocorridas no povoado com o processo de construção da nova capital mineira. Sobre a construção de Goiânia, a fonte privilegiada para minha análise será a obra de Ofélia Sócrates Monteiro do Nascimento, professora e diretora do Grupo Escolar da cidade de Goiás, que em 1938 conseguiu reunir uma série de documentos sobre o processo de construção da nova capital goiana, e traçou um perfil das principais personalidades políticas do período num livro intitulado *Como nasceu Goiânia*. Por último, minha atenção será dirigida para a *Coleção Brasília*, um ambicioso projeto histórico-documental, lançado como parte das comemorações pela inauguração da nova capital federal, em 1960, pelo Serviço de Documentação da Presidência da República que procurou reunir, numa mesma publicação, todas as informações relevantes sobre a idéia de interiorização da capital do país, remontando à fontes e referências do século XVI, assim como eventos e opiniões relacionadas ao processo construtivo.

Nestes três casos, encontramos três trabalhos de cunho histórico, mas que partem de princípios diferentes para reconstituir o passado – sob a forma de elaboração mnemônica, como *verum factum* documental ou como reconstituição intelectual – e, portanto, de avaliação do presente –, "nosso presente se situa na intersecção com um passado (do qual faz a narrativa) e de um futuro (no qual se engaja)" (Dartiegues, 1998: 21).

Existe, entretanto, um elemento comum a estes trabalhos: a forma como relaciona estes princípios de reconstituição do passado com a tradição. Essa categoria da experiência humana possui uma função vital dentro do corpo político da sociedade, proporcionando a base integrativa dos discursos com a realidade. Sua importância é variada e está relacionada ao tempo e ao lugar de sua existência. Isto porque, por um lado, "a tradição excessiva fossiliza uma ordem política, mas é igualmente certo que a tradição demasiado insuficiente mina e dissolve a comunidade e sua ordem" (Friedrich, 1974: 16-17).

Gerada através da articulação específica entre a memória coletiva e individual, a tradição possui, nesse sentido, a função de gerar coesão social a partir da formação de um vínculo afetivo entre seus partícipes. Ao mesmo tempo ela apresenta também um estatuto coercitivo, expresso pelo seu traço moral, visto que agiria como elemento classificador do indivíduo em relação ao conjunto da comunidade. Por outro lado, a tradição é importante por dar sentido à existência dos homens: é através dela que os indivíduos apreendem modos de comportamento, costumes etc. Mais que isso, é através da necessidade do permanente que surge a necessidade para a mudança. A tradição encontra-se, portanto, na essência da existência humana, como um dos elementos que suprem a carência estrutural de sentido dos indivíduos (Rusen, 2001).

A cristalização de certos padrões de comportamento, que são intrínsecos aos fundamentos da tradição, pode funcionar como mecanismo de resistência em momentos em que determinada comunidade é impelida a realizar mudanças rápidas. Neste caso, forma-se um tipo definido de reação a qualquer efetiva tentativa de mudança social cuja base argumentativa está na idéia de "respeito à tradição". Entretanto, respeito à tradição não significa, necessariamente, uma efetiva concordância com os seus fundamentos, mas a absorção de um tipo de racionalidade[19] que produz no indivíduo uma conformidade com seus fundamentos.

Para efeito de nosso estudo essa conformidade poderá ser observada em relação ao substancial controle das formas de representação do tempo na medida que aquele conceito carrega "uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência sobre o presente", além de projetar um determinado horizonte de expectativa, "pois as práticas estabelecidas são utilizadas como uma maneira de se organizar o tempo futuro" (Beck, Giddens & Lash, 1997: 80).

---

[19] O conceito de tradição é capaz de absorver racionalidade, como pode ser percebido, por exemplo, no conceito idealtípico de ação racional com relação a valores. Sendo determinada por uma crença consciente em um valor – ético, religioso etc – próprio de uma determinada conduta, o tipo ideal de tal ação social seria sempre uma ação segundo "mandatos, o de acordo com 'exigências' que o autor crê serem dirigidos a ele (e frente aos quais o autor crê ter obrigação)". Assim, tais exigências podem ser incorporadas à ação racional com relação a valores a partir de certas estruturas de convívio herdadas de gerações anteriores (Weber, 1992: 21).

Esse controle tem o objetivo de preservar e refoçar os valores considerados precedentes, desconfiando e evitando os riscos de mudança não controlada. A idealização de certos nichos do passado – não como período de tempo específico, mas como projeção de suas expectativas em relação a um tempo diferente – ou de uma parte específica da experiência coletiva é uma das estratégias mais comuns, como demonstrou Willians (1989) em seu estudo sobre as bases sociais da literatura inglesa no período da Revolução Industrial. Esse controle pode ser exercido ainda através da "invenção" de tradições (Hobsbawn & Ranger, 1997), que visam dotar determinada sociedade de coesão social, legitimidade institucional, ou mesmo inculcar idéias, sistemas de valores ou padrões de comportamento que interferem diretamente na formação da identidade do grupo.

Nesta primeira etapa tentarei situar o conceito de tradição a partir de três maneiras distintas, de acordo com a pragmática própria de cada uma das três obras históricas aqui privilegiadas e, portanto, do campo de forças que atua sobre ele (A República, a revolução e a ascensão de J.K.). O pragmatismo caracteriza-se por relacionar a verdade à manutenção de relações satisfatórias com outras partes da experiência humana, permitindo sumariá-las no presente. Nesse sentido, a verdade "é uma espécie de validação ou 'corroboração' que as idéias recebem quando são postas em uso em nossas interações com o mundo" (Moser *et. all*, 2004: 80).

No caso do padre Martins Dias, importa reconstituir o passado através de uma estratégia mnemônica que reforce certos valores, entendidos como legítimos porque existentes "desde sempre", seja em relação à origem de Curral Del Rey, à religiosidade do povoado, que é tomado como um dos fundamentos de sua identidade, ou então para tratar do processo de escolha e construção da nova capital. Para isso, seguiremos passo a passo o desenvolvimento dos argumentos utilizados pelo autor para autorizar a superioridade e a escolha do local para sediar a nova capital. É essa concatenação de argumentos que garantirá a persuasão necessária à cristalização de sua interpretação sobre o passado.

No segundo caso, o papel da tradição é invertido, situando-se como o elemento político-social que se procura superar, romper para o nascimento do novo, do moderno. Em *Como nasceu Goiânia*, a estratégia realizada é de

anulação dos referenciais da tradição, ou, quando isso não é possível, de mascaramento, como pode ser percebido na tentativa de estabelecer uma genealogia da ruptura em relação à antiga capital ou de estabelecer uma interpretação da construção de Goiânia através da analogia com a trajetória política do interventor federal Pedro Ludovico Teixeira. Neste caso, o passado é percebido não como algo que define uma comunidade, mas como o que deve ser superado. A história torna-se assim, não mais a narrativa do que se passou, mas do que estamos prestes a fazer (Dartiegues, 1998).

Por último veremos que a tradição pode ser também reorientada de forma a transformar-se num mito de origem e sustentar um sentido totalmente novo para o passado através do estabelecimento de uma cadeia causal que reúne toda a história do Brasil numa ordenação que pode ser interpretada, ao mesmo tempo, como *Preparação* e como *Ação,* eticamente comprometida com o futuro: a construção de Brasília.

Todas estas construções, apesar de encontrarem soluções narrativas diversas, procuraram legitimar os respectivos processos de transferência de capital através da reconstrução do passado e de sua mobilização no presente. Essa relação entre presente e passado foi regulada, principalmente, a partir da construção de determinadas representações temporais sobre cada um dos contextos tratados que, em última instância, funcionaram como produtores de sentido e como matrizes das suas histórias possíveis.

CAPÍTULO 1

A reconstrução do passado através da memória: *Traços Históricos e Descriptivos de Bello Horizonte*

A narração possui um caráter seletivo, visto que sua função mediadora estabelece aquilo que é narrado e narrável. Assim, é possível contar uma história de diversas maneiras, estabelecendo estratégias de esquecimentos, reconfigurando momentos, suprimindo outros, enfatizando esta ou aquela ação em detrimento de outras tantas. No contexto da disciplina história, uma narrativa assume o qualitativo de histórica quando o sentido intencionado,

> abrange um contexto narrável entre o passado, o presente e também o futuro, sentido esse no qual a experiência do passado é interpretada de forma que o presente possa ser entendido e o futuro, esperado. O sentido histórico requer três condições: formalmente, a estrutura de uma história; materialmente, a experiência do passado; funcionalmente, a orientação da vida humana prática mediante representações do passar do tempo. (Rusen, 2001: 161).

Publicado pela primeira vez em 1897, na recém inaugurada nova capital do estado de Minas Gerais, a obra do padre, literato, ensaísta e publicista Francisco Martins Dias, *Traços históricos e descriptivos de Bello Horizonte* é uma das poucas narrativas estruturadas que nos possibilita reconstituir os traços fundamentais do ambiente social e político do antigo povoado de Curral d'El Rey, local para onde seria transferida a sede do poder executivo estadual. Neste texto, padre Francisco Martins Dias tenta reconstituir as origens de Belo Horizonte, "dando ao público uma idéia do que foi o pequeno logar, em que hoje se constroe a nova capital deste Estado" (Dias, 1897: 01), auxiliando a Pátria através da história. Assim, através da história procura-se não comprometer a marcha da nação rumo ao progresso social a partir da decantada fórmula de compreender o

presente no sentido de orientar as ações futuras. Tal concepção sofre a influência do modelo de história nacional a ser instituído e seguido pelo IHGB, e concretizado seja no ensaio premiado de Von Martius, *como se deve escrever a história do Brasil*, seja nas obras dos membros daquela instituição (Diehl, 1998; Reis, 2002). Tal modelo está impregnado da concepção iluminista de entender a história com um processo linear e progressivo, no caso brasileiro, e orientado no sentido de naturalizar a missão civilizatória de Portugal em face dos índios e negros ao mesmo tempo em que forjavam a nacionalidade.

Expressa-se, por trás dessa tendência historicista e da explícita valorização da reconstituição memorialista, uma necessidade de produzir sentido a medida que o autor tem consciência da rápida aceleração do tempo pelo qual passa Belo Horizonte com a construção da nova capital. Estabelece-se ali uma dicotomia entre dois momentos distintos em sua narração. O primeiro deles é organizado por uma memória de grupo diretamente influenciada pelos costumes e tradições relevantes à comunidade existente antes do início da construção da nova capital que, como veremos, revela um tipo de sociabilidade que optava pela preservação de um estilo de vida tradicional. O segundo diz respeito ao momento em que são privilegiadas as transformações ocorridas com a construção de Belo Horizonte e os principais acontecimentos que giraram em torno de sua inauguração. Aqui o autor opta por dar ênfase a objetos que traduzam a idéia de racionalidade, rapidez, eficiência e impessoalidade, características típicas de um ambiente que estaria marcado pela dinâmica de uma modernidade em processo de incorporação. A dicotomia – e não necessariamente o conflito – entre estes dois momentos, expressa em alguns traços de sua narração, que aqui ganharam o *status* de vestígio poderá nos auxiliar a compreender, por um lado, o ambiente sócio-político que dominava o período, através dos conceitos utilizados para delimitar a relação entre passado e presente, e por outro, auxiliar também a compreender a composição de sua visão de mundo através da elaboração de um regime de historicidade que sustentasse a continuidade na mudança, próprio do modelo tradicional de narrativa (Rusen, 2007b).

Em sua totalidade, *Traços históricos e descriptivos de Bello Horizonte,* composto de trinta pequenos capítulos, tenta primar pelo que considera os princípios de sustentação de uma obra de cunho historiográfico: a imparcialidade

e neutralidade no trato do passado. Por isso, logo no primeiro momento de seu texto, faz um esboço do método, ao dirigir-se diretamente ao leitor e expor as dificuldades de uma obra da envergadura a que propõe. Nestes termos, identifica o problema fundamental de sua obra, o acesso a fontes confiáveis:

> Bem conhecemos as faltas e imperfeições de nosso trabalho, e as nuvens, que, por vezes, ensombreiam suas paginas; mas nem outra cousa é de se esperar de quem, pela vez primeira, se abalança no árduo e ingrato ônus de compor e publicar um trabalho, a cujo auxilio faltaram algumas informações positivas, que a nossa historia mineira não poude fornecer-nos por deficiente que no ponto é. (Dias, 1897: 02).

A citação menciona duas questões importantes. Por um lado, a identificação do trabalho do historiador com as questões de ordem metódica, de fontes, que pode ser observada através da utilização de um termo comum ao historicismo de sua época "informações positivas" e também através da demasiada preocupação com uma auto-declarada neutralidade e imparcialidade ao longo de sua exposição. Por outro lado, nota-se certa desatenção ao peso da estratégia expositiva de texto, que não é pouca. Mesmo que o tom ensaístico de seu texto seja evidente, tanto na forma de exposição, como na rearticulação de sua estratégia narrativa, ao aproximar o contexto da narração através do diálogo direto com o leitor. Problema esse que, segundo lhe parece, não confere influência alguma na construção de sua obra.

Em certo sentido, tais características inserem-se dentro da tipicidade das obras históricas que estão identificadas com a transformação das estruturas do pensar histórico que ocorreu no século XIX. Foi neste período que a história passou a ser entendida como uma mudança temporal de todo o mundo humano (incluindo presente e futuro), além de ter sido estabelecida a racionalidade do método e uma estratégia cognitiva racional como modelo para a composição da obra histórica. Ao opor-se a toda uma tradição anterior, pré-moderna de compreender a história como uma prática literária da narração orientada para pretensões de verdade – verdade essa que vincula-se implicitamente a um conteúdo moral e que seria aplicada às situações da realidade prática cotidiana (*História Vitae Magistra*), tal tradição caminhou no sentido da disciplinarização do conhecimento histórico, através do estabelecimento de um paradigma que

privilegiasse a positividade do conhecimento[20]. Isto foi conseguido através do modelo epistemológico que baseava-se na não identidade entre sujeito e objeto, no empirismo, na perspectiva de uma objetividade conseguida através do método e da neutralidade do sujeito cognoscente: era necessário determinar os fatos e em segundo lugar estabelecer as leis que ordenassem e regessem os mesmos (Collingwood, 1981).

Ora, a obra do padre Francisco Martins Dias, obedece apenas em parte estes critérios. O que pode ser muito bem explicado devido ao tratamento da história com possuidora de uma capacidade instrutiva e pedagógica ainda dominante no próprio IHGB. Além disso, e reforçando o argumento anterior, sua intenção não é compor necessariamente uma obra tipicamente histórica, mas uma obra aproximada de um viés literário, seja ao fazer uma comparação com a "fulgurante galeria dos escriptores e publicistas desta terra", seja ao fazer referência ao "acanhado talento litterario" que possuía. Daí confessar modestamente o autor:

> Não é intento nosso mimosear nossos bons leitores com uma peça litteraria, em que sobrenade, à tona da mediocridade, um estylo fluente e elegante, no qual brilhem phrases de fino gosto, e resplandeçam matizes de avelludado campo sorridente em flor, em tardes de primavera, não.
> Si o pincel só dá vida às telas quando em mãos de hábeis pintores, que sabem combinar das tintas as vivas cores com o clássico sombreado; e o cinzel só anima ao mármore, quando guiado por destro esculptor; também a penna só adorna ao pensamento com os atavios suaves da arte litteraria, quando manejado por mellífluo e festejado escriptor, que no vasto campo da litteratura sabe colher as flores; harmonisar as cores e formar o rico e delicado ramalhete que agrade ao publico apreciador (Dias, 1897: 03).

A comparação da produção da obra de arte (pintura e escultura) com seu trabalho é indicadora dessa aproximação do modelo historicista do século XIX com a concepção pré-moderna da retórica, conforme indiquei no início deste trabalho. E é essa estreita relação entre estilo literário e desejo de neutralidade que habilitará a obra do padre Francisco Martins Dias a revelar o seu mundo histórico.

---

[20] "Trata-se, pois, de mais do que uma mera narrativa – é a pré-figuração do mundo que permite aos historiadores apresentar o passado sob a forma de uma narrativa" (Rusen, 1996: 81).

O que nos chama a atenção agora, é, nem tanto a descrição e análise sistemática da obra do padre Francisco Martins Dias, mas a possibilidade de explorar seus escritos no sentido de nos aprofundarmos no mundo social do qual o cônego fazia parte. Nesse sentido, o importante em seu texto não é a verificação da veracidade ou exatidão das informações ali apresentadas, mas a possibilidade de compreendê-lo a partir de seus vínculos com o agrupamento social ao qual pertence[21].

Os trinta pequenos capítulos que compõem aquele texto (contando o preâmbulo e a conclusão) tratam de uma grande variedade de temas que pretendem convergir para a construção da nova capital. A evidência maior dessa intenção está na própria abertura, ao declarar tal interesse. A divisão dos capítulos é indicadora do domínio de alguns temas ao longo da obra. Três são as temáticas dominantes. Os dezenove primeiros capítulos tocam apenas tangencialmente na questão da construção de Belo Horizonte. Sua função principal é preservar a memória da antiga comunidade que habitava a região antes da transferência da capital. Destes dezenove, os primeiros dez tratam de aspectos específicos, seja da tentativa de estabelecer a origem do povoamento da região do Curral d'El Rey, seja das características políticas econômicas e sociais da população residente. Depois, iniciam-se as temáticas relacionadas à religião, tais como arquitetura, patrimônio régio, festas religiosas, críticas ao protestantismo e a sua chegada no povoado. Apenas a partir do capítulo vinte coloca-se diretamente a questão da construção de Belo Horizonte. Serão aí mais dez capítulos em que o autor tenta demonstrar o interesse da população de Curral d'El Rey no assunto, nas transformações que foram ocorrendo até sua inauguração, na mudança de chefia das obras de construção e na inauguração da nova cidade. Por fim, no último capítulo, a título de conclusão, padre Francisco Martins Dias tenta reconstituir uma visão de conjunto daquele momento baseada, por um lado em seu presente e, por outro, em suas projeções acerca do futuro de Belo Horizonte.

---

[21] "Muito antes que nós compreendamos a nós mesmos na reflexão, já estamos nos compreendendo de uma maneira auto-evidente na família, na sociedade, no Estado em que vivemos. A lente da subjetividade é um espelho deformante. A auto-reflexão do indivíduo não é mais que uma centelha na corrente cerrada da vida histórica. Por isso os preconceitos de um indivíduo são, muito mais do que seus juízos, a realidade histórica do seu ser". (Gadamer, 1999: 416).

Ao invés de explorar sistematicamente cada um dos trinta capítulos, tentarei partir de uma análise que privilegie os blocos temáticos por mim identificados, não me restringindo, porém, aos mesmos. Apoiado na perspectiva gadameriana de que o artista não é o interprete vocacionado de sua obra, ou seja, ele não 'se compreende' quando construiu seu texto, espero poder identificar dentro da visão de mundo de padre Francisco Martins Dias, a compreensão do passado recorrente no conjunto social de sua época.

Memória, tradição e ancestralidade

> Tudo isto realizo interiormente, no imenso palácio da memória.(...). Deste mesmo manancial provém as analogias entre fatos de minhas experiências pessoais, ou em que acreditei baseado nas experiências prévias; ligo umas e outras ao passado, e medito no futuro, nas ações, nos acontecimentos, nas esperanças, e tudo como se estivesse presente. (Agostinho, 2002: 219).

Na citação acima é possível observar aquilo que Ricoeur (2000) chama de uma tradição do olhar interior sobre a memória. Segundo este autor, a abordagem agostiniana sobre a memória acentuaria três características ainda não presentes nas reflexões de Platão e Aristóteles. A memória possuiria, primeiramente, um caráter acentuadamente privado visto que "em primeiro lugar, a memória tem uma existência radicalmente singular: minhas lembranças não são as suas". Não é possível transferir as lembranças de uma pessoa para outra pois, sendo a memória referente ao passado este passado existe originalmente apenas nas impressões individuais. Em outros termos, o passado é o "meu" passado. Isso ocorre menos por seu aspecto confessional e mais pela compreensão da irredutibilidade do indivíduo à sociedade. Por isso é que Agostinho adianta, "Sou eu que me lembro, eu, o meu espírito. Não é de admirar que esteja longe de mim tudo o que não sou eu". Não seria assim, possível transferir as lembranças individuais para uma outra pessoa visto que a sua realização ocorreria apenas "no imenso palácio da memória" (Agostinho, 2002: 219).

Em segundo lugar, a memória asseguraria a continuidade temporal da personalidade e da identidade no tempo, articulando os lapsos e

descontinuidades temporais dentro de um mesmo quadro cronológico[22]. E por último, a memória estaria vinculada ao senso de orientação na passagem do tempo. Orientação nos dois sentidos: do passado para o futuro, deslocando-se do que ficou para trás e também do futuro para o passado, conforme o movimento inverso de transitar da atenção para a lembrança através do presente vivido (Ricoeur, 2000: 115 - 116).

Ao conceber que existe uma estreita relação entre a reflexão que os indivíduos fazem no presente e suas experiências e esperanças, Agostinho se detém afirmando que aquilo que se grava na memória não são as imagens da realidade que se apresenta, mas as próprias realidades. Mas ao mesmo tempo subordina a memória ao espírito. Percebendo portanto, a provisoriedade da idéia de tempo, mas não a provisoriedade das orientações que formam a identidade do indivíduo no presente.

Mas o que faz o padre Dias ao colocar no papel estas impressões memorialistas do passado da nova capital? A partir das reflexões acima, sua obra deve ser considerada como uma tentativa, através da narrativa histórica, de produzir sentido para si mesmo e para os outros dentro do fluxo temporal. Ao analisar a matriz disciplinar da história, Rüsen (2001) sustenta que a interdependência entre certos fatores constituintes da produção das histórias como *interesses* (carência de orientação na vida prática no tempo, articuladas na forma de interesse cognitivo pelo passado), *idéias* (definição dos critérios de sentido que regulam o trato dos homens com seu mundo, decidindo com devem ser interpretadas as suas mudanças a fim de darem orientação à sua práxis vital) e *funções de orientação existencial* (originada dos interesses cognitivos da vida prática, provocam o pensamento histórico, conferindo-lhe uma função relevante na vida) dentre outras, formam uma estrutura que garante a orientação e a identidade do homem no tempo para sua vida prática cotidiana. Assim como afirmava Marx ter o homem uma carência estrutural de prover sua existência material, é também fundamental suprir sua carência estrutural de sentido. Daí a necessidade de estabelecer "um quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo ao longo do tempo, a fim de poder agir

[22] "C'est par ce trait que la mémoire assure la continuité temporelle de la personne et, par ce bias, cette identité dont nous avons affronté plus haut lês difficultés et lês pièges" (Ricoeur, 2002: 216).

nesse decurso temporal, ou seja, assenhorear-se dele de forma tal que possa realizar as intenções de seu agir" (Rüsen, 2001: 58).

Ora, prover o homem de tal quadro interpretativo nunca foi privilégio exclusivo da história científica. A memória, por exemplo, possui este mesmo *status* em alguns contextos sociais em que, mesmo em face da modernidade, comunidades ou determinados segmentos de uma sociedade conseguiram preservar padrões e formas de sociabilidade vinculadas a um ambiente não-moderno (o que não quer dizer, necessariamente que tais comunidades possam ser compreendidas em termos de oposição à modernidade, como tradicionais, anti-modernos, atrasados).

Nesse sentido a obra do padre Francisco Martins Dias funciona como reprodutor de um quadro interpretativo agregado à memória coletiva. Além de uma tentativa de descrição dos antigos costumes e modo de vida da população residente no antigo Curral d'El Rey, que serão analisados posteriormente, o autor de *Traços histórico descriptivos de Bello Horizonte* procura, também, lançar os primeiros subsídios para alicerçar aquele mundo que começava a brotar no meio dos sertões através do trabalho humano dinamizado pela empresa racional. Era, segundo suas próprias palavras, "o primeiro passo para os annaes da fundação da nova cidade mineira". O que, juntamente com o primeiro jornal da nova capital, também de sua autoria, expressa seu desejo não somente de informar a seus leitores, mas formá-los, inseri-los no interior de um ambiente social que, apesar de estar constantemente em transformação naqueles últimos anos, conservava tradições e hábitos que não podiam ser esquecidos.

Por isso é que o primeiro tema abordado pelo autor é a tentativa de solução da origem do arraial de Curral d'El Rei, "um dos mais antigos arraiaes de Minas". Esta conclusiva indicação da ancestralidade daquele povoado teria pouca relevância caso o autor não indicasse que, devido a tal ancestralidade, a localidade merecesse ter "uma tradicção mais remota e mais poética do que a indicada pelo nome de Curral d'El-Rei". Por isso é que, através de uma série de deduções pouco exatas, mas também das parcas informações históricas que possuía naquele momento, Dias conseguiu estabelecer os marcos fundadores da região. A justificativa de sua origem (meados do século XVII) baseia-se numa argumentação que, por um lado, desde o final do século XVI a febre de

exploração de minas auríferas dominava a colônia portuguesa na América, e já naquele tempo, “a Província de Minas naquelles tempos era synonima de ouro e de riqueza.”. E baseia-se também no fato de que,

> Por esses tempos [1573], já de volta de suas explorações no Serro do Frio aonde o levara a fama de suas esmeraldas, Fernando Dias Paes, cuja ambição não era satisfeita pelos resultados de suas avanturas, estabeleceu-se, com seu genro Manoel de Borba Gato, nas pittorescas margens do Guiaxim (na língua indiana) hoje conhecido pelo nome de Rio das Velhas. (Dias, 1897: 10)

Foi justamente neste período que as faisqueiras de Sabará teriam sido descobertas, segundo Dias. Sua manifestação ao governador da capitania de São Paulo, entretanto, seria realizada somente por volta de 1700, visto que Borba Gato desejava obter o perdão do crime de assassinato do governador D. Rodrigo, à ele imputado. O motivo do assassinato “imputado” – portanto talvez falso – é quase justificado pelo padre Dias: Borba Gato supunha que D. Rodrigo queria “empregar a violência para conseguir o segredo das faisqueiras do Rio das Velhas contra seu descobridor” (Dias, 1897: 10).

Assim, segundo nosso historiador, já sendo habitada e visitada a região de Sabará pelo quase injustamente acusado de assassinado Borba Gato e sua comitiva, seria lógico que o vizinho sítio de Curral d’El Rei já fosse conhecido e visitado naquele mesmo período. Dados estes comprovados pela pequena distância entre a residência daqueles primeiros exploradores e o sítio de Curral d’El Rei, e, também, pela “facilidade de acesso a elle, na incontestável e indescriptivel belleza de sua flora e na riqueza immensa das entranhas de seu solo, poderosos agentes attractivos.” (Dias, 1897: 11). Temos assim um verdadeiro mito de origem para Curral Del Rei. Riqueza, heroísmo e beleza paradisíaca formam a tríade positiva que justifica a ancestralidade da ocupação da região. O mito pode ser definido como uma história sagrada que tem lugar no começo do tempo e que possui uma função explicativa e orientadora do presente: ela define as causas primeiras da condição presente e afirma o mesmo compromisso dessa condição, com o futuro. Para Micea Elíade (1999: 84), “contar uma história sagrada equivale a revelar um mistério, pois as personagens do mito não são seres humanos: são deuses ou Heróis civilizadores”. É este mistério e

são estes personagens que constituem o centro de interesse da explicação de padre Dias sobre as origens de Curral Del Rei.

Difícil é tentar estabelecer um diálogo com tal explicação. Essa dificuldade é imposta não pelos seus argumentos, mas pelo resíduo memorativo que está impregnado naquela narrativa. Por um lado, a estratégia discursiva do padre Martins Dias procura fundar um regime de historicidade que se baseia na mais forte e competente tradição memorialista de Minas Gerais, o ciclo mineratório. Seja através da exploração da proximidade espacial das minas de Sabará com o antigo sítio de Curral d'El Rei, seja através da ênfase numa recorrência a obra bandeirantícia de ocupação dos sertões das Gerais. Evidentemente que sua estratégia argumentativa leva em consideração também outros aspectos, tais como a elevação de Curral d'El Rei a freguesia, através de carta régia que remonta a 1750, o que o leva a crer num princípio de ocupação daquela região remontando aos anos de 1650 ou 1680, dado o número de indivíduos ali residentes.

Esta, entretanto, não é a idéia-força de seu raciocínio. O que está por trás da sua análise é uma visão do mundo social sustentada por valores de uma sociedade em vias de modernização. Tal visão de mundo exprime as expectativas de um grupo social específico em sua relação com o mundo. Neste caso, o indivíduo Francisco Martins Dias, através de seus escritos, torna-se representativo da tendência interpretativa dominante *inter pares* e, portanto, do posicionamento deste mesmo grupo em termos de ação na sociedade.

A relação entre conservadorismo e modernização que se expressa no caso brasileiro é uma das características dos círculos sociais do final do século XIX. O próprio ideal republicano das últimas décadas daquele século estava submetido a tal tendência. Dominado pelo ambiente conservador do Segundo Reinado, o republicanismo sustenta seu débil crescimento a partir da aproximação com as mais variadas correntes ideológicas do período. Dentre elas, destacam-se uma corrente eminentemente urbana, composta "dos políticos, dos idealistas e de todas as utopias desprezadas pela ordem imperial" (Faoro, 1991: 453), de onde seriam provenientes os positivistas doutrinários e os liberais. Destacam-se também os fazendeiros paulistas das grandes propriedades cafeeiras, com características socialmente conservadoras. Afastados da ordem

monárquica devido ao processo de centralização imperial empreendido ao longo das últimas décadas, é especialmente no oeste de São Paulo e na zona da Mata mineira, onde a mão-de-obra passa por grandes transformações (fim da dependência do braço servil) que o republicanismo, preso à causa federalista, ganhará adeptos.

Segundo José Murilo de Carvalho a República implantada no Brasil possui determinadas aproximações com o modelo norte-americano, fortemente ligado a constituição de uma sociedade igualitária que tinha na definição de público a soma dos interesses individuais. No Brasil, entretanto, tal ideal foi interpretado de forma a atender os interesses dos grandes proprietários rurais, o que consolidaria a manutenção de poder e a manutenção das desigualdades sociais.

> Nestas circunstâncias, o liberalismo adquiriu um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário (Carvalho, 1999: 93)

A ênfase no papel do Estado como promotor do bem comum é uma característica do ideal de todas as correntes republicanas presentes no Brasil. Seria este “leviatã benevolente”, na irônica denominação criada por Lamounier (2004) quem reforçaria a tendência a uma interpretação particular da relação com os indivíduos. O que reforçaria a tendência estatista brasileira através da incrementação de um corpo burocrático vinculado ao bacharelismo. Por outro lado, reforçaria ainda mais o elitismo, originado pelo regime escravista, mas não encerrado com a Abolição ou com a Monarquia, visto que consentia na identificação da coisa pública (*res publica*) com os interesses de grupos privados. Excluindo, portanto, aqueles que não tinham acesso aos mecanismos paternalistas de ascensão social, econômica e política, de exercício da cidadania (Martins, 1999).

Em Minas, esse conservadorismo estava também mediado por uma ordem política estreitamente relacionada com a dinâmica política nacional. Um dos sustentáculos da ordem monárquica, Wirth (1975: 77) assim define o tipo de política existente em Minas no período de transição para a República:

> Habilíssimos no jogo dos legisladores de transigências e manobras, os mineiros dirigiram o Congresso durante quase todo esse período [1889-1937]. Ocuparam por três vezes a presidência federal e se comprazeram e representar o papel de fazedores de reis. Sempre estiveram representados no ministério. Na República Velha, a máquina política estadual (PRM), felicíssima adaptação do *coronelismo*, política do patrono-cliente, tinha a dirigi-la os chefes rurais e a orquestra-la os ocupantes do palácio do governo estadual.

Tal unidade foi conseguida através de uma cultura política que remonta ao Império e às disputas eleitorais entre Liberais e Conservadores pelas cadeiras da bancada nacional e estadual. Além disso, existia uma elite política intimamente unida ao estado

> Em sua maior parte, essa elite se socializara numas poucas e conhecidas escolas secundárias e faculdade de ensino superior. (...) Advogados e profissionais liberais dominaram o PRM, como tinha dominado os velhos partidos imperiais, mas estavam bem integrados numa sociedade esmagadoramente agrária (Wirth, 1975: 87).

Os conflitos políticos de grande envergadura eram pouco prováveis dentro de um grupo que estava ligado por extensos laços familiares, como indicou Horta (Sd.) e de cooptação aos outros grupos sociais, através do "clientelismo". Fenômeno este facilitado por uma população predominantemente rural que, além disso, facilitava a continuidade de certos nomes de famílias. Alguns estudos indicam a estruturação de um determinado *habitus* de classe[23] que pode ser observado através das práticas políticas das elites mineiras do século XIX.

A militância dentro de uma sigla partidária, seja o Partido Liberal ou o Conservador em épocas do Império ou o PRM com o advento da República é apenas a característica mais visível desse habitus que desenvolver-se-ia até se configurar em uma cultura política mais ou menos comum no território mineiro. A comparação entre as práticas políticas de regiões economicamente tão díspares, como a zona da mata e a região Norte, aponta para uma relativa sintonia de interesses. Em Juiz de Fora, por exemplo, Goldwin Jr (1996) procurou seguir a

[23] O *habitus* é um sistema de disposição social duradouro, porém transponível, gerador e organizador das práticas e representações que não são pressupostas conscientemente pelos indivíduos, ou seja, não são o produto da obediência a uma regra ou ação organizadora, adiquirida durante o processo de socialização através dos esquemas de percepção (*ethos*) e ação (*hexis*) interiorizados. O *habitus* é, ao mesmo tempo, a grade de leitura pela qual interpretamos o mundo e o produto de nossas práticas sociais, cotidianamente reestruturados de acordo com o processo de aquisição de nossas experiências passadas e presentes (Bonnewitz, 2003).

trajetória das elites políticas locais, cujo interesse na definição de um discurso modernizante sobre a cidade que, por um lado reforçava a diferenciação entre grandes proprietários e a população mais pobre e, por outro, funcionava como sustentáculo da sua dominação através de uma preocupação com o projeto de embelezamento urbano, que tinha como um de seus principais elementos o controle da paisagem humana. Tal projeto tornou-se, assim, um instrumento de coerção social visto que impunha um distanciamento cada vez maior entre um restrito círculo de proprietários de terras e a grande massa de homens e mulheres livres e pobres, objeto de leis, controle e repressão. O que nos revela, portanto, elementos de um *habitus* político conservador e excludente, apesar de antenado aos padrões de modernidade européia.

Na região de Montes Claros, por outro lado, Porto (2002) conseguiu aproximar os principais elementos da cultura política local, do início da República, quais sejam, a violência, o personalismo e o paternalismo, a um discurso modernizador, através da capitalização da imagem do saber médico e da associação a acontecimento de cunho progressista, como a chegada dos trilhos da estrada de ferro no município. Aproximação essa que, dentro de uma estrutura sócio-econômica de miséria, exclusão e relativo isolamento dos poderes centrais, favoreceu a construção de um capital simbólico a determinados membros da elite política local que lhes garantiu ao mesmo tempo a imagem modernizante e a prática política baseada no mandonismo, na privatização da burocracia, no bacharelismo e na exclusão política.

São claras também as influências intelectuais de padre Francisco Martins Dias. O positivismo comteano parece ser a mais forte. O presente é para o clérigo, fruto de um progresso social inexorável, conseguido através da coesão social, tal com pensava a intelectualidade brasileira do final do século XIX. A idéia central que comanda sua perspectiva de progresso social é identificada com a necessidade de união entre os indivíduos. É essa união, aliada ao patriotismo, ao desapego à coisa pública, à instrução e à racionalidade dos povos que constituiria a força para “a via do enflorescimento e da prosperidade”. A referência a tais valores idealizados vai ao encontro da propaganda do novo regime político brasileiro – a República. Por isso é que, ao escrever as causas da decadência por que passava Curral d’El Rei antes de sua escolha para sediar a nova capital, o

padre Francisco Martins Dias desenvolve uma análise sociológica que tem por fim justificar a decadência em decorrência da influência do regime político anterior. Nesse sentido, continua havendo uma aproximação com o positivismo visto que aquele condenava os regimes baseados na Monarquia por representar a fase teológica-metafísica que deveria ser superada pela fase positiva, identificada com a República. Segundo Chatelêt *et al*. (2000:121)

> Antes de aceder à era positiva, o espírito quis explicar a realidade supondo a ação de seres pessoais (a era teológica com seus três momentos: fetichismo, politeísmo, monoteísmo); depois atribuindo essa explicação a entidades abstratas (a era metafísica). A era positiva afasta a inútil questão: por quê? E, de imediato, teologia e metafísica morrem, por falta de alimento.

Da mesma forma, a individualidade só poderia ser valorizada caso estivesse integrada na sociedade, seja através da família, o núcleo central da formação moral dos indivíduos, seja através da Pátria, detentora dos princípios de solidariedade e união entre os povos. Mas seu conservadorismo está também explícito nas outras referências intelectuais, como por exemplo, o caso de algumas de suas referências médicas e sociológicas, como o evolucionista Herbert Spencer[24].

Já para Alfredo Camarate, o padre Francisco Martins Dias era

> um homem bom, bem intencionado (...) mas parecendo completamente alheio das conquistas científicas modernas e, sobretudo, sem os imprescindíveis e dificílimos dotes necessários num sacerdote que vai assistir à transformação de uma insignificante povoação numa importantíssima capital (...) [um homem] irritadisso e sem o menor pendor para transgredir com as idéias religiosas gerais, que necessariamente hão de dominar numa população que tende a ser verdadeiramente cosmopolita. (...) irrepreensível na sua vida privada, zeloso até o sacrifício pelo bem de suas ovelhas, a quem vai prestar os socorros da igreja a dezenas de léguas, ao sol, ao frio ou à chuva. (Jornal O Minas Gerais, 10.06.1894)

Ora, é do interior de tais concepções que o padre Dias desenvolve seus argumentos sobre as causas da decadência de Curral d'El Rei. A primeira

[24] Spencer acreditava que a vida social era uma extensão da vida natural e que os organismos sociais refletiam alguns princípios ou leis, como as entidades biológicas faziam. A existência de algumas leis, então forneceriam a base para uma ciência moral. Interpretada como um organismo que se desenvolve em função de suas determinações internas, vinculadas a princípios de adaptação, essa concepção de sociedade implicaria no darwinismo social que implicaria no desaparecimento dos organismos sociais inúteis e o desenvolvimento daqueles de onde resulta um aumento do potencial evolutivo.

delas é a falta de homens que, detentores das qualidades morais expostas anteriormente, que funcionariam como verdadeiras válvulas do progresso e, ao contrário, o domínio de indivíduos "orgulhosos, imprudentes, caprichosos e de um mal entendido ou fingido patriotismo" que tornou aquela freguesia, um joguete de paixões partidárias, atrofiando e esterilizando as funções do seu organismo social (Dias, 1897: 16). A indicação é explícita: trata-se do domínio dos régulos e potentados rurais sob as pequenas localidades, fenômeno comum, não só à monarquia, mas inclusive intensificado com o advento da República através do regime eleitoral implantado.

A segunda causa de decadência, ou melhor, de falta de desenvolvimento de Curral d'El Rei, segundo o padre Dias estava ligada ás disputas pelo domínio político local, baseado numa estrutura familiocrática e que, em conseqüência, provocava a desunião da população. A concorrência de mando político produzia, nesse sentido, perda da força necessária à dinamização daquela sociedade, visto que "uma povoação, uma cidade, ou um paiz, onde não existe a união entre seus habitantes, não pode desenvolver, como desenvolver não pode um machinismo, cujas molas não estejam harmonicamente dispostas e unidas" (Dias, 1897: 17).

Em decorrência de tais disputas intra-oligárquicas, a "politicagem exaltada", isto é, a utilização de toda a sorte de violências dentro das disputas políticas locais, resolvidas "a pão ou chumbo", constituía-se outro fator de impedimento do crescimento do povoado, pois visavam apenas aos interesses pessoais e não ao bem coletivo.

Esse ardor, porém, "foi se arrefecendo com o correr dos tempos e ao passo que o povo foi conhecendo o mal que o mesmo lhe causava; comtudo não se extinguiu de todo.". Nada, entretanto, que conseguisse resistir à obra salutar da República, prestes a se inaugurar. Tanto seria verdade que a então cidade de Curral d'El Rei não precisou aguardar muito tempo para, mesmo antes de proclamado o novo regime os sinais de decadência fossem extirpados do seio social. "E foi assim que nos últimos dias da monarchia, foram aqui levantados, em plena rua, os sediciosos gritos de – Viva a Republica! – e, não há muito trocado o antigo nome de Curral d'El Rei pelo de Bello Horizonte, para apagar de vez tudo o que a throno cheirasse, ou a rei se referisse" (Dias, 1897: 18).

Esboça-se aqui, além da típica oposição à monarquia, uma idéia de transformação social gerada pela proximidade natural de um regime mais progressista, racional e salutar ao organismo social. A República, segundo indicava padre Francisco Dias em sua análise, inaugurava um novo tempo para o País. Um momento em que os vícios e corrupções encontrados no interior do regime decaído em 1889 haviam se extinguido após aquela data. Tal visão é representativa da tradicional necessidade de legitimação de um regime político recém-inaugurado e carente de legitimação. Apagar as marcas do passado, um passado que deve ser tratado de forma maniqueísta, visto que significa o oposto daquilo que representa o novo no imaginário político, e instituir novas marcas é a primeira das suas tarefas. A luta travada pelos intelectuais ao longo dos primeiros anos para definir o significado da Revolução Francesa é o caso mais típico desse conflito de interpretações que procura restabelecer o passado de acordo com as orientações políticas do presente como demonstrou Schaff (1974) e Hunt (2004).

Nada mais justo, portanto, segundo a ótica do padre Francisco Martins Dias, do que "apagar de vez tudo o que a throno cheirasse, ou a rei se referisse", começando pelo nome da cidade que passaria a chamar-se Bello Horizonte. Mais, portanto, do que afirmar o seu vínculo com o novo regime, o que se pretendeu com aquele ato, foi reconstruir o passado de forma a estabelecer novos laços entre o passado de Curral d'El Rei com uma nova conjuntura política, direcionando suas preocupações para o futuro. O que, nesse sentido, revela uma preocupação em articular a ordem política local com os quadros de dominação regional e nacional em ascensão.

Entretanto, não somente política é sua visão. Em se tratando de um religioso, a religião é característica marcante dentro de sua visão de mundo. Isto pode ser observado não só na supervalorização dos temas ligados àquela esfera, na ordem dos capítulos, mas também na identificação do maior dos males por que passava Curral d'El Rei, e que, segundo a opinião daquele homem ilustrado, constituía "o mais terrivel escolho ao desenvolvimento physico, intellectual e moral dos filhos deste logar" (Dias, 1897: 18): o casamento entre parentes.

Utilizando-se do argumento médico a respeito dos problemas porventura causados por obra de casamentos consangüíneos, padre Francisco

Martins Dias identifica tanto defeitos de ordem física (aleijamento, defeitos físicos de ordem congênere, surdez) como de ordem moral, tal como a embriaguez:

> Nem se diga tão pouco que há muitos aleijados, cegos, surdos-mudos e atoleimados, e que não são filhos de parentes, o que não contestamos; porque é certo que, pelas leis a physiologia e da psycologia há também outras causas producentes desses mesmos effeitos na geração, como a embriaguez, certas efermidades, etc. etc. o que de modo algum destroe a nossa these (Dias, 1897: 21-22)

Seu argumento maior, entretanto, se dirige à grande falta religiosa a que decorre o casal nessa situação. Mesmo em a igreja tratando de proibir tais uniões, atenta ao bem estar da sociedade, é a insistência neste tipo de tradição no interior daquela comunidade que faz o padre Francisco Martins Dias invocar a autoridade das Sagradas Escrituras para construir seu raciocínio. Primeiro, lembrando certa permissividade da união entre parentes registrada no Velho Testamento. O recurso à analogia revela uma estratégia retórica similar àquela utilizada por Freiedrich von Raumer no debate sobre a amortização da dívida prussiana em 1811, recorrendo – falsamente – ao exemplo da Antiguidade Clássica[25]. Aqui o recurso à lições do passado serve para demonstrar a distância ético/temporal entre as condições pretéritas e o agora, visto

> estar ainda o sangue muito puro, mesmo em relação aos parentes entre si, e portanto sem o perigo de produzir os tristes resultados, que, hoje com o sangue tão enfraquecido e viciado como o vemos, não se evitam; a segunda era a necessidade da propagação do gênero humano então concretisado em um homem, e depois em algumas famílias, o que não se pode hoje alegar.
>
> Clamar-se, portanto, contra a Egreja por esse proceder seu tão altamente humanitário, é um contrasenso, é uma ingratidão e uma rebeldia, quando não se o faça por ignorância: é um contrasenso, porque é querer contestar e contradizer uma verdade já demonstrada pela sciencia e confirmada pela própria experiência; é uma ingratidão, porque é querer exprobar a ella, a Egreja, aquillo que ella só faz a bem das famílias e da sociedade; e, finalmente, uma rebeldia, porque é levantar-se contra uma lei fundamentada na própria natureza e razoavelmente imposta por quem todo o poder tina para o fazer. (Dias, 1897: 22-23)

Podemos observar, também, a tentativa de estabelecer um argumento científico que comprove o mal à saúde física e moral do costume dos casamentos entre parentes, colaborando e sustentando o argumento de ordem religiosa (a

[25] "Esse efecto no se basava em outra cosa que em la fuerza de la autoridad del antiguo *topos* de que la *Historie* es la maestra de la vida" (Koselleck, 1993: 41).

sansão justificada da igreja). Estratégia essa que procura reforçar a autoridade daquela instituição em face dos problemas sociais. A ingratidão, o contra-senso e a rebeldia, censura o clérigo como num sermão, desrespeita ao mesmo tempo autoridade da natureza e de Deus. Por isso, ao incorrer na desobediência das leis, tanto da natureza quanto de Deus, Curral D'El Rei, contribuía para o abatimento, para a decadência e para a dificuldade de crescimento populacional da região.

A resposta de padre Dias aos costumes não aprovados perante Deus e a natureza é, na verdade uma resposta a uma tendência recorrente no interior daquela comunidade. Não necessariamente o desrespeito à ordem eclesiástica, mas à resistência da comunidade de Curral D'El Rei em abandonar costumes e tradições há tempos instituídas.

Mesmo em sendo a igreja uma instituição, de maneira geral, reguladora das relações sociais no interior dessas comunidades, sua influência torna-se precária quando comparada ao peso de tradições profanas ou não aceitas pelo catolicismo oficial. Talvez por isso seu interesse em deixar registrada a presença da igreja dentro do sítio de Curral D'El Rei, seja através da determinação da ancestralidade da presença da religião, datada de 1788, seja pelo fato de aventar a possibilidade, não comprovada devido à falta de documentos, de o local da construção da nova capital ser patrimônio eclesiástico ou tê-la anteriormente pertencido. Por outro lado, como veremos no capítulo 4, essa genealogia da presença institucional da igreja na região também tinha como objetivo responder à intervenção direta da Comissão Construtora da Nova Capital que, no plano urbano, propunha inclusive a demolição das construções religiosas.

A descrição das construções religiosas nos arredores de Curral D'El Rei indica também a importância da religião como um dos marcos fundadores dos laços comunitários locais: capelas, *via-crucis*, cruzeiros e ermidas. Indica ainda o interesse em estabelecer uma relação imediata entre o agora, da construção da nova capital e o antes, do então povoado desejoso da chegada daquele clérigo naquela paróquia[26].

[26] Para Alfredo Camarate, "uma coisa não se pode negar ao povo de Belo Horizonte: é a sinceridade das suas crenças. O que nas outras terras católicas é *carolice*, aqui é preito leal, culto verdadeiro e fervoroso, homenagem despida de lantejoulas, que muitas vezes transformam as festas do culto sagrado em apoteoses cenográficas de mágica. Em Belo Horizonte os sentimentos

Essa fusão de horizontes pode ser identificada, primeiro, nos fatos arquitetônicos e nos ainda resistentes fragmentos de sociabilidade existentes no passado que conseguiram sobreviver no presente através de festas e das rotinas familiares. Apesar de estarem prestes a desaparecerem, padre Francisco Martins Dias procura, ainda, através de um trabalho de rememoração, de reconstituição dos preparativos para as festas (pagãs ou religiosas), a divisão do trabalho e a definição de um espaço social harmônico.

O futuro como expectativa: entre a esperança e a apreensão

Será esse entrecruzamento entre a memória de Curral D'El Rei, que padre Dias tentou preservar para a posteridade, e sua percepção das mudanças que ocorrem no presente que dará a tônica do conflito entre os tempos, conforme desenvolverei mais adiante. O que deve nos preocupar agora é a definição desse outro momento, desse outro tempo, identificado pelo padre Francisco Martins Dias como um tempo do movimento e de transformação.

É necessário adiantar, porém, que o entroncamento entre estes dois momentos realiza-se em sua narrativa, a partir do momento em que o padre Francisco Martins Dias expõe suas opiniões acerca dos grandes aglomerados urbanos, das grandes cidades. Por um lado, comandado pelo conservadorismo implícito no interior de sua visão religiosa de mundo, o clérigo reforça a necessidade de coesão social dentro da comunidade de Curral D'El Rei, em face do crescimento acelerado por que passa a cidade com o processo de construção da nova capital. Por outro lado, observando a realidade presente, de uma cidade recém-inaugurada, com um traçado moderno e ruas abertas, com a constante movimentação de máquinas e pessoas, padre Francisco Martins Dias projeta uma visão sobre futuro de Belo Horizonte, prognosticando a dissolução das antigas relações sociais e a imposição de novos modos de vida, mais condizentes com o contexto de uma cidade moderna.

---

religiosos são vasados, mais do que em qualquer parte, nos tecelos da humildade cristã" (Jornal *O Minas Gerais*, 01.04.1894).

Essa projeção do futuro no presente está adiantada no texto do padre Francisco Martins Dias ao desenvolver o tema da salubridade da região de Curral D'El Rei.

Não é surpreendente a determinação com que o padre Francisco Martins Dias defende o aspecto salutar da região de Curral D'El Rei. Primeiro através da identificação do clima como um fator determinante para propiciar uma benéfica vida aos homens. Tais fatores mesológicos, segundo sua constatação, seriam tão influentes que impediriam a proliferação de uma série de doenças epidêmicas tão comuns às outras regiões de Minas Gerais. Este aspecto saudável da população poderia ser constatado de duas maneiras principais, quais sejam, por um lado, pela pouca necessidade, por parte da população, de médicos ou farmácias que lhes curasse alguma doença, além da pouca ou nenhuma influência de raízes, ervas medicinais, xaropes ou outros remédios disseminada nos hábitos daquela população. O bócio e a cretinice não eram males endêmicos na região, muito embora, segundo o clérigo, falsos boatos insistissem em afirmar tais informações, disseminadas por indivíduos que não desejavam ver o velho Curral D'El Rei ser escolhido como local para a fundação da nova capital. Os raros exemplos encontrados no exercício de seu ministério são imputados pelo clérigo ainda ao casamento entre parentes que causa a impossibilidade de seus progenitores transmitir à sua prole o "necessário alimento corporal" e espiritual para a correto prosseguimento da vida. Citando Spencer, seria essa completa e absoluta irregularidade da vida "o mais poderoso elemento de discórdia entre a integridade e o defeito do corpo, entre a perfeição e a imperfeição do homem, entre a saúde e a doença, entre a vida e a morte" (Dias, 1897: 27).

Ora, em sendo seu clima ameno e saudável, seus mananciais "de um crystalino supra diaphano", os "melhores médicos e as verdadeiras pharmacias", não cabia a outro local o privilégio de tornar-se o nascedouro da nova metrópole de Minas. "A victoria, (e brilhante Victoria!) coube a Bello Horizonte, que, sem outras recommendações além das que lhe davam suas bellas qualidades naturaes, por se bateu-se, e de louros se cobriu" (Dias, 1897: 25).

Na verdade, existia ainda uma outra recomendação que garantiu a vitória de Curral d'El Rei na disputa pela escolha do local da nova capital, talvez a maior de todas: a justeza de seu pleito em face das outras concorrentes. Aqui o

clérigo estabelece uma relação dicotômica entre a honestidade do novo governo do estado inaugurado pela República, inspirado pelo patriotismo e pelo interesse geral da sociedade mineira – características essas que, como observamos anteriormente, também moldavam o caráter da população de Curral d'El Rei, antes mesmo da proclamação do novo regime – e um tipo de política interesseira, que tentava corromper o processo de escolha do local da nova capital. Assim,

> O Bello Horizonte, que não tinha nem uma e nem outra cousa [a política intersseira e o dinheiro], tendo já derrotado três dos logares aspirantes, e achando-se enfrentado com a Várzea do Marçal, que por si tinha padrinhos pela via da política e do dinheiro, corria sério risco de ser por este último preterido e vencido. (Dias,1897: 73).

Em sua estratégia expositiva, o padre Francisco Martins Dias procura caracterizar o problema da escolha do local da nova capital a partir de conceitos contrários que, por si só, definiriam as duas opções políticas possíveis para a solução daquela questão, mas também marcariam para sempre a origem da nova capital mineira: patriotismo ou política mesquinha e interesseira. Seria a sagração da vitória do primeiro princípio sobre o segundo que marcariam a origem e definiriam os contornos fundamentais para a construção da nova capital em Curral d'El Rei. A analogia de tal disputa entre o mais forte, "esse terrível adversário" (Dias, 1897: 74) "que tinha por si padrinhos pela via da política e do dinheiro" e o mais fraco, o "velhinho", que não tinha por si "nem uma nem outra cousa" (Dias, 1897: 73) direciona-se para as imagens bíblicas da relação entre o forte e o fraco, entre o bem e o mal, tais como na batalha entre Davi e o gigante Golias e das parábolas do Novo Testamento (Bíblia Sagrada, 1996). Analogia esta que seria, nesse sentido, natural a um homem da igreja que está a defender uma causa. Ao representar determinado fato através de uma referência *a priori*, distante, mas estruturalmente recorrente numa mentalidade influenciada pela religião, o padre Francisco Martins Dias está recorrendo a um mecanismo de memória que o habilita a produzir uma sensação de similitude entre contextos, ou de repetibilidade dos acontecimentos (Koselleck, 1993) e interferindo assim no senso de duração dos ouvintes de sua pregação. Imagem religiosa esta que é reforçada pela crença do clérigo de que "Deus tem protegido a nova cidade de Minas desde os seus primeiros fundamentos" (Dias, 1897: 77)

Em tendo a justiça, a verdade, o patriotismo e a honestidade a seu lado, natural foi a escolha de Curral d'El Rei, assim como natural foi o entusiasmo com que foi recebida a notícia da vitória daquele lugar pela maioria de seus habitantes, na disputa contra Varzea do Marçal nos debates realizados no congresso mineiro então realizado em Barbacena.

Oito dias passou-se em festas, a população de Curral d'El Rei. E até que se iniciassem as obras para a construção da nova capital, é na expectativa do futuro que se deteve o padre Francisco Martins Dias. As comemorações e festas, os foguetes e músicas não revelam outra coisa senão esta preocupação com o porvir. Comemorava-se o inesperado, o desconhecido. À religião, na forma da igreja, cabia unificar essas formas de apreensão daquela experiência temporal, fundindo-as e moldando um só horizonte de expectativa. E foi isso o que fez o padre, ao alertar o povo, em missa em louvor à sagrada família, quanto aos benefícios e malefícios que porventura poderiam ser trazidos com a construção da nova capital. Juntamente com o progresso econômico, científico e cultural que dali por diante seria envolvido Curral d'El Rei, entrariam em cena também, naquele lugar, "o espírito do erro, da impiedade, da mentira, da hypocrisia e do vicio, trazidos pelos cérebros estiolados e pelos corações corruptos". Em que pese o caráter professional dessa declaração, que exploraremos mais adiante, o que o padre Francisco Martins Dias tenta fazer é produzir um ambiente mais ou menos homogêneo, uma unidade de sentido que definisse o espaço de experiência com que os habitantes de Curral d'El Rei estavam a se deparar através de duas categorias da experiência temporal estreitamente relacionadas: a espera e a esperança.

Para o clérigo era necessária a união da freguesia,

> em um mesmo crer e em um mesmo sentir: *cor unum et unima* uma, em espírito de fé e de verdade, para attrahir de Deus vistas benévolas sobre a nova cidade a construir-se, e impedir que nella a herva boa ou o trigo (...) fosse suffocada e vencida pela herva damninha ou o joio. (Dias, 1897: 77)

Além definir um mesmo espaço de experiência para os habitantes de Curral d'El Rei nas vésperas dos inícios dos trabalhos preliminares de construção da nova capital, era interesse de padre Francisco Martins Dias preparar os espíritos e os corações de seu rebanho para as transformações que esperava que

ocorressem naquele lugar. Agia, nesse sentido, no intuito de garantir uma resistência mínima em relação às mudanças que dali para frente seriam impostas aos seus habitantes.

Entretanto, mesmo tentando baixar o nível de expectativa vivido naqueles dias pelo povo de Curral d'El Rei, foi impossível ao próprio padre Francisco Martins Dias conter a ansiedade que o cercava. É o que nota-se ao vê-lo declarar que "nada de novo occorreu neste logar, de fins de dezembro de 1893 a fins de fevereiro de 1894". Dois meses de espera, de cogitações e de dúvidas que traduziram-se numa experiência temporal única: o "ainda não". Proveniente da fusão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, o "ainda não" revela um modo de experiência temporal marcada pela atenção do indivíduo no futuro, no prometido mas ainda por realizar-se. É, portanto uma promessa a ser cumprida que se caracteriza pela absorção cada vez mais rápida do presente em função do futuro. Para Bicudo (2003: 49), a espera opõe-se à atividade visto que impõe uma passividade ao indivíduo. A angústia é a característica de quem espera, porque faz com que o indivíduo quede impotente face à proximidade do futuro: "é como se a vida ficasse suspensa, imóvel. Na espera não há duração, não há atividade, não há organização do tempo". A anulação do imediatamente anterior é outra característica dessa categoria da experiência temporal, tendo em vista a sensação de superação e retomada do tempo apenas no momento de cumprimento da obra. No caso específico do texto de padre Francisco Martins Dias, aquela espécie de lapso temporal, codificado na linguagem de *Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte* – e portanto no interior do mundo social daqueles indivíduos – aponta para um sentido de futuridade daquela conjuntura histórica.

Relacionado à espera, é possível perceber também outro elemento, caracterizado como esperança, na narrativa do padre Dias. Esperança é entendida aqui como a categoria que projeta o horizonte de expectativa para além da espera e, ao mesmo tempo, não possui o seu caráter angustiado. Ali, o fluxo da vida avança mais lentamente em direção ao futuro. Um de seus desdobramentos está colocado na prece, que é resultante "de um mecanismo de defesa em relação a uma ameaça tão grande que nos leva a evadirmo-nos da vida presente para conservá-la em uma futura. (...) Ela está voltada para o futuro

e é, sempre, um pedido de intervenção ao momento presente" (Minkowski, apud. Bicudo, 2003: 50-51).

Ora, aos habitantes de Curral d'El Rei, o sol apenas voltou a movimentar-se, quando fez-se aparecer naquela localidade a Comissão Construtora, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, convidando as principais pessoas da cidade, via ofício, para uma reunião no escritório central. Neste momento voltara a movimentar-se a manivela do globo celeste. Ali, segundo a narração do padre Francisco Martins Dias, as expectativas em relação a construção da nova capital parecem, em grande parte, ser frustradas. A atitude de Aarão Reis pretende estabelecer uma relação de poder entre a comissão construtora da nova capital e a população de Curral d'El Rei.

> Tendo sido elle nomeado chefe da commissão, incumbida da construcção da nova capital, e comprehendendo a posição melindrosa e difficil delle chefe, lembrou-se de convocar ao povo para pedir-lhe não só não creassem difficuldades á commissão, mas antes auxiliassem-n-a em tudo o que pudessem; (...) e que, a não ser assim, com grandes difficuldades teriam todos de arcar; e que, então elle, chefe, ver-se-ia obrigado a lançar mão de meios que talvez viriam prejudicar os seus interesses (Dias, 1897: 79).

Isto se torna evidente com o sentido de racionalidade com que conduz seu discurso, segundo o sentido reconstruído pela memória do clérigo: pela sua atitude de convocar a reunião, via ofício, demonstrando o tom de formalidade exigido pelo engenheiro, e, também, pelo reconhecimento de uma hierarquia de importância dentro dos quadros sociais e políticos locais, ao convocar para aquela reunião, as "principaes pessoas do logar". A tensão estabelecida entre a Comissão Construtora da Nova Capital e os habitantes da cidade que ali estavam presentes era visível pelo total silêncio observado pelo padre Dias após a fala de Aarão Reis. Mesmo declarando, em nome dos presentes e do povo em geral não ser o povo de Curral d'El Rei empecilho para a realização dos trabalhos da comissão "desde que fossem respeitados os seus direitos", padre Dias percebera a desconfiança que reinara naquela ocasião. Desconfiança essa intensificada com a publicação do decreto n° 776 de 1894 que autorizava a comissão construtora da nova capital a proceder as desapropriações necessárias a realização de seus trabalhos (Decreto n. 776 de 1894).

A expectativa do futuro, antes almejado, estava agora tão próximo do presente que pareceu ao padre Francisco Martins Dias que estava se realizando no agora. Esse agora era o da dissolução das coisas e daquilo que representava o antigo. Mas era também um agora saturado de uma sensação de perigo, conforme sentiam os habitantes de Curral d'El Rei:

> Temiam a hypothese de serem obrigados a abandonar seu torrão natal, para irem chorar saudades do tempo passado, em terra estranha; mas ainda tinham esta única companheira inseparável do homem ainda no infortúnio – a esperança – prevendo que poderiam receber boas indemnisações por suas propriedades (Dias, 1897: 81)

Esse sentimento, próximo à idéia de ruptura, é interpretado por Spurk (2004) como a consciência ou sensação de que algo foi deixado para traz, extinguiu-se, foi abandonado, irremediavelmente perdido e em seu lugar foi instalado algo novo, ainda não compreendido em toda a sua extensão, mas considerado como um 'sinal dos tempos'. Evidentemente que essa perda pode ser entendida como algo positivo ou negativo, dependendo das experiências sociais formadoras da consciência do indivíduo. De qualquer forma, interpretada positiva ou negativamente, sempre permanece a idéia de imutabilidade, de impossibilidade de retroceder no tempo e reatar os vínculos perdidos tal como eram. O revigoramento de antigas tradições perdidas só pode ser feito, agora, segundo as novas condições dadas, mesmo que "representem" a ancestralidade que um dia foi perdida. É este o juízo formulado por Marx em sua irônica abertura da análise da restauração francesa. A inevitabilidade do futuro impõe, no máximo, sua adaptação, sua farsa, no sentido primitivo do termo.

Na visão de padre Dias, Aarão Reis incorpora a manifestação endêmica da modernização de espaços tradicionais, criando um espaço homogêneo no qual as marcas do passado deixem de existir, dando lugar aos simbolismos típicos do novo mundo a nascer (Berman, 1987). Este processo, como veremos mais adiante, estará relacionado com uma política de memória própria da Comissão Construtora da Nova Capital.

Neste momento importa perceber que o domínio da racionalidade não impediu que o processo de desapropriação executado por Aarão Reis fosse imputado de injusto por parte dos moradores. Isso porque, em sua defesa, padre Dias indica o trato atencioso e cortês com que lidou com o povo da "ínfima classe"

e também, porque, passados alguns anos das desapropriações, todos os seus antigos habitantes já estavam comodamente instalados, fosse próximo ao perímetro urbano da nova capital, fosse nos povoados ao seu redor.

A imigração e o crescimento populacional estavam atrelados ao início do processo de construção da nova capital, segundo padre Francisco Martins Dias. Indícios de uma nova dinâmica social que brotava no seio de Belo Horizonte, impressionava-se o clérigo com as mudanças que iam ocorrendo naquele sitio da noite para o dia. Monotonia e placidez eram trocados pelo reboliço e pelo burburinho das atividades comerciais e construtoras, típicas de um ambiente em processo de modernização. O tom progressista com que o clérigo trata estes primeiros momentos, sejam eles difíceis, embaraçados ou inseguros, está, na verdade, impregnado ao longo de todo o seu texto. Seu desejo de transmitir uma suposta harmonia, seja por parte da antiga população, seja em relação a troca de comando da comissão construtora (passada de Aarão Reis para Francisco Bicalho), é esclarecedor da forma como aquele contexto foi construído dentro de sua visão de mundo e como desejava transmiti-lo às novas elites instaladas em Belo Horizonte. Progresso esse intimamente ligado aos processos de aceleração da experiência temporal, em relação ao modo de vida do antigo Curral d'El Rei e que teria seu cume no contexto das festas de inauguração da nova capital.

Se, por um lado, até aquele momento, o tempo acelerara-se no sentido de, em um curto lapso temporal, terem-se produzido tantas modificações, agora, no momento dos festejos, padre Francisco Martins Dias torna o dia 07 de setembro como conclusivo de um processo de transformação social. Sua própria narrativa expressa aquela nova dinâmica. Conforme vimos na introdução, cada palavra, nome ou conceito indica uma possibilidade lingüística que supera o fenômeno particular que descreve ou que denomina (Koselleck, 1993: 123). As metáforas utilizadas e o clima de otimismo de suas colocações são, nesse sentido, reveladores do ambiente social e político da inauguração da nova capital, visto que são "portadoras de memória" (Ricoeur, 2004). É nesse contexto que padre Francisco Martins Dias descreve os acontecimentos daquele 07 de setembro de 1897

> Eram duas horas, menos 13 minutos, quando o gigante invento conductor do progresso e da civilisação, bombaleando sobre suas pesadas rodetas, voava veloz para trazer à nova capital os seus primeiros magistrados, que vinham assistir officialmente à sua fundação (Dias, 1897: 98).

Atrelado à idéia de velocidade está o conceito de civilização e progresso técnico, metamorfoseado na máquina a vapor que conduzia as principais figuras políticas do estado. Em todas as estações a comitiva era saudada com vivas e com manifestações de regogizo e alegria. Bandas musicais tocavam o hino nacional e uma missa campal foi celebrada sob a condução de um frei caputino, em lembrança da primeira missa celebrada em terras brasileiras.

Mas esse momento narrativo marcado pelo avanço do futuro sobre o passado está presente, principalmente, no ato simbólico de deixar para a posteridade as marcas daquele presente passado através da deposição, no local onde fora lançada a pedra fundamental da nova capital, de objetos que pudessem traduzir os ideais que comandavam aquele ambiente como um exemplar da constituição federal e da estadual, alguns jornais do dia e outros objetos lançados pelos convivas (Dias, 1897: 101). Ao futuro estaria, assim, assegurado, ao menos em parte, os objetos símbolos que dominavam o mundo social daquele presente.

A função do lembrar

Memória, espera e atenção – as três categorias agostinianas que possibilitam a compreensão da passagem do tempo – dividem, portanto, espaço na narrativa do padre Francisco Martins Dias. O conflito entre passado e presente parece ser claro, principalmente quando este último projeta-se em direção a um contexto de futuro. Este conflito, entretanto, está resolvido dentro do contexto de sua própria narrativa, através da configuração de um regime de historicidade que garanta uma “correta” interpretação do passado e uma forma ou modalidade de apresentação que produza um deslocamento do sentido de seu relato. Sentido é aqui compreendido como a necessidade de orientação dos indivíduos no mundo, tendo em vista as mudanças que os mesmos experimentam em seu mundo, através de suas ações e das ações de outros homens (Rüsen, 2001). No caso de

Traços históricos e descriptivos de Bello Horizonte, a legitimidade na produção do sentido correto é privilégio do padre Dias que funciona aqui como um repositório das tradições da comunidade. Torna-se, neste caso, um guardião que, através da posse de um elemento performativo, vinculado ao ritual, estabelece 'aquilo que deve ser feito' (Beck, *et all*., 1999: 104).

Essa relação pode ser percebida nos fragmentos de experiências preservadas em sua memória e em sua linguagem. Segundo Koselleck (1993: 118),

> os conceitos abarcam conteúdos sociais e políticos, mas sua função semântica, sua capacidade de direção não é dedutível somente aos fatos sociais e políticos a que se referem. Um conceito não é somente indicador dos contextos que engloba, também é seu fator. Com cada conceito estabelecem determinados horizontes, mas também limites para a experiência possível e para a teoria concebível.

Nesse sentido, os conceitos e categorias utilizadas pelo padre Francisco Martins Dias, principalmente aqueles que preservam um conteúdo de experiência temporal e são representativos não só de sua visão de mundo, de sua localização social no presente, mas das expectativas e frustrações desse mesmo grupo. É que o elo entre memória individual e memória coletiva será construído exatamente pela identidade narrativa que fortifica as lembranças e insere os indivíduos num tempo e numa ação coletivos (Ricoeur, 1997).

Ora, mesmo que a visão de mundo de Padre Francisco Martins Dias apresente uma ênfase demasiadamente apegado ao campo religioso é possível identificar as matrizes sociais que dão fundamento àquela visão de mundo.

Primeiramente, através de seu interesse pelo passado de Belo Horizonte, pudemos observar uma tentativa de preservação de uma determinada memória que priorizasse a positividade do passado. Tal necessidade de preservar esta positividade está expressa em diversos aspectos como por exemplo, no estabelecimento da ancestralidade da ocupação do sítio de Curral D'El Rei, em seu vínculo com a tradição bandeirantícia e no tratamento da oralidade como mecanismo de reforço e argumento em favor daquela positividade passada.

Tal autoridade, necessária para fundamentar o passado e conquistada pela tradição, está manifesta na estratégia organizadora utilizada pela memória do grupo a quem pertence o padre Francisco Martins Dias. É esta tradição que,

ao ser produzida a partir dos rituais descritos pelo clérigo (parte do mecanismo que garante a integridade da tradição através de uma ação prática, conseguida num contínuo trabalho de reinterpretação que relaciona presente e passado), produz uma "noção formular de verdade" (Beck *et all.,* 1999).

Estreitamente relacionada a uma noção particular do tempo e do espaço (através de contextos de origem que unem o passado ao futuro antecipado, e espaços fundadores identificados com certa sacralidade, ressaltados nos rituais e costumes), a tradição produz um corte muito claro entre aqueles que são "de dentro" e os que são "de fora" de suas orientações existenciais. O objetivo aqui é produzir um discurso autorizado sobre a identidade do grupo, proporcionando um horizonte de ação relativamente fixo. O que significa não uma tendência para a inércia, mas para processos ativos de reconstrução social, particularmente filtrados por seus guardiões, mas que preserva a idéia de hereditariedade, de um valor naturalmente permanente e essencialista sobre a vida.

Por isso, ao mesmo tempo em que aparentemente possui certo conservadorismo, uma sociedade vinculada a padrões tradicionais é também incorporadora dos fenômenos sociais do presente através, principalmente, dos possuidores do monopólio da sua interpretação. Segundo Giddens (Beck *et. all*., 1999: 100),

> A tradição é impensável sem guardiões porque estes têm um acesso privilegiado à verdade; a verdade não pode ser demonstrada, salvo na medida em que se manifesta nas interpretações e práticas dos guardiões (...). As tradições seculares consideram seus guardiões como aqueles relacionados ao sagrado; os líderes políticos falam a linguagem da tradição quando reivindicam o mesmo tipo de acesso à verdade formular.

Nesse sentido, o padre Francisco Martins Dias tomou para si as funções de guardião de laços de solidariedade que, segundo observava, estava fadada à dissolução. Repositório das tradições, e, além disso, revestido do caráter sacro do sacerdócio, os *Traços históricos e Descriptivos de Bello Horizonte* revestira-se da autoridade testemunhal de um tempo que não mais existia e que, apesar de não poder ser restituído no presente, estava na origem de seu futuro. Incorporara, portanto, um conteúdo emocional e normativo ou moral ao seu

discurso, o que proporcionou uma base integrativa entre seu discurso e a realidade da construção da nova capital.

A ênfase na moral e nos costumes do antigo povoado (apego ao trabalho, religiosidade, festas e comemorações) tem a função de aproximar a memória e a experiência passada de um presente que escapa em reconhece-lo como seu: “aqui era um compadre que offerecia a seu compadre, para comprar para carro, uma boiada de *pegar p’ra sahir* (como diziam); de uma bonita novilha que elles diziam uma *tetéia*”. Mais do que simples termos, tais locuções são representativas de um tipo de sociabilidade típica das pequenas comunidades.

Para Georg Simmel esse tipo de sociedade apresenta alguns aspectos que a torna diferente do tipo de vida social nas cidades modernas tais como a lentidão da percepção sensorial dos objetos materiais, a uniformidade do ritmo da vida cotidiana, o aprofundamento da vida psíquica coletiva através da intensificação emocional dos relacionamentos sociais, a utilização dos meios de produção como intermediário no estabelecimento de relações sociais entre produtor e consumidor. Além disso, há uma visível perda da expressão da individualidade e da independência, visto que

> quanto menor é o círculo que forma nosso meio e quanto mais restritas aquelas relações com os outros que dissolvem os limites do individual, tanto mais ansiosamente o círculo guarda as realizações, a conduta de vida e a perspectiva do indivíduo. (Simmel, 1967: 21))

Robert Redfield (1969), caracteriza tais sociedades a partir de uma série de elementos: isolamento (apesar de não significar uma completa ignorância da existência de outras sociedades); comunicação baseada na oralidade (a tradição oral é a base para a transmissão do conhecimento); vida em conjunto, com os outros da mesma comunidade (intimidade) a existência de um tipo biológico singular; hábitos e costumes comuns (visto que o que um homem conhece e acredita é o mesmo que todos conhecem e acreditam); forte senso de pertencimento entre si (valorização de sua semelhança mútua e valorização de si mesmo quando comparados com os outros: o “nós” em oposição aos outros, “eles”), além de uma visão de mundo fortemente padronizada através de tipologias e normatizações.

Qualquer tipo de mudança qualitativa ou quantitativa rompe aquela estrutura baseada numa estabilidade precária. No caso de Curral d’El Rei, essa

mudança deu-se através das transformações ocorridas dentro de seu próprio sítio. Esse é um fator importante visto que, não somente nas pequenas comunidades, mas também na própria cidade moderna, o espaço habitado é constituinte da personalidade do indivíduo, visto que fornece uma espécie de equilíbrio gerado pela imagem de permanência e estabilidade dos objetos materiais ao nosso redor. E, segundo Halbwachs (1990:133),

> Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da idéia que faz de si mesmo. Ela penetra todos os elementos de sua consciência, comanda e regula sua evolução. A imagem das coisas participa da inércia destas. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio.

Expressam também uma relação com o passado baseada no saudosismo e na nostalgia dos tempos de out'rora. Ao recorrer aos conceitos que identificam um tipo de sociabilidade não mais inexistente, padre Francisco Martins Dias estabelece uma relação necessariamente saudosa com relação ao passado. Essa superestimação do passado, entretanto, baseada na pretensa idéia de que o que é antigo é necessariamente bom relaciona-se somente a determinados nichos do passado. As relações de produção (*pegar para sahir* e *tetéia* são expressões utilizadas dentro de uma relação de troca comercial) que funcionam também como instrumento daquele tipo de conhecimento social acima descrito. Não é a toa que outro termo utilizado é *compadre*: trata-se, portanto, de mais do que uma relação comercial entre indivíduos, é uma relação de convivência entre cidadãos de uma mesma classe, procedência e comunidade de destino. Demarca, por outro lado, a dissociação entre passado e futuro através do presente, através de uma estratégia narrativa que recorre à memória para posicionar o passado no interior de uma idéia de repositório, origem da positividade presente representada pela nova capital. Por isso, como nos lembra Lowrenthal (1997: 8), a nostalgia é "a memória com a dor excluída. A dor está no

presente", num presente de grandes mudanças que incitam as recordações dos tempos passados[27]. E também, porque, através daquela linguagem, padre Francisco Martins Dias conserva e reaviva uma imagem que as gerações que lhe serão posteriores terão daquele tempo. Memória e palavra tornam-se, neste caso, a condição de possibilidade de um passado reversível através da linguagem que o torna significante para os futuros presentes (Bosi, 1998: 28).

Essa dissociação temporal também é produzida ao tratar da política. Ao levantar a hipótese de que o sítio da nova capital fosse patrimônio da igreja, perdido ou esquecido com o passar dos anos e indevidamente apropriado por particulares, padre Francisco Martins Dias identifica os culpados. Segundo sua análise,

> foram os astutos mandões e os régulos dos tempos idos, que, abusando da simplicidade do povo, e da timidez ou desleixo do parocho, com artimanhas e trapaças, lançavam mãos sacrílegas no que à egreja pertencia, e dahi iam se succedendo as transmissões até os presentes proprietarios, que possuíam verdadeiros títulos justo-presumidos, que em direito, em virtude do lapso de tempo, são valiosos. (Dias, 1897: 44)

Nesse sentido, reforça mais uma das características da visão de mundo do padre Francisco Martins Dias, a condenação da dinâmica política anterior à República, a Monarquia. Ao estabelecer, dentro do campo político, o passado com terreno de domínio oligárquico, e o presente dominado por um estado de direito, ou seja, um governo "honrado e sensato", estabelece-se uma oposição, não só entre duas formas de mando através de conceitos assimetricamente contrários, mas também de tempos opostos.

Pouco restara do antigo arraial de Curral d'El Rei na época em que padre Francisco Martins Dias escrevia este ensaio. Algumas casas velhas, choupanas, ruas estreitas e tortas, praças irregulares. Estes, entretanto, são apenas resquícios de uma era que estava sendo deixada para trás:

> Bello Horizonte é hoje um contraste de velharias e novidades: ao pé de um cafua de barro, coberta de capim ou zinco, eleva-se um edifício elegante e sólido (...) Mas essas cafúas, essas velhas casas e essas

[27] "The great changes of the times had made nostalgia pervasive. Revolutionary upheraval sundered past from present; after the guillotine and Napoleno the previous word seemed irretrievably remote – hence to many doubly dear. Industrialization and force migration pushed millions into locales radically unlike those of their childhood. Romantics sheldtered from devastatin change in remembered or invented images of earlier times." (Lowrenthal, 1997: 08).

> ruas irregulares do Curral vão desapparecendo, pouco a pouco, ao passo que, como por encanto, surgem outras novas (...) Nada é para nós mais bello, mais poético e mais recreativo do que a observação attenciosa desta sublime metamorphhose material. (Dias, 1897: 99-100)

Estabelece-se, portanto, uma clara distância temporal entre passado e presente, distendendo-a cada vez mais até que o presente acabe por dissociar completamente passado e futuro, e concebendo assim um tempo histórico experimentado como novidade. “Quem pensaria – já não direi ‘diria’ – que o velho, podre, humilde e decadente Curral d’El Rei havia de, em tão rápido vôo, elevar-se a altura em que hoje o vemos, e ainda, de mais a mais, tendo diante de si um futuro tão risonho e brilhante!” (Dias, 1897: 107). Ocorre, portanto, uma distensão em relação ao futuro, derivada da velocidade das mudanças experimentadas. Padre Dias refere-se, nesse sentido, à constante dissolução do presente em função de uma expectativa sempre renovada.

Ao mesmo tempo, a proposta de continuidade temporal entre o antigo e o novo é sistematicamente explorada pelo padre Francisco Martins Dias. Ela é sustentada através de artefatos que sobreviveram às transformações no plano urbano, ou contíguos ao mesmo, sob a forma de relíquia, ou então através dos fatos lingüísticos que constroem a perspectiva de um presente passado (sentido de duração) que vai sendo consumido por um futuro passado (sentido de novidade) (Zammito, 2004). A consciência do “não mais” produzido a partir da fusão entre tais campos da experiência é aqui um indício de um movimento concreto e não apenas um recurso lingüístico. Ultrapassa-o e agrega-se na memória e na percepção da experiência temporal do padre Francisco Martins Dias porque também promove essa dissociação cada vez maior entre presente e futuro, entre experiência e expectativa a partir do presente:

> Era (digo era, porque hoje a população se baralhou com a onda do povo recemchegado para os serviços da nova capital, como uma gotta de vinho se confunde no oceano, ou se dispersou para os arrabaldes da freguezia) era um povo laborioso e trabalhador. (Dias, 1897: 29)
> dizemos *havia* e não *há*, porque [a capela consagrada a Sant’Anna] foi já demolida pela comissão constructora da nova capital (Dias, 1897: 47).

Tal movimento apontava para um processo de racionalização das relações sociais, que seriam impostas via construção da nova capital. Tal

processo de modernização exigia, portanto, a dissolução dos antigos padrões econômicos e sociais, como bem percebeu padre Francisco Martins Dias.

Num primeiro momento, os padrões de produção estavam voltados para a valorização de um consumo interno, baseado na satisfação das necessidades a partir de um equilíbrio sob a forma de ajustamentos mínimos, como se pode observar na descrição de um tipo de economia sustentado na pequena produção agrícola (aguardente, rapadura, milho, fubá, carne seca, frangos e ovos)[28] (Dias, 1897: 32) e na adaptação a um ritmo biótico não incorporado à dinâmica capitalista. Entretanto, a incorporação progressiva dessas áreas à economia moderna, provocada pela expansão da fronteira agrícola, fez com que essa organização social se modificasse, rompendo o antigo equilíbrio e produzindo, portanto, um desajuste dos antigos padrões econômicos, uma situação estrutural de crise e desequilíbrio e também, a sua conseqüente tendência à sub-incorporação à economia de mercado (Candido, 1997). Essa nova dinâmica, voltada para o circulo do comércio, proveniente da construção da nova capital mineira foi sentida por padre Francisco Martins Dias: "E não era isso em data mui remota: e entretante hoje com um tostão não se compra mais de duas laranjas das que com elle, naquelle tempo se alcançavam trinta!" (Dias, 1897: 33)[29]. Ela pode ser percebida também na distinção do tipo de racionalidade expressa no tratamento dispensado aos habitantes de Curral d'El Rei por parte do engenheiro Aarão Reis: "mais de uma vez ouvimol-o dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Bello Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando" (Dias, 1897: 84).

Tal racionalidade do projeto, entretanto, parece ter sido abrandada durante o processo de construção da nova capital. Primeiramente, devido à preservação da antiga matriz dentro do perímetro do centro da cidade e, também, de acordo com o padre Dias, a adaptação do projeto arquitetônico no sentido de localizar aquele edifício dentro de uma quadra. Posteriormente, devido à

[28] Esse quadro nutricional pode ser comparado com aquele descrito por Alfredo Camarate e que se baseava em feijão, arroz, carne-de-vento e café, batata, toucinho e açúcar (Jornal O Minas Gerais, 15.04.1894).

[29] Também na obra literária de Avelino Fóscolo essa mudança pode ser detectada, através da inclusão dos protagonistas de seu romance no ambiente de construção da nova capital (Fóscolo, 1979).

resistência ou, ao menos, o que parece ter sido uma resistência muda empreendida pelos antigos habitantes de Curral d'El Rei. Segundo o clérigo, grande parte daqueles habitantes permaneceu no arraial. "Apenas 6 ou 7 familias se retiraram para fora do districto e o fizeram espontaneamente; todas as demais se estabeleceram, umas nas immediações da área suburbana da nova cidade, e outras conservaram-se mesmo na povoação" (Dias, 1897: 81)[30]

Finalmente, essa perspectiva de um decurso temporal que aponta constantemente para o progresso é típico de um período em que a história era concebida, ao mesmo tempo, como receptáculo das experiências alheias e instrução para o presente (*Historia Magistrae Vitae*), e como possuidora de uma capacidade de julgamento imanente – como o fez no caso da escolha de Curral d'El Rei para o local da nova capital – e também como determinante do futuro. Por isso padre Francisco Martins Dias pôde construir uma estratégia retórica baseada em prognósticos e profecias acerca dos anos futuros. É aos homens do presente que o clérigo evoca, dentro do campo da profecia, a necessária realização da obra da nova capital no sítio do Curral d'El Rei. É também sob a fórmula de profecia que reflete sobre os homens e o tempo em que estava situado: "tempora mutantur... et homines cum illis!" (Dias, 1897: 34). Na profecia, o presente é concebido como um conjunto de símbolos que anunciam um porvir. Na maioria das ocasiões, este porvir está localizado fora do tempo, ou determina a dissolução do tempo presente, tal como pode ser observada nas doutrinas milenaristas e quiliastas, tais como o joaquinismo e também nas profecias feitas por Antônio Conselheiro: é a certeza, dentro de seu grupo de fiéis, de uma consumação futura que garante a eficácia de seus argumentos. Por isso padre Dias, em sua pregação em comemoração a escolha de Curral d'El Rei para nova sede do poder estadual, anuncia a entrada do "espírito do erro, da impiedade e da mentira" que poderia misturar o joio, a erva daninha e o trigo (Dias, 1897: 76). A utilização de provérbios reforça a comunicação entre o clérigo e seus fiéis, ao sintetizar, mesmo que de forma ambígua, o conteúdo experiencial da comunidade e determinados padrões morais ou éticos de comportamento – seja por sansão ou por ideal, conforme o tratamento dado pela tradição. (Burke, 2000).

[30] Isso foi conseguido através do processo de permuta realizado por muitos moradores, conforme veremos no Capítulo 4.

Mas encontra-se, a narrativa de padre Francisco Martins Dias, inserida também no campo do prognóstico, visto que ela produz o tempo que narra, ao projeta-la para dentro e ao mesmo tempo para a construção de um depois. Nesse sentido, o tempo aqui construído não é o do sempre igual cristão, mas absorvido pela idéia de uma novidade contínua, visto que revela ao presente o futuro, e condiciona seu horizonte de expectativa.

> Antevíamos que aquelle povo, que tão desalentado se retirava do centro da povoação, ia levar alguma vida ás incultas cercanias do arraial (...)
> E foi o que se deu, com hoje se vê.
> Mal haverá dous annos que os logarres denominados Calafate e Piteiras eram uma verdadeira solidão, onde não se encontravam mais que meia dúzia de casebre disseminados aqui e acolá – e hoje aquelles logares já se ostentam com alguma animação e contam approximadamente 60 habitações (...) Cachoeira, João Cralos, Bento Pires e Cardosos estão no mesmo caso que Calafate e Piteiras, não, porem, tão habitado como estes dous últimos. (Dias, 1897: 86)

Sendo antecipação do futuro, o prognóstico carrega consigo a idéia de um *continuum* evolutivo que se dirige para o progresso. Não se afasta, porém, do passado, visto que trabalha com a idéia de que a história é a garantia de uma continuidade que funde o passado com o futuro. Esse tipo de fusão pode ser observada na data escolhida para os festejos inaugurais da nova capital mineira, o 7 de setembro (Dias, 1897: 93). Na escolha desse dia que tornara-se marco de fundação e sagração de Belo Horizonte, reuniram-se duas modalidades da experiência temporal: a *simultaneidade do anacronismo* e a *repetibilidade dos acontecimentos*. A mesma estratégia, referendada pelo padre Dias, também foi utilizada na escolha de um frei capuchino (frei Sebastião Ciocel) para conduzir a primeira missa, “pela memória da primeira missa celebrada em brasileas terras” (Dias, 1897: 100).

CAPÍTULO 2

A reconstrução do passado através da prova material: *Como nasceu Goiânia*

É necessário concentrarmo-nos um pouco mais na questão das formas de representação do passado. As reflexões sobre o tempo não são novas, como demonstram os escritos de Agostino. Em termos gerais, todas as sociedades humanas criam ou criaram formas de lidar com a experiência interna do tempo. Socialmente condicionada, essa experiência da duração surge sempre que relacionamos uma situação presente (atenção) com uma experiência passada (memória) ou a uma expectativa de futuro (espera).

Segundo Whitrow (1993: 18), desde criança somos inseridos dentro de um sistema de comunicação que associa ações, objetos e pessoas não somente com outras ações, objetos e pessoas, mas também com elas próprias "e isso só se torna possível com o desenvolvimento da memória". Mas a formulação e preservação e, ou esquecimentos de imagens pelos mecanismos da memória, estão também condicionados à forma como a própria sociedade compreende, incorpora, sustenta e utiliza o passado.

No capítulo anterior indiquei a importância dos "guardiões" na sustentação de formas de sociabilidade existentes no interior de comunidades vinculadas a culturas tradicionais. Seriam eles os sustentáculos daquelas "noções formulares de verdade", que, por sua vez, fazem os indivíduos agirem fundamentalmente conforme as mesmas por estarem sustentados na autoridade legada pela memória coletiva.

Concentrei-me ainda na interpretação que o padre Dias construiu sobre o processo de escolha e construção da nova capital mineira. Através dela reconstituímos algumas características de sua visão de mundo, expressa numa estratégia narrativa que investia na autoridade ao passado através da idéia de

sua ancestralidade (o mito de origem) e identificava o presente e o futuro como sustentados por ela (continuidade na mudança). Uma visão de mundo fundamentalmente conservadora, pois, submetia a necessidade de ruptura a uma visão de conjunto que estava determinada pelo sentido de comunidade.

Continuaremos enveredando por esse mesmo caminho, tomando como referência documental um livro escrito três décadas depois do ensaio daquele clérigo, no estado de Goiás, em 1938, por uma professora residente na antiga capital daquele estado, a cidade de Goiás, de nome Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro. A obra, intitulada *Como nasceu Goiânia* constitui-se de um calhamaço de mais de 650 páginas, que procura reunir uma expressiva quantidade de massa documental sobre os primeiros anos da construção de Goiânia, a nova capital do estado de Goiás. Mas, ao contrário de *Traços históricos e descriptivos de Bello Horizonte*, a obra em questão não tomará a memória como referência principal. Além disso, situará sua relação com o passado – entendido aqui sob o sinônimo de tradição – num outro nível. Em primeiro lugar porque, ao fixar-se no documento como o único tipo de vestígio fundador da verdade factual sobre o passado, a autora o transformará em um verdadeiro monumento histórico: como o resultado do esforço da sociedade daquela época em impor uma determinada imagem e si própria para o futuro (Le Goff, 1996). Como veremos mais adiante, essa estratégia teve certa eficácia ao tornar-se a principal matriz interpretativa sobre o processo de construção de Goiânia nos anos que se seguiram.

Da mesma maneira, sua reconstituição narrativa procurou estabelecer um novo tipo de tempo para interpretar a construção da nova capital goiana. Um tempo político que, apesar de ser necessariamente linear e irreversível (aberto em direção ao futuro), comporta elementos cíclicos através do estabelecimento de datas importantes que, como efemérides, retornam periodicamente. Segundo Pomian (1984: 7):

> Mesmo quando o tempo é definido como cíclico, o lugar do presente, sua posição face ao passado próximo e ao futuro próximo, ainda não está determinado de forma unívoca. Todo ciclo comporta, com efeito, duas fases: ascendente e descendente. Se o presente está situado na primeira, o tempo é vivido e pensado como localmente progressivo: o futuro próximo é objeto de esperança e o passado, supostamente caduco, é aguardado com um sentimento de superioridade. Ao contrário, quando um ciclo atravessa uma fase descendente, o tempo é

> apreendido como localmente regressivo, o futuro próximo provoca angústia e é no passado que serão procurados os modelos a serem imitados.

É essa estrutura temporal, baseada em fases descendentes e ascendentes, que encontraremos na obra de Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro.

Como nasceu Goiânia está dividida em sete partes, sendo as seis primeiras referentes ao processo evolutivo da construção da nova capital goiana, desde a recorrência à antiguidade da idéia de mudança até o estado atual em que a mesma se encontrava na data da edição do livro. A última parte, intitulada "Biografias" identifica as principais personalidades políticas que concorreram para a consolidação da cidade que estava em construção. Sob certo aspecto, pode a obra ser considerada uma efeméride da construção de Goiânia visto que procura registrar em suas páginas os seus principais acontecimentos e personagens. Estão ali registrados os primeiros atos do governo provisório em relação ao projeto de construção da nova capital, a construção dos primeiros prédios, o primeiro piano a chegar a Goiânia, o primeiro desastre de automóvel, o aparecimento do primeiro jornal, o primeiro carnaval, entre outros acontecimentos que a autora julgou importantes de serem preservados na memória coletiva regional. Mas pode ser situado no campo das efemérides, também, pelo caráter comemorativo e grandeloquente que assume sua narrativa, principalmente ao tratar dos atos do governo estadual e nacional, do período e dos adjetivos imputados às principais personalidades políticas conforme demonstrarei no momento oportuno.

Como tentarei demonstrar, existe aqui uma espécie de processo de arquivamento que visa fornecer, mesmo que de maneira infinitamente menos sofisticada que o procedimento realizado pela *Coleção Brasília* que analisaremos no capítulo posterior, um sentido pré-determinado para o passado. Pensado a partir da ótica de que o processo de arquivamento é um ato de seleção do passado e de redistribuição do espaço social para se falar sobre o passado (De Certeau, 2000), podemos considerar um outro tipo de interesse que está por trás desta obra: adquirir autoridade sobre quem o consulta, agindo sobre o presente

através do tipo de seleção e reunião que foi processada. Daí a insistência de Ricoeur (2004: 219) de que,

> O documento que dorme nos arquivos é não somente mudo como também órfão, os testemunhos que esconde se separaram dos autores que os 'criaram', estão sujeitos aos cuidados de quem tem competência para interroga-los, e assim defende-los, prestar-lhes ajuda e assistência.

Esse cuidado heurístico já havia sido sugerido por Oliveira (1999:167) em relação ao livro de Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro:

> Por estar registrando um momento tão especial, ela se preocupa tanto em coletar documentos e fatos do cotidiano da cidade, que seu livro tem a aparência de um *museu-escrito*. Desse modo, o significado da mudança da capital para o Estado fornece a luz para que os acontecimentos a ela relacionados ganhe um destaque extraordinário, tornam-se historicamente importantes.

Por outro lado, a obra pode ser considerada como a primeira narrativa histórica sobre a construção de Goiânia. Apesar de não ser historiadora de ofício Ofélia Monteiro já havia enveredado pelo campo histórico através de um pequeno livro de história intitulado *Goiás: coração do Brasil,* que passou a ser adotado nos Grupos Escolares do estado de Goiás. Mas é em *Como nasceu Goiânia* que aquela professora revela seus dons para a escrita da história. Ora, se em *Traços históricos e descriptivos de Bello Horizonte* pudemos observar o esforço de padre Francisco Martins Dias em tornar sua obra fiel à realidade através da fusão entre estilo retórico pré-moderno e o esboço de um método, para Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, seu esforço de identificação com a verdade procura compactuar apenas com os pressupostos metodológicos da perspectiva historicista que dominava as academias até a segunda metade do século XX.

Tal modelo de produção histórica apresentava algumas características importantes. Seguindo o modelo paradigmático das ciências da natureza tal perspectiva identificava como trabalho do historiador, primeiro a necessidade de determinar os fatos, depois de estabelecer leis. Baseados nessa leitura acrítica do método das ciências modernas, tal tendência orientou suas pesquisas, seu campo de visão para o estabelecimento da maior quantidade de fatos possível, colocando de lado, no julgamento de Collingwood (1981), o ideal de uma história universal, mas ao mesmo tempo adiando a segunda etapa de seu projeto: o

estabelecimento de leis. Além disso, seriam os princípios metódicos que regiam a pesquisa histórica, os garantidores da pretendida objetividade e a positividade do conhecimento. Resumidamente tais regras podem ser incorporadas em 5 pontos principais: 1. não julgar o passado, mas "dar conta do que realmente aconteceu"; 2. Não há interdependência entre o sujeito conhecedor e o seu objeto; 3. A história existe em si, objetivamente, e é acessível ao conhecimento; 4. O sujeito da relação de conhecimento é entendido segundo um modelo mecanicista; 5. A tarefa do historiador é reunir dados.

Apesar do volumoso conjunto de críticas produzidas ao longo das últimas décadas em relação a este tipo de pretensão epstemológica e às suas reinterpretações, gostaria de ater-me somente a uma de suas características que, mais adiante, nos auxiliará na análise do livro de Ofélia Monteiro. Essa estreita concepção de que os fatos são dados à história como realidades substanciais, tratando o historiador de, simplesmente, desenterrá-los e apresentá-los sob uma luz intensa aos seus contemporâneos (Febvre, 1989: 177), produz a idéia de história como *res gestae*. Existindo, "não só objetivamente no sentido ontológico, mas igualmente sob uma forma determinada e completa, como estrutura definida dos fatores acessíveis ao conhecimento" (Schaff, 1974: 102). O que conduz a uma concepção do processo histórico como pré-determinado dentro do conjunto de fatos latentes que são extraídos dos documentos, antes de qualquer intervenção presente. Ao historiador caberia, portanto, reproduzir com fidelidade a realidade histórica por trás dos documentos. E, nesse sentido, existiria um tempo histórico pré-compreendido essencialmente como evolução, seja rumo a auto-realização do Espírito, ou em direção a uma sociedade moral, igual e fraterna.

A partir dessas considerações iniciais proponho então, concentrar meu texto em dois momentos: primeiro na tipicidade da interpretação do processo histórico, na gramática (categorias de análise, construções lingüísticas, filiações filosóficas e políticas, adjetivações, metáforas, estereótipos etc) que envolve seu discurso e da sua utilização retórica. Ao se concentrar no problema da coerência estética e retórica da historiografia, Rusen (2007: 35) afirma que "a qualidade retórica de um texto historiográfico está (...) em sua estrutura de interpelação, na maneira e na forma que motiva o destinatário a conceber intenções que se desdobram em sua disposição para o agir (com relação a si ou a outros)". Essa

relevância e coerência comunicativa podem ser entendidas, no caso de *Como nasceu Goiânia,* como eficácia. Ela se revela na forma como a autora narra os acontecimentos a partir da concatenação dos documentos, construindo assim um regime de historicidade sustentado pelo ideal político de progresso e por uma reelaboração peculiar da relação entre passado e presente. Depois, dentro deste regime de historicidade, será dada ênfase ao seu entendimento como novidade, a partir de dois marcos explicativos que reconstruíram o processo histórico e moldaram a memória social sobre a construção da nova capital: a idealização da revolução de 1930 e a mitificação da figura do interventor federal Pedro Ludovico Teixeira. Esses dois momentos indicarão uma articulação diferente entre experiência e expectativa, daquela realizada pelo padre Dias, modelada, acredito eu, pela relação de forças do período. É dela que surgirá uma representação do tempo histórico e da própria história de Goiás que cristalizará uma interpretação do passado baseada na dicotomia entre dois tempos e, portanto, dois mundos.

A obra mudancista como necessidade histórica

O passado é uma matéria, em si mesma, carente de conteúdo. Despossuído de substância, o passado participa do tempo pelo poder que os indivíduos possuem de fazê-lo na memória. Bergson (1990: 179) entendia que o passado não só se mistura, mas também desloca as percepções imediatas dos indivíduos através de sua atualização na consciência: “o que caracteriza o homem de ação é a prontidão com que convoca em auxílio de uma situação dada todas as lembranças a ela relacionadas”, escreveu. É esse chamado do espaço de experiência, respondido pela memória que constitui um horizonte temporal carregado de conteúdo e significado. De uma concepção vazia, passa o tempo a atingir um significado quando relacionado à memória, à atenção e à expectativa, numa ordenação impossível de ser distinta dentro do campo do experienciavel. Por conseguinte, o presente também produz um fenômeno de atualização do passado através das imagens que são chamadas a constituírem nossa memória de um evento. Daí a afirmação de Agostinho (2002: 271):

> Quando relatamos acontecimentos verídicos do passado, o que vêm à nossa memória não são os fatos em si, que já deixaram de existir, *mas*

> *as palavras que exprimem as imagens dos fatos*, que, através de nossos sentidos, gravaram em nosso espírito suas pegadas (grifos meus).

Essas palavras retornam à diferença entre o passado em si, um evento qualquer cujo qualitativo diferencial é o fato de já haver encerrado sua existência diante de nossos olhos, e a memória, a representação desse acontecimento que, utilizando nossos sentidos como ponte de ligação com o inconsciente, incorpora-o ao presente através de imagens, sons, emoções, cheiros, gostos, valores morais etc. O passado, portanto, não é a memória, assim como a memória não está no passado. Ela está no presente e é a partir desse presente que traduz uma experiência passada em imagens e palavras: em atos de comunicação.

Por estarem fundidos dentro de um repositório experimental de um único indivíduo Agostinho declina da intenção de medir a fronteira entre passado, presente e futuro. Um futuro longo é apenas uma longa espera do futuro. E um passado longo não passa de uma longa lembrança do passado (Agostinho, 2002: 281). Isso acontece devido aos efeitos psíquicos produzidos pelo condicionamento social do tempo natural à consciência individual e à memória coletiva. Nossa experiência temporal é sempre uma experiência no presente que surge da reflexão sobre essa mesma experiência em contato com a memória. Caso concentremo-nos apenas no presente, nossa consciência do tempo torna-se praticamente nula. Por isso, um sentido de tempo "envolve alguma sensação ou consciência de duração, mas isto depende de nossos interesses e do modo como focalizamos nossa atenção" (Whitrow, 1993: 17).

Fundindo-se ao presente, passado e futuro podem se tornar territórios estranhos aos homens e conter uma série de perigos. O risco de o passado procurado desapontar os indivíduos do presente é um deles (Lowrenthal, 1997: 28-30). Mas podemos identificar também características positivas relacionadas ao trato do passado. A primeira delas está relacionada a reafirmação ou validação de determinados valores e ações no presente que registram sua semelhança com uma condição pretérita. Símbolos e objetos são usados com a aceitação de que 'são do passado' ou são utilizados determinados precedentes históricos para legitimar o que existe hoje. É comum encontrarmos a justificação de uma prática corrente através da referência a uma tradição 'imutável'. Dessa forma, a

precedência legitima a ação dos indivíduos sobre um assunto, explícito ou implícito: o que tem sido continuará a ser ou será novamente. (Hobsbawn & Ranger, 1997)

Mas o passado é também importante na construção de nossa sensação de identidade, "a certeza do 'eu era' é um componente necessário para a certeza do 'eu sou'". Essa certeza habilita-nos a nos identificar com nosso próprio passado e nos proporciona o pensar em termos de existência, de propósitos e de valores. (Lowrenthal, 1997: 40-41). Além disso, o passado é invocado também para construir uma sensação de orientação para o presente. A idéia de que o passado pode ensinar ao presente é mais ou menos comum ao longo de toda a história da humanidade. Os gregos pensavam na história como um guia para orientar suas ações, visto que o ritmo das mudanças sociais e políticas parecia a eles indicar uma espécie de repetição regular de eventos e condições (Finley, 1989). Esse alto valor de lição continuou sendo difundido em toda a Europa, atingindo o século XIX e representado por uma série de aforismos sobre a necessidade do conhecimento do passado. A história ensinava a moral, costume, prudência, patriotismo, política, virtude, religião, cultura etc.

Legitimidade, validação, identidade, orientação. Esses valores atribuídos ao passado pelo presente podem ser encontrados na obra histórica de Ofélia Monteiro, *Como nasceu Goiânia*. Datada de 1938[31], o livro pode ser considerado como uma espécie de coletânea de documentos sobre o processo de construção de Goiânia e transferência da capital, contendo desde imagens, artigos de jornais, decretos, relatórios oficiais, registros cartoriais, contratos, leis portarias e toda a sorte de documentos oficiais.

Pouco se nota a presença da fala da autora ao longo da obra, que prefere "neutralizar-se" atrás dos documentos, conservando a si o direito de inserir-se no entremeio de duas fontes textuais. Assim escondida, a autora opta por inserir, a título de preâmbulo, um poema em homenagem à nova capital goiana, intitulado Goiânia:

> Goiânia verde de amplos horizontes.
> Goiânia verde dos buritisais,
> Ai, quem me dera o verde de teus montes,

[31] A edição que nos chegou é de 1979, sem, entretanto, haver sido feita qualquer alteração em seu conteúdo.

Dentro em minh'alma pr'a estancar meus ais!

Goiânia azul, no longe azul tão raro
Das matas que te cercam, adormecida;
Quem me dera este céu azul e claro,
Dentro em minh'alma na manhã da vida!

Que teu seio vermelho, cor de sangue,
- Terra nutriz de gloria resplendente -
Dê vida e força a quem cançado, exangue,
Venha a beber tua seiva onipotente.

Nesga feliz, ideal, perturbadora,
Beijo de luz em plena primavera,
Goiânia linda, terra encantadora
Das morenas mais lindas do Anhanguera.

Cidade do presente e do futuro,
Prodígio de grandeza senhoril,
Ensina-me a ser justo e a ser puro,
CORAÇÃO DE GOIAZ E DO BRASIL.

É necessário notar duas questões neste poema à nova capital de Goiás. Embora não datado, o poema está inserido num conjunto de obras que se referem diretamente ao contexto de construção daquela cidade. Duas grandes temáticas estão contidas no poema. Primeiro, a referência à paisagem natural que procura estreitar os laços entre o homem e a natureza através de um bucolismo sertanejo. Elas produzem um exercício comum à época, qual seja, de humanização da natureza. Esse tipo de elaboração – a última etapa visível de desenvolvimento de um tipo de sensibilidade que remonta ao início dos tempos modernos, na medida em que a natureza (animais e plantas) foram sendo dominadas pela civilização (Thomas, 1988) – fortalece os critérios de reconhecimento da paisagem local, positiva-os e define-os como elementos da identidade regional, através da transformação dos mesmos em substrato de onde a nova cidade retiraria suas energias vitais. Como demonstrou Sennet (1997), existe uma dimensão ética que envolve as relações entre corpo e espaço. Elas determinam a maneira como os indivíduos vêem a si próprios e o espaço habitado, fortalecendo os laços da comunidade (o corpo cívico). No poema inserido por Ofélia Monteiro, essa ênfase é reforçada pelo sentido de expectativa implícito, principalmente na terceira e na última estrofe do poema: "que teu seio

(...) dê vida e força a quem (...) venha a beber tua seiva onipotente" e "cidade de presente e do futuro".

Há, dessa forma, um interesse em fazer lembrar aos seus leitores uma relação entre uma suposta força vital, atávica, potencial, do território goiano através de uma analogia entre valores morais humanos cultuados pela temática romântica do período e as características naturais do sítio onde estava a ser construída a nova capital daquele estado. Recurso este reforçado e diluído ao longo do texto através da expressão "quem me dera" nas duas primeiras estrofes. Neste caso, pode ser identificadoa aqui uma outra categoria da experiência temporal, o *desejo*. Através dele, os indivíduos são projetados para o futuro, na expectativa de cria-lo: "pelo desejo, o futuro se amplia e se abre na medida do querer e do antever a distância. O mais distante é vivido temporalmente", informa Bicudo (2003: 49). Ele relaciona-se à atividade, na medida em que permite considerar as ações a serem executadas e agir como seu impulsionador.

Uma outra referência fortalece o interesse de Ofélia Monteiro por este poema: a sua última frase, colocada em letras grandes e, portanto, desejando criar um sentido de exaltação e síntese do significado da nova capital: "CORAÇÃO DE GOIAZ E DO BRASIL". Mais uma vez, a analogia ao corpo no intuito de fortalecer a relação entre o meio urbano e o conjunto da sociedade e indicar, dentro do corpo cívico da Nação, seu centro. Estamos diante, portanto de uma tentativa de síntese da alma nacional através da lente regionalizante. Essa era uma atitude típica do pensamento social brasileiro das primeiras décadas do século XX, que no intento de narrar a fundação da nação construía um sentido mítico, afirmando valores e orientações para seu auditório, como demonstrou Souza (1997). Nesse sentido, o poema torna-se o realizador da união entre a verdadeira brasilidade, e o sentido de evolução social, relacionando presente e futuro ao progresso social brasileiro.

Será essa relação entre presente e futuro que conduzira a feitura de todo o livro. Através da materialidade das provas documentais, que segundo o paradigma historiográfico seguido pela autora, garantiria a neutralidade necessária ao esclarecimento de um passado recente "tal como ocorreu", o sentido proposto para a construção da nova capital goiana ganha autoridade de verdade demonstrada. Essa relação entre uma perspectiva progressista e a

exaltação do lado emocional torna-se mais reforçada quando viramos a página do poema de Antônio Maciel e nos deparamos com cópias das plantas originais dos planos urbanos do centro de Goiânia e do setor Sul, as duas elaboradas pela firma Coimbra Bueno e Cia.

Tais plantas referem-se fundamentalmente ao eixo central de criação da cidade e produziram, necessariamente, uma espécie de comparação com o traçado urbano da antiga capital de Goiás, a cidade de Goiás, antiga Vila Boa. Reforçando assim uma tendência predominante ao longo de toda sua obra: a tentativa de distanciamento dos símbolos de um passado específico.

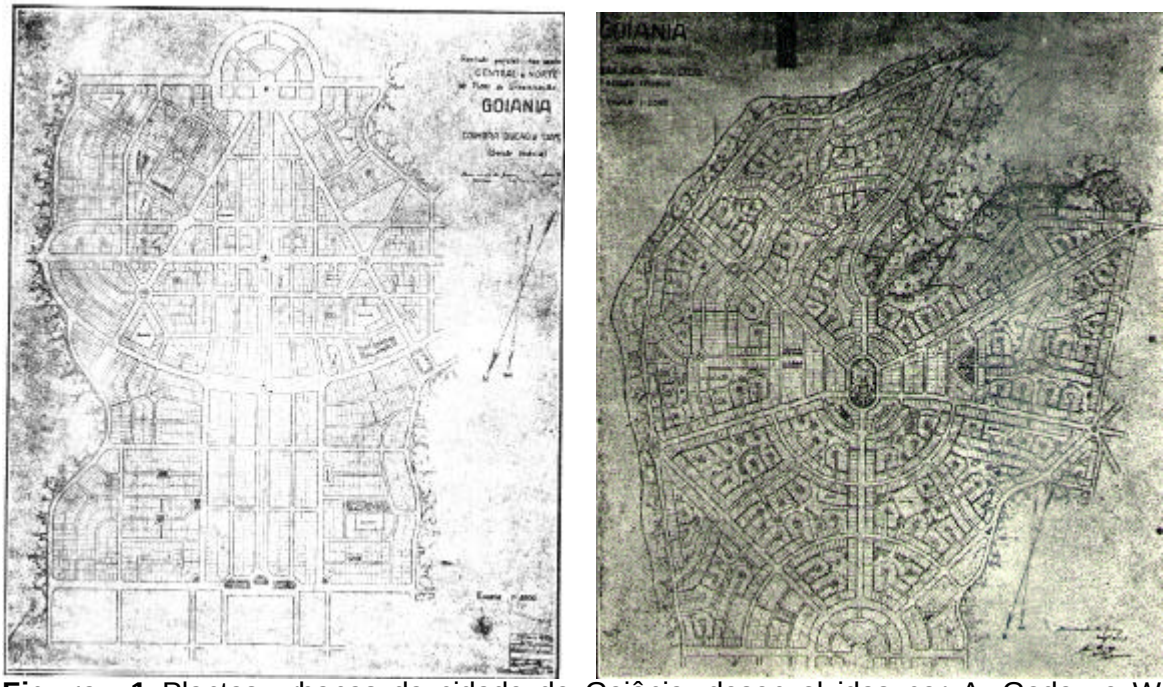


Figura 1: Plantas urbanas da cidade de Goiânia, desenvolvidas por A. Godoy e W. Sonemberg, que abrem o livro Como nasceu Goiânia. Fonte: Monteiro, 1938.

Mas essa necessidade de distanciamento procura também referendar o presente num outro passado, não no sentido de estende-la ao presente, mas de criar uma sensação de ruptura e ao mesmo tempo de legitimidade conquistada através do próprio devir histórico (Zammito, 2004: 125). Essa aproximação entre o emocional (poema) e o racional (plantas urbanas) criam a sensação de união entre texto e realidade, própria de sua matriz interpretativa.

Essa percepção ganha força logo na primeira parte do texto de Ofélia Sócrates Monteiro do Nascimento, “A idéia da mudança da capital de Goiaz 1830 – 1863 – 1918 – 1930”. Ali a autora traça a trajetória histórica das propostas de

mudança da capital, da cidade de Goiás para outro sítio qualquer. A construção de uma nova capital seria então uma necessidade histórica já prevista, há tempos, pela própria história. O futuro tornou-se assim, além de um campo de possibilidades (disposição do cálculo racional, do prognóstico típico da modernidade), uma determinação semiconstruída ou parcialmente realizada no passado.

"A idéia da mudança da Capital de Goiaz é antiqüíssima" – essas são as primeiras palavras anotadas pela autora. Palavras estas que determinam, *per si*, o caminho seguido por sua análise, a busca da ancestralidade da idéia da mudança da capital. Nada mais lógico, portanto, que voltar-se para as fontes e obras históricas no sentido de resgatar tal ancestralidade da idéia mudancista, que remontava a mais de cem anos. Relacionando, assim o passado ao presente, Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro identifica no marechal de campo Miguel Lino de Morais (1830), segundo governador de Goiás do período imperial, a primeira referência à proposta de mudança da capital. Para aquele administrador a mudança da capital funcionaria como um instrumento para a resolução dos problemas enfrentados pela província naquele período, quais fossem, o despovoamento e a pouca atividade comercial.

A segunda menção a uma possível mudança da capital foi feita, segundo a autora, pelo então governador da província, Couto Magalhães, trinta anos depois, em 1863, dando a tônica de todas as outras considerações produzidas a partir de então sobre a antiga Vila Boa[32]. Essa visão extremamente negativa em relação à cidade de Goiás, e que se refletiria na então província estaria reafirmada, por exemplo, trinta anos depois, em 1890, no ofício do então

[32] Couto Magalhães era enfático ao comparar os administradores com os médicos, visto que o primeiro está para a sociedade assim como o segundo estaria para o enfermo. E a continuar a capital naquele local, a região estaria condenada à inanição, assim como havia ocorrido com os estabelecimentos industriais ali instalados. Para aquele sujeito acostumado com as duras penas do sertão a capital deveria localizar-se no centro da Província. Não queria dizer com isso seu centro geográfico "e sim o moral, o das relações comerciais" (Couto Magalhães, 1957: 43-47). E completa: "temos decaído desde que a industria do outro desapareceu" e "continuar a capital aqui é condenar-nos a morrer de inanição assim como morreu a industria que indicou a escolha deste lugar". "Quase que se pode asseverar que não existe aqui um só homem são. A mielites, a hidropsía, a hipertrofia do coração, as aneurismas, a lepra de três espécies diferentes, a tísica, as pneumonias, as febres paludosas, o raquitismo e idiotismo, o bossio, a sífilis e, sobretudo, as inflamações crônicas do estomago, fígado e intestinos, ou dizimam anualmente a população, ou enfraquecem-na e enervam, de modo que, reproduzindo uma palavra verdadeira e melancólica do finado Bispo, pode-se dizer 'que aqui a vida se escôa gemendo constantemente'".

presidente do estado de Goiás, Rodolfo Gustavo da Paixão, enviado ao ministro da Justiça, Cesário Alvim, que descrevia as condições da cidade de Goiás em tom profético:

> Situada em meio de uma bacia, conquanto sobre terreno acidentado, cercada de altos montes que se comprimem em diminuto âmbito embaraçando-lhe a regular ventilação estreitando-lhe, demais, o horizonte visual (...) espreguiçando-se às margens do Rio Vermelho, mas curtindo verdadeira sêde de Tantalo, visto como a água viscosa deste ribeiro, despejo e lavadouro da população (...) a decadênte Vila Boa hospeda em seu seio poderosos agentes de destruição, que hão de, em breve, transformá-la em vasta Necrópole, onde a morte campeie com todo o seu cortejo de horrores. (Monteiro, 1938: 04).

Para Ofélia Monteiro, tais imagens expressavam apenas uma constatação que poderia ser verificada por qualquer um de seus habitantes e que estava denunciada na própria Constituição Estadual que em seu artigo 5°, título I previa que "a cidade de Goiaz continuará a ser a Capital do Estado, emquanto outra cousa não deliberar o Congresso" (Monteiro, 1938: 04), além do interesse de Pinheiro Chargas, chefe das tropas revolucionárias que em 1930 tomaram o poder em Goiás, na idéia mudancista.

Em apenas duas páginas a autora define não só a ancestralidade da idéia de uma nova capital para o estado de Goiás e as conseqüências econômicas e morais da sua permanência na antiga Vila Boa, mas também o único motivo da não realização daquele futuro já previsto. Citando um artigo publicado pelo Correio Oficial de 10 de outubro de 1932 e assinado por um "S. Goiano", a autora indica como motivo de impedimento os interesses das principais famílias da região que, através de sua influência não permitira a realização do "sonho" de Couto Magalhães.

A narrativa de Ofélia Monteiro inaugura, neste caso, um processo de construção de uma memória social que procura fixar como coletivo um horizonte de expectativa que estava relacionado apenas a um contexto de crise da antiga ordem política derivada da ascensão das novas oligarquias lançadas ao poder pelo movimento de 1930 (Chaul, 1998, Arrais, 2003a). Por isso o passado não poderia ser tratado como uma forma de receptáculo ou origem do ideal de renovação e modernidade que se propunha a nova capital. A relação entre passado e presente, ao menos nesse primeiro momento de proposição da idéia

de mudança da capital, como veremos, deveria ser considerada segundo os termos de uma oposição entre passado e presente, entre o antigo, referenciado através de conceitos como decadência, atraso, doença, improdutividade, estagnação etc, e aquele presente futurizado, identificado com conceitos como modernidade, crescimento econômico, progresso, higiene, racionalidade, evolução moral etc. Abarcando conteúdos sociais e políticos, tais conceitos não funcionaram somente como indicadores dos contextos em que estavam sendo aplicados, mas, como lembra Koselleck (1993: 118) como seus fatores: eles estabeleceram determinados horizontes a serem explorados pelos contextos indicados, assim como os limites das experiências possíveis. Dentro destes limites o passado foi invocado por Ofélia Monteiro como uma forma de preservar ou manter um ideal supostamente ancestral que rezava sobre o tema da transferência da capital. Tal preservação invocava a continuidade de uma utopia ou "sonho" que datava de um tempo muito distante do presente.

Havia, nesse sentido, um passado dividido em dois: o primeiro que nos remete à ancestralidade da idéia da mudança da capital. O segundo passado, dicotomizado com o presente indicava sua oposição substancial em relação ao mesmo e pode ser identificado concretamente em seus registros lingüísticos. É através de pequenos conectivos que a autora produz uma reconfiguração do tempo histórico, adjetivando personagens, ações e acontecimentos através da utilização de alguns *tropos* da linguagem. A metáfora tornar-se-á em *Como nasceu Goiânia*, a grande ferramenta para realizar a narrativa. No momento posterior trataremos das duas temáticas que são recorrentes na utilização desse tropo, quais sejam "Revolução brasileira" e "grande interventor" (Monteiro, 1938: 04) e suas variações. Antes porém é necessário retornarmos a essa tentativa de reconfiguração do tempo através dessa narrativa dissimulada entre os documentos.

Ao explicar a relação entre duas de suas obras, *Metáfora Viva* e *Tempo e Narrativa*, Ricoeur (1994) explica que a metáfora permanece viva enquanto for perceptível sua nova pertinência semântica (sua resistência ao emprego usual), que a torna, nesse sentido, em descompasso com a interpretação literal:

> O deslocamento de sentido que as palavras sofrem no enunciado metafórico, e a que a retórica antiga reduzia a metáfora, não constitui a totalidade da metáfora; é somente um meio a serviço do processo que

> se situa no nível da frase inteira – e tem como função salvar a nova pertinência da predicação 'bizarra' ameaçada pela incongruência literal da atribuição" (Ricoeur, 1994: 9).

A narrativa, por outro lado insere-se dentro de um campo de invocação semântica que consiste na invenção de uma intriga (síntese significativa) com o objetivo de dar sentido ao heterogêneo. Dessa forma é possível verificar uma aproximação entre metáfora e narrativa através do efeito de síntese do heterogêneo que está submetida a um esquema interpretativo que parte da imaginação produtora e que opera uma mudança na percepção do leitor, produzindo um efeito de similitude em objetos não similares.

> Ora, a intriga de uma narrativa é comparável a essa assimilação predicativa: ela 'torna conjuntivamente' e integra numa história inteira e completa os eventos múltiplos e dispersos e assim esquematiza a significação inteligível que se prende à narrativa considerada como um todo (Ricoeur, 1994: 10).

Por isso é que a tessitura da intriga surge no texto de Ofélia Monteiro como o meio principal pelo qual é possível reconfigurar a experiência temporal. Ela funciona como mecanismo com o qual preenche-se de sentido a ação dos homens no tempo. Função mimética essa (que elabora uma nova configuração por meio da ficção de uma ordem pré-compreendida da ação) que insere seus personagens tanto como agentes quanto como vítimas da ação do tempo. Este sentido é conseguido através da seqüência de documentos arrolados ao longo do livro. Existe uma ordem de concatenação que obedece à construção narrativa da autora e cuja função é de criar a idéia de um tempo saturado de necessidades urgentes e inadiáveis. Seu valor é, portanto, essencialmente explicativo e orientador. Por isso o primeiro documento arrolado pela autora é um relatório enviado em 1933 ao chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, em que o interventor federal procura explicar os motivos que o levaram a tomar a decisão de mudar a capital de Goiás. No tempo certo retornarei a este documento que nos revelará a linha-força que dirigia o pensamento do governo estadual quando relacionava passado presente e futuro.

Importa-nos agora registrar que tal documento, citado em sua quase totalidade pela autora é revelador de uma estratégia narrativa que, se por um lado busca reconstruir uma legitimidade através da ancestralidade da idéia

mudancista, procura também justificar a necessidade da mudança através da legalidade e da racionalidade da ação do interventor: por isso, para a autora, o primeiro ato de Pedro Ludovico seria, justamente, explicar as razões econômicas, sociais, administrativas e higiênicas da necessária mudança da capital.

É importante lembrar ainda que a tessitura da intriga não restringe-se somente à ordenação dos objetos lingüísticos. Pode engendrar também um número variável de tensões derivadas dos esquemas paradigmáticos desenvolvidos por uma imaginação produtora. As tragédias gregas, por exemplo, seguem um padrão que dá lugar aos revezes, ao favorecimento ou não da fortuna aos seus personagens. Enquanto que o modelo apocalíptico engendra desde o início (Gênese) ao fim (Apocalipse) uma série de tensões que são descortinadas no correr "dos tempos". Ao mesmo tempo, a tessitura da intriga pode estruturar também as expectativas do leitor, favorecendo certas diretrizes que o levam ao encontro do texto e em conseqüência, de seu produtor (Ricoeur, 1994:117), atualizando-a na memória.

É isso o que faz Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, ao recorrer mais uma vez à justificativa para a origem da mudança da capital. Dessa vez, descrevendo uma conversa informal com o próprio interventor, num cair de tarde, quando "os últimos lampejos do sol clareavam fracamente a nascente Goiânia". Sentada no alpendre "do palacete onde residia o dinâmico governador de Goiaz", explicou o mesmo a ela que,

> A idéia da necessidade da mudança da capital de Goiaz, ele a tem desde menino. É assim que, estudando geografia, notou que a população da capital de Goiaz era três vezes menor que a de Cuiabá, a menos populosa das outras capitais brasileiras. Sentiu-se chocado por tão grande inferioridade. Porque seu Estado natal estava tão na retaguarda dos seus irmãos? Não é rico seu solo? As riquezas do sub-sólo goiano não são magníficas? Não possue ele extensas e férteis terras? Florestas opulentas? Então, porque essa pobreza? E a principal causa de tudo isso se lhe apresentou: - Era necessário transferir a capital para outro ponto do Estado, para um local mais acessível. E assim sempre pensou. (Monteiro, 1938: 19)

Duas são as questões que envolvem esta citação acima. A primeira delas está mais claramente relacionada ao estabelecimento de uma preocupação histórica do governador com os destinos do estado. Mais do que a preocupação

de um administrador bem intencionado fala-se aqui de uma preocupação que, desde menino o acompanha.

Mas é também um esforço de justificar a mudança da capital como um objetivo que remonta a seus tempos de criança, tal como o sonho de Couto Magalhães, e que, desde aquela época perseguia: “era necessário transferir a capital para outro ponto do Estado, para um local mais acessível”. O que demonstraria, por parte do interventor, primeiro uma precoce atenção ao desenvolvimento econômico do estado numa etapa da vida em que os interesses são outros. A relação entre trajetória individual e discurso mudancista propõe, neste caso, a carreira do interventor como destino individual e coletivo. História e vida associam-se, conforme veremos adiante, para construir uma biografia que é, ao mesmo tempo, um panegírico ao interventor. Intencionalmente ou não tal apropriação do seu passado individual estabelece uma relação entre as lembranças e o quadro de suas preocupações atuais, como observa Halbwachs (1990). Mas demonstra também através da recriação de suas preocupações de infância, o esforço da autora no sentido de desvincular a questão da mudança da capital como uma estratégia meramente política.

Além disso, como ato de comunicação, tal texto ultrapassa o sentido de uma obra e estabelece o mundo que ele projeta e que constitui seu horizonte de expectativa. “Nesse sentido, o ouvinte ou o leitor o recebem segundo sua própria capacidade de acolhimento que, também ela, define-se por uma situação ao mesmo tempo limitada e aberta a um horizonte de mundo.” (Ricoeur, 1994: 119). Em outras palavras, produz-se uma relação de reciprocidade entre as duas pontas deste ato de comunicação que se apropriam das expectativas alheias para reconstituir seu próprio mundo. Ora, não é necessário reconstituir peça por peça um acontecimento do passado para se obter uma lembrança, mas sim que as lembranças do grupo com o qual o indivíduo se relaciona tenham alguma relação com os acontecimentos que constituem o seu passado e que os mesmos tenham lacunas. Além disso, é necessário que essa reconstrução

> se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (Halbwachs, 1990:34).

Outra questão importante diz respeito aos elementos pré-figurativos da obra. Como já foi indicado, existe uma seqüência pré-definida que parte de uma pré-compreensão do devir histórico. Neste caso, o decurso temporal é entendido como único, linear e apontando para uma evolução permanente. Esse regime de historicidade definido antes de sua existência situa-se no limiar de um tipo de concepção de tempo histórico vazio e homogêneo, como se "o curso do mundo" fosse "composto por uma série ilimitada de fatos petrificados sob a forma de coisas" (Rouanet, 1998: 42).

É isso o que podemos observar no transcorrer da narrativa de *Como nasceu Goiânia*. Seja no título da obra ou na forma como relaciona as fontes, inexiste qualquer problema a ser reconstituído no passado que a autora reconstitui. Por isso é que a autora procura transmitir certa naturalidade à passagem de seu texto para o contexto, mas também na seqüência dos eventos documentados. Um exemplo disso é a introdução ao relatório produzido pelo engenheiro Armando Augusto de Godoi sobre a construção de uma nova capital em local já escolhido por uma comissão nomeada pelo interventor, assim se expressa a autora:

> E então, indiferente à grita dos *anti-mudancistas*, firme no seu propósito de dotar Goiaz de uma capital moderna, vendo, talvez, em sua imaginação, o ridente quadro da nova cidade, obra de sua tenacidade e vontade férrea, assinou o seguinte
> DECRETO N. 3.359, DE 18 DE MAIO DE 1938 (Monteiro, 1938: 67)

O referido decreto estabelece as bases fundamentais para a demarcação do sítio da nova capital goiana. Mas o que nos importa aqui é essa linear e quase imperceptível passagem de sua fala para a fala do documento, deixando pouco claro os limites de sua intervenção. Essa continuidade entre texto e documento, derivada do estilo de argumentação específico da autora, revela também um outro aspecto. Revela uma visão de mundo que está subordinada, ao contrário do padre Francisco Martins Dias, às pressões dos problemas que afluem do futuro. Sua atenção – a da autora, mas também a do interventor – está voltada para o futuro e não para o presente, entendido como transitório. Sob a pressão dos problemas que são projetados e, ao mesmo tempo afluem do futuro, o presente é então convocado para uma atividade historicamente responsável em relação ao porvir e predomina sobre um passado – representado pelo movimento

anti-mudancista – de que se apropria em parte. É um presente que, portanto, "presta contas por suas intervenções e omissões ante o futuro" (Habermas, 2002: 23). Este futuro torna-se então, mais do que fonte de inquietude, tão característica da modernidade, torna-se também objetivo conquistado pelo ideal de progresso que regulava e orientava as expectativas da autora.

Tais expectativas, também estão expressa na escolha do nome da nova capital. Realizado um concurso nas páginas do periódico *O Social*, nos meses de outubro e novembro de 1933, algumas sugestões de nomes foram transcritas por Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro. Tais nomes são indicadores lingüísticos preciosos que vêm reforçar o tipo de expectativa que estava sendo criada pela população local acerca da futura capital do estado de Goiás. "Petronia", "Americana", "Petrolândia", "Goianopolis", "Bartolomeu Bueno", "Guaracima", "Campanha", "Esplanada", "Eldorado", "Perutaba", "Anhanguera", "Tupirama", "Araguaiana", "Liberdade", "Marataira", "Paranaguaia", "Goianezia", "Buenópolis", "Aspirópolis", "Maraúba", "Pátria Nova", "Aurilandia" e "Goiânia" foram alguns dos nomes elencados. É possível identificar dois temas principais, visivelmente relacionados à experiência temporal. O primeiro deles, referente, principalmente aos nomes que procuram evocar um acontecimento ou personagem relacionado à história de Goiás. Estão inseridos nessa classe nomes como "Bartolomeu Bueno", "Guaracima", "Anhanguera" e "Buenópolis" que recorrem à imagem do capitão da bandeira que realizou as primeiras descobertas de ouro em Goiás, Bartolomeu Bueno da Silva, vulgo Anhanguera. Outros, recorrem à lembrança de um dos grupos indígenas que ocupavam território brasileiro na época dos descobrimentos, os Tupi-guaranis. Tal referência é também reforçada pelos nomes na língua tupi que denotam um recurso ao nacionalismo típico de um romantismo tardio – reforçado pelo peseudônimo de alguns dos signatários que participaram do concurso, tal como Caramuru Silva do Brasil e Marigrâce – tais como "Guaracima" que significa segundo seu autor Círculo do Sul, "Tupirama", pátria dos tupis, e, evidentemente, "Goiânia" – nova Goiaz.

Sobre a denominação que seria a escolhida para nova capital é interessante recorrer à justificativa dada pelo autor da idéia:

> A solução de continuidade histórica que adviria da imposição de um apelido, talvez interessante e valioso, sob vários aspectos, á mais importante cidade do Estado, não deixaria de arranhar, sequer de leve, o entranhado amor que devotamos ao culto sagrado das nossas tradições.
> GOIÂNIA – Nova Goiaz, prolongamento da histórica Vila Boa, monumento grandioso que simbolisará a gloria da origem de todos os goianos. (Monteiro, 1938: 262)

Podemos observar, portanto que o passado e o presente agora encontram-se unidos para criarem um mesmo horizonte de expectativa através do nome da nova capital de Goiás. A transição é observada no outro grupo temático de nomes para a nova capital, mas agora relacionado às expectativas e anseios projetados na concretização da cidade – como marco inicial de uma aceleração temporal rumo à modernização, identificado com o conceito de progresso econômico – ou então ao seu significado como resultado de um movimento de ruptura com o passado – neste caso, como marco da inauguração de um novo tempo, sustentada pela configuração de uma nova ordem política. Nomes como "Americana", "Eldorado", "Aurilandia" e "Esplanada" identificam a forma de pensar a nova capital como símbolo desse novo tempo que acabava de ser inaugurado, marcado pelo ideal de progresso econômico: "AMERICANA é o nome com que se deve batisar a nova cidade que, altaneira e esperançosa, erguer-se-á como metrópole goiana, futura rival das mais belas cidades do mundo" e "Aurilandia" porque aquela nova cidade nascente seria "o marco inicial de uma nova era, de paz e prosperidade da coletividade goiana". Além disso, "Liberdade", "Petrolândia", "Petrônia", "Perutaba" e "Pátria Nova" determinam uma relação que será bastante explorada no correr daqueles primeiros anos e será cristalizada pela interpretação histórica da autora: a identificação da nova capital com um dos marcos da revolução de 1930 e com a figura política do interventor federal, Pedro Ludovico Teixeira. "A Nova Capital deverá chamar-se 'PERUTABA'. Significa: Cidade de Pedro", "Liberdade" porque segundo o proponente, "sendo a mudança da Capital operada pelo governo discricionário, esse reflexo vivo da revolução feita pela Aliança Liberal (...) o nome (...) preconizará á posteridade o ambiente essencialmente liberal da época dentro da qual foi deliberada a mudança da Capital" e marcará "para o Estado, uma nova era de paz e de prosperidade", "Maraúba" por significar em Tupi "fruto da revolução ou produto da luta. Se Pedro

era uma arvore florida e cheia de esperanças que o sol da liberdade fez frutificar, não há negar que o fruto seja a Revolução Vitoriosa de 30" (Monteiro, 1938: 260-267). Desse modo, ruptura e continuidade são interpretadas de acordo com os interesses dominantes do momento.

Essa idealização do processo de transferência da capital e de seus principais personagens, entretanto, não foi incorporada pelos habitantes da antiga capital, a cidade de Goiás. Na verdade, existiu uma forte oposição à mudança da capital que via acertadamente na construção de Goiânia uma explícita estratégia que tinha como objetivo dissolver todas as bases políticas das antigas oligarquias dominantes antes da revolução de 1930. Para estes, a construção de uma nova capital significava a reordenação da geografia política regional. Para Ofélia Monteiro, pelo contrário, essa oposição à transferência da capital situava-se no plano de uma tentativa de contra-revolução que intentava restabelecer a antiga ordem decaída. Nesse sentido, o movimento anti-mudancista deveria ser descrito como uma insurgência do passado no presente, seu último suspiro ante uma ordem necessariamente já instalada e inevitável tal como erradamente acreditavam os filósofos da tradição iluminista ante a reordenação das forças conservadoras no início do século XIX (Mayer, 1990).

Assim, apesar de todo o interesse do interventor em "preparar os espíritos" dos moradores da antiga capital para a mudança da sede do governo, recrudescia a campanha anti-mudancista através do envio de cartas anônimas ameaçando-o de morte caso tentasse fazer a transferência da capital ou da tentativa de coopta-lo com a proposta de adiamento da decisão. Estes dias são tratados como "sombrios" pela autora. Eles evocam um tipo de política já ultrapassada por um *continuum* temporal impossível de ser destacado ou atualizado.

Por isso é que, a esse recrudescimento da oposição à transferência da capital responderia o interventor com manobras políticas que lhe garantiriam a imediata transferência da capital e a realização dos anseios da população estaduana. Em oposição aos dias sombrios, a ação autoritária do interventor é tratada como "dias históricos de Goiânia", "o momento culminante da história de Goiânia" (Monteiro, 1938: 575): representavam a síntese de um momento que podia ser lido através dos discursos e artigos de opinião publicados nos jornais do

estado que davam conta do andamento da processo de construção da nova capital goiana. Seria a concretização de uma dinâmica história que privilegiava a grande obra realizadora e o entusiasmo da população goiana.

Essa interpretação maniqueísta da resistência ao projeto político do interventor aproxima-a de um enredo romanesco na medida em que a vitória sobre o mal reforça uma visão otimista que prevê a resolução de todas as turbulências do mundo no final (White, 1995). Sua leitura do processo de transferência da capital privilegiava portanto uma interpretação muito distante do factual, empiricista. Se, como observa Koselleck (1993: 142) o antes e o depois constituem o horizonte de sentido de uma narração, Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro não reconstitui o tempo histórico da construção de Goiânia a partir da documentação selecionada. Pelo contrário, é a partir de uma noção pré-compreendida do decurso temporal que estava se formando da memória social – a idéia de ruptura com a negatividade através da representação do tempo como novidade – que *Como nasceu Goiânia* seleciona, sustenta e determina a autoridade da documentação recolhida. Este tempo, como veremos a seguir, era o tempo da política, marcada pelo reforço positivo de determinadas personalidades e por um tipo de estratégia argumentativa que visava construir uma sinonímia entre o interventor federal e a construção da nova capital goiana.

Ao utilizar a tessitura da intriga como formula narrativa para subverter o tempo histórico através de uma base documental que atendesse ao seu horizonte de expectativa e da comunidade de leitores da qual fazia parte – o grupo político que girava em torno do interventor como seu próprio marido, João Monteiro, Diretor Geral da Segurança Pública – Ofélia Monteiro deu um sentido homogêneo ao que era heterogêneo, esquematizando um significado numenal não só sobre o tempo histórico mas também sobre o significado da nova capital goiana para a história.

Biografias: o papel dos indivíduos em contextos pressupostos

Não somente para o relato “objetivo” do passado se orientou a obra de Ofélia Monteiro. A autora preocupou-se também com a elaboração de um roteiro

de leitura da história da transferência da capital. Esse roteiro está dado no último capítulo de *Como nasceu Goiânia*: nas biografias por ela produzidas e que procura ressaltar os principais vultos que contribuíram para a construção de Goiânia. Será através deles que a história se lembrará dos momentos decisivos daquele período de grandes mudanças em Goiás. Das biografias produzidas, uma terá destaque especial: Pedro Ludovico Teixeira, o interventor estadual que conduziria os destinos políticos do estado por mais de duas décadas e que seria representado como o verdadeiro construtor de Goiânia.

A biografia é um tipo de produção histórica capaz de produzir uma noção de tempo baseada em referências sensivelmente diferentes das outras formas de representação do passado. Mais adiante teremos a oportunidade de explorar um pouco mais tais características na obra de Ofélia Monteiro. Por ora, é importante considerar, no caso da biografia, há uma relação implícita entre o sujeito e o objeto das biografias. Como nos lembra Bourdieu (Apud Burke, 2000: 184) ambos tem o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada. Ou seja, o narrado é entendido como o realmente acontecido.

A biografia possui também um caráter comemorativo e evocativo. É ela um instrumento útil para a criação de mitologias pessoais e coletivas porque, ao tratar a trajetória pessoal de um indivíduo dentro do transcurso histórico, possui uma tendência natural à sua supervalorização em detrimento dos condicionamentos e determinações sociais na qual está inserida. Além disso sustenta um tipo de explicação monocausal e linear para os acontecimentos que descreve. Isto porque dá ênfase ao papel do biografado e à sua visão dos acontecimentos, tratando-o como o mais importante responsável pelos eventos no transcorrer de sua vida.

Existem diversos tipos de trabalhos biográficos, tais como a prosopografia que ilustram os comportamentos ou as aparências ligadas às condições sociais estatisticamente mais freqüentes e a biografia relacionada ao contexto que procura valorizar de tal maneira a época e o meio que consegue explicar, por si, a singularidade das trajetórias individuais. Neste caso "não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipos, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, normais" (Levi, apud. Burke, 2000: 175-176). É preciso, entretanto, cuidado no

trato desse tipo de reconstrução histórica. Bourdieu afirma que esse tipo de relato de vida tende a aproximar-se de um modelo de apresentação oficial de si mesmo, conduzindo à construção da noção de trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um agente:

> tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um 'sujeito' cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (Bourdieu, apud. Burke, 2000: 189-190).

A monocausalidade e a desatenção ao papel exercido pelos agentes externos aos indivíduos diretamente envolvidos em determinados acontecimentos configura a principal falha da explicação histórica a partir do elemento biográfico. Principalmente quando o indivíduo biografado orienta sua memória para o círculo político, no intuito de reforçar sua imagem pública.

Trabalhando com a bagagem intelectual que dispunha no momento – a tradição historicista analisada anteriormente e a identificação da história com as realizações do campo político – e juntando-se a isso o contexto de valorização e promoção da atuação do Estado através da implantação do regime autoritário em 1937, torna-se possível compreender o sentido que a autora deseja dar a forma de suas biografias. Elas tem a função de, não somente promover o culto às realizações do Estado Novo, mas também de edificar uma mitologização de determinados indivíduos que, segundo seu pensamento, agiam como verdadeiras molas do processo histórico e do progresso social.

Essa identificação tinha como foco principal o interventor Pedro Ludovico Teixeira, seja através da exaltação de seus próprios atributos pessoais, ou de duas referências que, no estado de Goiás, estavam diretamente relacionadas à sua pessoa: a revolução de 1930 e a construção de Goiânia.

Retiradas as adjetivações contidas nos documentos arrolados pela autora ao longo de sua obra e observadas apenas as referências que estão contidas nas suas pequenas intervenções podemos contar 18 variações de metáforas que estão relacionadas a Pedro Ludovico Teixeira, o movimento de 1930 e a construção da nova capital. Destas, apenas duas tratam do movimento

revolucionário, sete tem como objeto a nova capital e 9 dirigem-se ao interventor federal[33].

A construção de uma mitologia de algumas figuras públicas é uma estratégia conhecida na história política, como comprovou os estudos de Girardet (1987) e Lenharo (1986). Assim como no caso de Vargas, essa estratégia foi colocada em prática em relação à figura do interventor. Os atributos a ele direcionado são apenas uma parte da estratégia mitificadora colocada em prática pelos intelectuais goianos submetidos à zona de influência do governo estadual. No caso do texto de Ofélia Monteiro, inaugura-se um novo tempo ao adentrarmos no capítulo que trata da "biografia de alguns vultos de projeção na história de Goiânia". Ele é novo porque torna clara uma recorrência implícita ao longo de toda a sua obra: a mitificação de um tempo e de um homem. De um tempo porque, como adiantei pouco acima, os conceitos utilizados pela autora para se referir à sua época estão sempre relacionados ao entendimento do tempo como novidade. Essa novidade tem uma origem: a revolução de 1930. Evidentemente que o tempo em si não pode ser novo, ou mais precisamente, o tempo natural não produz nenhuma sensação diferente para ser pensado como novidade. Mas, segundo as palavras de Koselleck apropriadas por Zammito (2004: 126), esta é a questão: algo sobre a experiência do tempo foi alterada na modernidade, qual seja, a emergência de um futuro que transcende o previamente conhecido, introduzindo a possibilidade de um tempo *histórico*. Ou seja, um tempo que rompe com a garantia de continuidade e fusão entre passado e futuro, não limitando assim o espaço de experimentação possível, tal como ocorrera nas anteriores interpretações históricas.

Segundo a interpretação de Ofélia Monteiro, a revolução de 1930 em Goiás é o marco de transformação dessa estrutura econômica e social atrasada e pouco desenvolvida do país e, portanto, o marco de inauguração da modernidade no território. Desafiando o domínio das poderosas oligarquias paulistas, o

[33] As referências são as seguintes:"Revolução brasileira" (p.04), "grande interventor" (p.04), "árdua tarefa" (p.04), "dinâmico governador" (p.19), "inquebrantável força de vontade" (p.31), "grandiosa idéia" (p.31), "obra de sua tenacidade e vontade férrea" (p.67), "dinâmico interventor" (p.73), "figura varonil do interventor" (p.73), "figura invulgar" (p.73), "ciclópico empreendimento" (p.74), "com pulso forte" (p.78), "Grandiosa idéia" (p.81), "ótimo fruto da revolução de 1930" (p.85), "revolução nacional" (p.85), "a chave do progresso e da glória de Goiás" (p.86), "Grande modéstia" (p.243) e "gigantesca obra" (p.573).

movimento revolucionário que chega ao poder expressa, nesse sentido, a ruptura estrutural entre o presente e o passado, acentuando seu conteúdo inovador e modernizador. Mas é também a mitificação de um homem que tornou-se símbolo dessa novidade, o interventor federal. Esse processo de elevação de indivíduos e personagens à esfera do mito é explicada por Burke (2000: 79) pela "percepção (consciente ou inconsciente) de 'enquadramento' em algum aspecto ou aspectos, de determinado indivíduo em um estereotipo vigente". O estereótipo é uma forma de representação da realidade que utiliza procedimentos de síntese e classificação como seus instrumentos organizadores, tendo em vista a economia de pensamento, distorcendo os atributos do objeto que se deseja representar. Ele baseia-se em convicções pré-concebidas que, por sua vez, são baseadas nas expectativas que o observador projeta sobre o mundo. As adjetivações atribuídas ao interventor pela autora de *Como nasceu Goiânia* é um importante índice dessas expectativas e da convicção que move o processo de estereotipagem da autora.

Apesar de compor uma caracterização reduzida, sintética e dispondo dos dados biográficos de forma linear e cronológica não permitindo ao leitor ultrapassar o limite do meramente informativo do texto, a menção a tais "vultos de projeção na história de Goiânia", mais precisamente, a Pedro Ludovico Teixeira traça uma trajetória política irrepreensível ao biografado. Os movimentos de 1922, 1924 e 1930 estão no cerne da memória política construída pela autora para definir a figura do interventor: aliando sua vida profissional de médico, Ludovico, como político "era contrário ao regimen oligarquico existente no Paiz e, por isso, tomou parte nas revoluções de 22, 24 e 30" (Monteiro, 1938: 634). Essa necessidade de firmar-se na memória social da região como o legítimo herdeiro dos ideais modernizadores e/ou revolucionários do Brasil (tenentismo e Coluna Prestes) procura, nesse sentido, reinventar o passado de acordo com o momento de ruptura que se propagandeava. Principalmente porque a trajetória de tais movimentos foi marcada por um tipo de derrota que auxiliava a valorização de sua figura. Esse tipo de valorização do passado também foi levado a cabo, por exemplo, na tentativa dos historiadores gregos para explicar a dominação romana. Dionísio, por exemplo, responde a este questionamento cindindo o tempo histórico em dois: o passado original e um período posterior:

> em conseqüência, distingue, entre os gregos, os dos começos que revivem nos romanos, e os de depois, que progressivamente abandonaram os costumes que constituíam a sua excelência. É por isso que os gregos do tempo de Dionísio não precisam mais do que se colocar ao lado dos romanos para redescobrir a si próprios. A valorização dos vencidos como origem dos vencedores e fonte de seu poderio não se dissocia da incriminação por sua conduta em um passado recente (Bosi, 1998: 82).

Este tipo de valorização tinha a intenção de instituir um elemento anacrônico no trabalho de memória ao projetar no futuro certas expectativas de reedição das promessas que não puderam ser cumpridas em seu próprio tempo. Bosi (1998: 27) explica esse tipo de recorrência temporal através de analogias que transmitem uma sensação de reversibilidade do tempo, tal como os movimentos cíclicos do corpo e da natureza.

> [Essa] reiteração dos movimentos, feita dentro do sujeito, faz com que este perceba que o que foi pode voltar: com essa percepção e com o sentimento da simultaneidade que a memória produz (recordo agora a imagem que vi outrora) nasce a idéia do tempo reversível. O tempo reversível é, portanto, uma construção da percepção e da memória: supõe o tempo como seqüência, mas o suprime enquanto o sujeito vive a simultaneidade. (...) A memória vive o tempo que passou e, dialeticamente, o supera.

Assim, ao recuperar o passado através das estratégias argumentativas que transmitam a idéia de ruptura ou autoridade do passado, de reversibilidade e repetibilidade do tempo por ela narrado, Ofélia Monteiro produz um roteiro de leitura sobre a história de Goiás e constrói para a mesma uma passagem obrigatória: a revolução de 1930 e, mais precisamente, a figura de Pedro Ludovico Teixeira. A construção da nova capital será a realização tanto de um quanto de outro. Apenas através da revolução de 1930 é que houve a possibilidade concreta de transformação da estrutura política de Goiás, marcada pelo marasmo, pelo atraso e pelo domínio personalista das grandes oligarquias do estado. 1930 em Goiás representa para a autora, portanto, uma verdadeira "revolução brasileira", a "revolução nacional", a que o povo brasileiro ansiava a tempos e que se viu simbolizada em Goiânia, esse "ótimo fruto da revolução de 1930". Mas essa revolução necessitava de indivíduos que dessem impulso à mesma, que corporificassem seus ideais e concretizassem seu sentido transformador, de ruptura com aquele passado. Para Ofélia Monteiro o interventor

federal era esse indivíduo. Era, portanto o homem que, agindo com a racionalidade administrativa, com “inquebrantável força de vontade”, “tenacidade e vontade férrea”, “pulso forte” e, além disso, “grande modéstia” poderia realizar os anseios de inauguração de um novo tempo em Goiás.

Esse horizonte de expectativa é necessariamente harmonizador da relação entre o passado e o presente na medida que mobilizou o passado de acordo com a relação de forças do presente. A estratégia explicativa de Ofélia Monteiro não estrutura sua interpretação acerca da transferência da capital em função do passado, mesmo que busque ali os argumentos para a defesa da necessidade da mudança da capital. Ao contrário do padre Dias que vincula sua narrativa a um campo de experiência marcado pela necessidade de preservação do passado via memória, no caso de Ofélia Monteiro apenas uma página é dedicada ao passado e apenas para estabelecer uma justificativa genealógica para a necessidade da mudança, integrando as expectativas do seu presente nas expectativas pontuais e tendenciosas de administradores do passado. Nesse sentido, ela constrói uma verdadeira cadeia causal entre passado e presente, afirmando não só que tais expectativas do passado seguiu-se à sua concretização no presente, mas sim que existe uma conexão interna, uma ligação necessária entre os dois momentos. Mas, como discerniu Henssen (2003: 149), a causalidade não é um dado colhido da experiência, ou seja, dos documentos sequencialmente expostos por Ofélia Monteiro. “Nosso pensamento nos impele a buscar uma razão objetiva para o novo processo que observamos, a concebe-lo como condicionado pelo processo precedente”. A conexão interna, imputada à experiência, é, neste caso, uma conexão elaborada segundo as exigências do pensamento.

Essa exigência, conforme observamos, possui condicionantes que estabelecem determinados padrões pré-configuratórios e explicativos à seqüência de documentos arrolados pela autora de *Como nasceu Goiânia*. Biografar personagens, concatenar documentos, dicotomizar tempos (dias sombrios e dias históricos) e adjetivar eventos constitui-se, efetivamente, uma proposta de ordenação e produção da realidade. É em função do presente e do futuro que a autora investe todo o potencial da documentação por ela criteriosamente selecionado e arrolado, como se fosse o realmente ocorrido. Ao contrário de

padre Dias que, através da memória, constrói uma articulação entre estes dois tempos que lhe garante uma interpretação positiva sobre o passado, a autora de *Como nasceu Goiânia* impede que o passado seja compreendido como fonte de autoridade, à exceção de determinados nichos que invoquem a necessidade de mudança da capital. O sentido proposto aqui para o “seu tempo” é, portanto, de ruptura, de distanciamento cada vez maior entre uma tradição fossilizada, identificada com a antiga capital e a “antiga” ordem dominante, e o espírito de novidade e modernização, politicamente comprometido com a orientação dada pelos vitoriosos de 1930.

CAPÍTULO 3

A reconstrução do passado através da sua reelaboração de sentido: *Coleção Brasília*

> O plano de Brasília é, com efeito, uma fascinante combinação de retórica vazia e realização positiva. Mas o povo acredita de fato nele.
> John dos Passos, 1959.

O terceiro movimento de reconstrução do passado via narrativa de que trata esta primeira parte refere-se a um volumoso empreendimento realizado pelo Itamaraty com o apoio do Serviço de Documentação da Presidência da República, em 1960, como parte dos festejos comemorativos de inauguração da nova Capital Federal. Agregado a uma exposição com peças, mapas e fotografias que reconstituíam o processo de escolha e construção de Brasília chegava a termo um projeto de pesquisa e reunião das mais variadas fontes documentais que reuniram em dezoito volumes aquilo que seus editores chamaram de "o desenvolvimento da idéia de interiorização da capital".

A organização da *Coleção Brasília* deixa entrever uma tripartição que identifica três momentos distintos da construção da nova capital. Os primeiros quatro volumes (Tomos 1 – 1549-1896, 2 – 1897-1945, 3 – 1945-1958 e 3-A, intitulado *Brasília, a história de uma idéia*) procuram traçar de forma minuciosa todos os eventos ou ocorrências que, de alguma maneira, indicavam, na história do Brasil, um desejo, implícito, recalcado ou mesmo explícito de interiorização da capital do país. O segundo conjunto de volumes (chamados de *Diário de Brasília*, T. 4 - 1956-1957, T. 5 - 1958, T.6 -1959 e T.7 - *1º de janeiro – 21 de abril de 1960*) procura traçar uma síntese cronológica de todos os acontecimentos que concorreram para a transferência da Capital. Por último, foram também

publicados outros dez volumes que tinham como objetivo registrar as opiniões de personalidades brasileiras "de todas as tendências, a respeito da construção de Brasília", "uma seleção de opiniões de estadistas, intelectuais e artistas estrangeiros a respeito de Brasília" e "um ementário exaustivo das intervenções no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, de 1956 até abril de 1960, mês da transferência para a nova Capital" (Coleção Brasília, T. 9, 1960: 09): T. 8 - Brasília e a Opinião Nacional – 1956-1957 (1º volume); T. 8 - Brasília e a Opinião Nacional 1956-1957 (2º Volume); T.8-A – Brasília e a Opinião Nacional – 1958 (1º volume); T.8-A – Brasília e a Opinião Nacional – 1958 (2º volume); T. 9 – Brasília e a Opinião Nacional – 1959 (1º volume); T. 9 – Brasília e a Opinião Nacional – 1959 (2º volume); T.9-A – Brasília e a Opinião Nacional – 1960 (1º volume); T.9-A – Brasília e a Opinião Nacional – 1960 (2º volume); T. 10 – Brasília e a Opinião Estrangeira; T. 11 – O Congresso Nacional e Brasília[34].

O Objetivo declarado da *Coleção Brasília* é tornar-se um repositório documental de todo aquele empreendimento que acabava de chegar a termo. Daí o privilégio dado pela transcrição dos documentos originais e pela crítica historiográfica contida no interior da obra. Também o conjunto de profissionais e instituições mobilizadas para executar tal empreendimento: idealizado por Donatello Grieco, Antonio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa, todos diplomatas de carreira do Itamaraty, coube a Raul de Sá Barbosa proceder ao levantamento das fontes, desde a fundação da cidade de Salvador até a constituição da NOVACAP. Outros nomes são citados como colaboradores deste projeto historiográfico: Horácio Láfer (Chanceler); José Carlos de Macedo Soares (presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro); Celso Ferreira da Cunha (diretor-geral da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), José Honório Rodrigues (diretor do Arquivo Nacional), Josué de Souza Montello (diretor do Museu Histórico Nacional), Américo Jacobina Lacombe (diretor da Casa Rui Barbosa) e João Gomes Teixeira (diretor do Arquivo Público Mineiro), entre outros.

[34] Infelizmente alguns desses volumes não foram encontrados ao longo desta pesquisa, como por exemplo, alguns dos volumes que compõem a série "Brasília e a Opinião Nacional". Há que se notar também que ao longo dos volumes nota-se uma sensível diferença na numeração dos tomos e, além disso, a incorporação de certos volumes em outros. Como por exemplo, um pequenos volume intitulado "Brasília e a Opinião Mundial" que foi incorporado na numeração final no interior do tomo 10, "Brasília e a Opinião Estrangeira".

Mas, para além do objetivo declarado da *Coleção Brasília*, é possível localizar uma outra intenção, um outro projeto que interfere no interesse heurístico da coleção, passada despercebida pelos pesquisadores que a ela recorrem. A *Coleção Brasília* é uma obra de história política e, ao mesmo tempo, uma *obra política*. Isto porque existe por trás de sua organização, um projeto de memória empreendido por parte de seus organizadores sob a sombra dos interesses do Poder Executivo. É um projeto porque estava explicitamente direcionado para o futuro e porque compreendia o presente como um marco histórico. Neste caso, o melhor a proceder é estabelecer, cristalizar o seu sentido para o futuro, a "interpretação correta", através da facilitação do trabalho de pesquisa documental, tal como procurou fazer Ofélia Sócrates de Nascimento Monteiro, em *Como nasceu Goiânia*, como vimos no capítulo anterior.

Seguindo essa proposta analítica é que procuro analisar a Coleção Brasília como uma totalidade construtora de sentido. Assim, *Antecedentes Históricos* e *Diário de Brasília* possuem um vínculo indissociável pois, modelando o passado segundo os interesses do presente, a narrativa construída nesses dois momentos indica o primeiro como elemento de *preparação*, e o segundo como *mobilização*. Portanto, num esquema temporal, corresponde ao *passado do futuro* (não somente passado porque sua atenção está fixada nas expectativas cumpridas ou que se realizaram). E se *Antecedentes históricos* constituem a preparação e síntese da preparação, o *Diário de Brasília* representa o realizar, o horizonte alcançável, o trabalho de apropriação, de comoção e mobilização das forças constituídas, amadurecidas e centralizadas. É, portanto, o presente, marcado pela ação no intuito de consolidar o projeto do passado: a refundação da Nação em sua romântica busca pelo centro. Proposta que, apesar de revelar certo anacronismo quando situada em plena metade do século XX, é indício das transformações que estavam a ocorrer na sociedade brasileira no período. A terceira parte do conjunto, conforme veremos ao final deste trabalho, consolida a obra do presente, segundo o sentido político que já estava sendo construído, como veremos na conclusão deste trabalho: é o momento de sua cristalização como fato histórico plenamente constituído.

Mas qual o “sentido para” que estes dois momentos constroem? Essa pergunta só pode ser respondida seguindo o princípio narrativo que lhe é implícito, conforme cada um dos momentos acima destacados.

O Passado como *Preparação*: Antecedentes Históricos

O termo história pode ser considerado, ao mesmo tempo, antigo e novo. Originalmente o ele remete à criação original de Heródoto, ao indicar seu interesse de investigação das “grandes e maravilhosas explorações dos Gregos, assim como as dos bárbaros, permanecessem ignoradas” ou então à enfática ruptura causada pela declaração de Tucídides ao afirmar que não estava a filiar-se à tradição da *poesis* da narrativa grega, mas sim num outro tipo de relato, caracterizado pela atenção à verdade.

Ao longo dos séculos, apesar de ter preservado a grafia original, seu conceito sofreu sucessiva modificações, seja através da influência cristã que passou a compreende-la como o momento da decadência e da esperança de redenção da humanidade ou pela tendência racionalizadora e cética do início da modernidade. Segundo Koselleck (2004), o final do século XVIII e início do XIX possui um interesse especial, em função das novas características que lhe são incorporadas: a idéia de História como coletivo singular, a noção de relatividade do processo histórico, a idéia de coexistência de uma infinidade de temporalidades relativas e, finalmente, a quebra do antigo modelo de *Historia Magistra Vitae*, direcionando as formas de reflexão sobre si mesma.

O processo acima descrito possui um interesse especial para nossa análise. Isso porque, articulado ao padrão historicista do final do século XIX que serviu de apoio para a analise de *Como nasceu Goiânia* de Ofélia Monteiro, nos permitirá acessar o tipo de partido interpretativo e de experiência histórica proposta pela *Coleção Brasília* em seu primeiro grupo de volumes, os *Antecedentes Históricos*.

Reunida em três volumes que descrevem “uma síntese cronológica em torno do conceito de capital, e de sua objetivação: são assim achegas para a história de uma idéia e de um fato, concretizados nas sucessivas sedes de

governo do nosso país". (*Coleção Brasília*, T1, 1960: 9). O período de abrangência, portanto, desta primeira série de volumes, cobre, de maneira geral, *toda* a história do Brasil, desde seu descobrimento, até a posse de Juscelino Kubitscheck na presidência da República. Esforço de síntese, portanto, gigantesco. Principalmente levando-se em consideração o fato de que, por exemplo, no primeiro volume (1549-1896), de suas 336 páginas, apenas as primeiras 90 constituem a descrição cronológica. Sendo as páginas restantes, compostas por 59 documentos anexados e devidamente identificados. Fontes cuja tipologia de produção é bastante variada: historiografia, Anais da Câmara dos Deputados, Manifestos políticos, memórias, Cartas, Regimentos, Pareceres, Projetos de Lei e artigos de periódicos entre outros – citados na íntegra ou através de enxertos.

Antecedentes Históricos é, portanto, no mínimo, uma bela coletânea de fontes para a história do Brasil. Uma história com viés necessariamente político, é verdade. Mas que não perde, por isso sua validade em termos de descrição processual. Seu próprio objetivo deixa explícito seu tom descritivo e heurístico e não analítico:

> A Coleção Brasília (...) tem o objetivo de oferecer aos estudiosos os elementos documentais relativos à interiorização da Capital do Brasil, tanto de seu aspecto histórico quanto do político, social e econômico, desde os antecedentes mais recuados até a data fixada por lei para a transferência do Governo para Brasília, 21 de abril de 1960 (Coleção Brasília, T1, 1960: 9).

Identificado seu objetivo e seguido o percurso realizado por seus organizadores ao longo dos três primeiros tomos estariam seus leitores aptos a compreender a mecânica e a dinâmica de todo o processo que levou à construção de Brasília. Essa possibilidade adianta-se, primeiramente, no estabelecimento dos principais marcos temporais que são arrolados pelos três primeiros tomos da obra.

Estão dispostas na tabela 1 as datas e a quantidade de eventos anotados nos três volumes iniciais dos *Antecedentes Históricos*. Juntamente com a descrição sintética do marco referente, ela pode demonstrar a mecânica do pensamento acerca da trajetória percorrida pelo ideal de interiorização da capital.

São 205 datas distribuídas de forma heterogênea ao longo de todo o período compreendido entre 1549 e 195535.

Tabela 1: Quantidade de eventos relacionados na Coleção Brasília, entre os anos de 1549 a 1955.

ANO	N° Eventos	ANO	N° Eventos	ANO	N° Eventos	ANO	N° Eventos
1549	2	1818	1	1894	7	1927	1
1565	1	1821	2	1895	1	1928	1
1567	1	1822	4	1896	6	1931	1
1575	1	1823	2	1897	1	1932	1
1652	1	1824	2	1899	2	1933	3
1654	1	1825	1	1904	1	1934	2
1660	1	1833	1	1905	5	1937	2
1691	1	1834	1	1907	3	1940	1
1736	1	1839	1	1908	1	1944	1
1750	2	1845	1	1909	1	1945	2
1756	1	1849	1	1910	4	1946	14
1761	1	1852	1	1911	1	1947	16
1763	2	1853	2	1912	1	1948	11
1789	2	1854	1	1914	1	1949	7
1803	1	1873	1	1916	1	1950	1
1807	1	1875	1	1917	1	1951	2
1808	3	1877	2	1919	2	1952	1
1809	3	1883	1	1921	2	1953	5
1810	1	1889	1	1922	3	1954	5
1812	2	1890	1	1924	5	1955	13
1813	1	1891	2	1925	3		
1817	1	1892	3	1926	1		

Fonte: Coleção Brasília, T 1-3, 1960.

O primeiro dado importante está relacionado à distribuição das datas, que tornam-se mais próximas umas das outras à medida que se aproximam do presente. Conectados às datas temos as quantidades de acontecimentos, que seguem a mesma lógica da cronologia adotada pela obra. Neste caso, forma-se

[35] Na verdade, os *Antecedentes Históricos* também tomam o início de 1956 como parte integrante de sua cronologia através da indicação de dois eventos – um projeto que dispõe sobre a mudança da Capital Federal tendo como base a monção aprovada na Conferência dos Governadores da Bacia do Paraná-Uruguai, ocorrida em maio de 1955 e o montante do orçamento do governo federal de 1956, destinado à desapropriação da área do Distrito Federal e à indenização ao estado de Goiás. Como, entretanto, o ano de 1956 já está inserido na segunda parte da *Coleção Brasília* (*Diário de Brasília*) que relata todos os passos da construção da Nova Capital até 1960, aqueles dados estão omitidos na tabela e gráfico deste trabalho.

uma espécie de campo de dispersão que distribui e localiza no espaço-tempo um sentido para o devir histórico.

A dispersão de elementos identificados na escala temporal representaria, em nossa simulação, uma dispersão de interesses ou atos que ao menos tangenciariam o tema do processo de interiorização da capital federal. A concentração dos mesmos, ao contrário, representaria a consolidação do ideal mudancista, que, através de atos e intenções, marcaram o processo histórico brasileiro.

Figura 2: Tendência de crescimento dos eventos relacionados à interiorização da capital, projetados a partir da aglutinação de datas inseridas na Coleção Brasília. Fonte: Coleção Brasília, T1-3, 1960.

Estamos diante, portanto, segundo *Antecedentes Históricos*, da imagem construída, de um ancestral processo de concretização do ideal mudancista que terá como último ato a primeira desapropriação da área destinada à Nova Capital em 30 de dezembro de 1955 – dois dias antes da posse de Kubitscheck. Daí seu caráter de *preparação*: a idéia seminal lançada com a fundação da cidade de São Salvador, propaga-se e ganha contornos cada vez mais definidos. Ao entrar o XIX, multiplica-se, crescendo exponencialmente, como num movimento acelerado em busca de sua auto-realização, como pode ser visualizado no gráfico anterior.

Evidentemente que tal interpretação não pode ser sustentada apenas através da reunião da cronologia adotada pela obra e pelo número de eventos citados. Ela deve ser complementada através de uma atenção mais aprofundada a cada um dos eventos destacados. Mas, quais eventos? A meu ver, os mesmos estão dados no quarto volume da primeira parte da Coleção Brasília, *Brasília, a história de uma idéia*, identificada pelo número III-A.

Me deterei com mais vagar sobre este volume em outro momento. Desejo agora fixar minha atenção em sua apresentação, que pode nos fornecer a chave que foi utilizada para a valorização de períodos e eventos dentro de *Antecedentes Históricos*. O que se coloca ali é o problema da problema da identidade nacional, dos elementos constituidores do Brasil enquanto Nação. Este é um debate que, ao longo da primeira metade do século XX prendeu a atenção de grande parte na *inteligentsia* brasileira. Desde os primeiros anos da República a definição do caráter nacional tornou-se uma constante. Em 1901 Alberto Sales já se voltava para o problema, ao propor uma outra configuração para o regime constitucional recentemente estabelecido (Sales, 1990). Este mesmo debate percorrerá a historiografia do início do século XX, e encontrará respostas diferenciadas, por exemplo, nos escritos de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre. O final da década de 1950 retomará o debate sobre o problema da identidade nacional a partir do debate sobre o padrão de desenvolvimento econômico brasileiro.

É nesse debate e a partir das modificações ocorridas no Brasil ao final daquela década e do contexto de reformulação das características econômicas brasileiras, empreendido pelo governo de Juscelino Kubitschek, que os organizadores da *Coleção Brasília* se colocaram em relação à reconstrução do processo histórico brasileiro, colocando suas perguntas, elaborando seus argumentos e procurando responde-las.

Assim, torna-se evidente o tipo de eventos que devem ser valorizados dentro deste momento de preparação para a realização da construção de Brasília: aqueles que, segundo a versão institucional, contribuíram para a formação do Brasil – seja como descoberta ou redescoberta: a fundação do Rio de Janeiro, a descoberta e exploração do ouro no interior do Brasil, a Inconfidência Mineira, a

chegada a Família Real, a Confederação do Equador e a viagem de Varnhagen ao Planalto Central, são alguns dos eventos que marcam essa trajetória.

Mas não importa somente a descrição do evento em si. Para além disso, importa ressaltar o *como* do evento, a forma como foi montada para ser traduzida em evidência empírica de uma identidade nacional em formação. Daí a necessidade de um tomo que re-narre o passado, sintetizando um passado heterogêneo, cuja energia e força ainda se encontra dispersa, sem centro, tangencial ou em estágio de germinação (identificadas com os acontecimentos concatenados nos três primeiros tomos).

O quarto tomo dos *Antecedentes Históricos* é, na verdade, esse momento de síntese e resgate da totalidade histórica apenas descrita nos tomos anteriores. A começar por sua numeração que, ao invés de ser anotada como Tomo 4, reclama para si o número 3-A: se por um lado, destaca-se dos demais como um apêndice ou anexo aos trabalhos que o antecederam, por outro indica claramente que sua existência só é possível graças ao trabalho heurístico e documental que lhe é anterior[36].

Tais pressupostos reconstrutivos da realidade podem, a meu ver, ser observados no volume-síntese do primeiro momento do qual estamos tratando. "Condensação do material reunido, em forma de efemérides e documentos, (...) acerca de um acontecimento de transcendental importância – a transferência da Capital Federal para o Planalto Central" (*Coleção Brasília*, T. 4, 1960: 11), seu índice nos garante acesso aos principais marcos da história idealizada por *Brasília, a história de uma idéia.*

Nele pode ser identificado o horizonte de expectativa e, para além disso o projeto político que se intentava implementar no presente. Isso porque os objetivos acima expostos são, a primeira vista, uma contradição interna, visto que localiza a formulação da idéia de nova capital nacional e, portanto, da própria Nação, ainda em meados do século XVI, quando grandes partes daquilo que seria o Brasil era sequer conhecido pelos europeus que aqui aportaram. Constituído

[36] Tal articulação estaria perfeita caso não fosse necessário estabelecer que tipo de relação existe entre acontecimento e narrativa dentro de uma obra histórica. Essa dependência ou submissão da narrativa em relação ao acontecimento não é correta em virtude de os elementos narrativos estarem presentes no antes, no durante e no depois do ocorrido. O valor operatório indicado na introdução deste trabalho reafirma sua função de produzir um "sentido para" no objeto e, portanto, constituir o próprio acontecimento.

assim, apriorísticamente como uma unidade econômica, geográfica e humana, antes mesmo da chegada dos portugueses, o Brasil necessariamente distinguia-se de seus visinhos.

Mas não é somente por isso que *Brasília, a história de uma idéia* constitui-se no elemento-chave para identificar o projeto político implícito em seus autores e, como conseqüência nos grupos que giravam em torno da Presidência da República e da construção da nova capital. É porque seus autores entendem que, através da atualização da idéia romântica de retorno ao centro via narrativa historiográfica, a obra pode reconfigurar toda a trajetória dos movimentos sócio-políticos nacionais com o objetivo de comprovar a busca pelo centro como o *sentido para* da história do Brasil. Um sentido já indicado nos próprios discursos do presidente, ao afirmar que,

> … estou comprador o dever de convocar-vos, de prevenir-vos, de procurar vossa adesão para esta marcha rumo ao oeste, na conquista do interior da nossa patria, conquista que neste momento deixa de ser imagem oratória, frase de efeito, promessa vã, para constituir-se, na realidade, em algo de concreto, de palpável: a continuação de uma viagem que se iniciou com a chegada da frota de Cabral à Bahia, que prosseguiu com Mem de Sá para o Rio de Janeiro, que se alargou imponente na caminhada das bandeiras, e que agora, para alta e imerecida honra de minha vida, retomo com o pensamento na integração do Brasil em si mesmo, para posse do povo brasileiro no seu próprio e imenso território.
>
> (*Coleção Brasília*, T. 4, 1960: 13)

Em função dessa idéia é que *Brasília, a história de uma idéia* percorre a historiografia brasileira do período, a procura de elementos que possam fundamentá-la. Esses elementos são encontrados, por exemplo, na recorrência à historiografia do imaginário europeu à época dos descobrimentos. Sérgio Buarque de Holanda entre outros, tornam-se autores autorizados, utilizados para sustentar a tese de que, se por um lado, o movimento inicial de ocupação do território brasileiro está cercado por mitos que apontavam o centro do território como a localização de tesouros e maravilhas fantásticas, como o El Dorado, a Lagoa encantada, Montanhas Resplandecentes entre outros, por outro, todos os movimentos posteriores de,

> penetração, de desbravamento, de colonização, embora desligados uns dos outros, na intenção como no tempo (…) tiveram o mesmo rumo [o interior do país]. E, de maneira difusa embora, procuraram, direta ou indiretamente, aquêle centro mágico do país, aquele planalto nas

> cabeceiras dos grandes rios, Amazonas, Prata e São Francisco, cuja efetiva ocupação, desde o começo da nossa história, tinha parecido essencial.
> (...) Assim, além de todas as muitas razões que a justificam, e que têm sido examinadas à exaustão, razões de ordem política e econômica, entre outras, Brasília é, de certo modo, necessária como coroamento de um processo histórico quase tão velho quanto o país.
> (...) E é agradável pensar, embora um pouco românticamente, que a construção da nova capital no planalto (…) completa a ocupação da Ilha Brasil; e que, posta, como o foi, naquele privilegiado lugar onde o Dorado deveria estar, resplandescente, Brasília realiza, afinal, o mito.
> (*Coleção Brasília*, T. 4, 1960: 20 – 21).

Agregada ao trecho do discurso de Kubitscheck, que é, por sinal, a epígrafe de abertura daquele tomo da *Coleção Brasília*, a citação anterior completa, segundo penso, o *sentido para* dos *Antecedentes Históricos*. Estão aí presentes todos os elementos que iriam, naquele momento compor o universo mental que conduzia a construção da nova capital federal. Primeiro, o caráter messiânico e quase sacro com o qual foi tomada a proposta de construção de Brasília e sua repercussão nos mais variados segmentos da sociedade brasileira do período. Será esse um importante elemento utilizado nos embates políticos sobre a necessidade e, ou viabilidade da construção de uma nova capital para o Brasil. Interessa-nos nesse momento, um segundo elemento, também evocado de forma constante na retórica política que defendia a mudança da capital: seu efeito de síntese, de termo e conclusão, de realização de um destino manifesto, como veremos a seguir.

A interpretação dada por *Brasília, a história de uma idéia* para esse processo de interiorização da Nação, está fundamentada numa recuperação de eventos habilitados para uma leitura positivada. Neste caso, como afirmávamos acima, seu índice é, hegelianamente, uma síntese da trajetória da Nação em busca de seu centro de equilíbrio, em busca de si mesma. Teríamos, então, os seguintes marcos fundadores dessa secular nacionalidade em busca de seu centro:

Tabela 2: Reconstituição dos temas selecionados pelo volume *Brasília, a história de uma idéia*, da *Coleção Brasília*.

PERÍODO	ACONTECIMENTO/PERSONAGEM	MARCO
Colônia	Fundação da Cidade de Salvador	1549
	Fundação do Rio de Janeiro	1567
	Marquês de Pombal	-
	Francisco Tosi Colombina	1750
	Goiás até Colombina	1625
	São Paulo	1780
	Inconfidência Mineira	1789
	A Côrte Portuguesa no Brasil	1808
	William Pitt	1809
	Veloso de Oliveira	1810
	Hipólito José da Costa	1813
	Revolução Pernambucana	1817
	Pedrália	1822
	O Manifesto do Fico	1822
Império	Ritter von Schaffer	1822
	Confederação do Equador	1824
	Constituição do Império	1824
	O Universal	1825
	Ato Adicional	1834
	Varnhagen	1839-1877
	No Parlamento do Império	1852
	A Navegação do rio Araguaia	1862
	A ilha do Bananal	1873
	Senador Jobim	1875
República	Distrito Federal	1889
	A Constituinte de 1890-1891	1890
	Comissão Cruls	1892
	Projeto Fleury Curado	1893
	O Orçamento de 1894	1894
	Machado de Assis	1892-1894
	A Capital em Barbacena	1894
	Outros projetos	1895
	A Comissão de Linhas Telegráficas	1890-1894
	Governo Campos Sales	1898-1902
	Projeto Sá Freire	1899
	Belo Horizonte	1897
	Governo Rodrigues Alves	1903
	Projeto Nogueria Paranaguá	1905
	Comissão Rondon	1907
	Vozes esparsas	1908-1910
	Governo Nilo Peçanha	1909
	Projeto Eduardo Sócrates	1911
	Da Ferrovia Pirapora-Belém ao Projeto Justo Chemont	1912
	Projeto Justo Chemont	1919
	Outras proposições	1921
	Governo Artur Bernanrdes	1925
	A Coluna Pestes	1925
	De 1927 a 1930	1927

PERÍODO	ACONTECIMENTO/PERSONAGEM	MARCO
	Correio Aéreo Nacional	1931
	M.A. Teixeira de Freitas - Mudança da Capital e Redivisionismo	1932
	A Grande Comissão Nacional	1933
	A constituinte de 1933-1934	1933
	Goiânia	1937
	A Marcha para o Oeste	1938
	Da expedição Roncador-Xingu à Fundação Brasil-Central	1943
	Plano Rodoviário Nacional	1944
	A Constituinte de 1946	1946
	Comissão de Localização	1946
	O candidato Kubitschek em Jataí	1955
	Cooperação de Goiás	1955
	Comissão de Planejamento	1955
	Da mensagem de Anápolis à Lei nº2.874	1956
	A NOVACAP em ação	1956

Fonte: Coleção Brasília, T.3-A, 1960.

Os dados constantes da tabela acima foram retirados do índice de *Brasília, a história de uma idéia*. As datas e os períodos (Colônia, Império e República) foram determinadas pelo próprio livro, através das chamadas de cada um dos temas apontados. Dos 63 temas, 14 localizam-se no período colonial, 10 no período imperial e 39 no período republicano. Comparado à outra tabela cronológica anteriormente apresentada, podemos perceber o mesmo tipo de concentração em termos quantitativos e o mesmo tipo de predominância temática: o elemento político.

Essa predominância é reforçada pela concentração da ação em indivíduos realizadores de ações ou propositores de idéias que pudessem, de alguma forma contribuir com a idéia de autonomia da Nação ou de construção da nacionalidade. É o caso, por exemplo, de Francisco Colombina, “goiano de origem” que, através de um requerimento ao Conselho Ultramarino em 1750 pedindo autorização para abertura de vias de comunicação entre o litoral e o sertão brasileiros, antecipa o traçado da estrada que em 1958 estava sendo construída, ligando Brasília a Santos.

O desbravamento dos sertões goianos é outro marco importante, principalmente em função do caráter atualizador de sua relação com o presente:

> O primeiro responsável por esse movimento mineiro na direção de Goiás fôra o contratador de estradas José Alves de Mira. A mando dele, em 1733, o coronel Matias Barbosa, chamado o Cabeça de Ferro, o coronel Caetano Alves Rodrigues de Horta, ou Alvaro da Horta, o capitão-mor Manoel da Costa Gouveia (…) o sargento-mor Manoel

> Martins de Melo, o capitão-mor Francisco Bueno Luiz da Fonseca ou Francisco Bueno Feio foram os primeiros desbravadores de sertão que Minas mandou a Goiás (mandaria mais tarde, ambos de Diamantina, o General Couto de Magalhães e o Presidente Jucelino Kubitschek). (*Coleção Brasília*, T. 4, 1960: 33-34.)

Essa atualização é feita através da identificação de figuras do passado com o grande personagem que se desejava criar no presente. Nesse sentido, a relação entre Minas Gerais e os sertões goianos podem ser realçadas de duas maneiras diferentes: primeiro, através da relação histórica entre a ocupação da Capitania de Minas e a procura de ouro em Goiás.

Depois, através de uma relação retórica, tratando como iguais e semelhantes intenções, contextos e ações do passado no presente. Neste último caso, Kubitschek não é somente o novo presidente do Brasil que está a construir uma nova capital para o País. É também o indivíduo no qual todas as forças históricas dos grandes homens do passado se concentram. Kubitscheck torna-se então, Colombina, ao realizar seu sonho de ligação rodoviária entre litoral e sertão, através da construção da rodovia Brasília-Santos. Torna-se Couto Magalhães ao realizar o sonho de integração do interior brasileiro ao litoral, e ainda o colonizador da Ilha do Bananal[37]. E como centro dessa dinâmica histórica, ele, e somente ele torna-se capaz de reordena-la, atualiza-la, redimi-la e prepara-la para o futuro, ao mesmo tempo que realiza as promessas até aquele momento não cumpridas, como no caso da sua interpretação da Inconfidência Mineira38.

Evidentemente que essa estratégia não é de uso exclusivo dos organizadores da *Coleção Brasília* – em 1957 Lucio Costa já havia utilizado-a como um dos recursos em seu memorial descritivo sobre o plano urbano por ele

---

[37] A descoberta da ilha do Bananal é outro ponto de passagem obrigatório na narrativa: "Em 1873 David Moreira Caldas, representante do Piauí, escreve em um jornal de sua propriedade, em Teresinha, artigo várias vezes profético. Anuncia ele que o Império não passará 'do oitenta e nove', e que a República mudará a capital para o interior. Lugar provável: a ilha do Bananal, no Rio Araguaia. (…) O império não resistiu ao agouro. Caiu na data marcada. Mais 71 anos e a República mudaria a capital. Faltava o Bananal. E eis que o Presidente Juscelino Kubitschek se dispõe a colonizar a ilha".

[38] "Em 1789, os Inconfidentes Mineiros incluiam a interiorização da capital entre os objetivos do movimento" (...) "A revolução de Minas, inspirada na revolução Americana, tencionava libertar o país. Seguindo, porém, ainda aí, o modelo americano, pretendia fazer de início uma sublevação local, a que depois seriam convidadas a 'aderir' as outras capitanias" (…) "Vitoriosos, formariam uma Confederação, como a das 13 colônias… ('no caso de serem bem sucedidos, organizariam o governo republicano, o qual seria generalizado a todas as provincias…'). E São João d´El Rei se tornaria, então, sem dúvida, a capital da República, e não apenas da velha capitania principal" (Coleção Brasília, T. 3-A, 1960: 41).

desenvolvido, como estratégia de convencimento da comissão julgadora do concurso para a escolha do plano urbano da nova capital federal e do próprio presidente da República, como procurarei demonstrar na próxima parte deste trabalho. Mas a insistência em tal procedimento é explícita entre os autores de *Brasília, a história de uma idéia*. Dessa forma, o mesmo procedimento é realizado com os projetos de ocupação do planalto central ao longo do período imperial e sua efetiva ocupação, sob a gestão de JK.

No âmbito desta *preparação*, a inauguração do regime republicano marca um período de aceleração do ideal mudancista, através da sua consolidação na cultura política nacional. Os eventos se sucedem de forma cada vez mais próxima e concreta á medida que os anos avançam em direção à posse de Kubitschek.

A partir de 1944, a dinâmica de eventos-anos, que vez por outra era interrompida, torna-se uma constante. É que a cada ano a idéia de mudança da capital ganha mais força e motivação, tornando-se uma questão nacional que precisa ser levada a termo: Brasília tornava-se, nesse sentido, a solução para os grandes problemas nacionais. E, transformada em meta-síntese no decorrer da campanha presidencial de Juscelino, teria a função de acelerar o crescimento do país, encerrando uma etapa de estagnação econômica e social.

Essa concatenação de eventos tem como ato final a posse de Juscelino Kubitscheck na presidência da república, a mensagem de Anápolis e a constituição da NOVACAP, em 1956, que dirigiria a construção de Brasília: “Tudo estava preparado. Faltava o construtor - um governo com a coragem de empreender a obra, e com a visão necessária para desejar fazê-lo”. (*Coleção Brasília*, T. 4, 1960: 149).

Preparação, coragem e visão de futuro: dos três elementos necessários para iniciar a construção de Brasília, um foi dado pela história nacional. Os outros dois seriam fornecidos por um indivíduo.

O Presente como *Realização*: O Diário de Brasília.

O verbo *realizar* é bastante apropriado para nossos interesses neste momento. Sua transitividade indica a necessidade de complementar seu sentido através da exposição das intenções de seu agir sobre o mundo: quem realiza, realiza algo. Seu radical (*real* = coisa, coisas) pressupõe uma intervenção concreta sobre a vida. Estamos, de qualquer maneira, inseridos não mais no campo da preparação, mas da ação, da mobilização com o intuito de cumprir as intenções do presente. Ela é sustentada pela *atenção* mas principalmente pela *intenção*, porque enfatiza uma orientação para o futuro. A ação é, necessariamente, um exercício de força, do poder de fazer algo. E seu resultado é sempre a criação ou modificação da realidade.

Para a Ética, a ação é sempre uma atitude responsável de um sujeito, a realização de uma vontade que se presume livre e consciente. Gadamer (2003: 48-49) acredita que

> como comportamento especificamente humano, o ser ético se distingue do ser moral pó não se constituir simplesmente como um conjunto de capacidades ou forças operantes. Ao contrário, o homem é um ser que apenas se torna o que é e adquire seus modos de se comportar a partir do que ele faz, a partir do 'como' de seu agir. (...) Com efeito, pertence manifestamente à essência do fenômeno ético que o agente saiba não só decidir-se na ação, mas também conhecer a si próprio e compreender como deve agir, e desse encargo não pode jamais desembaraçar-se.

A sensibilidade romântica acreditava que a ação podia mesmo preceder ao ser e à realidade em razão dos princípios morais que lhe eram constituidores. O amor à virtude e a supervalorização da individualidade como um princípio irredutível que foge às convenções e regas sociais imbuiu sob o fundo relativista do romantismo, um princípio essencialista que julgava poder encontrar a "verdade" de cada época.

Sob tal ponto de vista, o *Diário de Brasília*, reconstitui uma trajetória dos anos de efetiva construção de Brasília seguindo um mote anacronicamente romântico: a refundação da Nação em sua busca pelo centro. Essa idéia não é apenas um tema proposto para dirigir seus três volumes. É também a manifestação de uma visão de mundo que dominava os discursos de Juscelino

Kubtscheck e reforçava a representação da construção de Brasília como marco constituidor de uma brasilidade não acabada.

Comparada a *Antecedentes Históricos*, o projeto historiográfico no qual *Diário de Brasília* se insere tem como foco de interesse a idéia de aceleração do tempo e de descrição de um tempo que é cumprimento de um destino (*factum*) e presentificação do futuro. O histórico e contingente, naquele primeiro momento tratado como um ideal carente de centralidade e coerência interna ganha cores mais vivas neste segundo momento. O presente é então submetido ao imperativo categórico kantiano, que dirige os homens e a eles impõe uma necessidade moral absoluta: "devemos, logo podemos".

Essa aliança entre dever e possibilidade é que fundamenta a construção de um regime de historicidade que tem como um de seus primeiros fundamentos a aceleração do tempo. Isso ocorre através da construção do *Diário de Brasília* na forma de um relato cronológico e detalhado de todas as ocorrências relacionadas à Nova Capital, ao longo de seu processo construtivo – da posse de Juscelino Kubitscheck em 1956 a inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960.

O interesse destes quatro volumes é principalmente institucional. Ao longo de suas páginas são registrados preferencialmente os eventos que giram em torno de seu processo construtivo e das medidas tomadas pelo Governo Federal na sua construção. O número de eventos ocorridos/registrados no *Diário de Brasília* dimensiona de forma mais clara o crescimento das atividades relacionadas à construção da nova capital do país.

Tabela 3: Taxa de crescimento dos eventos registrados pela Coleção Brasília entre os períodos de 1955 a 1960.

	1955	1956	1957	1958	1959	1960*
Quantidade de eventos	13	77	219	268	238	302
Taxa de crescimento	-	592%	1684%	2061%	1830%	2323%

Fonte: *Coleção Brasília*, T. 4-7, 1960.

* O período anotado como 1960 compreende apenas o último volume do Diário de Brasília, referente aos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e prolongando-se até o dia 21 de abril, dada da inauguração da nova capital. O restante do volume é constituído por um índice onomástico relativo aos volumes anteriores. O que demonstra um crescimento bem maior que o indicado, dada a proporção com os outros índices, relativos a um ano inteiro.

Enquanto que em 1955 eram registrados apenas 13 eventos relacionados à construção de Brasília, o ano seguinte registra um crescimento expressivo no número de ocorrências. O mesmo ocorre com os anos seguintes. Não há dúvida acerca do porque de um crescimento tão intenso. Construía-se uma cidade, edificava-se uma capital para o país. Seria inconcebível realizar tamanho empreendimento sem movimentar todo o corpo da nação.

É para fazer frente à intensificação daquelas ações que os organizadores da coleção Brasília encerram os *Antecedentes Históricos* e inauguram a fórmula de diário. Essa mudança é indicativa importante dos princípios que movem este segundo momento da *Coleção* Brasília. Abandona-se portanto a fixação no passado como referência para o presente e volta-se para a construção do *passado como se fosse presente*. Isso ocorre porque, em primeiro lugar, um diário é um registro dos acontecimentos ou impressões mais importantes que ocorrem no dia-a-dia de um indivíduo. Como a própria apresentação confirma, o *Diário de Brasília* apresenta,

> Em resumo disposto por ordem cronológica, os principais acontecimentos ligados à constituição da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) e à construção de Brasília, bem como as providências adotadas pelo Governo Federal, em todos os setores, a fim de que, em 21 de abril de 1960, estivesse a nova Capital em condições de tornar-se a sede do Governo e de receber todos os Poderes da República (*Coleção Brasília*, T. 4, 1960: 07-08).

Existe uma pragmática que norteia este tipo de registro. Ela determina uma distorção do foco de atenção do seu produtor – do presente (a aparente seqüência dos dias num constante "imediatamente acontecido") para o futuro (a cristalização de um quadro histórico baseado no registro do presente no presente, que garantiria um acesso seguro ao efetivamente acontecido). No caso do *Diário de Brasília,* essa pragmática fundamenta-se no princípio de que todos os eventos narrados são importantes porque narram o nascimento de Brasília.

Seguindo ainda a estrutura dos *Antecedentes Históricos*, em anexo são incorporados alguns documentos "importantes de maior extensão, considerados necessários à mais completa compreensão do texto" (*Coleção Brasília*, T. 4,1960:08). Tratam-se de documentos de dimensões variáveis, geralmente associados às ações do presidente Kubitscheck ou a órgãos do Governo Federal. Nos 49 documentos apresentados, podem ser encontrados, por exemplo, a lei

criadora da NOVACAP, o edital do concurso para o Plano Piloto, assim como sua ata de julgamento e o memorial do projeto de Lucio Costa, a profecia de João Bosco, alguns discursos do presidente da república, os relatórios anuais da NOVACAP, reportagens jornalísticas, entre outras.

Chama a atenção a publicação, na íntegra, do discurso do deputado federal Elias Adaime do (PSD), em 3 de novembro de 1959. Nele, a NOVACAP é acusada de uma série de irregularidades no processo de construção da nova capital. É o único documento que não foi produzido seja pelo governo federal, nem por um adepto da transferência da capital. Dos 1.117 eventos registrados, é também o único que, dentro do *Diário de Brasília*, garante a fala daqueles que, de alguma maneira, se opunham à mudança. Malversação do dinheiro público, corrupção de funcionários, fraude em licitações, desvio de verbas, nepotismo e outros crimes contra a administração pública são listados para indicar a necessidade de adiamento da transferência da capital até que as denúncias fossem apuradas. Ao discurso de Elias Adaime são acrescentadas as interprelações dos próprios deputados da Situação e da Oposição. E, além disso, logo a seguir, a entrevista do Presidente da NOVACAP, apresentando documentos que rebateriam as acusações feitas por aquele congressista. Por último, é anexado também na íntegra, o parecer do relator da sessão de 3 de novembro, Abelardo Jurema do (PTB), que, baseado na entrevista de Israel Pinheiro, julgou pela improcedência das denúncias formuladas contra a NOVACAP naquela ocasião.

Em segundo lugar, a forma de diário também torna-se útil porque, ao mesmo tempo em que garante a fixação das ações no presente, também constrói para o futuro a totalidade do passado pensável por meio do apelo à multiplicação dos eventos relacionados à construção de Brasília, tanto em relação à sua dispersão temática quanto espacial (visitas de parlamentares, jornalistas nacionais e estrangeiros, religiosos, estudantes, chefes de estado, andamento e inauguração de obras, casamentos, nascimentos, óbitos, reportagens, exposições e livros sobre a nova capital, além de uma grande quantidade de discursos do presidente versando sobre a importância da construção de Brasília).

Mas a fixação não está somente no presente. Ao mesmo tempo, um diário possui um horizonte de expectativa específico: os indivíduos produzem

diários porque acreditam que suas ações podem ser justificadas no futuro, para si mesmos e para os outros, na medida em que revelam seus interesses e expectativas da época.

Assim como num diário pessoal, a centralidade da ação está no personagem biográfico que narra a sua vida, no *Diário de Brasília,* esta centralidade é direcionada para a figura do Estado. Essa centralidade é reforçada pela concentração das narrativas dos eventos dos quatro tomos em instituições e, ou personagens ligados ao governo, com destaque para os atos do próprio presidente da república. Como vimos, este mesmo interesse percorre as páginas de *Antecedentes Históricos*: são homens de Estado, a serviço do Estado ou em defesa do Estado que sustentam o ideal de transferência da capital desde o século XVI.

Os estudos que tratam da transferência da capital, também recorrem a um tipo de análise similar. Algumas delas beirando ao nominalismo puro. Farret (1985: 18) identifica sete soluções explicativas para a transferência da capital: o afastamento dos antigos símbolos de dominação portuguesa, ainda presentes no Rio de Janeiro, a unificação territorial, uma estratégia militar de defesa da capital nacional, mecanismo de promoção de novos padrões de eficiência do serviço público, um mecanismo ideológico capaz de reforçar a identidade nacional, a criação de um novo pólo de desenvolvimento econômico no interior e base avançada de incorporação de expansão da fronteira econômica do país. Para aquele autor, ao contrário, a construção de Brasília deve ser caracterizada como,

> um passo lógico dentro do processo de acumulação que impõe determinados padrões de divisão social e espacial do trabalho. (...) Brasília resulta da ação deliberada do Estado sobre o território, com a intenção de eliminar obstáculos à plena socialização do espaço, obstáculos estes decorrentes de ações (ou omissões) anteriores do próprio Estado (Farret, 1985: 19).

Neste caso, temos em Brasília, a concretização do interesse do Capital, através da ação do Estado, de incorporar novas áreas, criando, ao mesmo tempo, um "trampolim" para o Sudeste industrial através da "expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e Norte do Brasil" e da criação de um "mercado consumidor relativamente numeroso e sofisticado na região" (Farret, 1985: 24-25).

Todas essas hipóteses acerca da criação de Brasília têm em comum o fato de apresentarem um interesse racional, motivador da transferência da capital federal para o interior. Não foi percebido, entretanto, uma nítida diferença de horizonte de expectativa entre os projetos de mudança da capital que acompanham a história do Brasil. Até o final do século XVIII as idéias de transferência da capital vinculam-se a construção da nova capital a acomodação às novas circunstâncias que existiam na colônia (Deslocamento do eixo econômico, necessidade de controle efetivo sobre as minas, decadência do nordeste açucareiro, combater a invasão estrangeira). Enquanto que, com a chegada da Família Real, os argumentos favoráveis à mudança da capital giram em torno daquilo que a interiorização (em seus mais variados modelos) poderia provocar na dinâmica econômica e social do Brasil. Velho (1979) percebe nessa mudança, traços do padrão intervencionista da esfera política no modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Este é um aspecto importante porque indica uma mudança estrutural no entendimento que o Estado dá à manutenção e ao desenvolvimento do território/Nação. Neste caso, é possível falar numa razão de Estado que situa o problema da transferência da capital como uma solução futura para os problemas enfrentados no presente. Este horizonte de expectativa, identificável nesta razão de Estado, é quem sustenta a visão de mundo dos indivíduos ou grupos políticos que compõem o cenário institucional. Neste caso, mesmo em face dos interesses particulares que intervieram nas políticas públicas, observa-se um padrão de ação dos grupos dirigentes através da orientação dada pela geopolítica estatal – seja ela como resposta às pressões internas, ou como mecanismo de manutenção das relações internacionais.

Essa razão de Estado está, segundo penso, muito bem articulada à retórica mudancista lançada por Kubitschek em seus discursos e fixada no *Diário de Brasília*. Analisando a forma como os acontecimentos estão ali dispostos, é possível perceber a concentração em quatro grandes funções que servem de guia para a leitura daqueles quatro tomos, formando um tipo de *retórica da ação* que justifica a construção de Brasília e, ao mesmo tempo projeta seu papel dinamizador para o futuro do País.

O termo função procura descrever aqui o efeito da recepção de determinado discurso nas ações e no comportamento dos receptores. Este foi o

caminho traçado por Gumbrecht (2003) ao investigar as funções da retórica a partir dos seus efeitos no público ouvinte do parlamento francês no período revolucionário (tanto no que se refere a mudanças não esperadas sem a existência do texto quanto as mudanças na postura do receptor). Não pretendo, entretanto, ir tão longe: basta investir no horizonte de expectativa projetado pela retórica de Kubitscheck, para sua pragmática discursiva. Neste caso, quatro foram as funções claramente identificadas dentro do *Diário de Brasília*:

A função Harmonizadora: a continuidade entre passado e presente

Não somente em *Antecedentes Históricos*, mas também no *Diário de Brasília*, o passado é uma referência constante. Em meio a discursos e atos presidenciais, determinados motivos e temas se tornam uma constante dentro do ambiente de construção da nova capital federal. A primeira incursão de Kubitscheck ao local onde seria erguida Brasília, por exemplo, em 2 de outubro de 1956, é marcada pela visita à cruz plantada cinco meses antes, quando da realização da primeira missa no local da nova capital. O detalhe relevante está, não necessariamente na missa, mas no cruzeiro, "em cuja construção se utilizou exclusivamente pau Brasil" (Coleção Brasília, T. 4, 1960: 32): uma recorrência à primeira fonte de riqueza explorada em terras brasileiras após o descobrimento, mas também uma citação ao primeiro produto considerado genuinamente nacional.

Por si só este indício é pouco para demonstrar a importância que o passado assumiu na tentativa de mobilização do presente, tanto por parte do interesse governamental quanto da própria direção da *Coleção Brasília*. Entretanto, o *Diário de Brasília* registra, para o mês de janeiro de 1957, o discurso de Kubitscheck, ao receber o título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte:

> Quero dizer-vos que o Brasil está vivendo uma grande hora, apesar dos pesares, e que a marcha para o oeste – com a mudança da capital – deixou de ser uma frase sem sentido para tornar-se realidade. O que os mineiros do tempo dos veneráveis e ilustres Afonso Pena e Bias Fortes fizeram, fundando esta triunfal Belo Horizonte, os brasileiros o farão com a nova capital, criando com isso um tempo novo, uma nova era. (Coleção Brasília, T.4, 1960: 55).

Neste caso, o passado surge como uma referência dupla. Primeiro, através do entendimento do presente como um marco histórico, que teria a capacidade de romper com a dinâmica histórica até então encaminhada pelas forças sociais no Brasil. Conforme veremos na quarta temática aqui explorada, esta idéia será reforçada pela supressão da idéia de sociedade pela idéia de Povo e de Indivíduo Realizador. O segundo aspecto importante faz o caminho contrário, afirma a obra mudancista como uma continuação de um projeto que tem na construção de Belo Horizonte uma de suas etapas fundamentais. Nesse sentido, segue a própria trajetória já descrita nos *Antecedentes Históricos*, conforme vimos há pouco.

A função Moralizadora: o respeito à Constituição

A proposição de um elemento externo que impele indivíduos e Estado à realização de um programa é um argumento comum dentro de certos tipos de explicação que procuram interpretar a ação como um ato alheio à vontade dos indivíduos que a executam. Como se os mesmos agissem sob a imposição de uma determinação supra-humana. Os indivíduos, neste caso, são transformados em agentes cumpridores de uma necessidade moral absoluta. Kant (apud. Chauí, 1985: 282) entende este tipo de ação como moral em razão da auto-imposição de normas que garantiriam ao mesmo tempo, autonomia e obediência: “A virtude é portanto a força moral da vontade de um homem no cumprimento de seu dever: o qual é uma coação moral através da sua própria razão legisladora, enquanto que esta se constitui a si próprio como um poder que executa a lei”.

O cumprimento do preceito constitucional aparece como uma constante dentro do *Diário de Brasília*. A mensagem de Ano Novo de Kubitscheck pronunciada pela *Voz do Brasil* em 31 de dezembro de 1956 adianta essa solução referente à necessidade de construção da nova capital federal:

> Não sou o inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda a nossa lei magna, de praticarmos um ato renovador, um ato político, criador, um ato que impulsionado pelo crescimento nacional a que acabo de me referir, virá promover a fundação de uma nova era para a nossa pátria. Somos geograficamente um dos maiores países deste planeta, onde vive um povo em condições de aperto. Em torno de nós, a vastidão, os descampados, o país por conquistar, sítios admiráveis e no entanto nos

> agrupamos à beira do mar, espiando as fases das marés. Constitui um refrão monótono dizermos que necessitamos ocupar o nosso país, possuir a terra, marchar para o Oeste, voltar as costas no mar, e não permanecer eternamente com o olhar fixo nas águas como se pensássemos em partir, em voltar. Do Brasil nenhum de nós partirá jamais, porque esta é a nossa nação e pátria. A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e de progresso. (Coleção Brasília, T.4, 1960: 49-50).

Diversas são as questões aqui levantadas pela fala do presidente, fortalecendo-se mutuamente. Apesar da referência à função harmonizadora da relação passado-presente, "a completa consumação da posse da terra", que nos levará ao terceiro tema dessa retórica da ação, estabelece-se como primeiro plano a idéia de que a fala e a ação do Presidente da República não é mais dele, mas da Lei. Apesar de a Constituição de 1946 definir no artigo 4º de suas Disposições Transitórias que "A Capital da União será transferida para o planalto central do país", sem apontar para data ou qualquer outra referência acerca do que se espera com tal ato, seu sentido é transmitido de forma muito clara pela mensagem. Assim, não é a construção de Brasília, mas a obediência à lei que inaugura um novo momento da história do Brasil: o momento da mobilização para o fazer, ao invés de, como no passado, esperar pelo partir, pela redenção do degredo.

É a obediência à Lei que garante o sucesso de tal projeto, visto que sustenta o processo de "reestruturação da sociedade brasileira em bases efetivamente nacionais. Apresentando-se como imperativo da economia e da história, sobre mandamento constitucional, a construção de Brasília não podia deixar de ser uma das metas fundamentais deste Governo" (Coleção Brasília, T.5, 1960: 41).

A função Integradora: a construção da Nação

O tema da integração nacional está situado sob uma dupla dimensão dentro da justificativa para a mudança da capital. Por um lado, reafirmam-se os argumentos político-ideológicos que, desde o império, norteiam o debate sobre a

propriedade da interiorização da capital e que ganharam força com o tema da Marcha para o Oeste. Neste caso, o mote do movimento bandeirantício ou à necessidade de ocupação dos espaços vazios é recorrente na retórica mudancista. Além de procurar harmonizar o sentido do passado com o presente através da anacronização destes dois temas, ela se ocupa ainda da redefinição do papel do sertão na história do Brasil:

> Obra de alguns homens de gênio capazes se projetar e construir, com recursos razoáveis, dará ela alto testemunho de nossa civilização, transformar-se-á na ponde de comando de nossa viagem de conquista do Oeste brasileiro, numa cidade-imã, de onde se irradiará força criadora para uma das zonas mais abandonadas e desconhecidas de nosso imenso território. Erguendo Brasília, erguemos, ao mesmo tempo, a nossa bandeira sobre regiões de que só tínhamos o domínio nominal. Erguendo Brasília, ocupamos nosso país, provamos que merecemos esse grave e extraordinário benefício da Providência, a herança de um país novo. Quero dizer-vos que nenhuma força humana deterá Brasília. Ela já se vislumbra, configurada e em pleno processo de construção. E com Brasília também se levanta uma vasta área de nosso país, que se desencantou enfim, deixando de ser uma longínqua referência nos mapas. (Coleção Brasília, T. 5, 1960: 162)

O sertão, neste caso, é mais que o vazio, o desconhecido, o deserto imenso. É também o futuro do País. A retórica de Kubitscheck se empenha, de forma exaustiva, na fixação da expectativa seminal que, até o século XVIII dominara o imaginário sobre o interior do território brasileiro. O elemento mítico e paradisíaco que domina a apresentação da *Coleção Brasília* é tomado como argumento para o interesse na mudança da capital. Integração, torna-se, assim, incorporação das expectativas herdadas do passado, pelos homens do presente: é o encerramento de um ciclo histórico, é a pacificação da nação através da dissolução das suas contradições internas:

> Brasília será a integração de mais de 6 milhões de quilômetros na comunhão brasileira. (...) Amanhã ouviremos, ressoando no deserto imenso deste país continental, os passos daqueles bandeirantes que daqui partiram e foram, com o seu esforço, plantar tão distante as nossas fronteiras. O que nós agora estamos fazendo é fundar a nação que os bandeirantes conquistaram.
>
> O esforço que Brasília representa é, exatamente, o de integrar, na comunhão brasileira, brasileiros e territórios que nada hoje influem no progresso e na riqueza deste país. (...) O Brasil está agora acordando para uma caminhada mais ousada, mais audaciosa. O passo que nós precisamos dar não pode mais medir-se pela bitola estreita das antigas preocupações do Governo: ou nós caminhamos à frente deste ímpeto do Brasil ou seremos superados por ele, e a nossa geração de políticos, aquela que tem sob sua responsabilidade o destino da nação será mal

> compreendida e condenada pelas gerações futuras. (Coleção Brasília, T. 5, 1960: 23).

Imagens de riquezas inexploradas e de imensos desertos abandonados à própria sorte e economicamente inexistentes[39]: esta é uma tensão muito clara dentro da retórica mudancista que deve ser resolvida através de uma outra dimensão da função integradora. A construção de Brasília, não só dissolve as tensões internas entre Litoral e Sertão, como também incorpora aquele território dentro de uma mesma dinâmica econômica. Dominar os vazios interiores, plantar cidades, rasgar os desertos com estradas, levar o progresso técnico às áreas mais remotas do território nacional[40]. Essas são as condições necessárias para a exploração de riquezas ainda não descobertas. Brasília, neste sentido, torna-se o trampolim para uma nova Marcha para o Oeste, "tão decidida e tão corajosa como aquela dos bandeirantes".

Registrado o caráter metafórico de sua mensagem, é preciso atentar para os interesses "decididos" e "corajosos" que intermediaram essa nova ação bandeirantícia. Ao analisar a retórica da revolução francesa, Hunt (2004:28) percebe um interesse em construir uma relação de continuidade entre a ação realizada no passado e no presente. Naquele caso, se por um lado os republicanos da Grécia e de Roma tinham inventado a liberdade, a missão dos

---

[39] "Só aquela área, na qual está situada a nova Capital, no Centro-Oeste do Brasil, conta dois milhões de quilômetros quadrados que, somados a mais de quatro milhões que constituem a bacia amazônica, representam dois terços da superfície total do Brasil, imensa região inteiramente deserta, com uma densidade demográfica que bem exprime o seu abandono. Se aqui, no Sul do país, onde nos encontramos, a densidade de população é de 25 habitantes por quilômetro quadrado, naquela região chega apenas a meio habitante por quilômetro quadrado. Só este dado revela a importância de se transferir a Capital do Brasil para um centro de superfície imensa, onde possa desenvolver-se para promover, com o seu trabalho, o progresso futuro de nossa pátria. Entre as metas do meu Governo está a da inauguração da capital da República. No próximo ano remeterei ao Congresso brasileiro a mensagem pedindo que o legislativo marque a data, de acordo com a Constituição, para a inauguração da nova capital, e estou certo de que, dentro de três anos e meio, estaremos no Planalto Central do Brasil, plantando o primeiro marco definitivo da conquista do Oeste deserto e abandonado" (Coleção Brasília, T. 5, 1960: 64).

[40] "Salientou o Chefe do Governo que o povo brasileiro sabe que a construção de Brasília não é uma aventura, e que ela representa, inegavelmente, um fator significativo de progresso para o país. Os seis milhos e meio de quilômetros quadrados que ainda temos por conquistar, cujo início de atividade está na construção de sua nova capital permitirá que em futuro muito distante possamos construir dentro de nossas próprias fronteiras um grande império. As vozes do país – prosseguiu – as suas figuras mais representativas, continuam aplaudindo este ato do Governo. Não é mais possível vivermos exclusivamente na faixa litorânea deixando o interiro longe de toda e qualquer espécie de cuidado. Agora estamos caminhando para o centro do país, e Brasília não vai custar, como muita gente diz, sacrifícios para o povo, porque Brasília é uma obra autofinanciável. Os terrenos que vendermos não darão apenas para construir a cidade, mas, também, um saldo imenso que ficará para o Brasil". Jornal *O Popular*, 23.11.1958.

revolucionários franceses era levar aquela boa nova para todos os homens. No caso específico da retórica mudancista, a fundação da nação e a conquista territorial são atos contínuos que, embora separados por trezentos anos, marcam o compromisso político e social do presente com as gerações futuras.

O benefício imediato e longínquo dessa nova marcha para o oeste parece claro: a ocupação do interior trará como benefício a vitória do trabalho e do desenvolvimento econômico sobre um território hostil e distante do litoral:

> Este é o objetivo da política pioneira do Governo no Centro e no Oeste da nossa terra: preencher os claros criados pelos baixos índices demográficos, dar às populações instrumentos de trabalho à altura do progresso técnico nos nossos dias, integrar o homem do campo, o mais rápido possível, no conjunto nacional, em todas as atividades sociais; criar, em suma novos mercados internos que possam absorver a crescente produção industrial e gerem, por sua vez, clima indispensável ao maior crescimento dessa mesma população.
> O ideal da mudança da capital para o Centro geográfico do território brasileiro não teve senão esse motor inicial: aproximar os brasileiros, distribuir fontes de riqueza, criar no país um sistema em que o acesso ao trabalho, à produção e ao bem-estar deixasse de desconhecer as disparidades e os paradoxos infelizmente ainda comuns em nosso território (Coleção Brasília, T.5, 1960: 13-14).

Da estagnação à intensa atividade econômica. Essa é a mudança que se espera ocorrer com a transferência da capital. Mas as riquezas a serem exploradas haviam sido localizadas apenas em parte no interior do país. Naquela região, o interesse central está na criação de um mercado para absorver uma produção industrial que está localizada no Sudeste e não no Norte-Centro-Oeste do País. Integração, neste caso, significa constituição de uma região que possa suprir as necessidades de crescimento de uma outra região mais desenvolvida.

> Brasília impôs-se, deste modo, como um fulcro econômico e cultural, em torno do qual devesse girar, disciplinadamente, o processo do desenvolvimento. Era, pois, uma necessidade inadiável e inevitável, como complemento das metas. A clara consciência de nossa realidade econômica e geopolítica discerniu, em sua edificação, não apenas o cumprimento de um preceito da Lei Magna mas um imperativo de sobrevivência, uma condição, para que o Brasil cumpra a sua vocação unitária e não venha a faltar aos seus destino de grande Nação. Do pantanal mato-grossensee ao planalto central e à Amazônia, milhões de quilômetros quadrados serão incorporados validamente à economia e à cultura nacional pela ação vigorosa que irá exercer Brasília, como entroncamento de nossas vias de progresso e de expansão interna (*Coleção Brasília*, T. 7, 1960: 49).

Velho (1979) percebe na construção de Brasília, juntamente com a construção da rodovia Belém-Brasília, entre outras coisas, um mecanismo de recolocação do excedente populacional brasileiro, localizado preferencialmente nas capitais litorâneas[41] com o objetivo de, ao mesmo tempo, expandir a fronteira econômica para além do sul de Goiás e criar um mercado interno para o processo de substituição de importações pelo qual passava o país.

A função interventora: o papel dos indivíduos frente à história

O contexto sócio-político da construção de Brasília é certamente um local propício para o surgimento de figuras que podemos chamar de heróicas. Silva (1997) identificou dois modelos: o herói mítico (Bernardo Sayão, cuja imagem, cristalizada pela morte, garantiu-lhe a restrição da exposição ao público e ao mesmo tempo a identificação do indivíduo com uma personalidade unificadora das expectativas criadas pelos próprios candangos sobre a nova capital) e o herói trágico (Matias, o "campeão de uma causa" – a fixação de ocupações operárias após a inauguração da nova capital – o indivíduo que, em constante confronto com a realidade, explicita seu compromisso com o mundo e torna-se sujeito à *hybris* ou ao julgamento externo). Na retórica mudancista Kubitscheck estabelece um terceiro modelo de herói. O destaque está no interesse em demonstrar a capacidade humana de intervir de forma salutar nos destinos da nação. A mobilização de homens e máquinas para a realização de um objetivo comum explicita a criação de um novo tipo de ambiente:

> Emigrantes e refugiados de uma centena de vilas e vilarejos góticos (...) eles aí chegaram à procura de ação, aventura, um ambiente no qual eles podem (...) sentir-se (...) livres para agir, livremente ativos. Eles chegaram juntos para formar um novo tipo de comunidade: uma comunidade que não se concentra na repressão da livre individualidade para manter um sistema social fechado, mas sim na livre ação construtiva, comunitária, para proteger as fontes coletivas que permitem a cada indivíduo ser *tatig-frei*. (Berman, 1987: 65)

[41] Em 1970 a população do Distrito Federal já era de aproximadamente 546.000 habitantes, dos quais, em sua maioria, localizados nas cidades-satélites. Por sua vez, a região de influência direta da rodovia Belém-Brasília teve um crescimento populacional de cerca de 6000.000 pessoas, excluindo-se o DF (Velho, 1979).

Isto parece claro na descrição das visitas que Kubitscheck faz ao canteiro de obras da futura capital.

> Logo ao desembarcar, pôde o Presidente da República verificar a intensa atividade que se desenvolve em Brasília: grande número de máquinas e tratores em ação, material de construção em depósito, barracas de trabalhadores, usina geradora em funcionamento, torre de rádio, etc. Os operários, aproximadamente uma centena saúdam o Chefe do Governo içando no alto da torre de rádio a bandeira indicativa da presença presidencial (*Coleção Brasília*, T.5 1960: 41).

A mobilização de trabalhadores que ocorreria no período de construção de Brasília, provenientes, em sua maioria de Goiás, Minas Gerais e da região Nordeste, não deixa dúvidas quanto aos efeitos centrípetos da nova capital para o processo de redistribuição demográfica do território brasileiro, a partir da década de 1960. Como vimos em relação à função integradora, essa redistribuição atendia a condições específicas das condições político-econômicas brasileiras do período. Na retórica mudancista, as pré-condições para a construção de Brasília seriam duas: a técnica (modernização do processo construtivo, expansão da malha viária, exploração da matriz energética, avanço das comunicações) e o momento psicológico (desenvolvimentismo, nacionalismo, populismo).

Os dois reunidos marcariam um momento especial na história nacional e, para os construtores de Brasília, uma possibilidade de construção de um tempo e um espaço extraordinários, de uma cidade e de uma sociedade de tipo novo (Silva, 1997:83). A retórica mudancista de Kubitscheck enfatiza esse momento de novidade:

> Se não surgisse nesta hora [Brasília], em que a nação se vê psicologicamente preparada para o grande passo e encontra meios de realiza-lo; se continuasse a ser procrastinada, como um sonho utópico, a nossa geração teria sido desidiosa, a nossa geração teria falhado, teria retardado criminosamente a marcha ascensional deste grande país.
> Mas quero dizer-vos que Brasília é, antes de tudo, obra da juventude, obra da audácia de uma nação que vê diante de um futuro esplendente e dispõe de energia bastante para antecipa-lo. (*Coleção Brasília,* T. 6, 1960: 77-78)

A nova capital é, portanto, o primeiro passo concreto de antecipação do futuro do país. E sua realização deve-se, não somente a um homem, mas aos indivíduos que a construíram, à “juventude” e à “nação”. A Kubitscheck cabe o papel de orquestrar o movimento da Nação e apresentar a ela as suas

realizações, as evidências concretas de que essa antecipação do futuro é mais do que palavras vazias:

> O Brasil de Brasília, o Brasil de Três Marias, com o Rio São Francisco plenamente utilizável, o Brasil de Furnas, o Brasil dos Reservatórios de Araras e de Orós – há cem anos reclamado pelo Ceará – o Brasil da USIMINAS e da COSIPA, o Brasil articulados por estradas de penetração, o Brasil da indústria automobilística, da indústria naval, o Brasil da SUDENE, o Brasil que multiplica as suas indústrias de base – esse Brasil já não é o Brasil de quatro anos atrás, graças aos esforços heróicos dos homens de boa vontade, dos que amam o trabalho e tanto me ajudaram (...) As lamentações dos nostálgicos da estagnação, responde a indústria automobilística, pondo em circulação carros brasileiros; a indústria naval, que, dentro em poucos meses, lançará ao mar nossos primeiros navios. Aos que choram um ínvio e incomunicável Brasil, respondem as estradas abertas, que cobriam dez mil quilômetros e hoje cobrem 30.000. A estrada Belém-Brasília já foi apontada como inútil pelos que só conhecem deste país as calçadas das cidades principais. Mas quantos centros de vida estão repontando graças à Brasília-Belém! Apresento-vos, meus patrícios, filha da estrada nova, essa Gurupi que ainda há pouco não existia – a 750 quilômetros de selva - e que hoje cresce e produz 10.000 sacas de arroz. Aqui está Imperatriz, uma velha cidadezinha, entravada e triste, onde, há cinqüenta anos não se construía uma casa sequer – e hoje se constroem três por dia, graças à Brasília-Belém; aqui está, em plena floresta, Açailândia, a recém-vinda, o último dos núcleos brotados na estrada, a 1.500 quilômetros de Brasília; e Cercadinho, com as suas primeiras roças a humanizarem uma paisagem quase agressiva na sua solidão. Eis as gerações da Brasília-Belém, que aqui vos ofereço!. (*Coleção Brasília,* T. 7, 1960: 149)

A passagem é longa, mas importante. Em que pese sobre ela o tom de desafio que ela evoca ao citar as realizações de seu governo, Kubitscheck faz mais do que concatená-las, ele pontua a diferença entre o hoje e o ontem, entre o momento em que assumiu a presidência da república e todos os governos que lhe foram anteriores. A imagem dos indivíduos heróicos, de uma época heróica novamente retorna para determinar quem o Brasil é devedor de tamanha realização. O homem apenas entrega, oferece, dirige. São os indivíduos que agem, executam, auxiliam, constroem: a ação é executada não pelo presidente, mas pelo Brasil, pela indústria, pelas “gerações da Brasília-Belém”. Como sujeitos indeterminados, não expressos, os indivíduos estão impossibilitados de serem nomeados. Apenas seus feitos aparecem: é que a obra sobrevive ao indivíduo e torna-se testemunha de sua passagem pelo mundo.

A razão de Estado dissolve-se dentro dessa retórica da ação identificada dentro da *Coleção Brasília*. Elas fornecem, ao mesmo tempo, uma explicação sobre a necessidade de estabelecimento de uma nova capital para o País e as possibilidades que se abrem ao País com sua concretização. A retórica da ação coloca, portanto, em funcionamento o efeito ético que se esconde em cada um dos eventos registrados pelo *Diário de Brasília.* Por isso as denúncias devem ser incorporadas aos eventos narrados: o julgamento do futuro sobre o passado determinará os compromissos morais de cada uma das partes. "Devemos, logo, podemos": a solução ética se impõe não somente às realizações do presente, legitimando-as, mas também ao futuro, através do compromisso que, caso retardado, condenará toda uma geração de políticos a ser "mal compreendida e condenada pelas gerações futuras" (*Diário de Brasília,* T. 6, 1960: 23).

Como *preparação,* ou seja, um trabalho de construção do futuro esperado, mas ainda não realizado, *Antecedentes Históricos* torna-se também *antecipação* – ato de tornar o futuro presente. Isso porque as expectativas do presente foram também projetadas num passado e, através da narrativa histórica, foi cronologicamente reconstituído. Da mesma forma, como *ação*, *Diário de Brasília* orienta sua narrativa no intuito de corresponder ao campo de experiência das forças políticas e sociais envolvidas na construção da nova capital do País. É, portanto, a *realização*, é a mobilização para o fazer ético – o único possível e devido. Portanto, o único narrável.

Passado e futuro, enquanto categorias puras da experiência temporal, são aqui dissolvidos numa única e contínua cadeia de eventos "a história de uma idéia e de um fato, concretizados nas sucessivas sedes de governo de nosso país" (Coleção Brasília, T. 1, 1960: 10). Que idéia e que fato são esses que, concretizados em três capitais (Salvador, Rio de Janeiro e Brasília), tem a capacidade de atração tão grande para mobilizar toda a história nacional? É a viagem, é a caminhada "iniciada por Cabral", levada adiante por Mem de Sá e as sucessivas levas de bandeiras e que, naquele momento, chegava a termo. Projeto de memória voltado para as gerações futuras que se debruçariam sobre a construção da nova capital e um projeto de recuperação do tempo para as

gerações do presente que, podiam ver agora realizado no passado uma verdadeira marcha da nação no sentido proposto por aquela obra: “a procura do centro”, “a integração do Brasil em si mesmo”, “a realização do mito”.

PARTE II

PROJETAR O TEMPO

Quando o *tipo* é criado
estamos às portas do belo.
Le Corbusier, *Vers une Architeture,* 1922.

"A vontade de ver a cidade precedeu os meios de satisfazê-la", escreveu Michel De Certeau (1994:170) ao criticar o olhar totalizador do urbanismo racionalista que exclui, do plano urbano, a multiplicidade das práticas humanas em função de uma perspectiva disciplinar, hierarquizada e totalizadora. É sobre esse olhar e as formas específicas de registro que elas produzem que a segunda parte deste trabalho se debruça.

Após examinar a forma como o registro historiográfico reconstruiu o passado, através das narrativas sobre o processo de construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília, volto minha atenção, neste capítulo, para a vasta documentação oficial gerada no período de construção das três cidades-capitais: ofícios, cartas, dados estatísticos, relatórios, planos urbanos, projetos arquitetônicos, fotografias etc.

A pergunta acerca dos modos de representação da experiência temporal continua sendo nosso guia neste novo momento. Devo, entretanto, estabelecer novos critérios de avaliação em virtude da tipologia diferenciada das fontes que utilizo para respondê-la. Meu interesse recai sobre três "cidades novas", entendidas aqui como comunidades "planificadas e criadas conscientemente em resposta a objetivos claramente formulados". Pressupondo "a existência de uma autoridade ou organização suficientemente efetiva para assegurar o lugar, reunir os recursos necessários e exercer um controle contínuo até que a cidade alcance um tamanho viável" (Galantay, 1977: 15), é necessário, inicialmente, identificar as matrizes teóricas e práticas de onde surgiram seus modelos urbanísticos. Belo Horizonte, Goiânia e Brasília encaixam-se perfeitamente nesta definição pelo fato de que, ao contrário das sucessivas intervenções urbanas procedidas em várias cidades, tanto na América quanto na Europa, estas três cidades tiveram sua origem num ato criador *ex-nihilo* e sustentaram em seus planos o sonho de construção de uma cidade perfeita. Uma oportunidade de realização do ideal de controle da natureza e dos homens num só movimento, cuja tradição remonta à colonização do novo continente.

Ao mesmo tempo, é impossível negar o parentesco entre a construção dessas novas capitais e os inúmeros processos de modernização urbana, ocorridos ao longo do século XIX, tais como em Nova York, Paris, Barcelona, Buenos Aires, Milão, Florença, Roma, Rio de Janeiro etc. A maioria da literatura especializada no tema aponta o projeto de Versalhes como a origem desse fenômeno, ou então, ainda na França, as reformas empreendidas em Paris sob a liderança do barão de Haussmann, na década de 1850. Outros autores preferem relacionar a trajetória da construção das três cidades às principais concepções teóricas que dominaram o século XIX – seja em termos de transferência de modelo e incorporação da tradição européia, seja como um mosaico de concepções urbanísticas reunidas num só momento.

Essa diversidade de análises esconde, na verdade, mais do que a adoção de um padrão urbanístico-arquitetônico, mas uma concepção filosófica e política sobre a função do urbanismo dentro da sociedade. Utopistas, culturalistas, progressistas e funcionalistas, cada um ao seu modo, utilizam a linguagem da geometria analítica cartesiana não só como método, mas como modelo de organização social (Kolsdorf, 1996).

Como indicou Perelman (2004) a raiz grega do conceito de racionalidade comporta uma dupla configuração de sentidos. Entretanto, principalmente após o Renascimento e ao advento da filosofia cartesiana, o mesmo ficou restrito à sua forma dedutiva, monológica e objetiva. O século XIX foi uma etapa fundamental desse processo de homogeneização conceitual. A construção de sistemas filosóficos baseados seja na razão analítica (dedicada aos processos lógicos e matemáticos de inferência e dedução), seja na razão crítica (que examina a si e portanto critica seus próprios pressupostos, a maneira de Kant), na razão dialética (de Hegel e Marx) ou, ainda, na razão mecânica (ambição de constituição de um modelo de explicação mecanicista da realidade) (Mora, 1994: 618-619) é suficiente para demonstrá-lo. É esse mesmo processo que configura toda a *episteme* moderna, dando origem às ciências físicas e matemáticas, às ciências da produção, da vida e da linguagem e à filosofia. Além disso, institucionaliza-os, através da constituição dos saberes científicos e normatiza seus procedimentos através da constituição de um paradigma disciplinar universal que, segundo essa perspectiva, garantiria acesso seguro ao

conhecimento. Para Foucault (1999) esse processo de certificação dos campos do saber teve como conseqüência a promoção do interesse por um contínuo e sistemático controle sobre os indivíduos, seja através da prisão, da clínica, da escola etc., e, ao mesmo tempo, disciplinou a representação sobre o homem, sobre o que ele *deveria ser*, tornando-o útil e dócil. O contínuo procedimento de segregação dos elementos adstringentes àquele saber monológico, progressivamente transformado numa razão humana universal, silenciou todo um reservatório de representações que não podiam ser integradas à sociedade, mas ao mesmo tempo, não podiam ser abandonadas.

Tal perspectiva de controle ou normatização das relações sociais está presente na base de todo o pensamento urbanístico, desde antes de seu nascimento. Para Roncayolo (1986: 469), a representação da cidade e a representação da sociedade andam de mãos dadas desde épocas de elaboração das primeiras utopias que procuravam delinear as cidades ideais. Seja em Platão, Aristóteles, Le Corbusier e Howard: "A 'cidade ideal é um projeto político no mais lato sentido do termo; não se refere, portanto, apenas ao ordenamento da cidade, mas também ao da população no seu conjunto". O emprego de princípios geométricos, por exemplo, situa-se, portanto, para além de uma perspectiva socialmente neutra, dando lugar a ordenamentos físicos que proporcionam uma organização hierarquizada do espaço urbano.

É esse tipo de perspectiva que encontramos sendo aplicada no plano barroco de Versalhes e nas transformações urbanas executadas por Haussmann em meados do século XIX, em Paris. É ela também que fomenta o pensamento de utopistas como Fourier, Richardson e Proudhon, ao pensarem o indivíduo como o ser da racionalidade, da ciência e, por isso, do progresso. Alimenta também o modelo culturalista que, apesar de rejeitar qualquer traço de geometrismo, impõe o culto a um passado idealizado, ao mesmo tempo em que rejeita a historicidade que deu origem ao mundo social moderno[42]. Angel Rama (1985:30) afirma que,

[42] É o caso, por exemplo, de Willian Moris, ao afirmar que "a arte popular, a arte que resulta da cooperação de numerosos espíritos, de temperamentos e de talentos diversos, onde cada um subordina sua atividade à da coletividade, sem perder a individualidade, esta arte é inestimável e sua perda irreparável (...) O trabalho inteligente, que produzia a arte verdadeira, era agradável: era um trabalho humano e não vexatório e degradante" revelando uma tendência comum de abolição das contradições do passado em detrimento do presente. (Freitag, 2001).

> o plano foi desde sempre o melhor exemplo de modelo cultural operativo. Atrás de seu aparente registro neutro do real, insere o marco ideológico que valoriza e organiza essa realidade, autorizando todo tipo de operações intelectuais a partir de suas proposições, próprias de modelo reduzido.

Essa característica serve, aqui, de mote para refletir sobre os limites de tais vínculos e sobre a substancialidade dos mesmos. É possível então, através da reflexão sobre o projeto de construção daquelas três cidades-capitais, chegar também aos elementos que nos garantam acessar os outros "planos" daquela realidade, ou seja, sobre os outros modos de composição narrativa que não são verbalizados, mas que podem ser descobertos no interior do pensamento técnico-urbanístico que cercava cada uma das novas capitais e na forma como foram utilizados para mobilizar idéias, emoções e os indivíduos ao seu redor. Essa aproximação entre narrativa e processo construtivo já havia sido feita por Ricoeur (2004: 194) ao afirmar que

> Cada novo edifício se inscreve no espaço urbano como um relato em um meio de intertextualidade. A narrativa impregna mais diretamente ainda o ato arquitetônico enquanto que este se determina com relação a uma tradição estabelecida e se atreve a alternar inovação e repetição. Como melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço é no plano urbanístico. Uma cidade confronta, no mesmo espaço, épocas diferentes, oferecendo ao olhar a história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se entrega, por sua vez, para ser vista e ser lida. O tempo narrado e o espaço habitado se associam nela mais estreitamente que no edifício isolado. (...) seus espaços públicos, suas praças bem rotuladas favorecem as comemorações e as concentrações ritualizadas.

Que projetos, os planejadores dessas cidades, tinham para aqueles novos espaços? Como tais projetos se ajustaram à realidade? Estas são algumas das perguntas que movem os capítulos a seguir.

A ambigüidade do termo *projeto,* adotado neste trabalho, é proposital. Ele revela não só a operação de representar um objeto por meio de figuras geométricas sujeitas a condições específicas, mas também possibilita-me pensar os modelos (sociais e políticos) com os quais os planejadores dessas três cidades dialogam para elaborar os planos urbanos dessas cidades novas. Por isso, primeiramente, procuro identificar um modelo (teórico ou prático) básico de cidade que sustenta o traçado original de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. Este modelo teria implicações tanto para a forma como os trabalhos foram conduzidos, como

também para representações que seriam criadas para se referir às cidades e ao tempo em que estavam vivendo. Para Baczko (1985:313),

> Todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas. Para garantir a dominação, é decisivo o controle de difusão dos imaginários que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças.

São estes mecanismos de difusão, persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças que nos interessam. Menos no sentido de dominação e mais em termos de reconstituição do horizonte de expectativa dos indivíduos e das comissões que trabalharam na construção das três cidades. O que não quer dizer, entretanto, que tais mecanismos não carreguem marcas profundas da relação de forças disposta no período ou não possuam um interesse preciso de reconfiguração da experiência coletiva em prol de um objetivo específico. Hartog & Revel (2001) chamaram a isso de uso político do passado: uma proposta de reorientação dos valores e privilégios de uma sociedade em função das necessidades do ambiente político (de forma implícita ou explícita, consciente ou inconsciente). Tais representações se fixaram nos monumentos, fotografias, projetos, cartas e desenhos que nos foram deixados por seus planejadores. Alguns desses vestígios, dependendo de sua força de evocação, podem constituir-se verdadeiros lugares de memória. Podem possuir uma missão pedagógica e um potencial narrativo tão grande que acaba por fixar, através do interesse arquivístico que o move – preservação de determinado sentido do presente no presente e em função do reconhecimento de sua importância para o futuro –, seja ele coletivo ou individual. Em outros casos, esses vestígios estão expressos na disposição dos fatos urbanos (Rossi, 1977): seus monumentos, seus elementos arquitetônicos de destaque, a disposição de seu traçado etc.: quando preservados para a posteridade, eles garantem o acesso às intenções não-explícitas do projetista da malha urbana. Outros podem ser intencionalmente elaborados como momentos ou lugares privilegiados da memória. Neste caso, a descrição do plano urbano torna-se, na verdade, a descrição do próprio processo histórico que culminou com a sua construção. Ele possui uma função

memorialista, ao lembrar o ambiente sócio-político que determinou seu nascimento e trata-lo como o único possível.

CAPÍTULO 4

Belo Horizonte: Transferência de Modelos e Projetos de Memória

> Mesmo um lugar que aparenta ser puramente material, como um depósito de arquivos não, não seria lugar de memória se a imaginação o investisse de uma aura simbólica.
> P. Nora, *Lieux de memóire*, 1980.

O processo de transferência de modelos europeus para a América não é fruto do século XIX, mas do século XVI. Suas raízes estão na tradição ortogonal de construção de núcleos urbanos nas colônias espanholas ainda nos primeiros anos de colonização. Com forma pré-estabelecida pelas normatizações da "Leye das Índias", as cidades coloniais da América espanhola assumiam a forma do traçado quadriculado que tinha no centro a "Plaza Mayor"

> cuja largura correspondesse pelo menos a dois terços do cumprimento (...) A praça servia de base para o traçado das ruas: as quatro principais sairiam do centro de cada face da praça. De cada ângulo sairiam mais duas, havendo um cuidado de que os quatro ângulos olhassem para os quatro ventos (Holanda, 1995: 97).

Resquício da tradição clássica romana de estabelecimento de cidades – através das linhas mestras (*cardo* e *decumanus*) que serviam como referência para o plano futuro da rede urbana – as aglomerações criadas na América, a partir do século XVI, exerciam uma função muito mais que estética. Elas procuravam estruturar a vida social, econômica, militar e política da povoação através do estabelecimento de sua ordenação mental[43]. Buenos Aires, por

[43] Roncayolo (1986: 435) afirma que o plano em xadrez "é geralmente considerado como o plano ordenado por excelência, o que respeita as diretrizes de uma autoridade central – o proprietário ou

exemplo, fundada em 1580 por Juan de Garay, seguia rigorosamente a Lei das Índias com cerca de 150 quadras, sendo 15 de frente para o rio da Prata. A orientação das ruas seguia os eixos cardinais e, na praça central, localizava-se a igreja. A praça se achava no eixo transversal do conjunto, mas somente a uma quadra e meia do rio, no local onde hoje é a atual praça de Maio. No Brasil, tal procedimento também foi adotado em algumas povoações, principalmente no período pombalino, quando diversas vilas foram criadas ou sofreram remodelações em seus traçados. (Galantay, 1977, Delson, 1997).

Atravessar o Atlântico e afastar-se da Europa significava afastar-se da concepção da cidade orgânica medieval. Aplicando o princípio da tabula rasa, tais centros urbanos deveriam permitir a representação espacial do corpo social, ou ao menos, sua expectativa. Por isso é que, para Rama (1985: 27), essa transferência da concepção de uma ordem social para a projeção de uma realidade física – a fundação de cidades –

> implicava o desenho urbano prévio mediante as linguagens simbólicas da cultura sujeitas à concepção racional. Mas se exigia desta que, além de compor um desenho, previsse o futuro. De fato, o desenho devia ser orientado pelo resultado que se haveria de obter no futuro, conforme o texto real diz explicitamente. O futuro que ainda não existe, que é apenas sonho da razão, é a perspectiva genética do projeto.

Esperava-se, neste caso, combater a possível desordem através da ordenação prévia de todas as suas funções, mantendo e multiplicando a ordem e prevendo e impedindo a desordem. A importância desse modelo operatório para as novas cidades da América pode ser medida na extensão da sua influência: Nova York, Chicago, Cidade do México, Lima, são os exemplos mais expressivos dessa tradição colonial.

Será essa mesma tradição que, ao final do século XIX, dará origem à elaboração do mais importante projeto urbanístico executado neste período: a construção da capital da mais importante província da república Argentina, La Plata. Sua origem remete ao processo de institucionalização dos governos estaduais das províncias argentinas, a partir de 1854. Processo que tornou a

---

o poder político – capaz de impor a regularidade ou coerência do esquema". Esse tipo de ordenação pode ser encontrado na configuração social espacializada das cidades coloniais espanholas, segundo os princípios de centralidade política e social. Elas eram concretizadas na localização das residências em relação a Plaza Mayor, onde situava-se a Igreja e os principais representantes da administração metropolitana (Schwartz & Lockhart, 2002).

cidade de Buenos Aires, um espaço politicamente conflituoso, visto que La Plata era, ao mesmo tempo, a capital do País e da província de Buenos Aires. Desde a década anterior já estava em discussão o processo de federalização da cidade. Entretanto, devido às tensões criadas entre o governo central e o governo provincial, que poderiam levar a uma guerra civil, o projeto foi sendo protelado. Isto, entretanto, não resolveu a questão: no início de 1880 o governo provincial expulsa o governo federal de Buenos Aires e iniciam-se os conflitos armados.

Tais conflitos se estenderam até setembro de 1880, quando o exército portenho comandado por Carlos Tejedor foi derrotado, encerrando tal ciclo de resistências e abrindo caminho para que a cidade de Buenos Aires fosse declarada capital da República. A capital da província teve assim que ser transferida. A partir de 1881, o processo de escolha do local para a construção da nova capital iniciou-se. O então governador de Buenos Aires Dardo Rocha indicou uma equipe de engenheiros, advogados, políticos e higienistas, chefiados pelo arquiteto Pedro Simon del Corazon Jesus Benoit, para planejar, desenhar e construir a nova cidade. O local escolhido foi um sítio próximo a um pequeno porto ao longo do rio La Plata, a cerca de 60 quilômetros a jusante da cidade de Buenos Aires, devido às excelentes condições climáticas e sanitárias consideradas naquele período e aos recursos oferecidos pela região (Câmara, 2005).

Foram produzidos três planos iniciais a partir de três subcomissões designadas para projetar a cidade ideal. Dois deles seguindo o tradicional modelo aplicado à maioria das cidades da América espanhola (a quadrícula retangular), combinado com elementos que procuravam estabelecer anéis concêntricos. Um terceiro, procurava integrar as mais novas concepções higienistas do período, com as diretrizes tradicionais do país para estruturar a cidade. O último destes planos foi escolhido para a nova cidade.

Para a escolha do local a comissão procurou “evitar que los interesses locales tengan influencia sobre esta obra de conveniencia general de la provincia (...) por lo que (a) constituyó com figuras que pertenencián a lo más granado del campo sanitarista, técnico y político” (Galantay, 1976: 79). Estabeleceu-se ainda um prazo de quatro meses para o estudo das localidades e ainda em 1881 lançou-se um concurso internacional para a escolha dos melhores projetos para

os edifícios públicos da nova capital, cuja construção ficaria a cargo do governo estadual.

O projeto definitivo da nova cidade foi elaborado por Pedro Benoit. Constituía-se num quadriculado de trinta e seis quadras de cada lado, seguindo a tradição da antiga Lei das Índias, superposto por um outro quadriculado de vias em diagonal. Procurando atender às expectativas da época, referentes à infra-estruturas como saneamento básico, higiene e abastecimento de água e áreas verdes de lazer, o projeto foi concebido para um população entre 150 e 200 mil habitantes (Boltshauser, 1985).

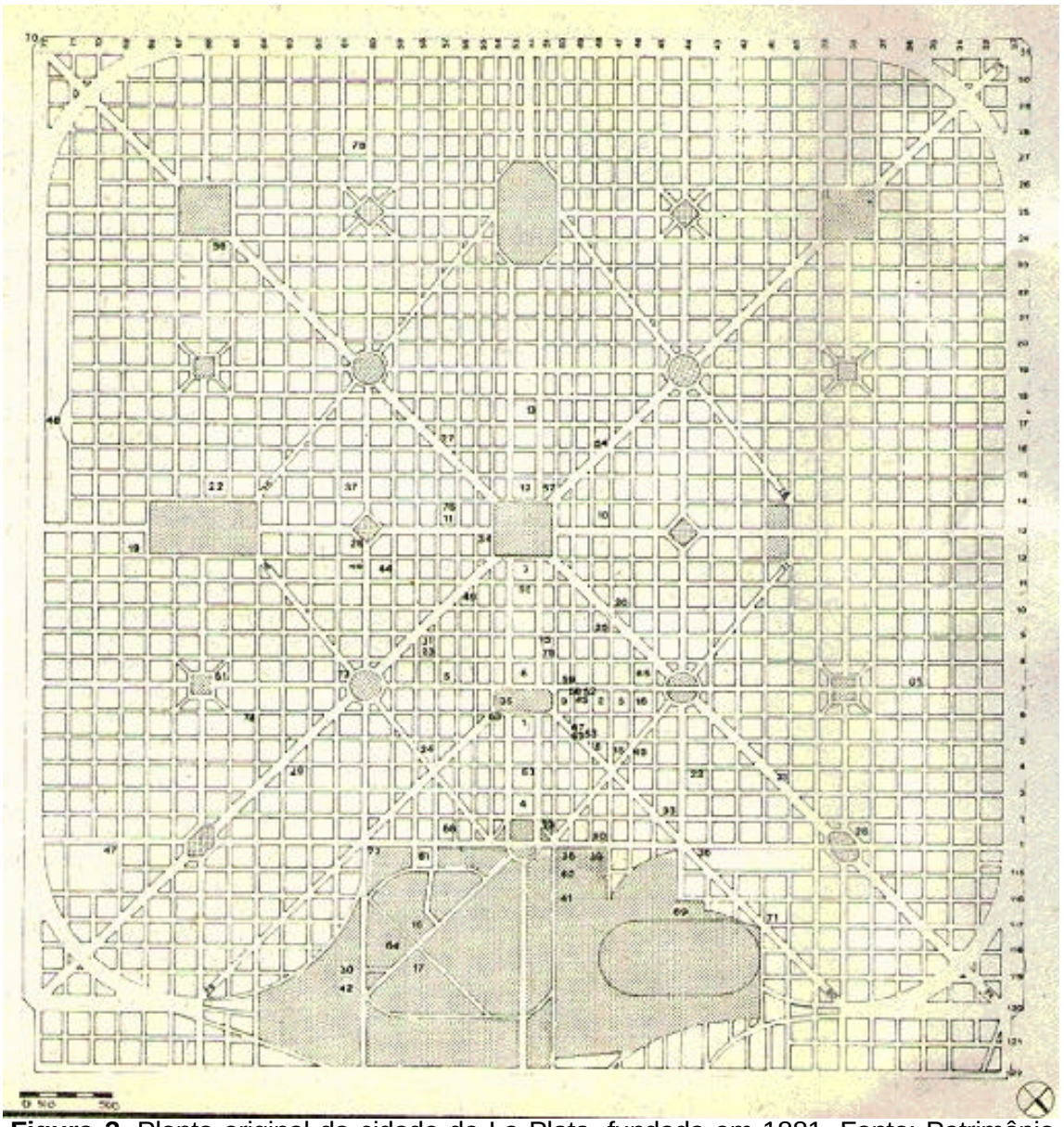


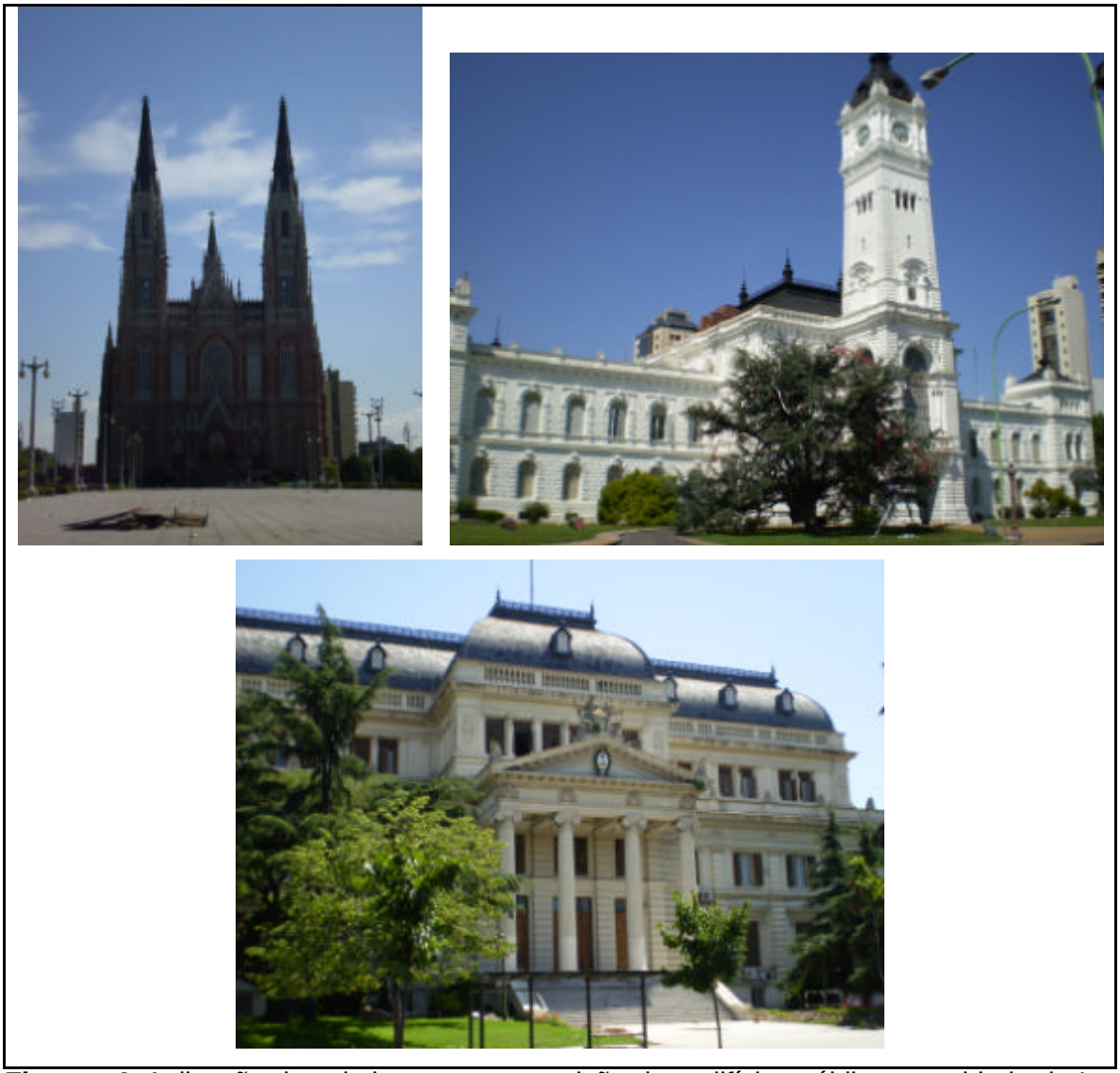
Figura 3: Planta original da cidade de La Plata, fundada em 1881. Fonte: Patrimônio Cultural de La Plata, Sd.

Com 5 quilômetros de lado, sua estrutura compunha-se, basicamente, de um sistema de ruas ortogonais, com 18 metros de largura, orientadas no sentido NO-SE e NE-SO e designadas por números e por nomes. Outras dez avenidas, com 18 metros, foram projetadas paralelas aquelas vias e mais 4 avenidas em diagonal estavam projetadas, colocadas num ângulo de 45° e orientadas no sentido E-O e N-S. Além disso, existia ainda uma via em estilo *boulevard* de 90 metros que contornaria todo o perímetro do plano do projeto, além de 3 outros parques de grandes dimensões e mais 16 praças de diversos tamanhos.

Na praça principal da nova capital da província de Buenos Aires, estaria situada tanto a Casa de Gobierno, de um lado, quanto a catedral, do outro. As secretarias e instituições governamentais, pelo plano de Benoit, estabeleceriam-se ao longo de um eixo principal, esparramadas pelos bulevares centrais, numa tentativa de incentivar o crescimento uniforme da cidade, ao invés de focalizar tudo num centro cívico.

As duas diagonais principais, que ligavam, por um lado, o centro da cidade ao porto, e por outro, a nova capital à cidade de Buenos Aires, se cruzariam no centro da cidade (Plaza Moreno) e outras seis diagonais menores, paralelas àquelas, se encontrariam na parte central e no setor NE do plano.

Outra questão importante a ser destacada no processo de construção da cidade de La Plata é sua opção arquitetônica. Apesar de antenadas com os movimentos artísticos europeus da segunda metade do século XIX, não é possível observar uma unidade no quadro de construções na cidade.



Figuras 4: Aplicação do ecletismo na composição dos edifícios públicos na cidade de La Plata, Argentina: a Catedral, a Municipalidade (sede do Executivo) e da Legislatura. Fonte: Acervo particular.

Há o predomínio de um estilo eclético principalmente nas construções públicas. Mesmo assim, o próprio Ecletismo dificulta o estabelecimento de uma unidade em termos constitutivos em razão da mescla de elementos oriundos de diversas procedências que lhe é próprio. Neste caso, ao mesmo tempo em que manteve as normas de composição e os métodos de ensino do Classicismo, através da imposição de simetrias axiais, do equilíbrio de volumes, da decomposição da obra em partes e encaixes etc, o Ecletismo ampliou seu horizonte de inspiração. Utilizando-se da história como recurso investigativo, através da recorrência a elementos do passado na tentativa de criar uma nova situação, o Ecletismo buscava as mais variadas combinações. Daí a valorização

de elementos que recorriam a uma idealização de períodos passados que não estavam restritos a Idade Média e a Antiguidade Clássica. Para Massüe (SD: 25),

> no amplo contexto da História da Arquitetura era possível trabalhar livremente, num sentido arqueológico que não se diferenciava muito daquele retorno ao Clássico sendo, entretanto, capaz de abranger até mesmo o egípcio, o babilônico, alguma improvável contribuição hitita ou fenícia e até os exóticos jogos formais da arquitetura maia, asteca ou inca.

Os exemplos mais claros dessa tendência são a catedral de La Plata e os edifícios da *Municipalidad* e da Legislatura. A primeira delas, a Catedral, criada em homenagem à *Imaculada Concepción* e inspirada no estilo gótico das catedrais européias (principalmente de Colônia, na Alemanha e de Amiens, na França), dividindo a atenção da praça central com a *Municipalidad*, na *Plaza Moreno*, projeta suas duas torres sob o centro de uma praça horizontalizada e estende suas cinco naves (uma central e duas de cada lado, proporcionando à sua planta baixa a forma de uma cruz latina) por cerca de trinta metros, de onde desponta uma terceira torre de dimensões menores que as duas da frente. A entrada lembra os arcos ogivais da catedral de *Notre Dame*, com esculturas gravadas em baixo relevo com temas sacros. O segundo edifício, a *Municipalidad*, localiza-se no sentido oposto ao da Catedral, dentro da *Plaza Moreno*. Composta por apenas uma torre de altura inferior àquela outra construção, a *Municipalidad* foi concebida pelo arquiteto Uberto Stier e sustenta um estilo construtivo próximo ao Renascimento alemão, com o uso de colunatas jônicas e o predomínio da técnica da rustificação ao longo de todo o edifício. Por último temos a Legislatura, um edifício que recorre ao academicismo francês e que foi elaborado pelos arquitetos Heine e Hegemann. O destaque está no pórtico principal com suas quatro colunatas em estilo jônico e os símbolos republicanos, com uma escultura que tem como personagem principal a Liberdade e, logo abaixo, um escudo cujo desenho representa o gorro (*pileus*) enfiado na ponta de uma lança e segurado por duas mãos.

A simbologia republicana é uma constante na arquitetura platense, assim como o seria também na Cidade de Minas. Este talvez seja mais um dos elementos que justificam o sucesso do projeto de La Plata na Exposição de Paris,

em 1889 – tendo ganhado duas medalhas de ouro, na categoria “cidade do futuro” e “melhor realização construída”.

A La Plata Brasileira

A cidade de La Plata teve importante efeito no pensamento urbanístico que guiou a construção da Cidade de Minas. Seu projeto, formulado alguns anos depois, obedeceu, assim como em La Plata, aos mais atualizados conceitos urbanísticos da época. O engenheiro-chefe da Comissão Construtora, Aarão Reis, era um membro participante do movimento republicano, oriundo da Escola Politécnica e positivista convicto. Formado naquela instituição em 1874, em Ciências Físicas e Matemáticas e em Engenharia, tinha em seu currículo experiência como chefe do serviço telegráfico da E.F. Dom Pedro II, participação na comissão de exame das obras do açude de Quixadá, a direção de diversas obras civis no Ministério da Marinha e a prestação de consultoria técnica no Ministério da Agricultura (Lima, 1994). Salgueiro (2001) identifica no sansimonista J. Reynaud uma das mais importantes influências no pensamento urbanista de Aarão Reis. Tal proximidade pode ser percebida, segundo a autor, a dentro dos critérios que o urbanista francês procurava estabelecer para a análise do ambiente urbano tais como salubridade, centralidade geográfica e econômica, necessidade de construção de uma rede de circulação eficiente, além da observação daquilo que chamou de “dádivas da natureza” (fecundidade do solo e recursos materiais disponíveis no meio ambiente).

O chefe da Comissão Construtora estabeleceria oito critérios, na avaliação dos sítios pré-estabelecidos, para a escolha do local mais propício para a Nova Capital de Minas Gerais. No volumoso relatório apresentado ao presidente do estado e ao congresso mineiro como resultado das investigações produzidas pela comissão encarregada da escolha da melhor localização para a nova capital os critérios adotados foram:

> 1° Condições naturaes de salubridade (...) 2° abastecimento de água potável. (...) 3° esgoto das matérias e águas servidas e pluviais de drenagem do solo (...) 4° facilidade de edificação e construção em geral (...) 5° recursos de vida (...) 6° - Iluminação pública e particular (...); 7°

> Viação geral estadoal, municipal e urbana (...) 8° Beleza mínima. (Relatório, 1893:14-15).

É preciso notar, entretanto, que a maioria desses critérios já faziam parte dos outros estudos realizados para a escolha do local mais apropriado para a construção da nova capital de Minas Gerais (Barreto, 1995). Além disso, nas Instruções determinadas pela Secretaria do Interior já constavam tais critérios, recomendando-se, ainda, que fossem observadas com atenção "as condições topográficas em relação à livre circulação dos veículos e ao estabelecimento de carris urbanos" e "a despesa mínima (...) que exigirão as instalações iniciais indispensáveis para o regular funcionamento da nova capital" (Instruções, 09.12.1892). Devendo, portanto, a importância da definição destes critérios ser compartilhada com os próprios critérios já definidos pelo governo – revelador também de uma sintonia de concepção de mundo entre equipe construtora e o grupo político que controla o governo de Minas Gerais no Período – para a escolha do melhor sítio.

Não somente em função dos critérios adotados, mas também devido à própria forma como o tema da construção de uma nova cidade é abordado, aquele documento é uma fonte preciosa de investigação. A utilização de quadros estatísticos, análises clínicas, classificação dos materiais encontrados na região e diversos outros estudos científicos (astronômicos, geográficos, mesológicos), além das referências bibliográficas utilizadas, com claras ênfase da escola francesa, nos dão conta de uma proposta extremamente técnica e metódica, servido de base para a escolha da nova localidade. Ao indicar em suas páginas iniciais, além da lista completa de todo o pessoal da comissão, a relação de todos os "annaes, mappas graghicos, plantas, esboços de projectos e colleções de amostras de materiaes que acompanham o presente relatório" (Relatório, 1893:07), o autor inaugura, por assim dizer, os princípios urbanistas racionalistas no Brasil. Não é por menos que Salgueiro (2001) julga aquele documento como a primeira obra do urbanismo modernista no Brasil. Como não poderia deixar de ocorrer, numa obra que parte de uma concepção tipicamente iluminista, a minuciosidade do relatório indica um interesse explícito em circunscrever todos os aspectos da vida cotidiana dos futuros habitantes da Nova Capital de Minas e, ao

mesmo tempo, nos dá a possibilidade de pensar a cidade ideal projetada por Aarão Reis[44].

Além disso, a referência à importância dos estudos científicos está ligada a determinados elementos, tais como a escolha de seus colaboradores – cujo critério fundamental foi a crença numa possível neutralidade proveniente do distanciamento "natural" (entendida aqui como espacial) dos mesmos em relação ao contexto político mineiro, julgando evitar, assim, o "espírito bairrista" que, ainda segundo seu julgamento, dominava toda a sociedade mineira e impossibilitava o domínio da técnica sobre o julgamento humano – e a elaboração de um plano de estudos que, aliado ao desapego do grupo escolhido pela coisa pública, garantiria o êxito do trabalho a ser realizado. A crença no poder da ciência dá também outra garantia a Aarão Reis: habilita-o a discordar da decisão tomada pelo Congresso Mineiro quanto à escolha do melhor sítio para a nova capital – colocando, portanto, a política contra o interesse de Estado – e assegura-lhe a razão em detrimento das paixões políticas, sociais e aos interesses econômicos, que estavam por traz das escolhas pessoais dos deputados mineiros.

Evidentemente que não tomar partido não significa, necessariamente, não ter partido, como demonstra seu julgamento final em relação ao melhor sítio para a instalação da nova capital. Para Passos (1996), tal escolha sofreu grande influência dos conceitos positivistas de estática e dinâmica das forças sociais, neste caso entendidas como o papel desempenhado pelas regiões sócio-econômicas do estado. Essa, entretanto, não era a primeira vez que o tema da centralidade surgia como elemento de destaque nos debates sobre a transferência da capital. Pouco antes da formação da comissão presidida por Aarão Reis, o relatório de Herculano Veloso Ferreira Pena, encomendado pelo governo de Minas em 1890, já apontava como primeira condição para escolha de um sítio "colocar a capital num ponto mais central que o atual" (Barreto, 1995: 308) e tomava como conclusiva a escolha do Curral d´El Rei como opção melhor que Paraúna que, afinal, nem havia sido analisada.

[44] Argan (1995: 74) situa a cidade ideal como um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da cidade real: "Mais do que um modelo propriamente dito, é um módulo para o qual sempre é possível encontrar múltiplos ou submúltiplos que modifiquem a sua medida, mas não a sua substância; dada uma planta em forma de tabuleiro, centralizada ou estelar, sempre é possível desenhar o mesmo esquema numa dimensão maior ou menor".

Além disso, a idéia de centralidade é relativamente maleável, e parece ter ganhado consistência apenas ao final de seus estudos: contrastando claramente com a análise de todos os oito critérios de análise que deveriam ser levados em consideração em cada um dos sítios a serem examinados, o tema da centralidade aparece apenas perifericamente como um dos sub-itens das "Condições gerais de salubridade". No julgamento do engenheiro um importante elemento que depõe, por exemplo, contra Juiz de Fora é o inconveniente de estar afastada do verdadeiro "centro territorial mineiro" e, ao mesmo tempo, demasiadamente próximo da capital federal (Relatório, 1893: 75). Neste caso, os dois elementos – pouca centralidade geográfica e tendência em sofrer influências políticas externas à dnâmica estadual – depõem contra a candidatura daquela cidade. Entretanto o problema da centralidade geográfica é contraditoriamente ignorado em relação a Paraúna, visto que, apesar de ser o centro geográfico do estado, este "não coincide ainda, e nem coincidirá tão cedo, com o centro que chamarei de gravidade, porque representa a convergência das forças vivas estadoaes" (Relatório, 1893: 75). Dessa polissêmica noção de centralidade é que sairá a decisão final da escolha do sítio de Várzea do Marçal, ao invés de Belo Horizonte:

> Entre VARZEA DO MARÇAL e BELLO HORISONTE é difícil a escolha. Em ambas a nova cidade poderá desimvolver-se em optimas condições topográficas, em ambas é facílimo o abastecimento d´água e a instalação de esgotos, ambas oferecem excelentes condições para as edificações e a construção em geral, e si na actualidade a VÁRZEA DO MARÇAL representa melhor o centro de gravidade do Estado e acha-se já ligada, por meios rápidos e fáceis de communicações, com todas as zonas, - daqui a algumas dezenas de annos BELLO HORISONTE melhor o representará, de certo, e mais directamente ligada ficará a todos os pontos do vasto território mineiro.
>
> É porém de notar que na VÁRZEA DO MARÇAL há muito maior área de terrenos devolutos dentro do próprio perímetro da futura cidade e a execução de obras indispensáveis à instalação desta exigirá menor despendio; acrescendo que em BELLO HORISONTE, será mister, desde logo, construir um ramal férreo de 15 kilometros ligando-a à Estrada de Ferro Central do Brazil. (Relatório, 1893: 76).

Face a essa conclusão tem-se a impressão de que, nos critérios de análise de Aarão Reis, tem primazia a distribuição da força político-econômica no interior do estado e a garantia de "meios rápidos e fáceis de communicações, com todas as zonas" pelos sítios em detrimento dos outros itens anteriormente

definidos. Daí porque a escolha de Várzea do Marçal já parecia ser certa, mesmo levando-se em consideração sua estratégia de não tomar partido e realizar um trabalho justificando-se nas técnicas escolhidas. Era a estratégia adequada ao clima de indefinição, desconfiança e acusações mútuas que tomaram conta dos debates sobre a transferência da capital como aquele publicado em 30 de Julho de 1893 pelo periódico *O Contemporâneo*, de Sabará, que se alistara na linha de frente da então candidatura do Curral D´El Rey:

> Em tudo isso tem havido uma espetaculosa força. Para que há de o Congresso estar a fingir que estuda a questão quando desde que foram escolhidos os lugares para essa *loteria* a Várzea do Marçal tomou logo a ponta e na ponta vem vindo até o posto de vencedor? Já tu vês que na questão vertente mais uma vez a [...] metteu o bico e o bem estar dos mineiros que são muitos foi preterido pelo bem estar de ... poucos felizardos. Ora aqui está porque no começo de toda essa história sempre fui contrário a semelhante mudança. Ouro Preto é feio, tem nevoeiros, tem lesões cardíacas, tem pau candeia, tem ladeiras. Perfeitamente, mas está distante algum tanto da Oeste. E tu sabes, Luiz, o que é essa empreza: tem machinas que correm nos trilhos, e tem machinas eleitoraes.
> (...) Imagina tu a capital na Varzea, que é pertinho de São João e... ah! Luiz, nem pensar é bom. A Oeste tornar-se-á uma potencia, um Prometheu, um Júpiter governando todo o Olympo mineiro (...) vamos todos cahir na boca do lobo, e se é certo que o futuro presidente de Minas é o sr. Cesário Alvim, veremos s. ex. e o sr. Rocha formando bello grupo de Castor e Polux compadres. (...) Neste torneio a victória cabe ao oeste e à Oeste. (...) Tudo é possível, tudo é viável, tudo é certo, de vez que é notório ter a Oeste o máximo empenho em que a Várzea seja a capital.[45]

Os silêncios e contradições, encontrados no relatório do engenheiro, foram percebidos nos debates que se seguiram para a definição do sítio por parte dos congressistas que acabaram por definir, em segunda votação, Belo Horizonte como o local mais propício para a construção da nova capital (Barreto, 1995: 404-429)[46]. Neste caso, restava ao engenheiro tratar o desfecho da escolha de Curral D´El Rey, como sítio para a instalação da nova capital, como um feliz incidente que em nada atrapalharia no prosseguimento das obras:

---

[45] A influência que os dirigentes da Estrada de Ferro Oeste exerceram neste período de análise dos sítios propícios para a escolha da nova capital não está clara na documentação por mim pesquisada. É certo que seu apoio estava direcionado para a Várzea do Marçal que era apoiado também, pelos deputados do Oeste mineiro e mais especificamente pelo grupo ligado a São João D´El Rey. Vale lembrar ainda que a proximidade com a estrada de ferro foi um dos argumentos utilizados por Aarão Reis na escolha de Várzea do Marçal como primeira opção para a construção da Cidade de Minas.

[46] Cf. também jornal *O Contemporâneo* de 16 de julho de 1893.

> O espírito prático dos entendidos lançara as seguras vistas a – Várzea do Marçal – vasta campina brandamente reclinada sobre os dous rios, pela ventura, mais belos de Minas, que á um vértice, um feliz acaso, formam um ângulo de belíssimas proporções para assento de uma grande cidade (...) mas as rivalidades locaes, os pequenos interesses políticos crearam o – Bello Horisonte – como que em supremo esforço para abafar a sublimada idéia da mudança da capital da vetusta Ouro Preto.
> Acaso feliz. A lucta de resultados tão largos e tão benéficos, quanto desconhecidos e inapreciados, no momento, trouxe como conseqüência derradeira e não prevista, a escolha deste arraial para a fundação da grandiosa capital. (Relatório, 1895: 11).

O sítio de Belo Horizonte não era, como se percebe, a escolha mais acertada para a instalação da nova capital, segundo Aarão Reis. O antigo Curral D´El Rey possuía entraves que iam além daqueles apontados pelo Relatório. Levando-se em consideração o desdém com que a equipe construtora tratava os moradores daquela região e a estrutura material encontrada para a sua instalação é possível perceber uma grande distância entre as expectativas alimentadas pelos antigos curralenses e aquelas relacionadas ao trabalho que, porventura, seria empreendido pelos recém-chegados. Se, como vimos no primeiro capítulo, a chegada da comissão criara grandes expectativas no povoado, as declarações de Alfredo Camarate ao vislumbrar pela primeira vez Bello Horizonte demonstra sua decepção:

> O que, em todo o caso, vi desde logo, é que o bom, hospitaleiro, mas inerte povo mineiro desta localidade, não se preparou para abrir os braços, com avidez e desafogo, à inesperada fortuna que lhe entrou pela casa a dentro.
> As poucas e mal fornecidas vendas não se premuniram nem de qualidades nem de quantidade de gêneros, proporcionadas ao número e categoria dos recém-chegados – nem o êxodo de centenas de pessoas caídas aqui de todas as partes do Estado, despertou os desejos de ganância tão fáceis de despertar em qualquer outra parte do mundo.
> Um fazendeiro abriu hotel, a instantes rogos de seus amigos e mantém-no com independência de quem está fazendo um favor a seus hospedes (...)
> Para que se faça idéia do pouco que este povo se preparou para receber este luzido exército de hóspedes, basta dizer que o pão é fabricado por uma família, que se dedica a ganhar regulares somas de dinheiro com intermitências nos fornecimentos e exclusivamente por dedicação e favor (Jornal *O Minas Gerais*, 25.03.1894).

Esse descompasso de ritmos entre a Comissão Construtora e os habitantes de Curral d´El Rei tem também uma dimensão tensa desde o início do

processo de demarcação do sítio da nova capital[47], que foi registrada por Avelino Fóscolo em sua obra literária *A Capital* de 1905. O impasse criado entre a Comissão e o poder eclesiástico também contribuía para a continuidade daquele clima. O motivo era a necessidade, observada pela Comissão, de destruição da Catedral da Boa Viagem para o delineamento completo do plano urbano da nova capital e a oposição provocada a essa medida. A demolição do antigo templo era necessária para continuar "o conveniente traçado da nova cidade destinada à nova capital" (Correspondência, 1894). A resistência se explicava, segundo Almeida (1993), pela progressiva redução do espaço de atuação política da Igreja com o advento da República, que institucionalizou a existência de um Estado não confessional; a liberdade de culto religioso; a eliminação da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas e a instauração do casamento civil. Além disso o Estado tomou para si, também, o controle dos cemitérios – antes sob a jurisdição da Igreja Católica. A destruição da matriz de Boa Viagem, dentro de tal contexto, poderia significar mais uma tentativa de restrição do seu espaço de atuação.

Tensão maior dava-se, porém, em função do processo de desapropriação dos moradores do antigo arraial de Curral d´El Rei. Os registros cartoriais e de desapropriação dão conta de uma relativa tentativa de especulação imobiliária por parte de alguns moradores da cidade. Dos processos de desapropriação por mim analisados[48] poucos tiveram uma excessiva valorização, da data de sua última transferência (compra, partilha de herança etc) até a data de negociação com Aarão Reis. Dentre estes estão as desapropriações das propriedades de Manoel Francisco Teixeira (número 1), do padre Francisco de Sousa Machado (número 5), de Modestino Rocha (número13 e14), de João José da Cunha (números 111 a 114), de Cândido Lucio da Silveira (número 119 e 120) e Manoel Pinto da Assunpção (número 175 a 186). Até 31 de dezembro de 1894

[47] Em circular reservada ao chefe da sexta divisão, Aarão Reis comenta "No intuito de manter por nossa parte quanto possível a ordem e a tranqüilidade publicas, dou por muito especialmente recomendado a V. Sa. Que procure evitar, usando de seu prestigio, que apareçam e si desinvolvam rivalidades descabidas entre o pessoal desta commissão e a população da localidade. Tanto como eu V. Sa. Bem comprehenderá quanto devemos nos esforçar para não dar pretextos a desordem e rixas que põem comprometer o regular proseguimento dos árduos trabalhos que estamos encarregados" Circular no. 11 de 26 de março de 1894.

[48] ESTADO de Minas Geraes, Commissão constructora da Nova Capital, Propriedades adquiridas em Belo Horizonte n° 1, 2, 3 e 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14, 20 - 22, 165 - 167, 89 - 91, 235, 310, 310(a), 226 – 232, 242, 24 – 28, 30 – 32, 46 – 52, 62 – 65, 106 – 107, 111 – 114, 119 – 120, 175 – 186, 190 – 192, 206 – 207.

já haviam sido compras 359 propriedades em Curral d´El Rey e no final de maio de 1895 este número já avançava para 450 propriedades (Relação, S.d.).

As demoradas negociações eram feitas pelo próprio Aarão Reis (Jornal O Minas Gerais, 26.09.1894) através de critérios previamente estabelecidos pela Comissão Construtora. Alfredo Camarate alertava que,

> A lei de expropriações por utilidade pública, no Estado de Minas, como, em todo o caso, todas as leis de expropriação em tais circunstâncias, não são convidativas; porque a indefectível cartilha do imposto predial por onde ela se regula, fará descer aos profundos vértices de dois ou três contos, os valores que a imaginação febril dos seus proprietários tinha, talvez erguido aos paramos etéreos e ideais de quarenta ou cinqüenta contos de réis[49].
>
> *(Jornal O Minas Gerais,* 15.04. 1894)

Esse demorado processo, que iniciou-se em 07 de junho de 1894 e encerrou-se apenas em maio de 1895, revela outro caráter da Comissão: a excessiva burocratização e centralização por parte de Aarão Reis, no processo decisório. Camarate observara certa vez que

> Já há uma extensa zona estudada e demarcada devidamente; já se conhece quais os edifícios que aí devem ser erguidos; já há planos esplêndidos para muitos deles; porque se não há de desde já abrir venda para os lotes dos terrenos, estabelecendo assim um campo inédito para a atividade particular?
> (...) Ora, os mineiros das vizinhanças e os de longe que aqui tem vindo ao acaso, nada tem visto; porque, pautando os seus juízos pelo tal

[49] Apesar da relativa tranqüilidade com que parece ter procedido as desapropriações, não deixa de ser estranha a carta enviada à Comissão Construtora pelo italiano Carlos Verlangiero acusando a mesma de violências: "V. Sa. Não ignora com certeza que depois dos actos de violências e arbitrariedades praticados no dia 29 de junho a nossa firma comercial recorreo a proteção do Governo Italiano. E a prova mais evidente das suas arbitrariedades estão confirmadas hoje ao aviso da Poliça de comparecer ahi amanha para dar a chave da casa hoje propriedade do Estado. Com que direito então no dia 29 de junho o senhor mandou a penhorar o nossas mercadorias, violar selvajemente o nosso domecilio, nomeiar um depositario? Alem do negocio da V. Sr. Mandado a lacrar temos o nosso Domecilio particular com os objetos do nosso uso e que mandando brutalmente a videntar também o mesmo faremos nova reclamação. Enfim faço observar que não precisa intervenção de Policia, non sendo nos criminosos, nem o prazo de 24 horas não sendo seus criados!".. Já a Companhia Sabarense, possuidora da cachoeira do rebeirão Arrudas acusava a Comissão Construtora da Nova Capital de utilizar-se de métodos ilegais e violentos para força-la a verde-lo. "Já a Companhia [Sabarense] tem sido prejudicada pela Comissão, que sem atenção aos direitos de outros e abusando de sua atribuição mandou reprezar diversas vezes o Ribeirão Arrudas, fazendo parar todas as vezes os trabalhos da Fábrica Marzagão por falta d´água no açude". Outro indício vem da carta de despedida ao capitão Antonio Lopes de Oliveira, chefe do destacamento de polícia de Belo Horizonte: "A Sua procedência, nunca desmentida, ao critério com que procura sempre encaminhar as questões, e à correção porque pontua todos os seus actos da vida pública [considero] o ter conseguido manter innalteradas a ordem pública aqui, mesmo no período agitado das desapropriações, e ultimamente quando por aqui começaram a affluir a corrente dos que procuram trabalho nestas obras". Cf.: Carta, 22.05.1895; Carta, 23.09.1894; Requerimento, 30.09.1897.

> código do bom senso burguês; os inúmeros rolos de papel que existem nos arquivos da comissão constructora, a infinidade de estacas que cobrem toda esta zona, são lá para eles, simplesmente coisas para inglês ver!
> Os seus capitais, que são grandes, mas acumulados com muita cautela e economia não são, no seu ver, dinheiros que se entrega a empreendimentos que, por enquanto existe no papel (Jornal *O Minas Geraes*, 30.09.1894).

Não se sabe, ainda hoje com precisão, que tipo de informações possuía Aarão Reis da elaboração e construção da cidade de La Plata. O fato é que, apenas dois meses após a finalização do processo de triangulação do terreno, o engenheiro já tinha prontas as instruções preliminares para a abertura das ruas da nova capital[50]. Foi neste ínterim que enviou uma carta a Fernando Osório pedindo informações acerca das "grandes bellas cidades modernas do Prata"[51]. No final de novembro, porém, seu projeto já estava adiantado, como comprovam as observações de Camarate sobre as características do futuro parque:

> É duas vezes e meia maior do que o parque do Campo da Aclamação; que já é citado por um dos mais vastos que se encontram no centro das grandes capitais. O nosso Le Nôtre houve, neste planta, não só como jardineiro de primeira ordem, mas como homem que conhece a fundo a economia. Na depressão do terreno que fica no centro, estabeleceu um grande lago, alimentado por abundantes nascentes e pelo córrego que lhe fica vizinho. Neste lago que se desdobra em canais que serpenteiam por todo o parque, há distância de cem metros, de margem a margem, ilhotas donde já florescem árvores grandes e, por todas essas línguas de água, só poderá passar em canoas. (Jornal *O Minas Gerais*, 23.11.1894).

---

[50] "A primeira rua a locar-se será a avenida de 35 metros de largura que sahi da praça da Estação perpendicularmente a essa praça e, portanto à linha dos trilhos do ramal férreo". O documento aponta a seguir a atual avenida Afonso Penna como a próxima via a ser traçada. Cf.: Instruções, 10.12.1894.

[51] "Acho-me encarregado, pelo Governo do Estado de Minas Geraes, da direção geral, thecnica e administrativa, da Commissão Construtora da Nova Capital, e, no intuito de dar a semelhante trabalho a máxima perfeição, desejo colligir tudo quanto no estrangeiro possa guiar-me e orientar-me bem. E por isso tomo a liberdade de solicitar de V. Exc., que se acha collocado na Rep. Argentina, nas melhores condições, o especial obséquio de obter e remeter-me quaisquer dados, relativos as grandes cidades dessa Rep. que me possam ser úteis, tais como: plantas, perfis, vistas, memórias, dados estatísticos, descripções higiênicas etc. É minha tenção aproveitar a primeira folga que me permittam os meus árduos encargos aqui, para dar um pulo até ahi e examinar *de visu* as grandes bellas cidades modernas do Prata (...)". Havia na equipe de Aarão Reis (Terceira Divisão) um arquiteto que já havia trabalhado na Argentina: Eduardo Le Monnier – Outro indício está na semelhança da bandeira de La Plata com a de Belo Horizonte (Anexo 1). Esta última, desenhada por Aarão Reis que descrevia seu brasão da seguinte maneira: "O sol que nasce, diz ele, é a nova capital de Minas, que surge do horizonte que, por belo, alude a Belo Horizonte, etc. etc. etc." Cf. Carta, 22.10.1894; Jornal O Minas Geraes, 11.11.1894.

Apenas em março do ano seguinte a planta geral da nova capital será apresentada para aprovação pelo Congresso[52] cuja descrição é a que segue:

> (...) Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, necessária para a conveniente arborisação, a livre circulação dos vehiculos, o trafego dos carris e os trabalhos da collocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35m, sufficiente para dar-lhes a bellesa e o conforto que deverão de futuro, proporcionar à população
> Apenas a uma das avenidas – que corta a zona urbana de norte a sul e é destinada à ligação dos bairros opostos – dei a largura de 50 m, para constituí-la em centro obrigado da cidade e, assim, forçar a população, quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a peripheria, como convém á economia municipal, á manutenção da hygiene sanitária, e ao proseguimento regular dos trabalhos technicos.
> Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locaes, e que, de futuro, será uma das mais apreciadas bellezas da nova cidade.
> (...) Para a localização dos primeiros 30.000 habitantes estam reservadas apenas as seções I a VII da área urbana (com 4.394,121^{m2}) e as I a VI da zona suburbana (com 3.859,993^{m2}), comprehendidas todas na tacha determinada por duas linhas paralelas traçadas pelos eixos das avenidas Christovão Colombo e Araguaya.
> (...) Vam denominadas as praças, avenidas e ruas, tendo sido escolhidos os nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas mais importantes do Estado de Minas e da União e bem assim, de alguns cidadãos que, por seus serviços relevantes, merecem ser perpetuados na lembraça do povo.
> Com a apresentação destas plantas fica encerrado o primeiro período – senão o mais trabalhoso e árduo, ao certo o mais importante – da espinhosa tarefa que me foi commetida pelo Governo do Estado de Minas Geraes. (Revista Geral dos Trabalhos, vol.2, 1895)

É possível que algumas informações sobre a construção da cidade de La Plata tenham chegado às mãos de Aarão Reis ainda na fase de estudos do projeto da capital mineira. As semelhanças visuais e formais não constituem mera coincidência. Em oposição ao traçado irregular do antigo Curral d´El Rei, a planta da Cidade de Minas possui o mesmo tipo de gradeamento ortogonal duplo de La Plata, apenas com as orientações geográficas opostas: a primeira quadrícula, composta, conforme a descrição do engenheiro, por ruas com largura de 20 metros, seguindo em sentido N-S e E-O. Sobre tal gradeamento, uma segunda

[52] "Não foi sem grande esforço de minha parte e dedicação de meus auxiliares que consegui, em tão limitado tempo, levar a cabo o trabalho tão cheio de dificuldades e tão moroso em seus processos. O resultado obtido, porém, satisfaz-me por completo e a planta submetida a approvação do Governo demonstra cuidadoso estudo e detido exame da topografia do terreno" Offício, 23.03.1895.

quadrícula em sentido NO-SE e NE-SO, formando um sistema de largas avenidas de 35 metros. Além disso, da mesma forma que em La Plata, a nova capital mineira estava programada para comportar entre 150 e 200 mil habitantes e era circundada por uma avenida que contornaria todo o perímetro urbano da cidade.

O estabelecimento deste centro forçado ao longo da avenida Afonso Penna, foi realizado através de três modo distintos. O primeiro deles, há pouco mencionado, era a permuta de lotes com os antigos proprietários de Curral D´El Rei. Ele se encontrava dentro de uma série de critérios de negociação estabelecidos pela Comissão Construtora, que deveriam observar: a) o valor real do imóvel; b) o valor real de suas dependências; c) o valor estimativo proveniente das dificuldades oferecidas à mudança da família para outro lugar, do prejuízo da cessação de qualquer negócio estabelecido no imóvel, da situação do imóvel em relação ao atual arraial e de outras circunstâncias que merecessem ser observadas para a equidade da avaliação; d) a valorização já adquirida pelas terras das circunvizinhanças e, por último,

> Entrar em acerto amigável com os proprietários que quiserem desistir da indenização em dinheiro, assumindo pelos lotes o compromisso de ceder-lhes como indenização, na futura capital, um ou mais lotes de terra equivalentes em área a um terço, no máximo (contanto que não exceda a três lotes) da área occupada pelo immovel cedido, dependências e terrenos, sendo taes lotes demarcados na mesma localidade ou imediações em que [ilegível] o imovel cedido. (Gabinete, 08.07.1894)

Foram permutadas um total de 111 propriedades por lotes urbanos e semiurbanos, dentre as quais a do próprio Aarão Reis, que foi trocada por três lotes na nova capital (Processo n. 242, 1894). Os antigos proprietários, caso desejassem, poderiam ainda reclamar os materiais dos prédios, encarregando-se, entretanto da demolição de acordo com um prazo previamente estipulado.[53]

[53] Foi como procedeu, por exemplo, João José da Cunha, ao pedir permissão para utilizar o massapé de sua casa. Cf. Requerimento de 03.01.1895.

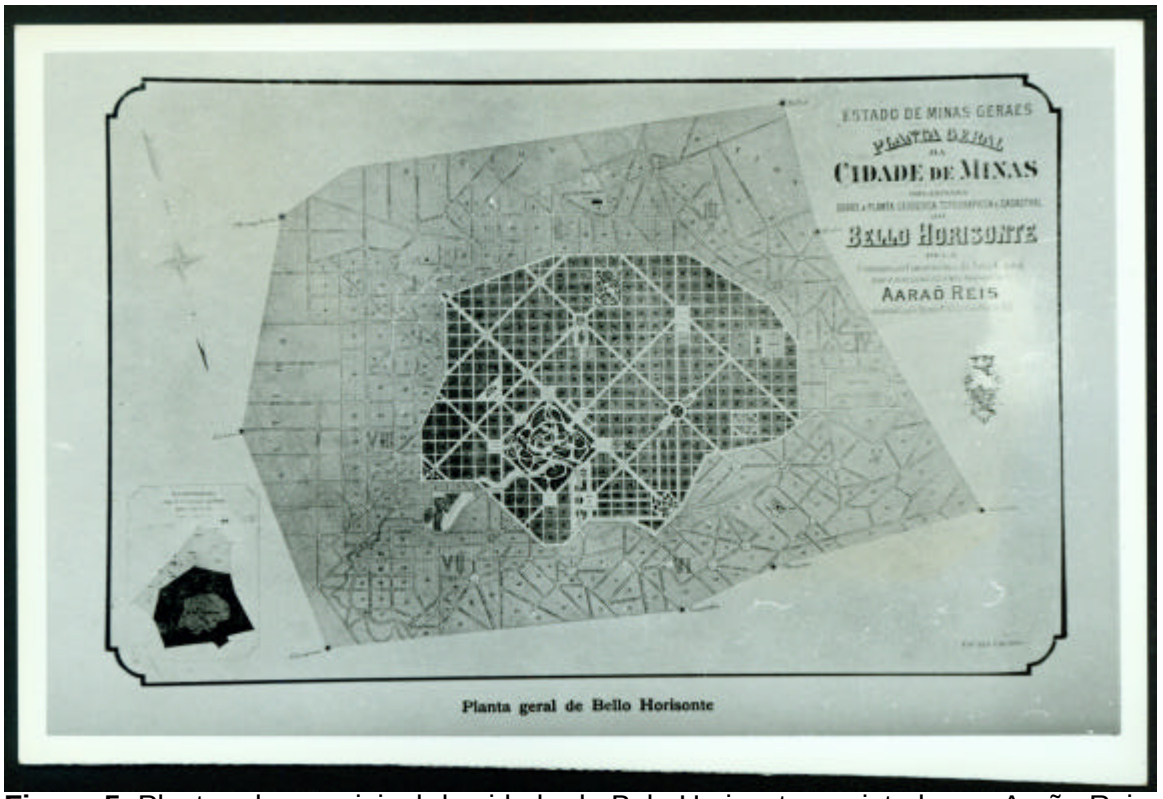


Figura 5: Planta urbana original da cidade de Belo Horizonte, projetada por Aarão Reis. Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

O segundo procedimento foi o sorteio de 591 lotes urbanos situados, sobretudo, na região da avenida do Comércio e mais 35 lotes na área suburbana, aos moradores da antiga capital, em 27 de agosto de 1895, de acordo com uma lista enviada à Secretaria de Agricultura (Termo, 03.07.1895). Vale lembrar que os nomes constantes da lista estavam baseados numa relação de 1414 propriedades cadastradas para a cobrança de imposto predial em Ouro Preto e não no nome dos proprietários, fazendo com que certas pessoas possuíssem mais de uma inscrição (Relação, 1893).

Por último, foram vendidos, em 11 de setembro do mesmo ano, em concorrência pública, mais 134 lotes na zona urbana, nas seções I e II da cidade, além de outros 201 lotes urbanos destinados aos funcionários públicos a partir de uma lista fornecida pela Secretaria de Comércio e Obras Públicas, em 30 de julho.

Tabela 4: Lotes sorteados aos proprietários de Ouro Preto.

Urbanos	Seção	Quarteirões utilizados	Total de Lotes
	I	5 13 17 18 19 20 21 22 23 25 26 27 29 32 33	73
	II	3 4 6 10 11 12 13 16 17 18 19 20 26 27 28 32 33	144
	III	3 6 7 8 12 13 14 19 27	103
	IV	16 17 24	30
	V	1 2 3 7 8 11 13 15 17 18 20 21 22 23 24 25 26 27	100
	VI	4 6 7 8 14 15 17 18 20 21 22 23 30 32 33 34 35	70
	VII	2 4 11 17 18 24 25 29 30 31 32 33	71
Suburbanos	V		35
		Total Geral:	626

Fonte: Lotes urbanos e suburbanos sorteados aos proprietários de casas em Ouro Preto. 27.08.1895. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Tabela 5: Lotes vendidos em concorrência e que poderiam ser ocupados a partir de 11 de setembro de 1894.

Seção	Quarteirões utilizados											Total de lotes
I	5	7	8	12	13	14	15	17	18	19	25	47
II	14	15	16	22	23	24	29	30	31			51
											Total:	98

Fonte: Relação de lotes vendidos em concorrência de 10.08.1895 e que podem ser entregues inmediatamente, 11.09.1895. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Tabela 6: Lotes vendidos em concorrência, mas que não poderiam ser ocupados imediatamente.

Seção	Quarteirões utilizados					Total de lotes
I	8	16	17	18	19	21
II	17	25	26	32		15
					Total:	36

Fonte: Relação de lotes vendidos em concorrência de 10.08.1895 e que podem ser entregues inmediatamente, 11.09.1895. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

A projeção de ocupação e o trabalho em torno da constituição de uma ocupação forçada ao longo da avenida Afonso Penna saindo do Mercado em direção ao local onde seria instalada a futura Catedral de Belo Horizonte, conforme já anunciado por Aarão Reis, era agora realizada na medida em que os trabalhos de terraplanagem e delimitação iam sendo feitos nas seções centrais[54]. A imagem da planta cadastral de Belo Horizonte nos dá uma dimensão aproximada dessa tendência original de ocupação prevista pelo chefe da Comissão Construtora.

A disposição dos edifícios públicos dentro do plano obedeceu a uma ordenação programada, visando estabelecer um amplo centro cívico formado pelas pontas de um triângulo que representasse, através de uma construção em cada um de seus vértices, o Palácio do Governo, o Palácio do Congresso e a Catedral. Importância maior era dada ao Palácio Presidencial, que "dominaria as vistas da cidade, situado em uma colina para onde confluíam 6 avenidas que garantiam o livre acesso de todas as direções. Uma delas ligaria esta monumental edificação em linha reta, com outros dois palácios, o da Administração e do Congresso" (Lima, 1994: 64). Os dois outros vértices do triângulo estariam situados na avenida Afonso Penna, em posição menos destacada que o Palácio Presidencial.

Mais uma vez, a aproximação com os projetos realizados na cidade de La Plata, parecem evidentes. Não só pela semelhança entre as fachadas de prédios, mas por sua disposição dentro da malha urbana. Assim como na nova capital da província de Buenos Aires, em Belo Horizonte a disposição dos prédios públicos visava constituir um sentido para o crescimento da cidade, sem concentrar, dentro de um espaço restrito, as funções públicas do governo.

[54] No ano de 1897, por exemplo, foram vendidos 256 lotes, sendo 202 urbanos e 54 suburbanos.

Ao mesmo tempo, o sistema de triangulação estabelecido no período de estudos do sítio proporcionou a Aarão Reis a possibilidade de utilizar-se do relevo para garantir certos efeitos à composição de seu plano, tendo uma função prática e estética. Fourier e especialmente J. Reyanaud, dos quais o engenheiro incorpora algumas de suas principais concepções, já alertavam para a utilização do relevo como mecanismo de valorização da arquitetura de uma cidade[55]. E Aarão Reis compreende e aplica essa lição a Belo Horizonte, ao localizar o Palácio Presidencial na região de maior altitude da zona urbana.

Da mesma forma que em La Plata, o Ecletismo foi utilizado como estilo padrão para as construções governamentais, tais como o Palácio Presidencial, Palácio da Administração, o Congresso, Palácio da Justiça, a Câmara Municipal, a Escola Normal, a Escola Primária e a Repartição Policial. O ecletismo também foi adotado na construção de palacetes particulares. A opção da Comissão Construtora não podia ser outra, em função de seu espírito político-ideológico conciliador no que se refere à aparência externa e à reformulação dos espaços internos dos edifícios[56].

A mesma tendência estilística pode ser encontrada nos seis modelos-padrão de residências que Aarão Reis mandou elaborar para o corpo burocrático, que deveria se estabelecer na Nova Capital. Uma variedade de tipos que levava em consideração certa hierarquia institucional, sendo o modelo-tipo "A" destinado aos servidores comuns o modelo-tipo "F" para categorias funcionais elevadas, como no caso dos desembargadores. Essa mesma preocupação de Aarão Reis com as habitações privadas, entretanto, não podia ser vista no caso dos trabalhadores da construção de Belo Horizonte. Ao longo de seus relatórios os operários e suas necessidades básicas inexistem. Nos arquivos da Comissão

[55] "Se uma cidade quiser se anunciar áqueles que nela chegam, surpreendendo-os pelo charme e esplendor de suas construções, precisará, pois, de alguns releveos que a realcem e sobre os quais ela possa erguer as obras de arquitetura das quais se orgulhe". Salgueiro, 2001: 146.

[56] Essa relação entre Positivismo e Ecletismo foi esboçada por Reis Filho (2002: 179-182) ao afirmar que "o Ecletismo, como um movimento de conciliação, facilitava essa transformação [via desenvolvimento tecnológico]. (...) O Positivismo que surgira na França, durante a primeira metade do século, oferecia a vantagem prática de propor uma conciliação no plano filosófico, político-social e estético (...) O Ecletismo na arquitetura seguiu caminho semelhante, propondo uma conciliação nas polêmicas sobre os estilos históricos".

Construtora as poucas referências são encontradas somente em solicitações, requerimentos e ofícios internos[57].

Uma aula de História

Walter Benjamim pensava a narrativa como um ato mobilizador das forças históricas do passado em função do presente. A narração, segundo sua opinião, seria o ato, por excelência, de transmitir experiência, de fazer aquilo que não mais existe, de atualizar sua mensagem no presente, como um ensinamento cuja autoridade moral baseia-se na habilidade do narrador (Benjamim, 1994). As preocupações eminentemente filosóficas e anti-historicistas da crítica benjaminiana da arte narrativa na modernidade impediu-o, entretanto, de pensar nas implicações políticas desse processo de reconstituição da condição passada no presente. O discurso histórico é, como pretendi demonstrar ao longo da primeira parte deste trabalho, o local, por excelência, de realização desse movimento de reapropriação da realidade passada. Mas prover o homem de um quadro interpretativo que lhe assegure continuidade de sentido entre passado e presente nunca foi privilégio da história.

A memória, por exemplo, situa-se neste mesmo quadro de representação da experiência temporal. Existem diferenças entre estas duas formas de representação do tempo, sem dúvida alguma – diferenças essas que a tradição inaugurada por Halbwachs fez questão de ressaltar.[58] Mas, da mesma

---

[57] Uma petição de 1897, por exemplo, pede a revogação da intimação para demolir as casas provisórias existentes nos fundos das definitivas, na avenida Amazonas. A mesma faz referência ainda sobre a carência de lugares para moradia da "classe operária", pelo alto preço do aluguel ou pela sua inexistência. Petição, 05.11.1897.

[58] O autor trata aqui de uma matriz historiográfica relacionada à tradição historicista francesa do final do século XIX e início do XX. Nesse sentido compreende-se sua estrita oposição entre memória coletiva e história. Esta última era definida por Halbawachs como a fixação de um acontecimento que se distancia da memória social, derivando daí a necessidade de fixá-las por escrito. Além disso, os acontecimentos seriam escolhidos conforme regras que não se impunham aos círculos dos homens que guardavam tais lembranças. Em razão disso, a história seria a única forma de salvar lembranças *que não são mais interessantes à sociedade*. Ao contrário de Bergson, que acredita que o passado permanece inteiramente dentro de nós, porém inacessível devido à especificidade do seu funcionamento, Halbwachs entende que as imagens do passado estão impressas na sociedade, que dá todas as indicações para reconstruí-las. As lembranças individuais estariam condicionadas as linhas já demarcadas por nossas outras lembranças e pelas lembranças dos outros. O individual estaria, portanto, submetido ao coletivo. Uma concepção,

forma que a história, a memória é adaptada ao conjunto de percepções que os mesmos tem do presente e de suas relações com o grupo, sendo conservada, transmitida e principalmente reavaliada enquanto houver, no grupo que a conserva, um fundamento comum, concordante, que faz com que os indivíduos partilhem de um mesmo sentimento em relação ao passado (Halbwachs, 1990). Esse fundamento pode estar explicitado em imagens, símbolos e representações construídas por indivíduos, grupos políticos ou instituições. Essas representações podem estar concretizadas em monumentos, edifícios ou sistemas urbanos inteiros, ou podem estar escondidos atrás de um discurso sobre o presente, que pretende fixá-lo como uma realidade objetiva, verdade inconteste para as gerações futuras.

No caso específico de Belo Horizonte, estes elementos constituem, em seu conjunto, um lugar de memória nas três dimensões examinadas por Nora: a material, a simbólica e a funcional:

> Mesmo um lugar que aparenta ser puramente material, como um depósito de arquivos não, não seria lugar de memória se a imaginação o investisse de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de estudante, um testamento, uma associação de antigos combatentes não entra nesta categoria caso não seja objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo, como recorte material de uma unidade temporal e [...] periodicamente a uma convocação concentrada do lembrar. Os três aspectos convivem sempre. (...) Lugares, portanto, mas lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente relacionados à vida e à morte, ao tempo e à eternidade, na espiral do coletivo e do individual, do profano e do sacro, do imutável e do modificável (Nora, 1984: 34-35)

Isso porque pretenderam funcionar como ponto de atração de um projeto de memória que visa construir uma representação sobre o que foi o processo de escolha e construção da nova capital. Tal projeto foi implementado pela Comissão Construtora da nova capital, mais precisamente, por seu chefe Aarão Reis e pode ser vislumbrado através dos vestígios deixados para o futuro.

Nora entende o termo vestígio como o ponto de encontro entre o passado e o presente. É essa a dimensão da intencionalidade que é preciso destacar, nos arquivos deixados pela Comissão Construtora: suas relações mais

---

para o nível de desenvolvimento da historiografia atual, que pode ser considerada reducionista do trabalho do historiador deve ser reformulada, sob um ângulo diferente (Halbwachs, 1990, os grifos são meus).

imediatas e, ao mesmo tempo, profundas entre coisas, pessoas ou idéias que, no fundo, pretendem constituir um sentido *no*, *em* e *para* o mundo. Sabedor que é da importância do empreendimento para o qual fora contratado – tanto em relação ao contexto regional, como também para a história do urbanismo, como demonstram o processo de transferência de modelos que teve como paradigma a premiada cidade de La Plata – o engenheiro-chefe situa sua obra segundo três premissas básicas:

a) preservar para as futuras gerações todos os vestígios do processo construtivo, visando, ao máximo, evitar perdas para a memória da construção da Nova Capital;

b) fixar, na memória da região e da Nação, a Nova Capital como símbolo da modernidade e do progresso (político, moral e técnico) pelo qual passava o País;

c) construir uma relação indissociável entre a obra executada e o homem que a executou, associando todo o processo construtivo de Belo Horizonte aos princípios morais que eram caros àquele que o concebeu.

a) "Evitar que os vestígios das ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo"

Como cumprir a função elaborada por Heródoto à história e que ainda hoje constitui a essência do trabalho do historiador num local fadado à constante mudança e, portanto, à desreferencialização completa, como foi o caso dos primeiros anos da construção de Belo Horizonte?

Esse era um problema que deveria ser enfrentado pelo chefe da Comissão Construtora. Por um lado estabeleceu-se um processo de arquivamento de todo o material produzido pela Comissão Construtora, de tal forma que todo o passado pudesse ser recuperado tal como um percurso para os homens do presente[59]. A própria produção dos documentos da Comissão Construtora obedecia a uma ordem expressa:

[59] Em cada uma das quatro divisões da Comissão Construtora existia um escritório para arquivo dos papéis de sua respectiva divisão, "correspondência official, organisação dos relatórios mensais e annuaes, registro do pessoal, confecção das folhas de pagamento e do ponto geral dos operários e jornaleiros, e mais trabalhos de administração e de escriptorio". Além disso competia ao arquivista técnico da primeira seção, "organisar o archivo methodicamente, registrando, em

> De todos os trabalhos organisados nesta secção [1ª Seção da 3ª Divisão] devem ser tirados três cópias authenticadas, que serão remettidas, por meio de memorando ao Primeiro Engenheiro. Uma dessas cópias será immediatamente recolhida ao archivo techinico e as outras duas serão remettidas pelo Primeiro Engenheiro, officialmente à Secretaria, para os fins convenientes. (Instruções, 09.12.1892, grifos originais).

Em que pese o constante processo de preservação de testemunhos realizado pelas instituições preservadoras de memória que tomaram para si os documentos que chegaram até nós, é necessário pensar o itinerário que está ali proposto. Mais do que um repositório das vozes apagadas pelo tempo, um arquivo possui certa literalidade impossível de ser descartada. Ela está exposta na intenção dicotomizadora da Comissão Construtora da Nova Capital ao registrar, sob as mais variadas formas, dois momentos muito distintos do processo de construção de Belo Horizonte: o antes e o depois do início das obras de planejamento e construção.

Esse itinerário também pode ser percebido nos registros fotográficos dos trabalhos da equipe construtora, desde o levantamento do sítio até a finalização de algumas das construções programadas. Algumas destas imagens foram selecionadas para compor um álbum fotográfico que seria utilizado para a divulgação da Nova Capital. A intenção publicista fica evidente na necessidade que Aarão Reis vê em compor algumas reproduções da planta urbana de Belo Horizonte para que pudessem dar a conhecer ao mundo o que estava sendo realizado em Minas Gerais:

> É minha tenção mandar fazer primeiramente uma reprodução ligeira, ainda que grosseira, mesmo no paiz, para facilitar a venda dos primeiros lotes; preparo porém, outra reducção, mais cuidada e com a topografia local, afim de mandar reproduzíl-a, no estrangeiro, circulada por gravuras de vistas actuaes deste arraial, de alguns edifícios em construcção e projetadas, typos da futura arborização da cidade, seus arruamentos de maneira a dar uma idéia de que virá a ser a nova cidade. (Revista Geral dos Trabalhos, vol. 1, 1895:04).

Os dois volumes da *Revista Geral dos Trabalhos*, de 1895, foram compostos como uma espécie de relatório das operações realizadas por Aarão

---

protocollo especial todos os papéis e desenhos que receber, de modo que tornem-se fáceis as pesquizas (...) Manter o archivo sempre na melhor ordem, não deixando sahir nem um documento sem o competente recibo de ordem superior. Cf. Instruções, 09.12.1892.

Reis. Elas sustentam esse mesmo projeto memorialista ao inserir ao longo de um discurso tecnicista, imagens de figuras que contribuíram para a construção da nova capital. Afonso Penna, Bias Fortes, Padre Paraíso, David Campista e João Pinheiro são figuras certas no documento, cada qual com uma legenda explicativa de sua importância para a construção de Belo Horizonte. As revistas contêm uma série de informações técnicas, relatórios, cadernetas de campo, estudos de triangulação, mapas, cálculos geodésicos, de coordenadas, contábeis, tabelas de temperatura e umidade, além de ilustrações de algumas construções como pontes e edifícios públicos.

Quanto ao Álbum Fotográfico, foi produzido em função do contrato estabelecido com o fotógrafo Erhard Brand em 1895 que indicava um número mínimo de 25 vistas "do arraial do Bello Horizonte e das várias obras projectadas para a Nova Capital". Seriam produzidos 5.000 exemplares (Contrato, 29.04.1895). As 29 imagens ali incluídas são, em sua grande maioria, direcionadas para construções e os projetos em execução da nova capital como por exemplo, a planta geral da cidade, a estação General Carneiro, a Estação Central, o Palácio Presidencial e seus principais detalhes como a escadaria interna do Congresso, além das Secretarias de Estado, o Parque Municipal, o Restaurante e o Observatório meteorológico (Álbum, sd).

A intenção, tanto dos dois volumes da Revista Geral dos Trabalhos como do Álbum Fotográfico, é explícita: preservar os vestígios do momento presente, de cada etapa e, de cada progresso realizado pela equipe construtora para o futuro. Por isso, ao abandonar o cargo de chefe da Comissão Construtora, Aarão Reis sustenta essa expectativa quanto à visão que o futuro teria daquele momento:

> Julgando da mais alta conveniência, não só para habilitar o governo a julgar da execução e progresso dos trabalhos incumbidos á esta Comissão (..) como também dá-los a conhecer á população deste Estado, ficando ao mesmo tempo registrados os methodos e processos empregados, já nos estudos, já na execução das variadas obras e serviços, o histórico da [ilegível] da construção da nova capital, as observações meteorológicas, os factos mais dignos de memória, as plantas e algumas reproduções, por photografia, das actuaes construções, que dêem ao futuro, uma Idea do que em o arraial do Bello Horizonte, e, bem assim, das que vam levantar (Revista Geral dos Trabalhos, vol. 2, 1895: 08).

Figura 7: Fotografias de Belo Horizonte, tiradas pela Comissão Construtora. Antes e após o início das obras. Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto

Sua explicação é, portanto, direcionada ao futuro, registrando aquilo que a Comissão Construtora e, em última análise, o seu chefe, compreende como os fatos dignos de serem registrados. As imagens produzidas pelo Gabinete Fotográfico nos fornece os indícios fundamentais dessa representação intencionada, criada por Aarão Reis.

Seguindo as lições de Samuel (1997) e Paiva (2002) de que as fotografias são textos substancias, capazes de produzir suas próprias narrativas, devemos resistir à tentação de identificar nas fotografias produzidas pela equipe construtora uma simples tentativa de reprodução do real. É importante identificar nelas as escolhas e os valores de seus produtores, visto que as imagens produzem a continuidade com o presente ou os parâmetros de dissolução do passado. Assim, para além de seu conteúdo, as fotografias podem ser vistas como objetos, como fruto de um determinado comportamento. Deve-se perguntar, conforme Menezes, (2003), qual o objeto de observação e quais intenções individuais ou coletivas se escondem atrás das imagens, o que elas procuram narrar[60]. As imagens arquivadas pela Comissão Construtora eram de responsabilidade do Gabinete Fotográfico que, ao longo de seu funcionamento, produziu 1790 fotografias do processo de construção da nova capital de Minas Gerais. Aarão Reis assim definia sua função:

> O Gabinete Photographico executou variados serviços de sua responsabilidade, fornecendo grande número de provas positivas, já de diversas vistas do arraial e das suas principais habitações actuaes, que servirão de recordação deste arraial, quando transformado em cidade moderna (Revista Geral dos Trabalhos, vol. 2, 1895).

É possível destacar um procedimento dicotômico do material iconográfico deixado pela Comissão Construtora. Primeiramente é importante notar que sua temática não se refere apenas ao processo construtivo em si, as obras realizadas, os procedimentos construtivos aplicados e ao resultado do trabalho tecnificado que deu origem à Nova Capital, mas também à realidade imediatamente anterior à chegada da Comissão Construtora. Daí porque podem

[60] "é a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar. Daí não se poder limitar a tarefa à procura do sentido essencial de uma imagem ou de seus sentidos originais, subordinados às motivações subjetivas do autor, e assim por diante. É necessário tomar a imagem como um *enunciado*, que só se apreende na fala, em situação." (Menezes, 2003: 28).

ser encontradas diversas imagens das edificações do antigo Curral D´El Rei. Destacando o antigo e o novo, o projeto de memória da Comissão Construtora garante o correto e necessário sentido de transição do antes para o depois, da decadência, tradição e disformidade ao elegante, belo, útil e moderno. Essa relação não se concentra apenas nos elementos urbanos do sítio, mas também nos elementos sociais que originalmente compunham aquele ambiente. No *antes* podem ser observadas construções rústicas, deselegantes e fundidas com a natureza, carentes, portanto dos elementos civilizatórios básicos para o desenvolvimento da vida humana. Mesmo quando a fotografia destaca os tipos sociais é apenas para demonstrar a pouca fixação dos valores e dos elementos da vida moderna (Figura 3: Fotografias 1 a 5). No *depois*, ao contrário, a vida, a racionalidade, a beleza plástica e a civilização moderna são os principais temas. Eles indicam o nascimento de uma nova sociedade, de um novo estilo de vida e, portanto, do novo mundo originado da técnica e da razão aplicada (Figura 3: Fotografias 6 a 8)[61].

A demolição de todas as casas que se encontravam no perímetro urbano estabelecido pela planta da Nova Capital tinha, pois, o objetivo de realizar uma verdadeira *toilet* urbana e social, eliminando do espaço urbano os vestígios da antiga cidade orgânica que historicamente havia sido implantada, para que o sítio se tornasse propício para o estabelecimento do útil e do belo.

Aglutinadas a tais registros, os outros tipos de documentos preservados pela Comissão Construtora, têm a intenção, acredito eu, de transmitir a idéia de um passado – até então presente – que estava incorporado naqueles registros, como que possuidores de uma verdade incontestável. Essa composição documental, formada por comunicações, registros técnicos, fotografias, projetos e Álbum é apenas um dos mecanismos que nos permitem perceber essa missão memorialista da Comissão: preservar para o futuro todos os vestígios que pudessem auxiliar o conhecimento sobre um evento que sabiam, ficaria para a história. O segundo deles insere-se numa estratégia visual que procura reportar ao significado histórico da nova capital.

[61] Para Salgueiro (1997: 177-178), “Reis serve-se da fotografia tanto para salvaguardar a memória do arraial que deveria desaparecer, quanto para difundir os novos projetos de elaboração – gestos típicos dos administradores urbanos do século XIX, Haussmann entre eles. As antíteses entre as representações da cidade antiga e as da cidade nova estão implícitas nas imagens de registro das transformação do espaço empírico em cenário ideal”.

b) A pedagogia da Nação

Além de preservar os vestígios do passado em função da consciência da importância do empreendimento que estavam executando, o projeto de memória da Comissão Construtora da Nova Capital também agia no campo do imaginário social, através do seu simbolismo militante. Através da investigação sobre as formas de legitimação do regime republicano no Brasil, Carvalho (1990: 10) estabeleceu uma relação pragmática entre política e imaginário, ao compreender que

> É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro.

Procedimento semelhante pode ser encontrado na concepção de cidade que permeia o projeto de Belo Horizonte. Seu exemplo maior está na elaboração do plano urbano geral da nova capital. Em sua descrição do projeto, Aarão Reis já estabelecera os parâmetros pelos quais havia se baseado para denominar suas ruas e praças. Neste caso, estabelecera também os limites sociais e políticos de sua obra:

> Vam denominadas as praças, avenidas e ruas, tendo sido escolhidos os nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas mais importantes do Estado de Minas e da União e bem assim, de alguns cidadãos que, por seus serviços relevantes, merecem ser perpetuados na lembrança do povo.
> Com a apresentação destas plantas fica encerrado o primeiro período – senão o mais trabalhoso e árduo, ao certo o mais importante – da espinhosa tarefa que me foi commetida pelo Governo do Estado de Minas Geraes. (Revista Geral dos Trabalhos, vol. 1, 1895: 60)

Magalhães & Andrade (1989) interpretam essa explícita utilização de vultos e datas históricas e denominações geográficas como uma correspondência, consciente ou não, à doutrina positivista da qual Aarão Reis era representante: o espaço natural, o espaço potencializado e o espaço progressivo. Essa organização espacial reforçaria ainda, segundo os autores, o potencial republicano do projeto de Belo Horizonte. Apesar de excluídas da planta todas as referências ao regime monárquico, é possível encontrar um universo simbólico

que extrapola os limites formais da República e deseja construir uma história de toda a Nação, visto que o próprio nacionalismo republicano da planta deixava entrever suas fissuras ideológicas ao incluir, por exemplo, os nomes de Deodoro da Fonseca e Benjamim Constant, mas não o de Floriano Peixoto[62].

Assim, as avenidas que se cruzam, ou confluem para as praças possuem nomes relacionados a elementos geográficos, mas também aos indivíduos fundadores do Brasil como Nação. Consagram eventos que orientaram o seu sentido, como o 15 de novembro, mas não movimentos revolucionários ou que colocassem em xeque o Estado brasileiro (à exceção da Inconfidência, compreendida em sua versão tradicional, como um movimento de caráter nativista e independencista). As ruas seguem o mesmo princípio, mas reduzindo a escala, dentro da visão regional sobre a formação da Nação (Lista, Sd.). Ela incluía também outros elementos que compunham o imaginário de Aarão Reis como, por exemplo, a referência ao Esperanto, com o qual o engenheiro possuía certas afinidades (Salgueiro, 1997).

Por último, na planta encontramos também a tendência centralizadora que domina o pensamento político de Aarão Reis, principalmente no que se refere à função do Estado dentro do processo construtivo e do gerenciamento da nova capital. Em seu relatório inicial, de 1894, o chefe da Comissão Construtora já apontava esse caminho:

> Penso que de modo algum convirá a edificação da nova cidade por meio da concessão do uso e gozo de serviços públicos a um syndicato, ou empreza, que, em troca das vantagens a auferir, se obrigue a executar todas as obras, inclusive a construção dos edifícios. Tal sistema (...) teria como conseqüência colocar a Municipalidade da futura cidade, por muitos annos, nos mais sérios embaraços financeiros (...).
> Só ao Estado – que dispondo aliás de respeitável somma inactiva, que está apenas vencendo as insignificantes taxas das contas correntes, terá de auferir da edificação da nova capital incauculáveis lucros indirectos – convirá applicar á execução das obras parte daquella somma, contentando-se com a amortização lenta e os lucros futuros provenientes das sucessivas vendas, que for realizando, dos terrenos com que ficar (Relatório, 1893: 71-72).

[62] "Os republicanos veneradores da memória do Inquebrantável Defensor da República na sua mais antiga crise, desejando aproveitar a data para render-lhe uma homenagem, vem pedir que seja dado à atual avenida da Liberdade o nome de Marechal Floriano" De forma direta e concisa Francisco Bicalho indefere o pedido justificando que a ele não compete mudar nomes de ruas, mas apenas via decreto já que a planta foi aprovada por decreto. Cf. Solicitação, 28.06.1897.

Figura 8: Planta Cadastral da Nova Capital de Minas Gerais enfatizando suas dimensões naturais. Fonte. Museu Histórico Abílio Barreto.

Mas o que mais chama a atenção na elaboração da planta de Belo Horizonte são as dimensões do desenho elaborado por Aarão Reis: 1,40m X 2,00m. Em *As cidades invisíveis*, Calvino (1993) faz referência aos mapas do reino de Kublai Kan que se propunham ser tão perfeitos que possuíam o tamanho do próprio território representado. Não muito distante disso, as dimensões da planta de Belo Horizonte possuíam também uma função simbólica: transformar um documento oficial de seu presente num *monumentum*, que, em sua raiz indo-européia pode ser traduzido na forma de um sinal do passado que se ocupa de uma das principais funções do espírito (*mens*), a memória (*memini*) (Le Goff, 1996: 535). Seu poder de perpetuação se faz presente porque consegue cristalizar um determinado sentido para sua necessidade de presença no futuro. Burke (2000) já havia percebido que a memória pode sofrer diversos tipos de influência, sobretudo em relação aos diferentes meios de comunicação empregados, tais como a tradição, os relatos escritos, as imagens, as ações transmissoras de memórias (como as comemorações) e o espaço. A planta de

Belo Horizonte é, nesse sentido, um lugar de memória criado pela Comissão Construtora para cristalizar um determinado tipo de história da Nação: harmônica, moderna, republicana, positivista, política e corporificada na figura do Estado.

c) O Homem e a Obra

Ao projetar na planta de Belo Horizonte suas próprias concepções de mundo, Aarão Reis fazia mais do que representar o ideal positivista que predominava nos primeiros anos da república brasileira. Ele procurava produzir uma simbiose entre a Nova Capital e sua auto-imagem como forma de eternizar-se. Ao analisar o problema da experiência do tempo entre os gregos, Domingues (1996: 33) encontra nesta fusão uma forma de evasão do tempo que tem por base a idéia "de que os homens passam e as obras ficam, e de que só a reputação ou excelência da ação pode resistir ao tempo e durar indefinidamente".

Essa concepção não está clara nos vestígios deixados pela Comissão Construtora. É preciso seguir de perto o discurso de Aarão Reis para notar suas intenções. Em sua apresentação do relatório de 1893, o engenheiro dispõe sobre os objetivos e princípios que nortearam e norteariam seus trabalhos:

> O sentimento de grata admiração que cada vez mais me domina em relação ao bello e florescente Estado de Minas Geraes, que tão salutares exemplos práticos está offerecendo da excellência do novo regimen constitucional em boa hora inaugurado na nossa Pátria, e também – para que não confessal-o? – o desejo de corresponder, mais uma vez, á honrosa confiança, pessoal e profissional, com que V. Ex. de longa data me distingue – determinaram-me a aceitar a árdua incumbência, para que V. Ex. convidou-me, quando o tempo disponível para desempenhal-o era já demasiado escasso para permitir resultado que a mim próprio satisfisesse.
>
> Aceita a tarefa, procurei habilitar-me a corresponder á lisongeira espectativa de V. Ex. supprindo a minha insufficiencia por meio da collaboração efficaz de collegas que, por notória competência e prova de dedicação pelo serviço público, ma offerecessem sólidas garantias de superar – por decidida boa vontade e esforços decisivos – a deficiência desesperadora do tempo.
>
> Se, pois posso apresentar, n´este momento, a V. Ex. um trabalho que, embora imcompleto, excede às razoáveis exigências das Instruções, devo-o apenas ao acertado plano de estudo que adoptei e á valiosa cooperação que logrei obter de collegas que não duvidaram correr risco de perder melhores ensejos de collocações vantajosas, compromettendo-se a collaborar comigo n´um trabalho aleatório e que tinha de ser executado nas mais ingratas condições de prazo (...).

> Não sendo natural de Minas Geraes, nem tendo ahi o mínimo interesse pessoal directo ou indirecto, e animado, por outro lado, dos sentimentos a que já me referi, encontrei-me e encontro-me felizmente, no exame e estudo do assumpto, com a mais perfeita isenção de ânimo e de espírito, sem predileções prévias e, mesmo agora, sem paixões adiquiridas; fazendo os mais ardentes votos para que o futuro confirme a escolha que for decretada, embora divirja da decisão suprema do *Congresso Legislativo*, das indicações que offereço como resultado do meu estudo comparativo e baseado nos dados *positivos* reunidos pelos meus distinctos collegas, que egualmente se acham em identicas condições, visto como evitei cautelosamente recorrer à collaboração de profissionaes mineiros á cuja cooperação já tenho aliás devido, em outras comissões, os melhores serviços.
>
> Nestas condições, julgo-me no direito de usar de inteira franqueza, sem preocupar-me de que certas verdades possam desagradar, de qualquer modo, áquelas pessoas que, deixando-se dominar por mal entendido espírito bairrista, não antepõem as altas conveniências do Estado ás mais bem fundadas predileções e aos mais legítimos interesses. (Relatório, 1893: 09-11).

A crença no papel saneador das instituições republicanas recém-inauguradas após o golpe de 15 de novembro e no predomínio da ciência sobre as condições mais adversas (neste caso, o tempo escasso para a realização dos trabalhos de escolha do sítio mais propício) são os dois grandes móveis dessa declaração de intenções. Existe, entretanto, percorrendo toda essa longa exposição de motivos e justificativas sobre o transcurso inicial de seus trabalhos até a conclusão do referido Relatório, uma implícita valorização da ação pessoal frente à empreitada. A apresentação em primeira pessoa é apenas o indício mais simples de sua estratégia expositiva. Estão dispostos ali seu interesse em corresponder à confiança depositada por Afonso Penna em sua pessoa; o altruísmo próprio de quem deve enfrentar uma "árdua incumbência" em tempo tão exíguo como o estipulado – cujo resultado, é importante anotar, estaria aquém de suas reais condições –; a formação da equipe de auxiliares; a superioridade do relatório final em comparação às exigências iniciais; a metodologia de trabalho por ele adotada e transmitida á sua equipe; sua total neutralidade face a tão importante acontecimento político, econômico e social para o futuro de Minas Gerais; sua divergência em relação à decisão do Congresso Legislativo – baseada, como bem ressalta, não em paixões políticas, mas em "dados positivos" – e por fim, sua preocupação com os interesses do Estado acima de quais quer outros. Seu discurso é, com efeito, uma apresentação de si, de sua profissão de

fé, de seus esforços, de seu *curriculum*. Assim como no caso dos dois volumes da Revista Geral dos Trabalhos, o relatório detalhado é apenas um apêndice daquele primeiro momento.

Altruísmo, probidade e racionalidade eram três das qualidades sempre reforçadas nas exposições de Aarão Reis, seja nos desenhos de plantas ou na ênfase numa argumentação baseada no exame técnico dos elementos necessários à construção da nova capital. Daí a atenção minuciosa de Aarão Reis na tarefa de medição, cálculo e reduções de distâncias, segundo o relevo, triangulações para a determinação dos pontos notáveis da região, os projetos de canalização das águas, assim como seus respectivos cálculos de capacidade, descarga e abastecimento, além do trabalho de contabilidade. Os dois volumes da *Revista Geral dos Trabalhos* e o relatório justificativo da escolha do sítio de Belo Horizonte dão a dimensão dessa empresa racional. Sua publicação é, em suma, uma exaltação desse discurso técnico, cuja argumentação é construída por fórmulas, tabelas e gráficos que procuram demonstrar a seriedade, exatidão e confiança das informações ali contidas. Não é um tipo de informação para ser lida por leigos: em certa medida ela é produzida para e por especialistas e não para políticos ou diletantes. Na verdade, ela é construída para garantir a autoridade do discurso racional que, por sua vez, garantiu a sua existência. Neste caso, mapas, gráficos, cálculos e tabelas reforçam a imagem da primazia da razão dominando o espaço natural e civilizando-o.

Essa imagem é reforçada na visita que Afonso Penna e Bias Fortes fazem ao canteiro de obras de Belo Horizonte em 1894: a ordem é ressaltada tanto nos locais visitados pela comitiva (escritórios e campo) quanto pela declaração de Aarão Reis explicando os motivos pelos quais exigia minúcia e exatidão dos serviços geodésicos e topográficos “que alguns julgam exageradas sem reflectir que a planta da nova cidade, levantada sobre os dados fornecidos por aqueles trabalhos, terá de ser locada em terreno, onde não poderão *crescer* nem minguar os lotes em que for dividida a área da cidade” (Jornal A Folha, 31.08.1894).

Por sua vez, altruísmo e probidade ganham destaque, principalmente no momento de sua saída da Comissão Construtora[63]. Aarão Reis já havia requisitado sua exoneração alguns meses antes de sua saída definitiva, quando Bias Fortes assumiu o governo de Minas, tendo a mesma sido negada por considerar, o novo governador que

> merecendo-me V. Sa. a mesma confiança que mereceo do meu digno antecessor, deixo de conceder-lhe a referida exoneração, esperando que continuará a exercer com a mesma dedicação e lealdade as funções inherentes áquele cargo.
> Com a mais alta estima e consideração, seu Chrispim Jaques Bias Fortes.
> (Ofício, 18.11.1894).

Mas somente em maio de 1895 o engenheiro se afasta definitivamente da frente da Comissão Construtora, alegando enfermidade "que exige repouso e tranqüilidade absoluta por alguns meses" (Ordem de Serviço, 28.05.1895). É também em maio, após sua saída, que se envolve numa polêmica com Cesário Alvim em virtude das acusações que o mesmo promovia contra o período que Aarão Reis permaneceu à frente das obras da nova capital. Em resposta à acusação de que o engenheiro possuía uma olaria em sociedade com parentes, para "fornecimento de materiaes á futura La Plata Mineira" (Jornal *O Contemporâneo*, 13 de maio de 1895), Reis investe contra o ex-governador:

> Desde o tempo, que já vae longe, em que o general de hoje andava surrabando o meu venerado amigo sr. Saraiva, a cata de uma posição política (...) conhece-me ss. E sabe que gozei e gozo da confiança de todos os homens sérios do meu paiz, quer antes de 15 de novembro a despeito de minhas convicções e do meu voto sempre conhecidamente republicano, quer depois dessa data em que nunca disputei posições que a meus antigos serviços de propaganda davam-me, aliás, mais direito do que aos garimpeiros de última hora, atirados ao nascente partido, como um osso imprestável, pelo desprezo dos que então dominavam.
> Tendo atravessado a minha vida de cabeça erguida e agora mesmo tendo feito – para desempenhar-me da penosa tarefa que me foi imposta pela confiança de um estadista impollato – até o sacrifício da minha saúde, dando 14 meses de insano labor, ao Estado de Minas Geraes o projeto completo, com seus principaes detalhes, da sua nova capital, e assegurando-lhe a execução em cifra inferior a que os

[63] "Executando lei constitucional do Estado, que traduzia ardente aspiração do Povo Mineiro, cumpri dever de governo leal, embora afrontando innumeras contrariedades em época agitadisima e cheia de perigos. Honro-me da boa escolha que fiz da comissão que por sua intelligencia, dedicação e superior illustração, sob vossa incomparável direção, tem dado à República o nobre exemplo do quanto pode alcançar o trabalho inteligente e assíduo na realização de elevados [ilegível], honrando os créditos da Engenharia Nacional" (Ordem de Serviço, 01.03.1895).

> próprios optimistas fixavam – retiro-me da direção dos trabalhos exatamente quando os especuladores de toda sorte, inclusive os politiqueiros começam a entrar.
> Nem com uns, nem com outros hei de pactuar. Não porque conteste o direito que assiste a qualquer cidadão de exercitar sua actividade no commércio e na industria; mas porque não sei comprehender, e mesmo exercer, a dualidade dos que especulam com suas posições officiaes.
> Acho tão illicito e tão indecoroso ao engenheiro oficial *ter olarias para fornecer às obras que dirige* quanto ao chefe político, ao ex-presidente do Estado, ao ex-Ministro etc. advogar causas administrativas, valendo-se do prestígio emprestado por taes funções, proventos para emprezas particulares. (Jornal *O Contemporâneo*, de 23 de maio de 1895).

A defesa da probidade e da ética na condução da vida pública é que comanda o discurso de Aarão Reis[64]. Além de ser trabalho e obra, seu trabalho é também entendido como missão – civilizadora, patriótica e republicana (Salgueiro, 1997).

Mesmo após sua saída da chefia da Comissão Construtora é essa a imagem que será perpetuada, nublando a participação de Francisco Bicalho no processo de construção de Belo Horizonte. No menu preparado para a viagem de trem que iria inaugurar a nova capital, por exemplo, tendo na capa uma máquina a vapor e acima da ilustração os dizeres "Labor Omnia vincit": o trabalho sempre vence, essa monumentalização já mantém seus traços definidos: todo ele escrito em francês contava com a parte das bebidas (vinhos, licor e *chanpangné*) e os pratos evocativos do momento comemorativo.

As homenagens seguiriam uma ordem de associação, relacionados tanto à Minas Gerais, a Belo Horizonte, à Comissão Construtora e, em especial, a Aarão Reis: "*Releve* – Rabale á Bello Horizonte; *Entrée* – Poulet sauté á Minas, Filet á Comissão Constructora; *Potis* – Pindé á Aarão Reis, Jambon de Bayone" (Déjeuner – Menu, Belo Horizonte, 12.12.1897).

Essa imagem e, portanto, a imagem da Comissão e dos princípios que moveram a construção da nova capital de Minas Gerais foram, nesse sentido, cristalizados a partir da preservação documental, preservando para o futuro, o

[64] Em 31 de dezembro Aarão Reis, ao se despedir do cargo de chefe da Comissão Construtora assim descreve a si e ao seu trabalho: "E, do modo porque o vamos desempenhando dará publico testemunho, d´óra em diante, a Revista Geral dos Trabalhos d`esta Commissão que despretenciosamente appresento ao publico ilustrado do meu paiz, certo de que não me faltarão, nem a justiça para os meus leaes esforços no fiel cumprimeno de árduos deveres, nem a animação e os conselhos dos entendidos" (Revista Geral dos Trabalhos, vol. 2, 1895: 6).

sentido legítimo e autorizado sobre as expectativas e, as realizações – o que, no fundo, implica nas motivações morais que estavam envolvidas – dos homens do passado.

CAPÍTULO 5

Goiânia: Lições de Urbanismo no Sertão

Guardando as devidas proporções, o efeito monumental procurado é o do principio clássico adotado em 'Versalhes', 'Carlruhe' e 'Washington'.
Atílio Correa Lima, 1935.

Roncayolo escreveu em certa ocasião que o plano urbano de uma cidade traz em si mesmo, desde sua origem, um princípio de organização que pode ser, simultaneamente, uma figuração e uma interpretação do mundo. Sintetizava assim uma idéia recorrente desde as primeiras referências ao planejamento de cidades – que no Ocidente remontam a Platão – passando por utopistas do século XIX e urbanistas do século XX. Como processo racionalmente planejado e dirigido de ocupação do espaço, o urbanismo reserva para si a atividade de antecipação da forma de apropriação da cidade por seus cidadãos. Uma antecipação comporta dois riscos:

> E primeiro lugar, a sua transformação em determinismos. (...) Em segundo lugar, o facto de provocar, através da planificação das necessidades e das funções, mediante a sua projecção no espaço, comportamentos que a população, em definitivo, não está disposta a aceitar. O urbanismo raramente escapa à tentação e à necessidade do autoritarismo; e o drama do urbanismo moderno consiste provavelmente numa excessiva antecipação em relação às práticas sociais, realizando, assim, apenas a segunda parte do seu papel: a racionalização, mais ou menos incompleta, truncada, ou falida, das tendências dominantes da sociedade (Roncayolo, 1986: 474)

Essa interpretação e antecipação do mundo, contida numa planta urbana, possibilita realizar uma leitura das expectativas de racionalização existentes nas apropriações contidas nos projetos e os limites impostos pela sociedade para sua realização. Foi assim que aconteceu, por exemplo, com o

projeto de Washington, no final do século XVIII que foi construída numa região distante dos centros urbanos até então existentes, próxima à vila de Georgetown. O local escolhido para a implantação da "cidade federal" pelo presidente George Washington, numa área entre os estados sulistas de Maryland e Virgínia e apenas a alguns quilômetros de sua própria residência, expressa, segundo Schuyler (1993: 11) "uma convicção ideológica partilhada por muitos membros da geração revolucionária de que a agricultura era a mais virtuosa forma de vida e que as cidades seriam necessariamente más"[65]. Daí a necessária escolha de uma localidade onde não existisse cidade, e próxima a dois distritos fundamentalmente agrários. O plano apresentava duas grandes avenidas N-S e E-O que dividiam a cidade em quatro setores. Na praça monumental em que se cruzavam, erguer-se-ia o Congresso (Capitólio). Por essa praça, passavam também outras duas vias monumentais, em diagonal, as avenidas Pennsylvania e Maryland. A pequena distância do Capitólio, seguindo pela Avenida Pennsylvania, L'Enfant localizou o palácio presidencial, mais tarde chamado de Casa Branca (Boltshauser, 1985)[66].

Apesar da beleza do plano elaborado por L'Enfant, a interpretação realizada por aquele militar sobre a nova nação entrava em explícita contradição com o campo de experiência local. Não somente devido àquela concepção de cidade impregnada na geração que acabara de conseguir a independência. Mas também devido a uma contradição implícita no próprio projeto: apesar das inegáveis convicções republicanas de L'Enfant (refletidas, principalmente na primazia do edifício do Legislativo sobre o plano), seu projeto era fruto da tradição despótica e absolutista da urbanística de Versalhes (Mumford, 1998) que acabava de ser expulsa do território americano. Talvez em parte por isso, a nova capital

---

[65] Alimentado por suas profundas convicções religiosas, Thomas Jefferson – um dos principais articuladores da localização da nova capital no sul da recém-proclamada república norte-americana – relacionava de forma bastante clara a vida no campo com os critérios morais necessários. Se por um lado, as classes despossuídas de propriedade constituíam um perigo para a virtude republicana, o fazendeiro independente (*farm*), personificaria a verdade republicana: "Those who labor in the earth, are the chosen people of God, if ever He had a chosen people, whose breasts He has made His peculiar deposit to substantial and genuine virtue", escrevera Jefferson (Schuyler, 1993: 14).

[66] Segundo L'Enfant, em carta enviada para George Washington, o projeto da nova cidade procura subordinar todos os pontos da cidade àqueles dois locais específicos. Depois, estabelecer uma divisão regular, "com as vias que se cortam em ângulo reto" e por último, "abri algumas em outras direções, como *avenues* na direção e a partir de cada praça principal, desejando com isso não apenas romper a uniformidade geral ... mas sobretudo ligar todas as partes da cidade, se posso exprimir-me assim, diminuindo a distância real entre praças através do fato de torna-las reciprocamente visíveis, tornando-as aparentemente reunidas" (Benévolo, 1976: 114)

federal não tenha conseguido fixar uma tradição que pudesse servir de modelo para as futuras cidades. Pelo contrário, foi o pragmatismo do traçado ortogonal que serviu de modelo para as futuras intervenções ou ampliações urbanas do mesmo período, tal como ocorreu em Nova York.

Essa mesma contradição pode ser observada nas tentativas de instalação das cidades-jardim, seguindo as concepções de Ebenezer Howard. Tendo em vista o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos ao final do século XIX, Howard invocava o pressuposto romântico de vida no campo como um ideal desejável para os núcleos urbanos[67]. O modo de vida harmônico fraterno e baseado em mecanismos de cooperação invocado por Howard já havia surgido entre os utopistas de meados do século XIX (Freitag, 2001). Ela era uma reação às transformações ocorridas no espaço urbano europeu, transformando a cidade numa aventura comercial privada. Para Munford (1998: 456-464) o surgimento da planta comercial urbana revela essa modificação que já vinha ocorrendo vagarosamente, mas que, a partir da primeira metade daquele século ganha visibilidade: era a dinâmica capitalista apropriando-se da cidade, seja através de projetos de expansão da malha urbana ou da ênfase em grandes artérias lineares para facilitar a circulação de veículos, como no caso típico de Nova York.

Segundo sua concepção, a cidade-jardim seria a solução para os graves problemas de habitação pelo qual passava a Europa, através da implantação de uma estrutura urbana polinucleada, demograficamente limitada, com amplos espaços destinados ao campo e ao contato do homem com o meio ambiente (Howard, apud. LeGates, 2003: 310-316). O fundamento do projeto era que "la comutà disponesse delle arree fabbricabili (cioè fosse il proprio padrone di casa); e che tutti gli utili prodotti dall`aumento dei valori fondiari dovessero andare allá comunità per sventare speculazioni d`ogni specie" (Giedion, 1954: 658). Um dos principais investimentos para se conseguir este intento era a proposta de unidade de vizinhança que restaurava a escala de pedestres através da

[67] Na introdução de sua obra *Cidades-jardim do amanhã*, o autor declara: "But neither the Town magnet nor the Country magnet represents the full plan and purpose of nature. Human society and the beauty of nature are meant to be enjoed together. The two magnets must be made one. As man and woman by their varied gifts and faculties supplement each other, so should town and country. The town is the symbol of society – of mutual help and friendly co-operation, of fatherhood, motherhood, brotherhood, sisterhood, of wide relations between man and man – of broad, expanding sympathies – of science, art, culture, religion. And the country! The coutry is the symbol of God´s love and care for man." (Howard, apud. LeGates & Stout, 2003: 312).

atualização da idéia do quarteirão como um centro de atração da comunidade, com escolas, praça de esportes, comércio etc.

As concepções de cidade barroca e de cidade-jardim funcionarão como as matrizes mais importantes – mas não as únicas – para o desenvolvimento do projeto da cidade de Goiânia, a partir de 1933. Ao contrário de Belo Horizonte, onde o processo de apropriação das formas urbanas de La Plata foi pouco assumido pelos integrantes da Comissão Construtora da Nova Capital, o processo de elaboração e execução da planta urbana de Goiânia, a partir de 1933 foi marcado por essa contínua referencialização. Relatórios e documentos esforçam-se por demonstrar essa profunda ligação entre a concepção de cidade para a nova capital do estado de Goiás e as mais modernas contribuições do urbanismo internacional. Funcionam, portanto, como verdadeiros paradigmas que possuem, em seu núcleo duro, uma interpretação utópica sobre a nova cidade a ser construída, ou seja, a representação de uma sociedade totalmente nova, oposta à sociedade real – a antiga capital – eximida de seus males e vícios. Essas representações sobre um novo espaço (a Cidade Nova da literatura utópica) constituem-se para Baczko (1985: 346),

> um dos lugares, por vezes o lugar privilegiado, onde se exerce a imaginação social e onde são acolhidos, elaborados e produzidos os sonhos sociais. Constituem um dispositivo de eficácia variável que garante um esquema colectivo de interpretação e unificação, simultaneamente, do campo das experiências sociais e do horizonte de expectativas, recusas, temores e esperanças, que rodeia aquele campo.

Esse dispositivo pode enfatizar o caráter revolucionário – de ruptura completa com o presente – ou de progresso constante em direção a um futuro moralmente superior. O esquema de interpretação e organização do mundo - o mecanismo de orientação das ações humanas – da proposta de construção da nova capital goiana pode ser visualizado em dois argumentos profundamente interligados, constantes nos relatórios e projetos dos urbanistas que levaram adiante aquele trabalho: a ruptura com a tradição urbanística local e a proposta de monumentalização do espaço urbano através da apropriação criativa de modelos e ideários políticos.

Ao mesmo tempo, como veremos, é possível notar uma contradição insolúvel entre o horizonte de expectativa dos projetistas e o campo de

experiência produzido pela sociedade goiana do período desde o início das obras. Desse descompasso, sem dúvida percebido por políticos e projetistas, surgiram deturpações e apropriações do projeto original, típicas da modernidade periférica.

Estudos Preliminares

Comparado ao grande número de documentos oficiais produzidos no processo de escolha do melhor sítio para o estabelecimento da nova capital de Belo Horizonte, o processo de escolha e transferência da capital goiana caracteriza-se por sua parcimônia e simplicidade. Isso não quer dizer, necessariamente, desleixo ou despreocupação com o empreendimento a ser realizado, mas sim, o respeito às condições estruturais pelas quais passava o estado de Goiás que, diferentemente de Minas Gerais, possuía recursos limitados. Como demonstra a tabela abaixo, mesmo tendo em vista a distância temporal que separam os dois processos e sua sujeição às conjunturas de instabilidade nacional e regional nos referidos períodos[68], a arrecadação estadual goiana, no início do processo de construção da nova capital de Goiás não atingia a metade da arrecadação do governo de Minas Gerais no início da construção de sua nova capital.

Tabela 7: Quadro comparativo entre a evolução da arrecadação estadual de Goiás e Minas Gerais, nos períodos que compreendem os processos de construção das novas capitais.

Goiás		Minas Gerais	
Exercício	Arrecadação	Exercício	Arrecadação
1927	5.141:323$	1890	5.477:886$685
1928	5.971:052$	1891	11.621:784$636
1929	5.450:754$	1892	16.448:928$797
1930	4.961:020$	1893	15.564:606$411
1931	6.396:689$	1894	19.792:382$600
1932	7.014:201$	1895	21.288:024$467

[68] No caso mineiro, a política de encilhamento praticada pelo governo federal e a desvalorização da economia do café levaram a um decréscimo significativo, e interferiram diretamente na condução do processo construtivo de Belo Horizonte. No caso goiano, apesar do crescimento relativamente contínuo da arrecadação, a mesma foi atingida em função da passagem da Coluna Prestes pelo estado de Goiás e pela revolução de 1930.

1933	6.727:489$	1896	19.696:432$971
1934	7.905:193$	1897	20.456:009$366
1935	9.600:835$	1898	18.274:820$986
1936	10.811:669$	1899	18.576:331$931
1937	14.174:700$	1900	14.768:583$962

Fonte: Fonte: TEIXEIRA, P. L. 1930-1933 - Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, DD. Chefe do Governo, e ao Povo Goiano; TEIXEIRA, P. L. Relatório enviado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal em Goiás – 1939; RESENDE, M. E L. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906), 1982 (Anexos).

Além de recursos limitados, que geraram pedidos de empréstimos e concessões ao Governo Federal[69], outros dois fatores explicam a diferença do processo preparatório para a construção das duas capitais. Primeiro, a conjuntura política: se no caso mineiro o contexto da transferência da capital está relacionado às disputas internas em relação à sua localização, o contexto goiano situa-se num outro extremo. Desde 1930 o estado de Goiás passa a ser governado por Pedro Ludovico Teixeira, interventor federal nomeado por Getúlio Vargas, eleito governador em 1933 e em 1937, confirmado no poder após a decretação do Estado Novo. Esse longo domínio do executivo possibilitou a dispensa das necessárias articulações políticas dentro de um ambiente democrático e o processo de eliminação das dissidências. O que não quer dizer necessariamente, inexistência de oposição ao projeto de mudança da capital, mas apenas maior facilidade em sua execução.

Derivada dessa condição, um outro fator explica essa diferença: a dimensão pouco ambiciosa do projeto da nova capital do estado de Goiás em relação ao projeto da Cidade de Minas. Com índices demográficos bastante inferiores em relação a Minas Gerais que contava, em 1892 com 3.312.000 habitantes e em 1897 com 3.643.000 habitantes (Resende, 1982), o estado de Goiás, em 1920 registra o número de 519.919 habitantes e em 1940, 826.414 habitantes (Machado, 1990). Da mesma forma, a concentração demográfica urbana no estado de Goiás pode nos dar uma dimensão das expectativas programadas para a nova capital. Até 1920 a cidade mais populosa em Goiás era Catalão, localizada no sudeste goiano, contando com 38.574 habitantes. A

[69] Foram concedidos pelo Governo Federal 5663 contos em apólices, em 1936, além de mais 3000 por Getúlio Vargas e outros 12000 contos em empréstimos externos. Até 1935 a venda de lotes da nova capital havia rendido aos cofres públicos a soma de 797 contos.

Cidade de Goiás, então capital, era a quarta maior cidade, contando, neste mesmo ano, com 21.223 habitantes. Em seu relatório a Getúlio Vargas, em 1933, o interventor federal referia-se à condição da Cidade de Goiás:

> Mas o fator flagrante, o que se apresenta em primeiro plano, o imediato é, inquestionavelmente, a incapacidade da capital atual para impulsionar o progresso do Estado. E como poderá fazer uma cidade que, com duzentos e tantos anos de existência, apoiada na situação impar de capital, ainda hoje não resiste paralelo, já não dizemos com as outras capitais, porque pareceria gracejo, mas com qualquer cidadezinha obscura, que possua 10000 habitantes, água canalizada e rede de esgoto, e casas de diversões? (Relatório, 1933).

Temos assim identificada a condição principal da necessidade de transferência da capital, segundo o relatório enviado a Getúlio Vargas, em 1933. Mas mesmo antes de comunicar-se com o presidente da República, o interventor já tomava as primeiras decisões a este respeito. Em 1932, na cidade de Bomfim já declarava publicamente sua intenção de mudar a capital e no ano seguinte começava a mobilizar verbas para a construção da nova capital (Monteiro, 1938:28). No mesmo ano nomeia a comissão que deveria proceder ao exame e escolha do sítio mais propício para o estabelecimento da nova capital (Decreto, 20.12. 1932).

A comissão era formada por 8 pessoas: o bispo de Goiás, D. Emanuel Gomes de Oliveira, um advogado, Dr. Colemar Natal, um oficial superior do exército, Cel. Pireneus de Sousa, um médico chefe do Serviço Sanitário do Estado, Laudelino Gomes, dois comerciantes, Antônio Santana e Gumercino Ferreira e dois engenheiros, Jerônimo Curado Fleurí e João Argenta (funcionário do Estado). Todos, com exceção do último, sem remuneração.

Os sítios foram previamente selecionados por Colemar Natal, que tomou como critério fundamental a sua localização geográfica: o sul do estado nas proximidades da estrada de ferro: “quanto ao norte acredita o orador que ele jamais possa se articular com o sul, por causa mesmo de sua situação geográfica, sendo de notar que ele não mantém nenhum comercio com a velha capital” (Monteiro, 1938: 34). Nos relatórios subseqüentes essa justificativa será reforçada, o que revela uma justificativa geopolítica para a sua seleção: a nova cidade não seria uma capital para o estado, mas para o sul do estado. Segundo Galantay (1977: 22),

> Um governo que persiga uma política de modernização pode julgar aconselhável abandonar uma capital excessivamente identificada com as tradições e a inércia de um 'ancien régime'. Se a capital for atuar como um veículo de uma política progressista, que incorpora novas técnicas, uma cultura diferente ou uma ordem social nova, pode ser desejável um posicionamento mais periférico para a capital[70].

A concepção de periferia de que parte o autor diz respeito ao critério geográfico. No caso goiano, existia uma relação direta entre o problema da continuidade política e o desenvolvimento econômico regional. Com a revolução de 1930 e a renovação dos quadros políticos essa relação será colocada em questão. Nesse sentido, ao contrário da construção da capital mineira, em Goiás não estava em jogo a idéia de centralidade ou de união territorial, mas de mando e domínio da política regional típica da tradição que domina todo o período republicano (Campos, 1983; Palacin, 1991).

Três localidades foram selecionadas por Colemar Natal para serem estudadas com mais atenção: Bomfim, Ubatan, Campinas e Pires do Rio – esta última incluída a pedido do Coronel Pireneus de Sousa. Os requisitos a serem observados nas localidades obedeciam a critérios relativamente comuns às concepções urbanísticas do período: abundância de água, bom clima e topografia adequada (Monteiro, 1938: 34).

Segundo o relatório de estudos dos locais propostos para a nova capital goiana, Bomfim possuía qualidades inegáveis que proporcionariam à nova capital – caso fosse aquele sítio escolhido – boa topografia, com suave declividade do terreno, inúmeros cursos d'água potável com um volume que, segundo as estimativas do relator, seria capaz de abastecer uma cidade de quatrocentos mil habitantes e clima salubérrimo. Esta última poderia ser atestada pelo fato de ser aquela localidade,

---

[70] O autor refere-se à fundação de São Petersburgo, que funcionou como uma janela e vitrine da Rússia para o Ocidente. Sua transferência se deve à visão e a energia de Pedro I (1672-1725). Sua decisão de tirar o governo de Moscou implicava um compromisso com uma política de orientação marítima e ocidental para o império. A nova cidade seria um instrumento da política de modernização. A partir de 1710 um comitê de obras dirigiu e regulamentou todas as construções. Projetou-se um distrito especial para cada classe social. Foram recrutados arquitetos estrangeiros e foi trazida de toda a Rússia mão-de-obra em regime de trabalho forçado. Para equilibrar a população Pedro I ordenou a migração de centenas de famílias de nobres, mercadores e artesão. De crucial importância foi a precoce transferência das funções governamentais, até então estabelecidas em Moscou: toda a corte se transferiu em 1712, o corpo diplomático o fez em 1718 e a administração da justiça em 1723.

> a escolhida pelo Exmo. e Rvmo. Sr. D. Emanuel Gomes de Oliveira. d.d. Bispo de Goiaz (...) para nela construir o Ginásio Anchieta, o maior estabelecimento de ensino deste Estado, como também fala bem alto a escolha dos clínicos para a construção do conhecido sanatório hoje denominado 'Casa de Saúde N. S. Auxiliadora'" (Monteiro, 1938: 39-40).

Há que se perceber, no relatório das localidades, a pouca referência a instrumentos e referências técnicas que possibilitassem estabelecer os parâmetros de comparação para as conclusões adotadas pelo relatório. Pelo contrário, a base para tais observações é a autoridade da opinião do presidente da Comissão. O mesmo procedimento parcimonioso é utilizado no exame das outras localidades. A cidade de Pires do Rio é descartada por razões de ordem topográfica: "a posição topográfica mais bela e adequada daquela localidade foi ocupada pela atual cidade, cujo traçado, de modo bastante lamentável, não obedece tecnicamente ás linhas que a topografia local ofereceria á estética e ao aproveitamento econômico de seu escoamento" (Monteiro, 1938: 40), tendo que se posicionar a nova cidade numa posição inferior à da cidade de Pires do Rio. Condição essa que "redunda em fatal condenação do sítio em apreço". Quanto a cidade de Ubatan, o relatório descarta-a em meia página por não apresentar boas condições de potabilidade d´água e topografia demasiadamente plana.

Quanto a Campinas, "oferece todos os requisitos topográficos indispensáveis para a construção de uma linda cidade moderna e salubérrima" (Monteiro, 1938: 42). A ênfase na cidade de Campinas foi confirmada ao final do relatório:

> Pelo dados acima expostos, verifica-se que entre as localidades estudadas pela Sub-comissão, o local conveniente para se construir a nova Capital do Estado deveria ser Campinas ou Bomfim
> Considerando que Campinas se acha situada no ponto mais centrico da parte mais povoada do Estado e a sua topografia das mais apropriadas e belas para a construção de uma cidade urbanamente moderna (...) a Sub-comissão é de parecer que a nova Capital seja construída em Campinas (...) ou em caso de urgência em Bomfim (Monteiro, 1938: 44).

Na reunião final da comissão escolhida para a escolha do local da nova capital goiana realizada dois meses após o primeiro encontro, coincidentemente na cidade vencedora, a pretendida unanimidade na aprovação do relatório não foi conseguida, pois dois dos membros fizeram restrições à escolha.

> O primeiro com a declaração de que era contrário a qualquer mudança provisória, para onde quer que fosse, e o segundo que, sendo ideal de todos os goianos a navegação do Araguaia, pois, ali, está o futuro mais promissor do Estado, deviam, por isso, procurar um local ás margens da via férrea onde se pudesse construir com mais facilidade e sem grandes dispêndios uma cidade moderna, sem desvio do traçado primitivo.
> O Dr. Laudelino Gomes, em face dessas considerações, explica ao Dr. Mario que o pensamento do governo é justamente o de não abandonar o traçado primitivo da E. de F. Goiaz e que o Ministro José Americo prometeu fazer um traçado para a nova capital, sem desvio do primitivo (Monteiro, 1938: 46).

Dois elementos chamam ainda a nossa atenção dentro do processo de escolha do sítio para a nova capital do estado de Goiás. Conforme pode ser observado, entre todos os locais pesquisados, apenas em Campinas parece haver, por parte da comissão examinadora, uma atenção mais aprofundada, com indicações claras sobre o abastecimento e indicações sobre a utilização do relevo para escoamento das chuvas. Essa mesma localização será utilizada no relatório produzido por Armando Godoy a pedido do governo, conforme veremos mais adiante. Importa agora ressaltar essa atenção demasiadamente grande dada a Campinas em relação às outras. A fala da sub-comissão é reveladora da situação daquele sítio, não com pleiteante a nova capital, mas como futura capital: “a posição mais apropriada para a construção da nova capital se acha no rumo 130 (cento e trinta) graus de Campinas e a mais ou menos sete quilômetros de distância”, “chegamos à conclusão de que o reservatório dágua potável para o abastecimento da cidade, deverá ser construído no morro da ‘Serrinha’”, “verificamos que o escoamento da cidade a construir-se deverá ser para os rios Santo Antônio ou Meia Ponte dependendo da escolha, de levantamentos que possam determinar a maior economia”, “nesse rio existe a corredeira (...) podendo fornecer uma fôrça hidráulica efetiva (...) que poderá vantajosamente ser aproveitada enquanto o permitir o desenvolvimento inicial da nova capital”, (Monteiro, 1938: 42-43). Neste caso, a perspectiva do possível é substituída pela certeza do futuro.

Um segundo indício importante está na aposição de um outro critério para a defesa da cidade de Campinas, após o questionamento no interior da própria comissão: sua distância em relação aos trilhos da Estrada de Ferro. Neste caso, a defesa de Laudelino Gomes de Almeida é taxativa, empenhando a

palavra de terceiros para a conquista do consenso, mesmo sabendo que a pleiteante Bomfim estava mais próxima da estrada de ferro que Campinas[71].

Face à escolha, o relatório final, assinado no dia 04 de março de 1933, ainda sugeria ao governador o parecer de outro técnico, "de projeção nacional, e internacional". A sugestão foi acatada e, em 24 de abril do mesmo ano, o engenheiro Armando Augusto de Godói enviava ao interventor federal um *Relatório sobre a conveniência da mudança da capital*. É a partir desse relatório que começam a ser percebidas as concepções que dominarão o projeto da nova capital do estado de Goiás.

Neste documento, as escolhas realizadas pela primeira comissão são confirmadas após o exame, *in loco*, do sitio selecionado e organizado a partir de uma série de temas selecionados, que tratam de temas como a "ação civilizadora e econômica" da cidade moderna, das "razões do atraso de Goiáz", da construção dos edifícios públicos, das condições do sítio escolhido, da propaganda necessária para o sucesso do empreendimento entre outros.

Para o engenheiro, a cidade moderna deveria ser o centro irradiador do desenvolvimento econômico, social e cultural. Ela possuiria uma função pedagógica porque "educa as massas populares, compõe-lhes e orienta-lhes as forças e os movimentos coletivos e desperta energias extraordinárias entre os que aí vivem e ficam sob a sua influência civilizadora" (Monteiro, 1938: 50). Essa cidade é também o palco privilegiado para a reunião e entretenimento das elites que, neste lugar, "encontram campo vasto para as suas atividades espirituais". Essa caracterização da cidade moderna tem um motivo: ela é utilizada para servir de diagnóstico para se compreender o atraso pelo qual passava o estado de Goiás:

> atribuo o pouco ponderável progresso do vosso Estado ao fato de nele ainda não ter podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários para se expandir e estimular as múltiplas atividades que

[71] É importante notar que Laudelino Gomes era primo do então interventor e chefe do Serviço Sanitário de Goiás, além de possuir relações muito próximas com a população local, desde que havia sido encarregado de atender parte da população afetada pela varíola em 1904 (Oliveira, 1999). Não é possível determinar o peso da influência de Laudelino na decisão de tomar Campinas como o melhor sítio para a instalação da nova capital. Apesar disso, e face aos elementos levantados, é possível afirmar sim que o elemento determinante para a mudança da capital tenha sido a localização do sítio (de qualquer um deles) na região mais populosa do estado. Essa contradição ficaria explícita nos outros relatórios, que viam como uma necessidade de abrir caminho, da nova cidade em construção até Bomfim, onde passava a estrada de ferro.

> caracterizam a vida econômica e social de um povo. (Monteiro, 1938: 50).

É a partir desse diagnóstico e dessas expectativas sobre a Cidade Nova que Godoy avalia a escolha de Campinas para ser o sítio da nova capital. Ela reforça a representação de ruptura temporal entre o antigo e o novo e institucionaliza um vasto sistema de símbolos que serão incorporados à nova capital goiana. Bazcko (1985: 371), afirma que

> Dizer e imaginar a Revolução enquanto ruptura corresponde a opor o passado, ao qual ela põe termos, ao futuro que ela inaugura. A grande promessa revolucionária é também mobilizadora pelo seu reverso: a representação da ruptura temporal apela para a destruição do antigo, do *ci-devant*.

Ao mesmo tempo, ao relacionar desenvolvimento sócio-econômico aos problemas de ordem eminentemente urbanas, o engenheiro reforça o caráter político da transferência da capital:

> O referido local é como que o centro de gravidade da mencionada zona, de onde provêm os recursos e os elementos de vida do Estado. Tal circunstância é de fato de grande peso e devia ter atuado fortemente para a decisão final. É nesta parte de Goiaz que se desenvolveram em maior escada suas forças produtivas e que se concentrou principalmente a maior parte de sua população (...) A gravitação dos interesses máximos operando-se em torno de Campinas e achando-se, nos arredores de tal região, os centros de população que teem apresentado maior vitalidade, era natural que para a referida localidade se voltasse a preferência da comissão. (Monteiro, 1938: 60).

O tema da centralidade está aqui muito próximo daquele explorado por Aarão Reis em seu relatório justificativo da escolha de Várzea do Marçal para sítio da nova capital de Minas Gerais. No caso do relatório de Armando Godoy, a concepção de centro de gravidade condiz perfeitamente com a reordenação geopolítica por que passava o estado de Goiás no período e autoriza a decisão de uma transferência da capital que fosse desejável para a base sócio-econômica que sustentava Pedro Ludovico. Em que pese seus conhecimentos técnicos, e justamente em função dos mesmos, seu relatório tem a função de confirmar – não de examinar – a decisão politicamente dirigida da Comissão. Daí sua análise superficial do sítio escolhido, baseada tão somente na observação do local e na coleta oral de informações e na dispensa de visita aos outros sítios: é que as

bases do consenso não estavam atreladas ao conhecimento técnico (legítimo), mas ao conhecimento das relações de força preexistentes (dominantes).

Entre Washington e Garden-City

Observando o esboço original da nova capital do estado de Goiás, podemos identificar as principais matrizes urbanísticas que influenciaram a concepção do arquiteto-urbanista Atílio Correa Lima em sua elaboração. Nascido em Roma, em 1901, filho de escultor e professor da Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro, Atílio tem sua formação vinculada tanto àquela instituição quanto ao Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, onde defendeu tese propondo um plano-piloto para Niterói. Chamado para elaborar o plano da nova capital goiana, œmo representante da firma P. Antunes & Cia Ltda, o projetista propôs um plano composto por duas tendências claras: por um lado, o traçado radial-concêntrico, que domina a parte central da cidade, definido pelas três principais avenidas que formam a figura de um triângulo que tem como um de seus vértices o centro administrativo. Por outro, na região leste da cidade projetada, um tipo de estrutura viária adaptada ao relevo do terreno, descendo em direção ao rio Botafogo e margeando-o em toda a extensão que cobre o projeto. Sobre esta dupla opção, Bruand (1981: 350) observa que “o traçado adotado favoreceu em todos os lados a evacuação pela gravidade dessas águas e dos esgotos que as recolhiam para lançá-las em coletores gerais situados no fundo dos vales”.

A idéia fundamental pensada pelo urbanista era de aproveitamento máximo das condições impostas pelo terreno. Daí porque, observando o sítio pré-determinado pela *Comissão Examinadora das Localidades*, o urbanista optou imediatamente pelo deslocamento do local para assentamento do núcleo inicial, locado pelo engenheiro João Argenta em função da menor declividade do terreno. Outra justificativa era a proximidade da estrada de rodagem que dava acesso a Campinas: “sendo a estrada a artéria vivificadora do organismo urbano, tudo indicava que o núcleo central devia ser atravessado por aquela” (Monteiro, 1938:

137)[72]. Essa disposição em condicionar o núcleo original da cidade à única via de acesso próxima e ao terreno é constantemente encontrada no relatório apresentado por Atílio Correa Lima, em 10 de janeiro de 1935. A atenção a este último item é um dos aspectos mais relevantes do seu projeto. Suas vias foram elaboradas de forma a não contrariar a topografia do sítio, sendo feitas "com a preocupação de não seguirem o maior declive, salvo nas avenidas e ruas principais." Pelo contrário, para aproveitá-la em favor de seu sistema:

> procuramos atenuar os males causados pelas enxurradas: assim evitamos as grandes velocidades dágua, com traçado que procura sempre menor declive, e permitimos o sentido de maior declive para as ruas de maior importância, que serão as beneficiadas mais cedo com calçamentos, esgotos, etc.(Monteiro, 1938: 138).

Neste caso, é importante observar que, ao contrário da concepção rígida que encontramos em Aarão Reis sobre a utilização da topografia de Belo Horizonte, na planta da nova capital de Goiás, o relevo é explorado ao máximo, para solucionar os problemas de ordem urbanística: "Da topografia tiramos partido também para obter efeitos perspectivos, com o motivo principal da cidade, que é o centro administrativo. Domina este a região e é visto de todos os pontos da cidade e principalmente por quem nela chega". (Monteiro, 1938: 140).

Assim, além de uma função pragmática, a topografia também foi utilizada sob uma função estética, na elaboração da concepção geral do plano urbano que tinha como idéia central a construção de uma perspectiva monumental que procurava subordinar o sistema de vias a espaços de poder.

[72] Bruand (1981) vê indícios da proposta de uma cidade linear no projeto de Atílio. Além disso, é preciso observar também a disposição do aeroporto na composição urbana realizada por Atílio Correa Lima. Sua proximidade do núcleo central da cidade nos permite situar as expectativas de crescimento da cidade que estava sendo projetada. Sua previsão inicial de 50.000 habitantes explica, em certa medida aquela localização. Dadas, entretanto, a indicação de crescimento no sentido oeste, contida no relatório de Atílio e a incorporação da cidade de Campinas no município de Goiânia como futura "cidade-satélite", chega-se à conclusão que, após a ocupação do núcleo central, a região em torno da estrada que ligava Goiânia a Campinas deveria constituir na zona de ocupação obrigatória.

A escolha de Atílio recaiu sobre o plano radial-concêntrico, utilizado desde o Renascimento e Barroco como elemento-chave nos grandes projetos de embelezamento das cidades européias como Versalhes e Karlsruhe ou em Washington. Seguindo a concepção barroca de supervalorização do poder gerador da vida urbana, o traçado original da cidade elaborada por Atílio Corrêa Lima procurava também ressaltar o caráter governamental da nova capital do estado de Goiás. Valorizando o centro da cidade ao situá-lo no extremo do eixo monumental que por sua vez confluía com suas principais avenidas, o projeto propunha ainda uma ampla arborização e a valorização da perspectiva na malha urbana.

Como em Washington, o plano urbano é pensado em uma relação de subordinação ao elemento que, em última análise, "deve-lhe a sua existência": a sede do poder executivo estadual. O sistema de vias também foi pensado segundo esse critério. Mas também levando-se em consideração o tráfego de veículos e os principais eixos de comunicações e comércio da nova cidade. O centro administrativo foi projetado para conter apenas o tráfego local, apesar de sua proximidade com o centro urbano. Esse deslocamento teria, entretanto, uma função estratégica de destacá-lo dentro do plano urbano. Destaque esse que seria reforçado pela sua composição com a avenida Pedro Ludovico, "de caráter pitoresco e monumental; o trafego que nela circulará será todo com destino ao centro administrativo, e prestar-se-á para as demonstrações cívicas" (Monteiro, 1938: 140).

Essa ênfase na prioridade do centro administrativo, em detrimento do centro comercial, pode ser encontrado também no zoneamento que Corrêa Lima estabelece. Aquele sistema procurava localizar os diversos elementos da cidade em zonas previamente demarcadas, tendo em vista a organização do espaço urbano com vistas à prevenção ou resolução de diversos problemas de ordem técnica, econômica e sanitárias. Ao considerar o centro administrativo uma região cuja especificidade deveria ser mantida, Atílio Corrêa Lima insistiu na aglomeração de todos os edifícios públicos naquela região, salvo a sede dos Correios que, devido à necessidade cotidiana de acesso àquele serviço ao grande público, deveria localizar-se na parte mais central da cidade. O duplo anel viário, que separaria o centro cívico-administrativo do restante da cidade, rompida

apenas pela avenida Pedro Ludovico Teixeira, reforçava a monumentalidade da perspectiva adotada. Criando uma bicentralidade dentro do espaço urbano e garantindo uma relativa tranqüilidade às instâncias do poder público. A zona comercial estaria localizada na região mais central da cidade, possuindo uma rede de ruas e avenidas,

> com largura suficiente para satisfazer ao trafego por varias décadas (...) Todas as quadras (...) dispõem de áreas publicas internamente para uso do comercio, que poderá fazer a descarga de mercadorias, sem interrupção, e sem os longos estacionamentos na via pública. Assim também a coleta do lixo far-se-á livre do desagradável aspecto que apresentam mesmo as grandes cidades (Monteiro, 1938: 141).

Além disso, estavam previstas também, áreas maiores para estacionamento em algumas daquelas quadras e, por fim, uma larga faixa na avenida Paranaíba que, separando a zona comercial da zona industrial "ficará reservada para feiras e todos os divertimentos ou comércios periódicos" (Monteiro, 1938: 142). A zona industrial teria sua localização na parte baixa da cidade, próxima à região onde, futuramente, passaria a estrada de ferro. A zona residencial dividiria-se em duas seções: Urbana e Suburbana, "ambas ocupando sempre situações mais favoráveis e tranqüilas, longe dos centros movimentados". Por último, a zona rural, "todo o território não compreendido nas zonas precedentes" (Monteiro, 1938: 141).

Um último aspecto do relatório de Atílio Corrêa Lima chama a atenção: o projeto de organização administrativa. Procurou-se criar um

> sistema ideal típico, livre das influências políticas como só é nos grandes centros. Assim previmos, dentro das normas da divisão racional do trabalho, um sistema simples formando uma engrenagem que, por si só, se moverá, evitando o 'mandonismo', doença peculiar a nós brasileiros (Monteiro, 1938: 147).

Tal sistema estaria fundamentado na constituição de uma Diretoria Técnica que, acatando sugestões da Comissão do Plano da Cidade, se encarregaria de todos os serviços de intervenção urbana. Aquela comissão, por sua vez, "será constituída por doze cidadãos ilustres da cidade, nomeados pelo prefeito e representando várias atividades sociais. Esta comissão que se reunirá em datas previamente fixadas, dará sugestões sobre os melhoramentos a

introduzir, erros a corrigir e zelará pelas belezas naturais da cidade" (Monteiro, 1938: 147).

Funções próximas foram desenvolvidas a partir de 1924 pela Capital Planning Commission National, responsável pelo processo de recuperação, preservação e expansão do plano original de Washington. (National, 2005). Neste caso, o vínculo com a capital norte-americana foi reforçado e suas lições foram aprendidas e aplicadas na preservação do plano da futura capital do estado.

Essa descrição da nova capital, constante no relatório de 1935 fornece alguns indícios sobre o tipo de cidade e, portanto, o tipo de configuração e interpretação de mundo que moviam as expectativas do projetista. A primeira delas diz respeito à própria argumentação produzida para justificar a construção de uma nova capital para o estado de Goiás:

> É de notar que a mudança da Capital, é tão premente, que o problema não é propriamente de mudar para este ou aquele ponto, mas sim de sair de onde está. Já decorrido um ano após o início dos trabalhos, observa-se um movimento excepcional, pelas estradas que convergem para a cidade de Campinas, atual sede do município da nova capital, sintoma evidente de que as energias goianas não estão totalmente adormecidas pela mentalidade perniciosa da antiga aldeia de Bandeirantes (Monteiro, 1938: 137)

Assim como a visão expressa no relatório produzido por Armando Godoy, Atílio Correa Lima vincula o nascimento de um novo núcleo urbano com a idéia de dinamização sócio-econômica. Seu discurso, porém, vai mais adiante, ao caracterizar, a partir de termos dicotômicos, a nova e a velha capital. "Movimento excepcional" e "energias goianas" opõem-se aos termos "mentalidade perniciosa" e "aldeia". Dicotomia essa que é reforçada pela maneira incisiva como demonstra a necessidade de mudança. O caráter pejorativo da velha capital está relacionado tanto ao espaço – não importa o sítio para onde se muda a capital, o importante é tirá-la de onde está – quanto ao tempo que representa – do isolamento e atraso social típico de uma mentalidade rural. Essa visão é reafirmada na coletânea de artigos publicados em comemoração ao batismo cultural de Goiânia, em 1942, em que Atílio Correa Lima participa com um artigo intitulado "Goiânia – A nova capital de Goiás"[73]. O recurso, porém, vai mais além, estabelecendo um diagnóstico histórico e sociológico acerca da criação e desenvolvimento das cidades em

[73] Não há referências sobre a data efetiva de sua publicação.

geral. Análise essa que relaciona o crescimento e evolução das cidades ao seu padrão de desenvolvimento econômico (de um tipo de economia feudal à economia capitalista). No caso da transferência da capital goiana, os fatores fundamentais que a determinariam seria: “a) relativamente a sua posição econômico-geográfica; b) em relação a sua situação fisiográfica; c) como conseqüência das duas primeiras, às influências mesológicas” (IBGE, 1942: 85). Assim, conclui o autor que

> embora tenha permanecido por largo espaço de tempo como capital da província e de Estado, nem por isso logrou desenvolver-se. Teve contra si não somente uma razão importante de ordem econômico-geográfica, como também seriíssimas razões fisiográficas (IBGE, 1942: 88).

Comparado a este diagnóstico, Atílio elenca as duas principais funções que deverão ser desempenadas pela nova capital: “como função econômica cabe-lhe, abrigar e estimular o alto comércio, os estabelecimentos de crédito, e as indústrias”, mas principalmente sua função política:

> Como centro administrativo cabe-lhe a função de cabeça e de orientador. Sua política administrativa sempre vigilante será o coordenador e o estimulante para as atividades econômicas e sociais. Sua posição deverá ser sempre na vanguarda, como tipo modelar, a sua estrutura urbana deve ser ampla, refletindo uma certa nobreza de linhas, quer no seu traçado, quer na sua edificação. (IBGE, 1942: 96).

Essa função política indica o segundo e mais importante elemento da interpretação de mundo contida no projeto para a nova capital: a desproporcional ênfase na vitalidade do poder executivo em relação aos outros poderes republicanos. Este fenômeno é visível na adoção de um traçado urbano que valorizasse o aspecto “monumental e nobre, como merece a capital de um grande Estado”, na forma de *patê d´oie*, que privilegiava a visualização do centro de poder: “Quem atravessar a cidade ao longo da sua principal via comercial (avenida Anhanguera), verá sucessivamente três pontos de vista diversos ao cruzar as três grandes avenidas que convergem para o centro” (IBGE, 1942: 100). Essa supervalorização, como vimos no capítulo 2, já estava ocorrendo no interior do processo político regional, que colocou a figura do interventor federal na direção do Estado e transformou, ao mesmo tempo, a transferência da capital num pilar para a consolidação de seu poder. Uma supervalorização contraditória, na medida em que aponta, no mesmo relatório, a necessidade de proteção da

cidade contra uma importante característica da tradição política brasileira e, em especial, da cultura política goiana do período, o *mandonismo*, conforme vimos pouco acima.

Outra expressão deste processo de monumentalização é a ênfase dada à avenida central, superdimensionada, tanto em relação à perspectiva de ocupação da cidade (50.000 habitantes) quanto às suas dimensões espaciais e à sua nomenclatura. Apenas as cinco principais vias do plano original da nova capital receberam nomes específicos, relacionados a elementos geográficos e históricos do estado (os rios Araguaia, Tocantins e Paranaíba, além da figura mítica do bandeirante Bartolomeu Bueno e da avenida central, originalmente intitulada Pedro Ludovico, mas modificada, a pedido do interventor, para Goiás, em homenagem à antiga capital). Todas as outras vias tiveram uma nomenclatura exclusivamente numérica e, seguindo o mesmo padrão, os primeiros bairros receberam nomes relativos ao sistema de coordenada geográfica: Norte, Sul, Oeste, Central, Leste. Fenômeno este que, além de reforçar o caráter excêntrico e monumental da nova capital, explicitava seus vínculos com um dos primados do pensamento urbanístico moderno, ou seja, o sistema de referência, que abole qualquer simbolismo sócio-cultural (nome de pessoas, eventos, locais etc.) em função de uma estrutura planificada e abstrata, mas apenas formalmente neutra, decorrente de sua expectativa de hierarquização e ordenação social (Rama, 1985).

Essa relativa excentricidade do plano urbano da nova capital goiana, contudo, tinha uma justificativa clara, expressa, principalmente, em sua avenida central. Tal como no traçado barroco, ela funcionaria também como um cenário para a visualização do poder executivo: “A av. Pedro Ludovico apresenta-se com um caráter pitoresco e monumental; o tráfego que nela circulará será todo com destino ao centro administrativo, e prestar-se-á para as comemorações cívicas” (Monteiro, 1938: 140). Além disso, “Pela sua largura excepcional e pelo seu aspecto luxuoso, prestar-se-á para as demonstrações e festas cívicas” (IBGE, 1942: 101).

A perspectiva monumental reforça outra característica do projeto de Atílio Correa Lima para a nova capital goiana e, portanto, de seu próprio ideário político: o profundo civismo que a alimenta. Característica essa que é reforçada

na distribuição espacial dos edifícios da praça central (ainda hoje conhecida como "praça cívica" embora seu nome original seja Couto Magalhães) que tem em seu eixo de simetria o Palácio do Governo:

> A mais importante [praça] é a do centro administrativo, a que denominamos praça Couto de Magalhães não tem finalidade para satisfazer exclusivamente ao tráfego, mas principalmente para demonstrações cívicas. Pela sua amplitude, deverá atrair, nos dias festivos da nação, o povo, despertando as virtudes cívicas. Toda ela tratada com jardins baixos, conterá no seu centro de simetria, um grande monumento, comemorativo da fundação do Estado, e das grandes bandeiras (IBGE, 1942: 104).

Os monumentos que compõem o eixo que liga o Palácio de Governo à Estação Ferroviária, reforçam a expressão cívica-patriótica do projeto original de Goiânia. A começar pelo monumento em memória dos bandeirantes, doado pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1942 em homenagem, segundo seus dizeres "Aos GOYANOS, nobre estirpe dos BANDEIRANTES". Além disso, há o monumento às três raças, comemorativo do batismo cultural de Goiânia, inaugurado na mesma data que, juntamente com a torre do relógio e a Estação Ferroviária (esta última, apesar de existir em projeto foi inaugurada apenas em 1953), situam-se todos no eixo da grande avenida central (atualmente, avenida Goiás). Esses pontos fixos espalhados pela avenida central constituem um grande palco por onde a função pública e administrativa da cidade poderia ser visualizada. Comporiam também o único eixo de monumentos da nova capital: em nenhum outro lugar foi projetada qualquer outra construção significativa ou edificação comemorativa, com estátuas ou obeliscos. Por último, ainda no mesmo eixo, encontram-se nos jardins externos do palácio de governo, o busto feito em bronze, do interventor federal Pedro Ludovico Teixeira, produzido em 1937 com os dizeres:

> Dr. Pedro Ludovico Teixeira,
> o architeto de Goiás
> nobreza, moral: administração para a inmortalidade.

Por manifestarem um vínculo físico entre o hoje e o ontem, os monumentos possuem um grande potencial evocativo. Mas esse potencial só é transformado em força dinâmica quando ocorre uma reclassificação de seu lugar, quando ocorreu um deslocamento de sentido, que o faz, ao mesmo tempo, participar do presente e do passado através de sua passagem para o nível de um

lugar de memória. Esse ato de deslocamento possui uma especificidade visto que sua própria edificação procura cristalizar um sentido através da evocação de um fato-síntese (de atualização do passado ou de projeção do futuro), via reelaboração de sua pertinência no contexto presente (Davis, 2004).

Ora, mesmo que a disposição cenográfica dessas edificações e monumentos tenha ocorrido de maneira não intencional, ela acabou por reforçar a intenção barroca original, como um espaço de visualização do poder executivo e das forças sócio-econômicas que lhe deram origem tais como: a Marcha para o Oeste, relacionada ao movimento bandeirante e utilizada por Getúlio Vargas como ideário de integração nacional em seus discursos, o ciclo de desenvolvimento econômico pelo qual passava o estado, e em especial o sul goiano, com a introdução da linha férrea e por último, os interesses pessoais de mando político e a conseqüente mitificação de sua figura por parte dos grupos que orbitavam ao seu redor.

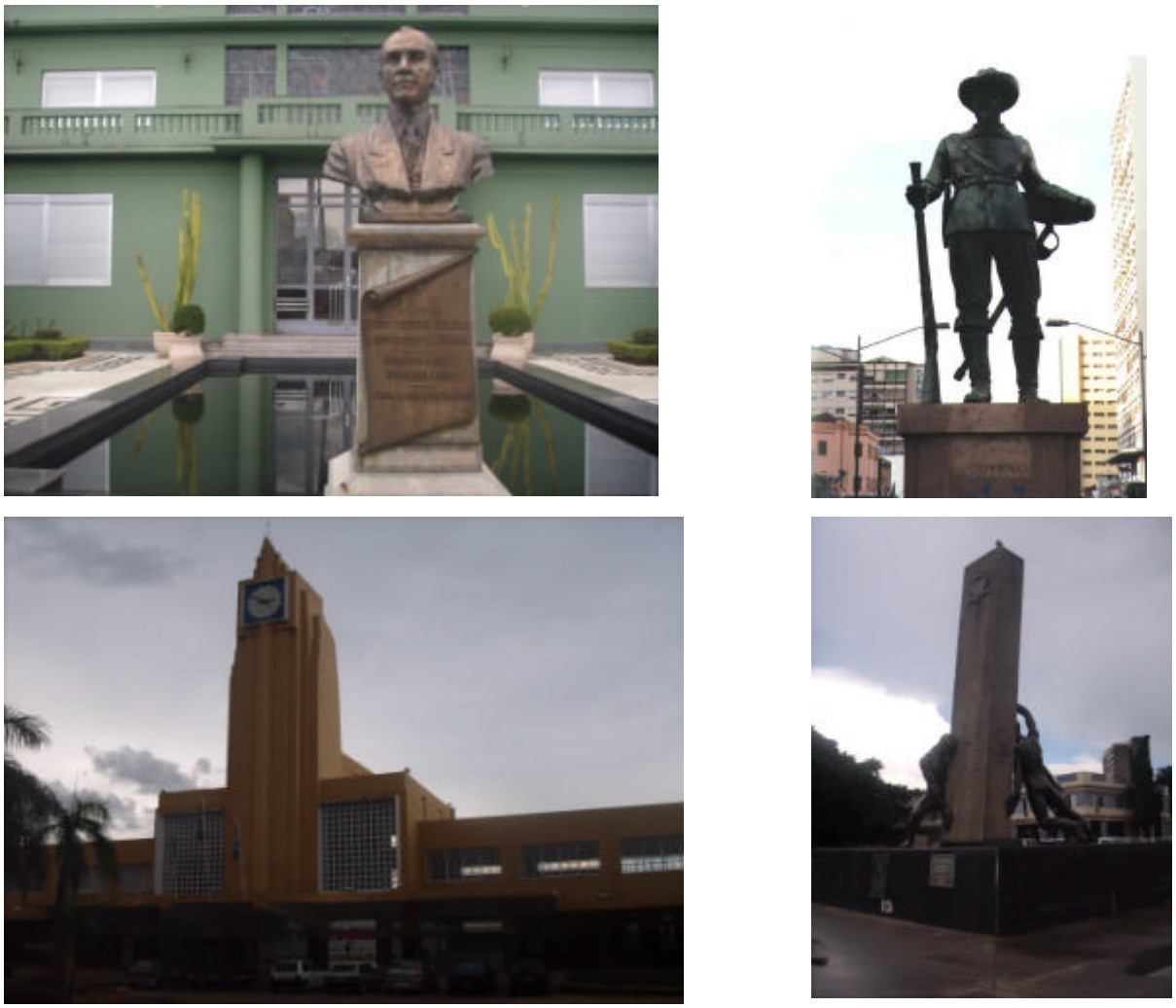


Figura 11: a) O palácio de governo; b) A torre do relógio, situada próxima ao anel externo da praça central; c) Busto de Pedro Ludovico Teixeira, tendo ao fundo o palácio de governo; d) O monumento ao bandeirante, originalmente pensado para ser colocado na avenida anhanguera, entre a cidade de Goiânia e Campinas; e) A Estação Ferroviária, no extremo norte da avenida central; f) O monumento às três raças, na praça central. Fonte: Acervo particular.

Reunidos, eles formam aquilo que Hartog & Revel (2001) chamam de narrativa de fundação, convidando os habitantes da nova capital a construir, no presente, o futuro da nova capital através de um movimento capaz de relacionar o passado longínquo dos primeiros exploradores paulistas – o mito do Anhanguera – a adentrarem no sertão dos índios Goyases e o presente da fundação da nova capital do estado de Goiás, na década de 1930. Essa supersaturação de referências acabou por veicular certas representações de poder que construíram um mito de origem para a nova capital do estado de Goiás, amplificando e radicalizando a proposta monumental de Atílio Correa Lima e, ao mesmo tempo,

produziu uma profunda identificação entre Pedro Ludovico e a construção da nova capital.

A ruptura do contrato com a firma P. Antunes & Cia. Ltda. fez com que Atílio Correa Lima se afastasse do processo de planejamento e construção da nova capital goiana (Monteiro, 1938: 134). Em seu lugar entrou Armando Godoy, urbanista que já conhecia o sítio da nova capital, que foi contratado como consultor pela firma Coimbra Bueno & Pena Chaves, além de uma grande quantidade de profissionais ligados às áreas de construção, arquitetura, urbanismo, topografia e saneamento. (Correio Oficial, 1936). Além disso, com a saída de Pena Chaves da sociedade, em 1935, os irmãos Abelardo e Jeronimo Coimbra Bueno ficaram responsáveis, por praticamente todo o processo de construção da nova capital e pela direção da Superintendência de Obras do governo do estado de Goiás, recebendo parte dos pagamentos em lotes na área de expansão da cidade. Tornaram-se assim, ao mesmo tempo, as duas partes interessadas em todos os contratos referentes às obras da nova capital[74].

Tomando o plano urbano radial-concêntrico desenvolvido por Atílio como referência, Armando de Godoy e W. Sonnemberg realizaram algumas importantes modificações e ampliações[75], principalmente no que se refere ao projeto do setor Sul da nova capital goiana. Essas alterações, em sua maioria, procuravam adaptar a concepção barroca de cidade para uma proposta de cidade-jardim, através da composição de um cinturão verde ao redor da nova capital e da construção de cidades-satélites que limitariam um possível crescimento desordenado da cidade[76]. Para Cordeiro (1989: 12),

> Não haveria continuidade entre a cidade e as zonas de extensão que, a bem dizer, não existiriam. A cidade teria assim garantida, em toda a sua circunvinzinhança, uma faixa de vegetação suficiente para satisfazer a salubridade da vida. Atingida a população para o qual a cidade foi projetada, o excesso de população, ou seja, a extensão da cidade, se faria em novos núcleos suburbanos designados 'cidades satélites', separadas e convenientemente afastadas do núcleo planejado.

---

[74] Os irmãos Coimbra Bueno eram naturais de Rio Verde e possuíam estreitas relações com Pedro Ludovico Teixeira, que era natural da mesma cidade. Foram responsáveis por sensíveis mudanças no plano urbano de Goiânia, reduzindo as áreas verdes em função da ocupação por residências e principalmente pelo processo de expansão urbana na região que haviam adquirido. Em 1947 Jerônimo Coimbra Bueno tornou-se governador de Goiás.

[75] Foi reduzido o número de construções na praça central, alterado o traçado de algumas ruas e diminuído o tamanho da zona comercial, projetada por Atílio Correa Lima entre outras.

[76] A cidade de Campinas foi incorporada a Goiânia com a denominação de "satélite", a partir de 1938. Cf. Decreto-lei, 30.07.1938.

A proposta desenvolvida por Godoy-Sonnemberg possuía importantes semelhanças em relação aos escritos e às formas urbanas das primeiras cidades-jardim, tanto em termos formais quanto em relação à composição e às soluções urbanas ali desenvolvidas[77].

Observando os projetos e a descrição da cidade-jardim feita por Howard e as modificações propostas por Godoy e Sonnemberg para a nova capital goiana, é possível identificar os principais elementos dessa aproximação. Em entrevista concedida ao *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, o urbanista já indicava essa aproximação ao dizer que,

> A vila, tal como é projetada e realizada hoje, desempenha uma função altamente social e coordenadora. Ela é ao mesmo tempo: residência, escola, usina, jardim, mercado, campo esportivo, centro de diversões, etc. A sua ação civilizadora, espiritual e estimuladora sobre as populações das regiões em que surgem, é tanto maior quanto mais perfeitas elas forem na sua constituição. (...) A cidade tal como a idealizou HOWARD, cujas idéias foram compreendidas e realizadas por UNWIN, PARKER e outros profissionais na Inglaterra bem como na França, Estados Unidos etc., é uma admirável escola para as massas populares, trazendo-as ao nível da civilização moderna, educando-as, instruindo-as e dirigindo-lhes a atividade no bom sentido. (IBGE, 1942: 35-36).

Essa influência também pode ser notada em seu relatório inicial, de 1933, ao citar as cidades-jardim inglesas de Letchworth e Gary (Monteiro, 1938: 51). Mas é na própria planta desenvolvida por Godoy e Sonnemberg que essas influências se expressam de maneira mais clara, principalmente em relação ao projeto para o setor Sul. Nele, a idéia-força da cidade-jardim está preservada ao construir um traçado urbano que enfatizava a sinuosidade e o contato com a natureza através da proposição de grandes áreas ajardinadas. Segundo essa proposta, "os fundos das residências teriam saídas para 'vielas' onde se executariam serviços, como o de coleta de lixo, enquanto as fachadas das residências se voltariam para os parques internos" (Bernardes, 2000: 164). Este duplo acesso com a frente voltada para o parque interno resguardaria o acesso às residências do barulho e do trânsito intenso. Concretiza-se, neste caso as

[77] "Na zona sul é que surgirá a mais moderna solução urbanística do momento atual. – Será aqui realizada, pela segunda vez no mundo, a solução técnica das cidades modernas e que foi pela primeira vez realizada há poucos anos em Radburn, a cidade do século XX, como é denominada nos Estados Unidos". Correio Official, 03.05.1936.

intenções de Howard de constituir certas regiões de lazer e convivência coletiva, incentivando o espírito de comunidade.

Outra aproximação está na configuração da região central que já havia recebido sua configuração inicial no projeto de Atílio. A atenção aqui volta-se para a caracterização da avenida Paranaíba como uma avenida-parque, com arborização e projeto paisagístico específico, muito próximo ao esquema de Howard (apud. LeGates & Stouts, 2003: 314).

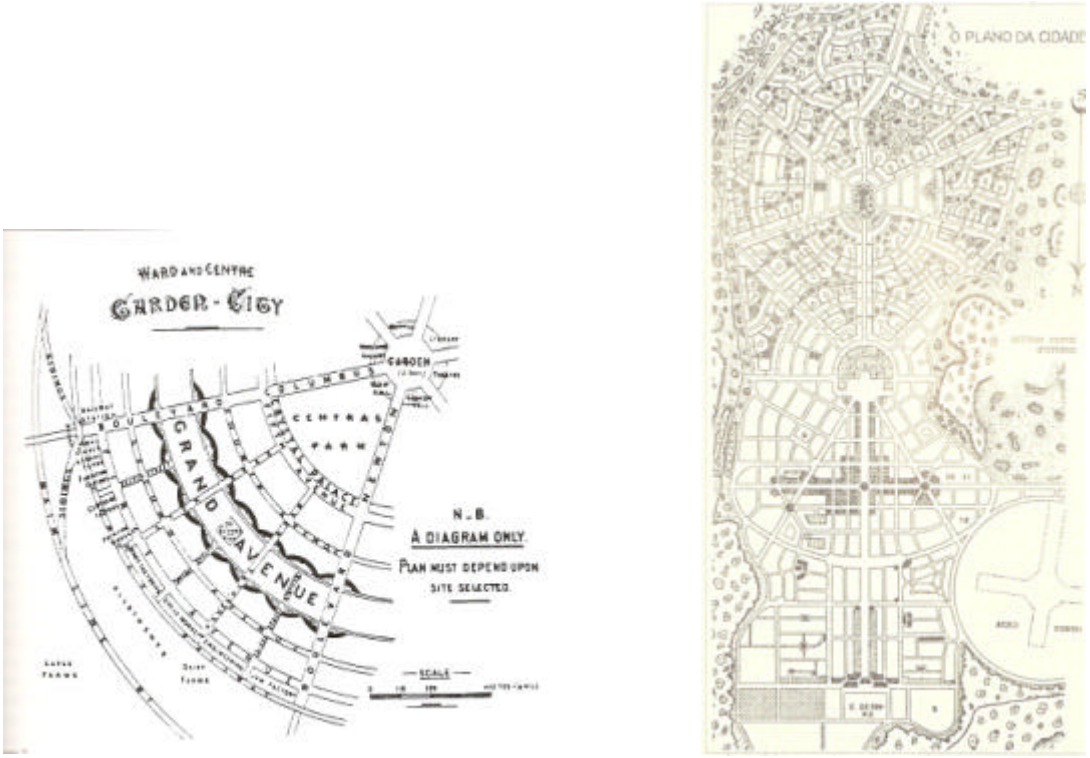


Figura 12: a) cidade planejada de Welwyn, na Inglaterra; b) Projeto para o setor Sul da nova capital, de autoria de Godoy e Sonnemberg; c) Diagrama de organização da cidade-jardim, de E. Howard; d) Composição da região central e do setor sul, com as alterações no plano produzidas após a saída de Atílio Correa Lima. Fonte: LeGates & Stout, 2003; Gonçalves, 2002.

A modernidade possível

As referências às condições modernas da nova capital e ao estilo de vida que lhes eram inerentes constituem o horizonte de expectativas dos projetistas. A constante lembrança de experiências urbanas internacionais é um desses indícios. Belo Horizonte, Letchworth, Radburn e as cidades-jardim na Inglaterra, Gary e Chicago, nos Estados Unidos, Paris, Magnitogorsk, na Rússia, e Camberra na Austrália são tomados como exemplos ao longo de sua exposição.

Mas um último aspecto deve ser anotado em relação ao plano urbano da nova capital do estado de Goiás: o padrão estético da composição arquitetônica implantada para as edificações públicas e privadas.

Em seu relatório de 1933 Godoy já alertava para os possíveis questionamentos acerca dos gastos exorbitantes que poderiam ser realizados para a construção dos prédios públicos. Antecipando essas críticas, o urbanista

indicava uma outra perspectiva para a idéia de monumentalidade dos edifícios de uma nova capital:

> Um edifício não precisa ser construído com materiais caros para se impor à administração geral, sob o ponto de vista estético. A beleza de uma construção está na relação das suas diferentes partes e na distribuição de seus volumes. (Monteiro, 1938: 52)

Essa era uma questão decisiva para a administração pública estadual: construir uma nova e moderna capital sem onerar os cofres públicos de maneira fatal. Como vimos, o plano desenvolvido por Atílio e Godoy cumpria essa missão de antenação com os principais desenvolvimentos urbanísticos do período, antecipando, em muitos casos, algumas soluções que seriam aplicadas na construção da nova capital federal[78] e provocava nos observadores locais as mais variadas impressões, sempre contrastantes com o padrão urbanístico da antiga capital. No caso do estilo arquitetônico, não seria possível nem aconselhável adotar uma tendência que exigisse certa dispendiosidade e monumentalidade individual nas construções. Além disso, a própria concepção arquitetônica das primeiras décadas do século XX voltavam-se muito mais para as preocupações com o cosmopolitismo e o desenvolvimento industrial pelo qual passavam as nações européias e os Estados Unidos.

---

[78] Não é difícil identificar as tendências racionalistas e funcionalistas na cidade planejada por Atílio Correa Lima. É duvidoso, entretanto, identificar o projeto de Goiânia com as propostas da Carta de Atenas de Le Corbusier, como faz, por exemplo, Bernardes (2000). Isso porque, como veremos no capítulo seguinte, os próprios preceitos da *Carta de Atenas* só foram publicados em 1942 por Le Corbusier. Mesmo as versões do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, da qual a Carta de Atenas é uma interpretação unilateral de Le Corbusier, ainda não possuíam, no início da década de 1930 uma sistemática clara. Por último, as tendências teóricas de Atílio e Godoy estão mais próximas de Agache – com quem trabalharam – do que de Le Corbusier. Da mesma maneira Goiânia não pode ser compreendida como uma prefiguração de Brasília, como afirma Bruand (1981: 352): "Não foi Correa Lima que assumiu a iniciativa de ditinguir a cabeça e o coração, o centro governamental e o verdadeiro centro das atividades, situando este no ponto crucial do trânsito e aquele um pouco agastado, mas numa posição privilegiada em termos de espinha dorsal da cidade? Enfim, não foi ele o primeiro a fornecer um esquema de eixo monumental cujos componentes e ordenação foram retomados, grosso modo, por Lucio Costa, com uma amplitude multiplicada e um senso do espaço que naturalmente não poderiam surgir numa cidade secundária como Goiânia, nem numa época onde as características da arquitutura e do urbanismo do século XX ainda se impunham com dificuldade?". Apesar de o projeto da nova capital goiana já apresentar traços modernistas e soluções *próximas* àquelas que seriam aplicadas em Brasília, a história do urbanismo nos mostra que iniciativas de deslocamento de bairros residenciais, separação e destaque do centro de poder e prolongamento do eixo longitudinal para os dois lados do eixo transversal podem ser fácilmente encontradas, de acordo com os interesses do observador. Como veremos no próximo capítulo, as dívidas explícitas e implíticas de Lucio Costa, são de outra ordem.

Ao mesmo tempo, era necessário enfatizar o contraste entre o antigo e o moderno, entre a velha e a nova capital do estado, abrindo espaço para o novo modelo de vida urbana que os urbanistas – também o governo – esperava instalar na nova capital. Segundo Mello (1996) três foram as principais orientações arquitetônicas implantadas nas primeiras edificações da nova capital: o *art déco*, o neocolonial e as casas-tipo. Destas, a mais divulgada e adotada nos prédios públicos foi o *art déco*.

O *art déco* tem suas origens nas artes decorativas do início do século XX e orientava-se inicialmente para os objetos de uso quotidiano e *design* industrial, como carros, rádios, utensílios domésticos etc. Ele não se constituiu desde sua origem num estilo único, mas da união de diversos estilos nascidos no pós-guerra. Seu marco de origem é a *Exposition Intenationale des Arts Décoratifs e Industriels Modernes*, realizada em Paris, em 1925. Para Unes (2001) o *art déco* representava o cenário da vida cosmopolita, moderna e acelerada do período e tinha por objetivo configurar o cenário dentro do qual se desenvolveria essa vida cosmopolita.

Em certo sentido, o *art déco* pode ser entendido como o ponto de intersecção entre o Ecletismo (em função de seu entendimento da história como inspiração para a concepção arquitetônica) e o Modernismo (valorização dos vazios, aplicação de novos materiais, pureza das linhas geometrizantes e aerodinâmicas etc.). Três características são fundamentais neste estilo: a perspectiva decorativa, visto que a preocupação fundamental não está no gigantismo das construções (apesar de não serem exceções, como no caso do edifício *Crysler Buildin* de Nova York e da ponte *Golden Gate*, na Baía de São Francisco, nos Estados Unidos), mas nos elementos estético, nos temas que podem ser identificados e nos materiais utilizados. Em segundo lugar, a apologia ao mundo moderno e às suas principais realizações como a velocidade, a comunicação, a industrialização e o cosmopolitismo, como pode ser observado nas linhas e nos rajados dos edifícios, transmitindo ou procurando aproximar-se de imagens que representem aquelas noções, tais como navios, aviões, carros etc.

Por último, é característica do *art déco* a recorrência aos elementos da cultura local como mecanismo individualizador da composição artístico-

arquitetônica. Este é um ponto importante que merece um pouco mais de atenção. A recorrência a elementos da cultura local no interior da estética *déco* é uma característica encontrada em outras cidades que apresentam o mesmo padrão construtivo, como no caso das decorações de flamingos em Miami Beach, examinadas por Capitman (1988). No caso de Goiânia, essas figuras tiveram além da conotação regionalista, uma dimensão histórica. Nos vitrais dos edifícios da praça central foram cuidadosamente desenhadas figuras representativas do contexto sócio-histórico regional, tais como índios, colonizadores portugueses, a economia do ouro e agropastoril etc. Segundo Manso (2004: 53),

> Ao propor que cada região se apresente ao mundo – com suas coisas, sua gente, seus bichos e plantas, o art déco busca o melhor de cada um. Ao propor uma moldura única e uniforme para essa apresentação, o art déco promete a cada região o cosmopolitismo, não importa quão distante ela seja dos grandes centros, não importa o qual desconhecida ela tenha sido até então. Pois cada região, por minúscula e desconhecida, torna-se centro do globo, torna-se o exemplo que todas as outras querem seguir.

Figura 13: Tipos de construção *art déco* de Goiânia. O Teatro Goiânia e o Museu Zoroastro Artiaga, localizados na praça central. Fonte: Acervo particular.

Na Idade Média, as obras de arte produzidas no interior das catedrais desempenharam um papel pedagógico para os fiéis, tornando uma das fontes de compreensão dos ensinamentos cristãos: “muitos dos grandes conjuntos dispostos nos cruzamentos dos grandes itinerários de peregrinação foram concebidos para edificação das massas e exprimiram-se, por consequência, numa linguagem acessível a todos” (Duby, 1993: 85).

Figura 14: Detalhes dos vitrais dos edifícios públicos da praça central: a) a criação de gado, base da economia goiana na época da construção de Goiânia; b) a extração de ouro que deu origem à colonização da região; c) na frente do palácio do governo, um vitral narrando a história de Goiás e suas principais riquezas. Fonte: Acervo particular.

A função dos vitrais da praça central tem uma função semelhante: a de representar a trajetória sócio-econômica do estado de Goiás e fornecer os elementos fundadores da identidade regional, reforçando assim o caráter cívico-monumental do centro da cidade.

Esse desejo de antenação com a modernidade, expresso no *art déco* que influenciou a concepção de cidade dos dois projetistas e dos arquitetos e engenheiros contratados para tocar as obras da nova capital também exerceu forte impressão na população local com menos recursos para financiar e desenvolver um projeto naquele estilo. Para Unes (2001: 130-131), a adoção da *art déco* como concepção padrão dos edifícios públicos teve um impacto inesperado entre os habitantes de Goiânia e de Campinas. Ela tornou-se objeto de contemplação e cópia dos artesãos e mestres-de-obra ou pedreiros que

> após observarem os novos e monumentais edifícios da nova capital, tentavam reproduzir em suas obras aqueles frizos, ornatos ou o coroamento. Esses artesãos agiam por imitação, fosse por iniciativa própria – o que é mais provável – fosse a pedido do proprietário-consumidor. Ao adornar um barracão de taipa ou mesmo de adobe com

> um imponente zigurate na platibanda, ao dar a forma quadrada ao capitel de um pilar, o mestre-de-obra fechava a ponta de um círculo estilístico que realizava troca de influências numa escala planetária pela primeira vez na história.

Esse fenômeno é revelador das contradições inerentes à insistência, por parte dos projetistas, em vincular uma imagem cosmopolita à nova capital goiana, construída com poucos recursos e com uma estrutura sócio-econômica predominantemente rural. Primeiro, porque tiveram que se adaptar às deficiências estruturais de uma cidade com recursos escassos – como a falta de energia elétrica e água para banho ou mesmo escovar os dentes[79] – e com tipos de tecnologias construtivas, predominantemente tradicionais durante os primeiros anos, mesmo tendo em vista as rígidas especificações para as construções da nova capital.

Os dados apontados na tabela 8 são reveladores da disparidade entre as expectativas projetadas para a nova capital e o campo de experiência que se articulava à sociedade local: as técnicas construtivas tradicionais ainda prevaleciam, malgrado as rígidas normas impostas pelo governo estadual para dirigir as construções.

Tabela 8: Construções particulares existentes em Goiânia em 1940.

			Edificações provisórias		
Regiões	Edificações Principais	Dependências	Alvenaria	Barracões e casebres	Total
Goiânia	668	225	-	270	1.163
Campinas	1.118	36	-	710	1.864
Botafogo	-	-	115	207	322
Total	1.786	261	115	1.187	3.349

Fonte: IBGE, 1942:65-66.

Para Oliveira (1999: 63-64), esse índice é relevante porque expressa determinados valores de pessoas que construíram e habitaram naquelas casas e apropriaram-se do padrão estético moderno das mais variadas maneiras

[79] Na rápida visita de Monteiro Lobato a Goiânia, em 1938, sua impressão ficou registrada nos versinhos célebres em homenagem à infra-estrutura da nova capital goiana:
Goiânia, cidade linda
que nos encanta e seduz
de dia não tem água
de noite não tem luz.

incorporando ás intenções cosmopolitas, uma identidade interiorana. Segundo Oliveira (1999: 63-64),

> Enfim, pode-se dizer que havia uma Goiânia bem diferente daquela dos discursos ufanistas de políticos e de jornalistas. Esta Goiânia era habitada por pessoas de origens provincianas com seus costumes tradicionais; era uma cidade pequena na qual todos se conheciam e a exuberância da natureza adentrava os limites definidos como urbanos.

Processo semelhante ocorreu desde o início da implantação do setor Sul: a ocupação do bairro por parte dos moradores ocorre de maneira oposta àquela planejada, ou seja, as casas foram construídas com a frente voltada para a rua, relegando a frente com área verde para o fundo das casas. Além dessa inversão do sentido dos lotes, algumas casas isolaram os jardins através da construção de muros sem comunicação com o exterior ou construíram barracões no fundo dos lotes, o que francamente contrariava a intenção de ampliação e integração entre os moradores (Gonçalves, 2003).

Todas estas contradições apenas afirmam o caráter pedagógico da experiência de implantação da nova capital do estado de Goiás, na década de 1930. Como uma verdadeira aula de urbanismo, registra-se diversas concepções arquitetônicas e urbanísticas tais como o traçado orgânico e a citação ao barroco europeu, a cidade-jardim, o traçado em grelha e a aplicação da perspectiva neocolonial nas casas particulares e do *art déco* nos prédios públicos, revelando o sonho da cidade ideal. Para Argan (1995:74),

> a hipótese da cidade ideal implica o conceito de que a cidade é representativa ou visualizadora de conceitos ou de valores, e que a ordem urbanística não apenas reflete a ordem social, mas a razão metafísica ou divina da instituição urbana.

Nesse sentido, cada uma daquelas referências reflete, a sua maneira, as expectativas projetadas pelos seus projetistas e executores: a partir dos grandes modelos e das grandes experiências urbanísticas internacionais seria possível, no sertão, construir a cidade ideal, que sintetizasse um valor qualitativo permanente, mesmo em face das mudanças. É também uma aula de urbanismo porque confirmou os vínculos históricos entre urbanismo e Estado, através dos simbolismos produzidos no projeto da nova capital e do seu alinhamento ao ideário político do período.

Mas é o próprio Argan que, lembrando Marcíli Ficino nos lembra uma outra dimensão do caráter de lição do projeto da nova capital de Goiás: a cidade não possui um sentido pré-definido. São os homens que atribuem valor às pedras, “e todos os homens, não apenas os arqueólogos ou os literatos (...) De fato, o valor de uma cidade é o que lhe é atribuído por toda a comunidade” (Argan, 1995: 228-229). Dessa forma, da explícita contradição entre o horizonte de expectativa – a cidade ideal, sua interpretação e antecipação do mundo – dos projetos para a nova capital goiana e o campo de experiência com o qual os projetistas se depararam – provinciana e sustentada por uma base tecnológica rudimentar, apoiada por um projeto de transformação social imposta pelo executivo – constituiu-se uma modernidade possível, truncada, adaptada aos modelos sociais próprios da periferia.

CAPÍTULO 6

O Plano Piloto de Brasília, Espelho da Nação

> Todos os grandes planos são fundamentalmente simples. Podem ser apreciados de uma só vez, não apenas por arquitetos, mas por todas as pessoas – uma vez concebidos, parecem inevitáveis.
> Sir William Holford, 1957.

Duas décadas se passaram desde o início da construção da cidade de Goiânia para que se levasse a termo, no Planalto Central, a terceira e mais ampla experiência moderna de construção de cidades-capitais no Brasil.

Assim como Belo Horizonte e Goiânia, Brasília é fruto do desenvolvimento do moderno pensamento urbanístico que, sob novas matrizes, dominou o cenário intelectual brasileiro entre as décadas de 1940 e 1960. Este período é marcado pelo avanço técnico em virtude do intenso processo de substituição de importações pelo qual passa o País e pela incorporação, cada vez mais intensa, das soluções modernas à arquitetura brasileira, dominada, até esse momento, pelo padrão construtivo tradicional, em muitos aspectos, sobrevivente do estilo colonial. Essas mudanças podem ser observadas, por exemplo, na forma de utilização do lote urbano, na difusão do uso do concreto, no sistema de cobertura, na disposição e estilização de janelas, portas etc., alcançando mesmo objetos de utilidade doméstica como talheres e louças etc. (Reis Filho, 2002).

A releitura dos valores nacionais e o interesse pelo mecenato estatal são duas de suas características. O interesse do Estado em relação aos projetos de reformulação urbana, associam-se à própria história do urbanismo. Mas é a partir do final do século XIX que engenheiros e urbanistas são colocados como parceiros nos projetos de elaboração ou reformulação do tecido urbano. No caso

das transformações de Paris, executadas por Haussmann[80], essa associação entre Estado e urbanismo se dá na medida em que a cidade é pensada como o cenário por excelência da intervenção estatal na sociedade. O temor da tradição revolucionária francesa que retoma não somente os movimentos de 1848 e 1830, mas principalmente à revolução de 1789 – movimentos revolucionários que tinham sua origem ou ponto de convergência e de força nos bairros pobres da antiga Paris – foi um dos argumentos fundamentais para realização das reformas urbanas[81]. A grande oferta de trabalho oferecida aos operários, além da visível melhoria das condições sanitárias e o intenso processo de especulação imobiliária por que passou a cidade são apenas alguns aspectos que ressaltam a imagem de um regime que procurava conciliar prosperidade material com autoritarismo e conservadorismo (Rossi, 1977: 194).

Apesar de ter um longo retrospecto, essa relação entre arquitetura e subvenção estatal é intensificada na Europa a partir do final da Primeira Grande Guerra, por meio do trabalho de reconstrução de conjuntos habitacionais, bairros inteiros e, por vezes, cidades nos países envolvidos naquele evento, além da reformulação da legislação urbanística (Scherer, apud. Le Corbusier, 1993). Da mesma forma, apesar de no Brasil, podermos encontrar alguns antecedentes desse estreitamento de relação – sendo a construção de Belo Horizonte e as reformas implementadas no Rio de Janeiro por Pereira Passos os exemplos mais claros –, é apenas a partir de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas à chefia do

[80] Segundo Benévolo (1976), os trabalhos realizados por Haussmann em Paris podem ser divididos em cinco categorias. Primeiro, na realização de obras viárias, através da urbanização de terrenos periféricos, com o traçado de novas vias e o realinhamento dos novos edifícios. Depois, nos trabalhos de edificações, como na construção de escolas, hospitais, prisões, bibliotecas, mercados, casas populares. Os trabalhos de criação de parques públicos e de instalações públicas (aqueduto, rede de esgoto, iluminação pública) seriam outras duas frentes atacadas. Por último, Haussmann investiu na ampliação dos limites da cidade através da anexação de onze novas Comunas. Juntas, elas realizavam um triplo objetivo: facilitar a circulação dentro da cidade, eliminar os focos de insalubridade e degradação dos bairros através de seu arejamento e arborização e revalorizar espaços degradados dentro do espaço urbano. Intervenção contemporânea a de Haussmann, mas com propósitos de expansão da malha urbana se deu em Barcelona, com as modificações introduzidas por Idelfonso Cerdá na malha daquela cidade, por ordem régia (Lamas, 2004).

[81] Não somente as ruas eram utilizadas como elementos de defesa das populações acossadas pelas tropas governamentais, através de ruas calçadas e estreitas (barricadas, pedras e rápidos pontos de fuga), mas também os prédios "Que todos os franceses deixem portas, corredores e átrios abertos para o refúgio de nossos atiradores e para levar-lhes ajuda (...) As tropas jamais ousarão entrar dentro das casas sabendo que lá encontrarão a morte. Seria bom que ficasse uma pessoa em cada porta, a fim de proteger a entrada e a saída de nossos atiradores", proclamava um panfleto em 1830. Os *bouleards* retilíneos tinham nesse aspecto, uma função central, auxiliando no ataque direto à multidão revolucionária. (Benévolo, 1976: 98).

País que essa relação se legitima. Neste caso, o interesse mútuo de associação entre o ideal arquitetônico de pleno exercício da profissão, sem intervenções de nenhuma ordem (política, econômica, social) e a imagem moderna que o Estado, em todas as instâncias, desejava projetar para a sociedade, solidificou essa relação. Em 1946 Oscar Niemeyer reconheceria essa associação:

> De maneira formidável para um país como o nosso, reside, é necessário confessar, no apoio da parte do governo que nós arquitetos temos sabido habilmente explorar. Devemos esse progresso primeiramente ao apoio oficial do governo e ao interesse que lhe têm dedicado as personalidades como o ministro Capanema, o governador Valadares, o prefeito Kubitscheck e João Vital, que aceitaram nossos pontos de vista profissionais e que os têm assistido e levado a um bom fim. (Niemeyer, apud. Pereira, 1997: 84).

A releitura dos valores nacionais via ideal modernista tem sua origem ainda no movimento neocolonial e na valorização do barroco ainda na década de 1920. Segundo Rodrigues (1998), através da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937, essa tendência foi institucionalizada, reforçando a tendência modernista internacional de isolamento do passado através da preservação de fragmentos isolados, salvando, mas, ao mesmo tempo, isolando do presente. Da mesma forma, reforçou a tendência nacionalista de,

> seguir a tradição sem afastar-se da universalidade, e deu legitimidade à moderna arquitetura brasileira como manifestação nacional, herdeira do que, sendo a raiz de nossa cultura, nos fortalecia enquanto membros da universalidade expressa nos grandes descobrimentos do início da era moderna. (Rodrigues, 1998: 89).

A construção de uma nova capital no interior do País surgia como uma das mais fantásticas possibilidades de realização dessa dupla tendência do urbanismo nacional. A ideologia desenvolvimentista de rápida industrialização e planejamento econômico apenas fortaleceu a tendência centralizadora do Estado e possibilitou, através do Plano de Metas, um revigoramento da temática nacionalista (Bielschowsky, 2000). À chamada do Edital do concurso responderam 26 candidaturas prontas para dar ao Brasil uma nova cidade-capital, nos moldes das mais modernas concepções urbanísticas do seu tempo.

O Concurso para o Plano Piloto de Brasília

Muito embora a construção efetiva de Brasília tenha se iniciado apenas em 1956, conforme pudemos observar no Capítulo 3, é possível identificar algumas ações efetivas que contribuíram para que a idéia de construção de uma nova capital, localizada no interior do território brasileiro, fosse incorporada ao imaginário nacional. Obviamente, apesar da estratégia retórica da *Coleção Brasília* de fixar Brasília como o *sentido para* de toda a trajetória da sociedade brasileira, através de um tipo de explicação que revela seu conteúdo romântico (a procura do centro) e politicamente engajado com as diretrizes nacionais determinadas pelos discursos de Kubitscheck, o trabalho heurístico realizado naquele projeto permite-nos identificar alguns momentos pré-construtivos, direcionados para tarefas preliminares à *possível* construção de uma nova capital no interior do País.

É, pois, a partir dessa liberação, possível identificar o primeiro desses elementos nos trabalhos da comissão de demarcação do território no qual, num futuro não determinado, deveria ser instalado o novo Distrito Federal.. Comandada pelo diretor do Observatório Nacional, Luiz Cruls a comissão inicia seus trabalhos em 1892 seguindo para o Planalto Central. Dois anos depois seus a comissão publica um relatório geral contendo dados topográficos, geológicos e botânicos da região que serão utilizados para os futuros estudos sobre o local mais propício para o estabelecimento da nova capital federal.

Outro momento que pode ser considerado, em termos de processo construtivo, etapa preliminar da construção de Brasília teve início algumas dezenas de anos mais tarde, em 1948, quando o presidente Dutra contratou uma empresa norte-americana para proceder aos levantamentos das condições geográficas do perímetro já identificado pela Comissão Cruls, e à indicação do melhor sítio para a construção da nova capital. O sítio escolhido para a construção da nova capital foi aquele denominado *Castanho*, próximo à confluência dos rios Torto e Gama que, mais adiante, formam o rio Paranoá. Ali, segundo previa-se, de acordo com a topografia da região, deveria ser construída uma represa que, além de servir de alimentador de energia para os momentos iniciais da construção de Brasília, funcionaria como elemento estético natural da

futura capital do país. A cidade a ser construída assentar-se-ia, portanto, ao longo dos dois braços formados pelo lago da barragem do Paranoá, circundando-o e, portanto condicionando-a. Adicionadas ao lago, com a cota de suas águas registrando 997m acima do nível do mar, a topografia do terreno ofereceria ao projetista da futura cidade uma outra condição favorável: uma leve inclinação do terreno, da garganta do Paranoá em direção oeste-noroeste, até o ponto mais alto, de cota 1.172m (Carpintero, 1998)

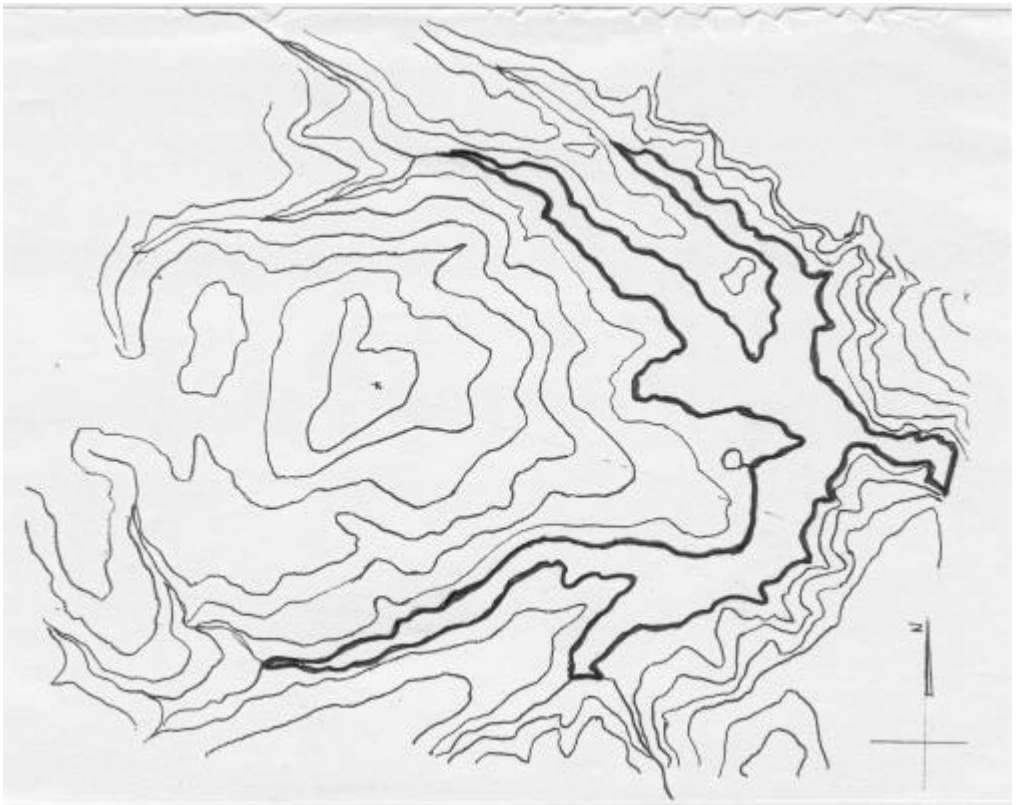


Figura 15: Planta topográfica do sitio onde deveria ser instalada a nova capital. Fonte: Carpintero, 1998.

Os dados produzidos nestas duas etapas foram incorporados, de certa forma, como estudos preliminares à constituição da nova capital – mesmo que dispersos ao longo de quase sessenta anos e engavetados ou interrompidos antes de sua efetiva conclusão, como no caso dos trabalhos da Comissão Cruls.

A terceira etapa desse processo refere-se, efetivamente, aos trabalhos da *Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal* (criada ainda em 1955 pelo decreto nº 38281, de 09 de dezembro de 1955) e ás primeiras medidas tomadas pelo novo presidente, Juscelino Kubitscheck, ainda

em 31 de janeiro daquele ano para dar andamento ao projeto de construção de Brasília.

Dentre as medidas está o lançamento do edital do concurso para o plano-piloto de Brasília, que foi elaborado por Ernesto Silva, Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer, Raul Pena Firme e Roberto Lacombe:

> **CONCURSO NACIONAL DO PLANO PILOTO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL.**
>
> A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, com sede à Avenida Presidente Wilson, 210, salas 306 e 307, nesta Capital, torna público a abertura do concurso nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob as normas e condições estabelecidos no presente Edital.
>
> I *Inscrição*
>
> 1. Poderão participar do concurso as pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, regularmente habilitadas para o exercício da engenharia, da arquitetura e do urbanismo.
>
> 2. As inscrições dos concorrentes estarão abertas dentro de 10 (dez) dias a partir da data da publicação do presente Edital no *Diário Oficial* da União e serão feitas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Comissão, pelo prazo de quinze dias, contados da abertura das inscrições.
>
> 3. O Plano Piloto deverá abranger:
>
> a) o traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana, a localização e interligação dos diversos setores, centros, instalações e serviços, distribuição de espaços livres e vias de comunicação (escala 1:25.000);
>
> b) relatório justificativo.
>
> 4. Os concorrentes poderão apresentar dentro de suas possibilidades os elementos que serviram de base ou que comprovem as razões fundamentais de seus planos como sejam:
>
> a) esquema cartográfico de utilização prevista para a área do Distrito Federal, com a localização aproximada das zonas de produção agrícola, urbana, industrial, de preservação dos recursos naturais — inclusive florestas, caça, pesca, controle de mananciais — e das redes de comunicação (escala 1:50.000);
>
> b) cálculo do abastecimento de energia elétrica, de água e de transporte, necessários à vida da população urbana;
>
> c) esquema do programa de desenvolvimento da cidade indicando a progressão por etapas e a duração provável de cada uma;
>
> d) elementos técnicos para serem utilizados na elaboração de uma lei reguladora da utilização da terra e dos recursos naturais da região;
>
> e) previsão do abastecimento de energia elétrica, de água de transporte e dos demais elementos essenciais à vida da população urbana;
>
> f) equilíbrio e estabilidade econômica da região, sendo previstas oportunidades de trabalhos para tôda a população e remuneração para os investimentos planejados;
>
> g) previsão de um desenvolvimento progressivo equilibrado, assegurando a aplicação dos investimentos no mais breve espaço de tempo e a existência dos abastecimentos e serviços necessários a população em cada etapa do programa;

h) distribuição conveniente da população nas aglomerações urbanas e nas zonas de produção agrícola de modo a criar condições adequadas de convivência social.

5. Só poderão participar deste concurso equipes dirigidas por arquitetos, engenheiros e urbanistas domiciliados no país e devidamente registrados no Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

6. O plano piloto deverá ser executado à tinta, cópia heliográfica ou fotostática, sobre fundo branco e trazer a assinatura de seus autores, sendo vedada a apresentação de variantes, podendo entretanto, o candidato apresentar mais de um projeto.

7. Os relatórios devem ser apresentados em sete vias.

8. O Júri, presidido pelo Presidente da Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, compor-se-á de: dois representantes da Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, um do Instituto de Arquitetos do Brasil, um do Clube de Engenharia e dois urbanistas estrangeiros.

9. Os trabalhos deverão ser entregues dentro de 120 dias, a contar da data de abertura das inscrições.

10. O Júri iniciará seu trabalho dentro de cinco dias a contar da data de encerramento do concurso e o resultado será publicado logo após a conclusão do julgamento.

11. Os concorrentes, quando convocados, farão a defesa oral de seus projetos perante o Júri.

12. A decisão do Júri será fundamentada não cabendo dela qualquer recurso.

13. Após a publicação do resultado do julgamento, a Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil poderá expor os trabalhos em lugar acessível ao público.

14. Os autores do plano piloto classificados em primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto lugares receberão os prêmios de Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), Cr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), e Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), respectivamente.

15. Desde que haja perfeito acordo entre os autores classificados em primeiro lugar e a Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, terão aqueles a preferência para o desenvolvimento do projeto.

16. O Júri não será obrigado a classificar os cinco melhores trabalhos e conseqüentemente a designar concorrentes que devam ser premiados se, a seu juízo, não houver trabalhos merecedores de todos ou de alguns dos prêmios estipulados.

17. Todo trabalho premiado passará a ser propriedade da Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, após o pagamento do prêmio estipulado, podendo dele fazer o uso que achar conveniente.

18. A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal coloca a disposição dos concorrentes para consulta, os seguintes elementos:

a) mosaico aerofotogamétrico na escala de 1:50.000, com curvas de forma (sic) de 20 em 20 metros (apoiados em pontos de altura determinados por altímetro de precisão Wallace & Tiernan) de todo o Distrito Federal;

b) mapas de drenagem de todo o Distrito Federal;

c) mapas de Geologia de todo o Distrito Federal;

d) mapas de solos para obras de engenharia de todo o Distrito Federal;
e) mapas de solos para agricultura de todo o Distrito Federal;
f) mapas de utilização atual da terra de todo o Distrito Federal;
g) mapa de conjunto indicando locais para perfuração de poços, exploração de pedreiras, instalações de usinas hidroelétricas, áreas para cultura, áreas para criação de gado, áreas para recreação , locais para aeroportos, etc., etc.;
h) mapa topográfico regular, na escala de 1:25.000, com curvas de nível de 5 em 5 metros, executados por aerofotogametria, cobrindo todo o sítio da Capital (cerca de 1.000km^2) e mais uma área de 1.000km^2 a Leste do sítio da Capital, abrangendo a cidade de Planaltina e grande parte do vale do Rio São Bartolomeu;
i) ampliação fotográfica dos mapas do sítio da Capital (200km^2) para a escala 1:5.000 com curvas de nível de 5 em 5 metros;
j) mapas detalhados e (sic) drenagem, geologia, solos para engenharia, solos para agricultura e utilização da terra, do sítio da cidade (1.000km^2) e mais 1.000km^2 a Leste deste sítio;
k) mapas topográficos regulares, na escala de 1:2.000, com curvas de nível de metro em metro e de dois em dois metros, da área de 150km^2 indicada como ideal para a localização da zona urbana da Capital Federal;
l) relatório minucioso relativo aos estudo (sic) do solo e do subsolo, do macro clima e do microclima, das águas superficiais e subterrâneas, das possibilidades agrícolas e pecuárias, etc., etc.
19. Caberá aos concorrentes providenciar as cópias heliográficas, fotográficas, etc., que julgarem indispensáveis à elaboração dos projetos, sendo que para esse fim serão fornecidos os seguintes elementos:
a) mapas topográficos regulares em 1:25.000, com curvas de nível de 5 em 5 metros, do sítio da Capital;
b) mapas ampliados para a escala 1:50.000 de 200km^2 do sítio da Capital;
c) mapas topográficos regulares na escala de 1:2.000, com curvas de nível de metro em metro e de dois em dois metros, da área de 150km^2 indicada como ideal para a localização da zona urbana da Capital Federal.
20. A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, facilitará aos concorrentes a visita ao local da futura capital, para melhor conhecimento da região.
21. Qualquer consulta ou pedido de esclarecimento sobre o presente concurso deverá ser feito por escrito sendo que as respostas respectivas serão remetidas a todos os demais concorrentes.
22. As publicações relativas ao concurso serão inscritas no *Diário Oficial* da União e em outros jornais de grande circulação no Distrito Federal e nas principais Capitais estaduais.
23. A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal considerando que o planejamento de edifícios escapa ao âmbito deste concurso, decidiu que o projeto dos edifícios públicos serão objeto de deliberações posteriores a critério desta Comissão.
24. A participação neste concurso importa, da parte dos concorrentes, em integral concordância com os termos deste Edital.
Rio de Janeiro, 19 de Setembro de 1956
Ernesto Silva, Presidente.

(Diário de Brasília, T. 1, 1960: 181)

Cinco dias depois de lançado o Edital, a Comissão é extinta, sendo transferidos seus bens, serviços, direitos e obrigações à NOVACAP (Decreto 40.016 de 24 de setembro de 1956) – empresa que, a partir de então, dirigiria com total liberdade, todos os trabalhos de construção da nova capital e que tinha como diretores Israel Pinheiro, Bernardo Sayão, Ernesto Silva e Iris Meinberg. É importante notar que o Edital acima fornece praticamente todas as informações formais (prazos, formas de inscrição e de apresentação dos trabalhos, composição da comissão julgadora), jurídicas (normas de aceitação do concurso, limitações aos inscritos etc.) e principalmente técnicas (mapas, plantas topográficas, estudos preliminares etc.) que os concorrentes teriam acesso para a elaboração de suas propostas para o Plano Piloto de Brasília.

Mesmo assim, o Edital revela certa insuficiência de informações acerca da cidade que estava para se construir, deixando em aberto a possibilidade de exploração das mais diversas concepções urbanísticas. Foi essa a percepção que teve o Instituto dos Arquitetos do Brasil, ao pedir uma série de esclarecimentos sobre pontos não contemplados no Edital (Anexo 2). Mesmo assim, as referências aos indicadores da cidade continuaram vagas. A cidade a ser projetada deveria ter previsão para, no máximo, 500.000 habitantes, a organização ministerial deveria prever o mesmo número de ministérios que existiam no período, acrescido de mais três, o desenvolvimento industrial da cidade seria limitado, em função do “caráter político e administrativo da Nova Capital”, o tipo de loteamento e propriedade da terra estava aberto a sugestões, o hotel e o palácio residencial já estavam em construção sendo sua localização disponível aos concorrentes.

Segundo Carpintero (1998), é necessário observar duas importantes omissões contidas no interior do referido edital. Primeiro, em relação ao número de habitantes – sequer são oferecidos parâmetros para o estabelecimento das dimensões e das densidades. Segundo, em relação às informações básicas sobre a estrutura de governo que seria instalada, principalmente se comparada à quantidade de dados técnicos fornecidos sobre outras questões, tais como composição de solo, mapas de geológicos, de drenagem, topográficos etc. Decorrente dessas omissões, encontramos uma característica que percorrerá

todas as etapas da construção de Brasília, até depois de sua inauguração: a pouca preocupação com as questões de ordem social. Essa característica será herdada pela maioria dos projetos inscritos no concurso, revelando um aspecto comum do tipo de urbanismo modernista que caracterizaria a concepção de cidade que estava sendo construída e que teria seu desfecho com o processo de expulsão dos operários de Brasília do Plano Piloto, após o 21 de abril de 1960 (Silva, 1997; Silva, 1994; Sousa, 1983).

Há que se perceber ainda que, apesar de na carta de esclarecimentos, Niemeyer afirmar que o palácio do governo já estava projetado, nada indica que o mesmo estava disponível aos concorrentes. Ao mesmo tempo, o edital deixa claro que o planejamento dos edifícios não seria motivo de avaliação da comissão julgadora, visto que "escapa ao âmbito deste concurso" e seriam "objeto de deliberações posteriores". Nem mesmo o partido arquitetônico adotado pelo projetista fora informado. Neste caso, os concorrentes não deveriam ter preocupações arquitetônicas, mas estritamente urbanísticas e deixar à própria sorte a unidade e a coerência estética de uma virtual composição entre os dois elementos.

Dessa suposta abertura surgiram 26 propostas, destacando-se entre elas os projetos de Lucio Costa (número 22), Carlos Cascaldi (número 1), M.M.M. Roberto (número 8), Joaquim Guedes, Liliane Marsicano Guedes, Carlos Milan e Domingos Azevedo (número 12). É sobre elas que inicialmente nos debruçaremos.

As Cidades Modernistas

Para Bruand (1981:356-357) todos os projetos inscritos no Concurso para o Plano Piloto de Brasília podem ser caracterizados como de inspiração racionalista e fundamentada na contribuição teórica de Le Corbusier, no período entre-guerras.

Sem dúvida alguma, o franco-suíço Le Corbusier destacava-se, desde a década de 1920, como um dos maiores nomes da arquitetura moderna internacional. Da análise de *Vers une Architecture* – uma coletânea de artigos que

foram publicadas em 1922 em forma de livro – é possível identificar os principais breviários das concepções que dominariam as conclusões do CIAM de 1928 e, conseqüentemente, a *Carta de Atenas,* como veremos mais adiante. A concepção da casa como uma "máquina de morar", construídas em série, tal como aviões, caminhões, e vagões, e perfeitamente ordenados dentro do espaço urbano[82], os *pilotis* como elemento estético e funcional para a resolução de problemas estruturais da cidade[83] são algumas delas. Mais tarde, em 1925, suas idéias seriam cristalizadas numa nova obra, intitulada *Urbanisme*. A partir das críticas ao modelo culturalista de urbanismo, representado principalmente por Camilo Sitte, Le Corbusier propões a reta como o princípio estético fundamental da cidade moderna:

> uma cidade moderna vive praticamente da linha reta (...) A rua curva é o caminho das mulas, a rua reta o caminho dos homens. A rua curva é o resultado da vontade arbitrária, da indolência, do relaxamento, da descontração, da animalidade. A reta é uma reação, uma ação, uma atuação, o resultado de um domínio de si. É sadia e nobre (Le Corbusier, 1992: 10-11).

Além disso, propunha a hierarquização do tráfego com passagem em nível nos cruzamentos, através de "vastas passarelas de concretos" com o objetivo de aumentar a fluidez do trânsito, das comunicações e das trocas, garantindo assim maior velocidade nos negócios e, conseqüentemente, menos horas de trabalho.[84] O melhor exemplo dessa concepção de cidade está na *Ville Raieuse*, e no *Plan Voisin* para a completa reformulação do centro de Paris, através da destruição de bairros inteiros, elaboração de um novo traçado urbano

---

[82] "Os loteamentos urbanos e suburbanos serão vastos e ortogonais e não mais desesperadamente disformes; permitirão o emprego do elemento de série e a industrialização da construção. (...) A casa não será mais essa coisa espessa que pretende desafiar os séculos e que é o objeto opulento através do qual se manifesta riqueza; ela será um instrumento, da mesma forma que o é o automóvel." (Le Corbusier, 1989: 166).

[83] "Essa concepção dos pilotis eu a tinha exposto há muito tempo a Auguste Perret (...) Em lugar de estabelecer as fundações escavando e construindo espessos muros de fundaões, em lugar de cavar e recavar eternamentes as calçadas para instalar nelas (trabalho de Sísifo) as tubulações de água e de gás, os esgotos e os metrôs, e repara-los sem fim, teríamos decidido que os novos bairros seriam construídos no nível do solo com as fundações substituídas por um número lógico de pilares de concreto; estes suportariam os pavimentos térreos dos edifícios e, em forma de sacadas, os pisos dos passeios e das calçadas" (Le Corbusier, 1989: 37)

[84] "A velocidade não está aquém de um sonho, é uma brutal necessidade! Julgo por isto: a cidade que dispõe da velocidade dispõe do sucesso – verdade dos tempos. (...) Quanto mais rápido forem os meios mecânicos de troca de opiniões, mais rápido se realizará a transação cotidiana. (Le Corbusier, 1992: 180).

e construção de grandes prédios residenciais[85]. No caso da *Ville Radieuse*, organizada para o II Congresso dos CIAM, em 1930, estão expressos os elementos fundamentais que caracterizariam a arquitetura de Le Corbusier. Nela podemos observar uma cidade verde, com grandes construções que, no entanto, estão amplamente separadas umas das outras e construídas sobre *pilotis*. "No essencial, se constituía como um mar de verdura percorrido por vias de circulação e do qual emergiam grandes construções de habitação, equipamentos, serviços. O conjunto receberia o Sol e proporcionaria uma vida feliz aos seus habitantes" (Lamas, 2004: 354).

Os princípios contidos na obra de Le Corbusier serão tomados como fundamento para a maioria dos concorrentes ao Concurso para o Plano Piloto de Brasília, apesar de nenhuma orientação estética ter sido dada. Essa proximidade de soluções adotadas nos projetos indica um horizonte de concepções estéticas e leituras muito próximas umas das outras e que podem ser reunidas dentro do conjunto de doutrinas contidas na *Carta de Atenas*. Algumas das premissas dos trabalhos dos CIAM podem ser observadas tanto nas intenções dos documentos oficiais relativos ao Concurso para o Plano Piloto, quanto nos projetos que a ele acorreram. É esta, portanto, a chave de leitura que deve ser utilizada na tentativa de comparação dos planos inscritos para o concurso e será através dela que poderemos encontrar os primeiros indícios sobre a escolha do projeto de Lucio Costa como vencedor.

[85] O Plano Voisin, ficou apenas na etapa de planejamento, não tendo sido incorporado nem pela iniciativa privada (principalmente a indústria automobilística de quem Le Corbusier esperava a participação) nem pelo Estado.

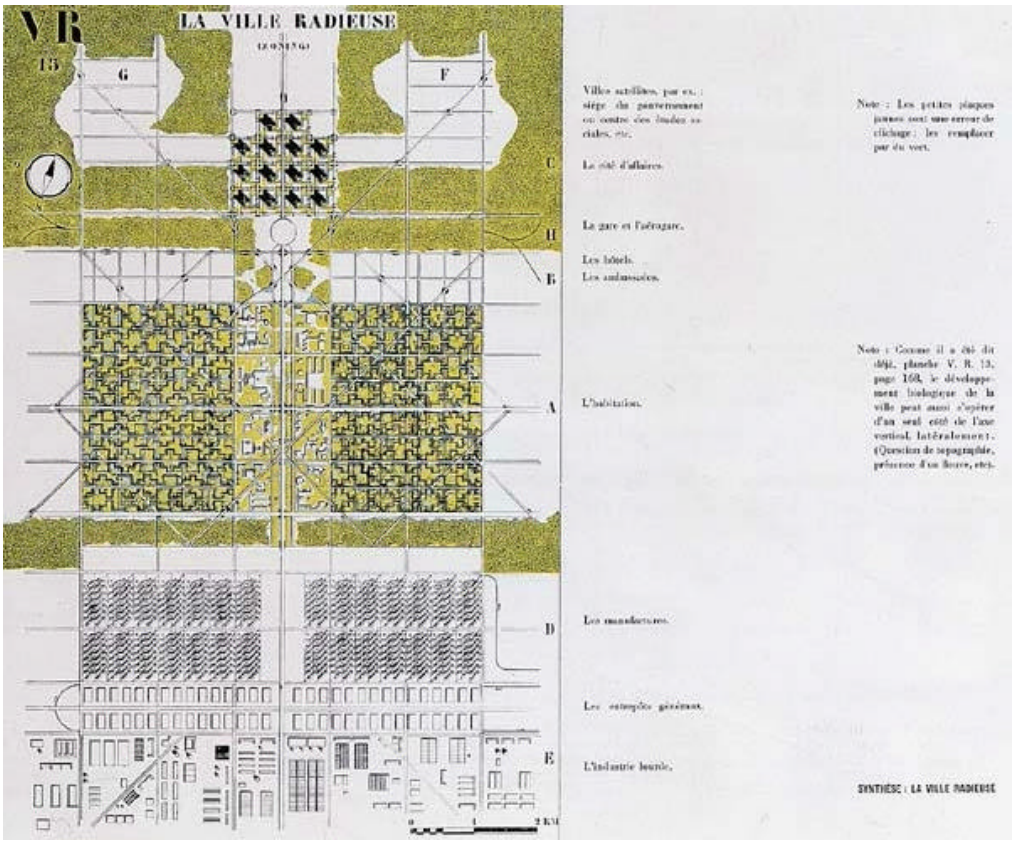


Figura 16: A Ville Radieuse, de Le Corbusier. Fonte: Acervo particular.

Segundo Holston (1993) o modelo de cidade dos CIAM domina os discursos arquitetônicos e urbanísticos a respeito da cidade moderna no período da construção de Brasília. Tal modelo, expresso em termos gerais através da *Carta de Atenas* de Le Corbusier, se constitui a partir da crítica à crise social e urbana pela qual, segundo seu entendimento, passavam as cidades nascidas do rápido processo de industrialização europeu, ainda no século XIX (Hobsbawn, 1982). Crise causada pelo Capitalismo Industrial que provocou o rápido e descontrolado crescimento demográfico e, ao mesmo tempo, colocou os interesses do capital privado a frente do interesse público. Essa expansão desenfreada causou a doença do tecido urbano e a perda de vitalidade da cidade (espoliação urbana provocada pela necessidade incessante de lucro do capital privado).

Como resposta a esse problema, os CIAM sustentavam a opinião de que a terra, tanto rural quanto urbana, deveria ser, em última análise, um patrimônio inalienável do Estado. Segundo Holston (1993: 52):

> Essa redefinição não extingue a propriedade privada mas sem dúvida subtrai, do conjunto de direitos associados à posse da terra, aquele de dispor do solo em algumas circunstâncias. Os outros direitos do proprietário continuam a existir. A doutrina dos CIAM enfatiza também que a propriedade é um direito legitimado pelo Estado como uma parte da organização coletiva. Com base nessa legitimação, as propostas dos CIAM justificam o direito dos urbanistas de intervir em questões de posse do solo quando está em jogo 'o benefício da humanidade'.

O controle do uso do solo proporcionaria, segundo essa perspectiva, uma distribuição mais igualitária dos recursos urbanos, fazendo com que, assim, a cidade modernista alcançasse sua principal finalidade, abolir a estratificação social e espacial, colocando o urbanista – a serviço do Estado – como seu principal árbitro. A arquitetura, nesse sentido, como bem observou Freitag (2001), pactua com o poder. Daí, por exemplo, o culto às grandes intervenções urbanas ocorridas no século XIX, principalmente à figura de Haussmann e Luis XIV que tem em *Urbanismo*, uma especial menção por parte de Le Corbusier (1992: 284): "Homenagem a um grande urbanista. Esse déspota concebeu coisas imensas e as realizou. O esplendor de sua glória está em todo o país, em toda parte. Soube: 'Eu quero!' ou 'Esta é minha vontade soberana'".

Esse tipo de perspectiva, claramente identificada em Le Corbusier, mas sem unanimidade no interior do CIAM, reflete o tipo de engajamento político pouco consistente e ideologicamente heterogêneo existente no pensamento urbanístico do período, por vezes associado às realizações de Mussolini, na Itália, ou de Stalin, na URSS.

Ao mesmo tempo, a solução para a crise urbana, causada pelo Capitalismo Industrial, estava na mudança do entendimento da cidade como uma verdadeira máquina, ou seja,

> projetá-la do mesmo modo que um engenheiro de produção projeta um processo industrial, concebendo a cidade como um produto. Essa cidade nova teria de ser organizada não como uma metáfora da máquina mas sim, literalmente, como uma máquina, uma 'máquina de morar' (...) Nessas cidades-máquina, o arquiteto não mais se dedicaria a desenhar objetos individuais. Em vez disso organiza esses objetos em processos – em funções, inter-relações e comunicações – planejando sua construção posterior. Apenas por meio desse tipo de planejamento total, onde a cidade é ordenada como em uma instalação industrial sua complexidade poderia estar sob controle e seus benefícios potenciais poderiam ser estendidos a todas as classes de habitantes. Assim, diferentemente do urbanismo pré-modernista, a cidade dos CIAM tomou

> como modelo operacional precisamente aquilo que havia destruído as cidades pré-industriais: a própria máquina. (Holston, 1993: 57-58)

A idéia, portanto, é que essa mudança não se restringia-se apenas às concepções estilísticas, mas da vida urbana considerada em sua totalidade. Revela-se assim uma última característica importante para nosso interesse, relativa ao modelo urbanístico dos CIAM: a total recusa à acomodação ao meio social e urbano anteriormente encontrado. A ruptura deve, portanto, ser total, mesmo que para isso deva ser aplicado o princípio da tabula rasa ao sítio urbano, como foi expresso no *Plan Voison*, na *Ville Radieuse* e nos projetos para Brasília. Essa atitude impunha, além de um novo tipo de cidade, um novo tipo de habitante urbano. Uma dupla negativa que vincula,

> em um registro utópico, a inovação arquitetônica, a mudança nas percepções individuais e a transformação social. Embora considere que a inovação se desenvolve mediante uma procura de formas arquitetônicas que 'considerassem' novos tipos de experiência social, ele encara a relação entre arquitetura e sociedade como transitiva: mude-se a arquitetura e a sociedade será forçada a seguir o programa de mudança social que a arquitetura representa (Holston, 1993: 63).

A proposta número 1, de um grupo de especialistas nas mais diversas áreas e lideradas por Carlos Cascaldi e Vilanova Artiagas, é exemplar nesse sentido. Apresentando um volumoso relatório de mais de 100 páginas, divididos entre os diversos aspectos de organização e desenvolvimento do meio urbano (abastecimento e produção, educação, saúde, comércio e serviços, segurança e defesa, administração e governo), o projeto partia, segundo Carpintero (1998: 75), da perspectiva de planejamento urbano regional para a definição da nova capital:

> A Nova Capital deverá reorganizar, à sua volta, toda a rede de comunicações e transporte entre os centros políticos da Nação. Enquanto que o Rio de Janeiro, voltado para o mar, por suas condições de ordem histórica, desenvolveu essa rede na orla oceânica, com apoio das vias marítimas, a nova sede do Governo tenderá a estabelecer outro sistema de comunicações baseado em vias terrestres e aéreas. Se as comunicações marítmas se prestaram à ligação entre os centros urbanos costeiros, situados a grande distância um do outro, as conexões por via aérea obedecerão ao mesmo esquematismo, mas, agora, unindo o Litoral ao Sertão.
>
> Por sua vez, as vias terrestres fomentarão um povoamento melhor distribuído, valorizando política e economicamente, a população das áreas que atravessarem. (Artiagas, 1957: 05).

Além disso, seu projeto também trabalhava com um esquema funcionalista de organização da cidade, de acordo com os princípios da Carta de Atenas (separação das zonas de residência, trabalho, comércio e lazer), tendo, o sistema de vias, a tarefa de delimitar e, ao mesmo tempo, interligar as diversas zonas da cidade (Carpintero, 1998: 82). Por último, é importante notar que a proposta de uso do solo contida no relatório baseia-se também nos mesmos princípios do CIAM, através da manutenção de todas as terras sob domínio público, com a cessão de arrendamento para uso privado.

Outra proposta que segue os princípios urbanísticos do CIAM e, conseqüentemente, da Carta de Atenas, é a de número 08, do escritório MMM Roberto que baseava-se numa estrutura polinucleada, composta por sete unidades urbanas de formatação radiocêntrica que acabava por diluir a importância da capital como sede do governo – característica essa que contrariava expressamente as determinações do edital do concurso para o Plano Piloto. Segundo Bruand (1981: 357) essa intenção explicava-se por uma "recusa proposital do conceito de monumentalidade, rejeitado com desprezo como sendo uma sobrevivência do século XIX".

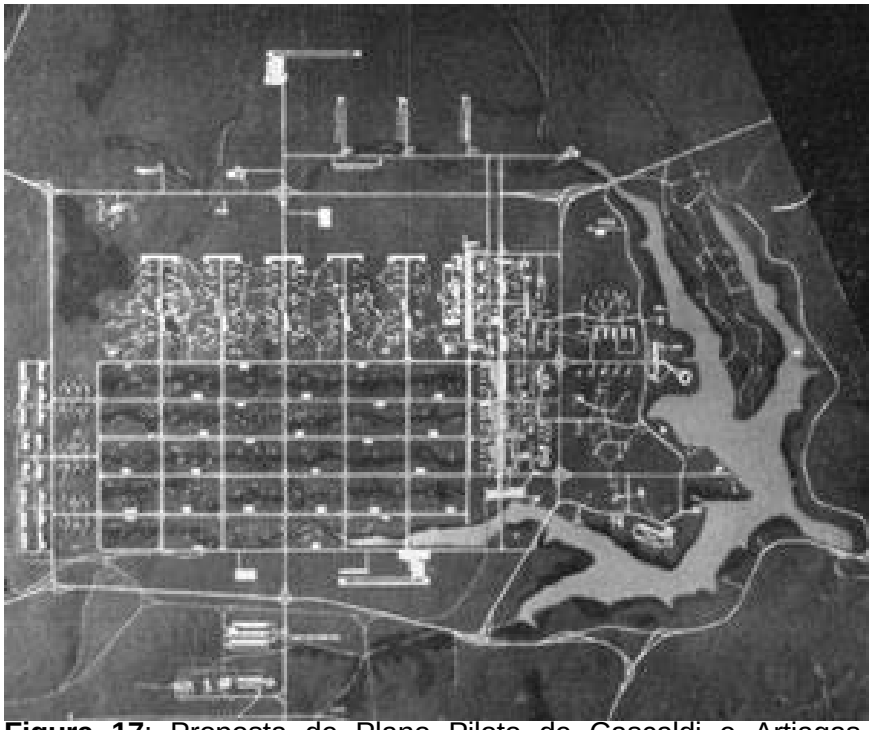


Figura 17: Proposta de Plano Piloto de Cascaldi e Artiagas. Fonte: www.vitruvius.com.br. Acessado em 18.03.2008.

Segundo Carpintero (1998), o projeto apresenta uma perspectiva funcionalista e uma estrutura residencial baseada na Unidade de Vizinhança. Seu relatório detalhado e repleto de dados econômicos e sociais considerava o Plano Piloto a partir de três dimensões distintas: *Metrópole* (relacionadas ao dimensionamento da população rural e urbana), *Urbe* (relacionada às unidades urbanas, ao dimensionamento do comércio, serviços e às estrutura física da cidade) e *Comunidade* (avaliação sobre o crescimento da cidade, sobre o financiamento necessário à implantação dos serviços urbanos básicos, a organização administrativa da nova capital e uma sugestão de Lei Orgânica para o Distrito Federal).

Figura 18: Proposta do plano-piloto de MMM Roberto. Fonte: Acervo particular.

Outro plano que merece atenção é o de número 12, de Joaquim Guedes, Liliana Marsicano Guedes, Carlos Milan e Domingos Azevedo. Suas formas e soluções urbanísticas possuem grandes semelhanças com o projeto desenvolvido por Lucio Costa. A primeira delas está na utilização de uma estrutura de vias em forma linear, curvadas de acordo com a topografia do terreno, com desenho similar às asas do eixo residencial do projeto vencedor. Ao

invés, entretanto, de recorrer a um traço sinuoso como aquele, o projeto daqueles recém-formados arquitetos privilegiava o traço reto e uma estrutura urbana de cidade linear, próxima às concepções de Soria. Apesar de não apresentar um Eixo Monumental e o mesmo equilíbrio estético do projeto de Lucio Costa, a descrição deste plano feita por Bruand (1981: 358), revela outras semelhanças importantes, como por exemplo,

> a organização das zonas residenciais aos dois lados de uma estrada que percorre a cidade em toda a sua extensão, com uma circulação paralela destinada ao trafego local, centro comercial no centro do conjunto, ou seja, na conjunção das duas alas, centro governamental e administrativo ligado ao anterior pelo setor cultural e colocado como uma excrescência em relativo isolamento, que lhe asseguraria calma e valorização, área industrial relegada à outra extremidade, perto da estação, além da estrada externa.

Tais semelhanças com o projeto vencedor de Lucio Costa não impediram que o Plano número 12 fosse eliminado na fase pré-classificatória. Paulo Antunes Ribeiro, o representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil, percebera a contradição das escolhas processadas pela comissão julgadora: apesar das diferenças de elaboração do projeto e das soluções encontradas por cada um deles – pesando contra o projeto número 12 e a favor do número 22 – aquela proximidade encontrou desfechos totalmente opostos para cada um deles.

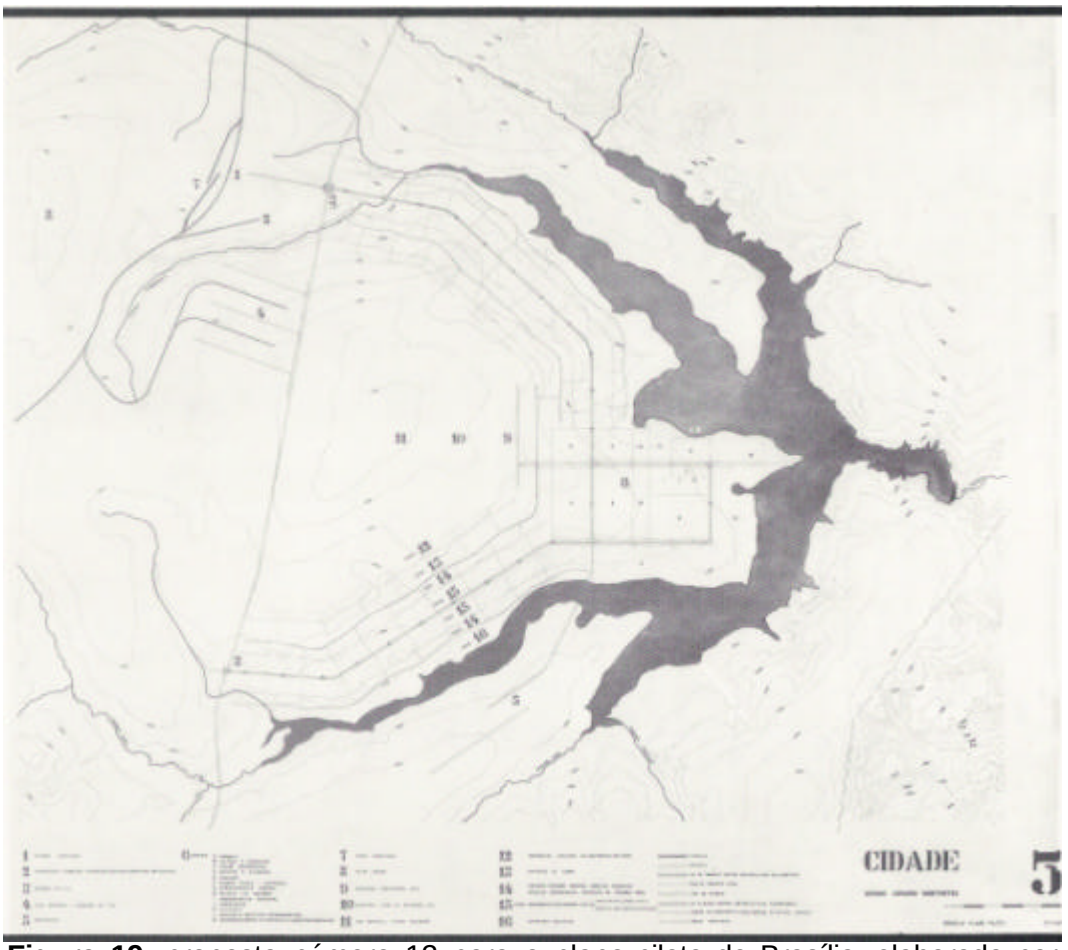


Figura 19: proposta número 12 para o plano-piloto de Brasília, elaborada por Guedes e equipe. Fonte: Acervo particular.

Essa dúvida talvez possa ser solucionada quando analisada à luz do projeto vencedor.

Neste caso, o primeiro aspecto importante a se atentar é a profunda legibilidade e imaginabilidade do projeto de Lucio Costa. Legibilidade é um conceito criado por Kevin Lynch (1980: 13) para definir a qualidade essencial que possui uma composição urbana e visibilidade, ou seja, “a facilidade com que as várias partes da cidade podem ser visualmente apreendidas, reconhecias e organizadas segundo um esquema coerente”. Quanto a imaginabilidade, é definida como a qualidade de um objeto físico que “lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador” (Lynch, 1980: 20).

Aqui, o privilégio destes conceitos é dado à clareza das formas físicas e de sua distribuição dentro do espaço urbano com o objetivo de gerar segurança e, portanto, proximidade entre o citadino e o desenho da cidade. Em nosso caso,

legibilidade situa-se no plano de uma identidade entre o desenho da planta urbana e seus observadores, na capacidade de seu traço transmitir a segurança e a proximidade às expectativas a que são direcionadas.

Apesar da incomparável simplicidade de apresentação do Projeto número 22 em relação aos outros concorrentes – foi apresentada em 5 cartões de tamanho médio contendo 15 pequenos croquis, uma planta urbana e um relatório sumário, que levou o próprio representante dos Arquitetos do Brasil a divulgar um voto em separado dos outros integrantes da Comissão Julgadora –, o Plano Piloto desenvolvido por Lucio Costa possui a capacidade de transmitir ao observador uma gama variada de elementos simbólicos que não podem ser observadas nos outros projetos. A começar pela denominação do projeto, intitulada pela Comissão Construtora como *Plano Piloto*, mas simbolicamente explorada apenas pelo projeto vencedor[86].

A historiografia é profícua na recuperação destas analogias, seja ao avião, a um pássaro, a um arco e flecha, à região central de Ouro Preto, ao traçado básico de Goiânia etc (Mourão, 2000; Bruand, 1981). El-Dahadad (2005: 16), por exemplo interpreta na forma do eixo residencial, os traços de uma rede, herança indígena que remete ao período colonial brasileiro, intensamente explorado por Lucio Costa em seus primeiros projetos e tomado como tema central para o Pavilhão Brasileiro na 13ª Exposição Trienal de Milão, em 1964[87]. Essa multiplicidade de interpretações fornecem-nos um indício importante acerca da intensidade do Plano Piloto de Brasília em termos de mobilização simbólica.

Apenas isso, entretanto, não teria garantido a Lucio Costa, a vitória no concurso. Carpintero (1998) identifica naquele projeto, não somente as contribuições do CIAM e da Carta de Atenas, mas também do conceito de cidade-jardim de Ebenezer Howard de 1898 – limitação demográfica e espacial, além do

[86] A denominação do eixo residencial como Asa Norte e Sul seria estabelecida posteriormente, quando o projeto de Lucio Costa, após passar por inúmeras modificações, começou a ser implementado pela NOVACAP.

[87] It is a fabric of superquadras held together by a netlike structure of traffic. It is a catenary curve that tapers on each side and ends in two knots. Shold one find this interpretations rather fartetched, perhaps the hammock theory becomes more convincing in light of another project Costa designed for the Brazilian Pavilion at the 1964 Milan Trienale, theme theme of which was riposatevi or ‘relax’. Fourteen hammocks were suspended from the ceiling and surrounded with panoramas of Brazilian tropical beaches on one side of the room and the newly inaugurated Brasilia on the other.

contato com a natureza como princípios fundamentais para a manutenção da qualidade de vida nas cidades –, da estrutura da cidade linear, proposta por Soria y Mata em 1882 – idéia de um crescimento longitudinal indefinido, ilimitado e com pouca circulação transversal. Outro aspecto importante é a utilização do elemento topográfico para reforçar a característica monumental da cidade: ao projetar o eixo rodoviário seguindo as curvas de nível da região, Lucio Costa abriu a possibilidade de lançar o longo de uma leve declividade em direção ao lago, um segundo eixo que, cruzando o primeiro, formaria a base de sua concepção de cidade-capital. Neste caso, ao invés de situar o centro do poder no local mais elevado do terreno, conforme vimos nos exemplos de Belo Horizonte e Goiânia, o projetista inverteu o partido monumental, colocando-o no local originalmente mais baixo – mas levemente suspendida em um terrapleno de 6 metros – com o objetivo de torná-la visível ao conjunto urbano e, ao mesmo tempo, contracenando com a paisagem local (a vegetação típica de cerrado, com árvores baixas e o Lago Paranoá). Neste caso, em analogia à idéia de "gesto primário", inserida no relatório do projeto vencedor Carpintero (1998: 123) sugere que

> o gesto primário foi a leitura da topografia. Com o que Lucio Costa fez manifestar-se o espírito do lugar. A monumentalidade é própria do sítio. Os terraplenos acenturaram o 'espigão' e a torre realça o ponto mais alto. Com isso realiza o sentido da monumentalidade que expressa no preâmbulo [do relatório].

Apesar de todas essas influências, o Plano Piloto de Brasília tem suas raízes fundadas no pensamento modernista de Le Corbusier. Tanto em relação à resolução do sistema de zoneamento disciplinado existente no projeto – valorizando os espaços (público e privado) ao mesmo tempo em que os dimensiona em função da dimensão administrativa da futura cidade – quanto em relação ao jogo de escalas adotado para tratar do eixo monumental e do sistema de superquadras. Na primeira, por tratar-se da própria instância que daria origem à cidade, a relação entre "vazios" e construções públicas (como no projeto da Praça dos Três Poderes) reforça o distanciamento entre a ordem individual e institucional: ela prevê a submissão do homem a uma instância superior, numa escala supra-humana, meta-humana, intangível ao homem comum. O sistema de superquadras, que serviria para ocupar duas das dimensões previstas por Le

Corbusier (Habitação e Lazer) é identificada no projeto da nova capital federal, com a escala humana.

Em contraste com a escala estatal do complexo Eixo Monumental, essas verdadeiras unidades de vizinhança procurariam privilegiar o estatuto humano da cidade através do estabelecimento de laços de convivência entre diferentes classes que comporiam a estrutura social da cidade. As dimensões e volumes dos edifícios, aliados à estrutura básica de serviços (escola primária, comércio local, sistema de vias de comunicação secundária com ligação direta ao sistema de tráfego rápido do eixo rodoviário-residencial, cinemas, igrejas, varejo local), cercada por extensa arborização destinada ao passeio, completava aquele conjunto, ao mesmo tempo sofisticado e simples (Brasil, 2002)[88].

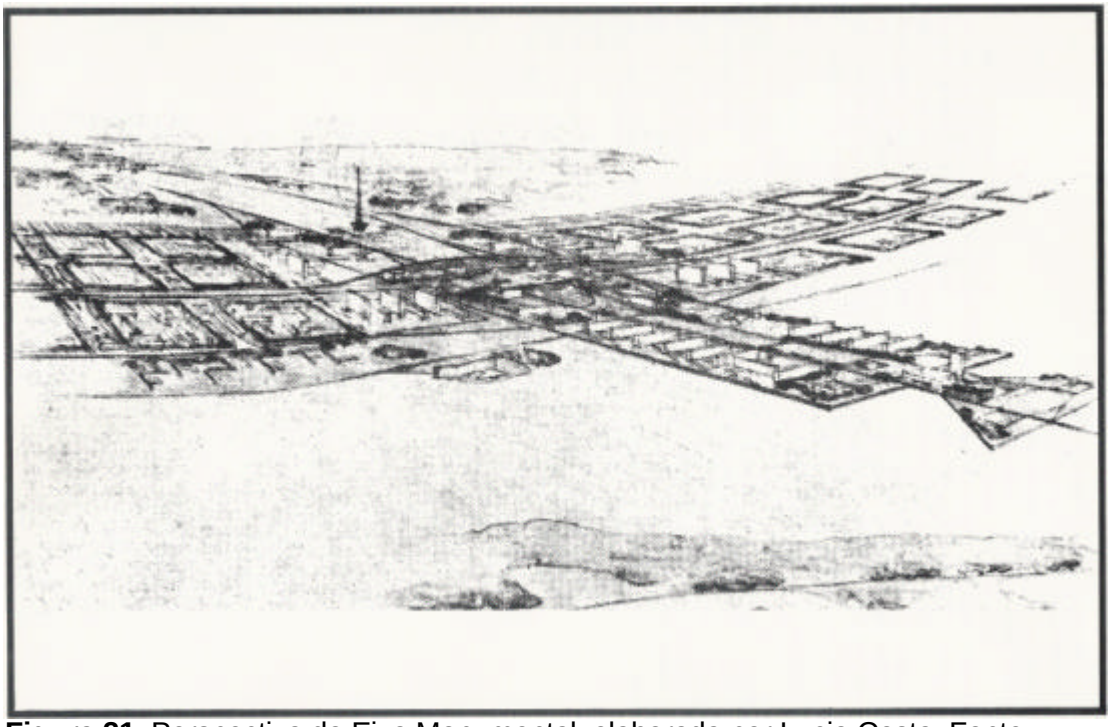


Figura 21: Perspectiva do Eixo Monumental, elaborada por Lucio Costa. Fonte: Acervo particular.

Essa vinculação também pode ser observada na aplicação da técnica rodoviária para a estrutura das vias, de forma a eliminar os cruzamentos e, ao

[88] Anos depois, Lucio Costa declarou: "Acho que, se o Seminário puder apreender bem o sentido, a significação dessas quadras como áreas de vizinhança, em que o morador tem segurança, apesar da massa das edificações, verá que o limite de seis pavimentos estabelece certa intimidade às quadras, certa segurança em que as crianças estão ao alcance da voz. Como se diz: as crianças estão ali, mas sempre ao alcance (...) a idéia fundamental de Brasília (...) é criar áreas de vizinhança agradáveis, em que a pessoa se sinta desprendida da área urbana" (SENADO FEDERAL, 1974: 24).

mesmo tempo, facilitar o zoneamento da nova cidade, e na solução encontrada no projeto para o uso do solo que garantiria ao Estado a sua propriedade[89].

Como ressaltei anteriormente, é preciso reconhecer que muitas dessas características podem ser encontradas de forma dispersa nos outros planos inscritos no Concurso para o Plano Piloto de Brasília. Entretanto, a forma de resolução dos problemas urbanísticos e a intencional capacidade imagética de seu projeto tiveram peso excepcional na escolha. Tal como num cenário barroco, o projeto de Lucio Costa era de uma cidade para ser vista, como uma composição cenográfica. Daí a referência às grandes obras urbanísticas mundiais de modo a reforçar a linhagem na qual o plano urbano se inseria. Chama atenção um caso em particular: o projeto da rodoviária de Brasília. Na proposta de Lucio Costa a disposição da rodoviária funcionaria como elemento cênico – o entroncamento dos dois eixos principais da cidade – mas também como miradouro, de onde esperava-se impactar, do princípio ao fim, a visão dos assistentes que por ali passassem. O sentido das vias próximas à rodoviária, por exemplo, foi intencionalmente projetado para permitir "ao viajante uma última vista ao eixo monumental da cidade, antes de entrar no eixo rodoviário-residencial – despedida psicologicamente desejável" (Costa, 1957:06).

Além do julgamento da concepção urbanística, que revela uma opção cênica não explorada por nenhum dos outros concorrentes, é possível identificar um outro mecanismo retórico que atuou positivamente na escolha do plano de número 22 como vitorioso. Esse elemento é o próprio relatório justificativo.

O Relatório Lucio Costa

[89] Na *Carta de Atenas*, Le Corbusier reafirma o compromisso de manutenção da propriedade exclusiva do solo urbano para a comunidade, em detrimento dos interesses privados: "Este, que satisfaz a uma minoria condenando o resto da massa social a uma vida medíocre, merece severas restrições. Ele deve ser, em todas as partes, subordinado ao interesse coletivo, tendo cada individuo acesso às alegrias fundamentais: o bem-estar do lar, a beleza da cidade". Dessa concepção deriva a proposta de Lucio Costa: Resta o problema de como dispor do terreno e torna-lo acessível ao capital particular. Entendo que as quadras não devem ser loteadas , sugerindo, em vez da venda de lotes a venda de quotas de terreno, cujo valor dependerá do setor em causa e do gabarito, a fim de não entravar o planejamento atual e possíveis remodelações futuras no delineamento interno das quadras". Cf. Corbusier, 1993; Costa, 1957.

A historiografia especializada sobre a construção de Brasília situa o Concurso para o Plano Piloto da Nova Capital do Brasil como um evento que primava exclusivamente pela análise das idéias para a nova cidade. Bruand (1981: 360), por exemplo, ao examinar esse tema insiste na idéia de que "a sorte de Lucio Costa (e conseqüentemente a do Brasil) foi precisamente ter encontrado jurados de espírito aberto, pouco inclinados a deter-se em detalhes e que estimaram, como o autor do anteprojeto vencedor, que, nesse estágio, o concurso era, antes de mais nada, um concurso de idéias". Para Holston (2003: 69), "o programa solicitava idéias de 'design' e não detalhes organizacionais".

A origem desse tipo de interpretação sobre o concurso está baseada, segundo penso, num equivoco criado pelo próprio ambiente da controvertida e polêmica repercussão da decisão do Júri, quando a mesma deveria originar-se, necessariamente, dos documentos fornecidos aos concorrentes para o desenvolvimento de seus respectivos planos – o Edital do concurso e a Carta de Esclarecimentos[90].

É preciso lembrar que o relatório justificativo do projeto desenvolvido para a nova capital do Brasil era uma das exigências contidas no Edital para o Plano Piloto de Brasília. Além dele, os candidatos, como pode ser percebido no mesmo documento, poderiam apresentar outros tipos de documentos que possibilitassem uma melhor explicação dos elementos de suas propostas tais como esquemas cartográficos e de desenvolvimento da cidade, previsões e cálculos das redes de abastecimento, das redes de transporte, do desenvolvimento econômico da região, elementos técnicos para a utilização dos recursos naturais da região, distribuição da população urbana e das zonas de produção agrícola etc.

Entretanto é preciso observar que em nenhum dos dois documentos fornecidos há qualquer menção sobre os critérios de julgamento. Além disso, do

[90] A polêmica envolvendo a decisão do júri de dar a vitória ao projeto desenvolvido por Lucio Costa toma como base uma série de indícios que confirmam a ligação do autor do projeto com a voz mais ativa da comissão julgadora (Niemeyer) e com o outro representante da NOVACAP, Stamo Papadaki (divulgador da obra de Niemeyer no exterior), do polêmico atraso de Lucio Costa no momento da inscrição (23:00h quando o prazo máximo era as 18:00h do dia 11 de março de 1957), no voto em separado do representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Paulo Antunes, alegando o espírito pouco acessível e pré-formatado das decisões dos outros jurados e a proximidade de traços entre o projeto urbanístico desenvolvido por Lucio Costa e o projeto arquitetônico de Niemeyer, como por exemplo, o esboço do palácio do Congresso Nacional e dos Ministérios, explicitamente identificados na proposta vencedora.

caráter eminentemente técnico, disperso e omisso daqueles dois documentos poderiam ser geradas as mais diferentes interpretações, mas, de maneira alguma, que o concurso teria como critério, as idéias elaboradas pelos candidatos: os termos *idéia*, *desing*, ou qualquer sentido semelhante não são citados em nenhuma parte daqueles documentos. Da mesma maneira, em seu enunciado, o referido Edital fixa a perspectiva de que o concurso seria realizado para a escolha do "Plano Piloto da Nova Capital do Brasil", mesmo que, após a escolha, o "trabalho premiado [e não a idéia premiada] passará a ser propriedade da Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, (...) podendo dele fazer o uso que achar conveniente" conforme indicado em seu 17º tópico.

É apenas a partir da divulgação das observações do júri do concurso que podemos começar a vislumbrar os critérios utilizados para a escolha do Plano de Lucio Costa:

> Nº **22**
> Resumé
> Assumption: *A "civitas" not an "urbs"*
> Criticisms:
> 1 - Too much undetermined land betwen Govt center and lake
> 2 – Airport may have to be further away.
> 3 – No use made of far side of lake & peninsulas, for housing (see nº2)
> 4 – Regional road pattern not shown – especially in relation to satellites, if any.
> Advantages:
> 1 – The only plan that is for an administrative capital for Brazil.
> 2 – The elements of the plan can be seen at once: it is clear, direct and fundamemntally simple, eg. Pompei, Nancy, Wren's London, Louis XV Paris.
> 3 - After 10 years the plan is complete while still growing
> 4 – The town is limited: further growth after 20 years (a) by peninsulas (b) by satellites
> 5 – One center leads to another so that the plan can be easily comprehended.
> 6 – The character of the plan is of the 20th Century: it is new: it is free & open; it is disciplined but not rigid
> 7 – The method of growth – by tree planting and a few roads & the Mall – is more practical than any other
> 8 – The embassies are well placed, in a changing landscape setting
> ?? The place of three powers looks into the town in one direction and into the park in another.
> ?? One must proceed from the general to the particular, nor vice versa. The general can be exprewssed simply and shortly; but it is easier to write a long leter than a shorter one

> Here we have many projects which could be described as over statements, nº 22, by contrary, as an understatement. But in fact it explain all one needs know at this stage; and omits everything irrelevant.
> (Revista Módulo, nº 8, 1957: 22)

Além das qualidades técnicas e urbanísticas do desenho de Lucio Costa, indicadas anteriormente, outras cinco características são apontadas nas observações acima, fazendo dele o vencedor: a proposta de cidade, entendida como *civitas* e não simplesmente como *urbs*; , a forma com que o autor caracteriza e sustenta todo o projeto da cidade a partir de sua identidade fundadora: a capital administrativa do Brasil, sua clareza e simplicidade, que tornava-o facilmente compreensível, sua atualidade e, por último, a força de sua exposição.

Todas essas características estão expressas, com maior ou menor ênfase, no relatório justificativo preparado por Lucio Costa. No caso do caráter político-administrativo da nova capital, por exemplo, apesar de os relatórios afirmarem que a cidade seria também uma capital, nenhum projeto definia com mais clareza essa característica como o fez o Plano Piloto de Lucio Costa[91]. Respondendo às críticas ao seu projeto, após o anúncio de sua vitória, o autor responderia que "não se está a fazer em Brasília uma capital de província, mas a nova capital de um país que ainda será uma grande nação" (Coleção Brasília, T. 6, 1960: 152).

Mas a diferença entre o relatório de Lucio Costa e os outros relatórios justificativos está para além dos compromissos formais expostos na ata de julgamento. Acredito que foi através de sua capacidade retórica, sua *poesis,* que o relatório conseguiu galvanizar todas os elementos históricos, estéticos e sócio-econômicos que se encontravam no imaginário sócio-político nacional do período. Um dos membros do júri, sir William Holford (Holston, 2003: 70), teve essa mesma impressão:

> Na primeira leitura daquele relatório, percebia-se a presença de uma pensador, de um urbanista de primeira ordem. Numa leitura mais acurada, via-se que não havia ali uma só palavra supérflua, e tampouco uma só linha supérflua no esboço do plano ou nos diagramas; tudo o

[91] Em entrevista realizada em 1992, Lucio Costa reafirmaria essa idéia: "In a normal city, urbanism´s objective is to create conditions that allow a city to sprout like a plant, unlike Brasília, which is a product of reason imposed by na act of will that ocurred with the expressed objective of transferring the country´s capital". (Zapatel, 2005: 23).

> que era essencial, todavia, tinha sido dito (...) Mesmo para mim, que não sou um *scholar* em língua portuguesa, a versão original mostrava-se de imediato lírica e impactante.

Os critérios de julgamento dos projetos, só seriam divulgados juntamente com o vencedor do concurso:

> Considerou-se que uma CAPITAL FEDERAL, destinada a expressar a grandeza de uma vontade nacional, DEVERÁ SER DIFERENTE DE QUALQUER CIDADE DE QUINHENTOS MIL HABITANTES. Sua principal característica é a função governamental. Em torno dela, se agrupam todas as outras funções e, para ela, tudo converge. As unidades de habitação, as unidades de trabalho, os centros de comércio e de descanso se integram em todas as cidades, de uma maneira racional entre eles mesmos. Numa capital, tais elementos devem orientar-se, 'além disso, no sentido do próprio destino da cidade: a função governamental'. O Júri procurou examinar os projetos; inicialmente, sob o plano funcional e, em seguida, do ponto de vista da síntese arquitetônica (Costa, 1957:01).

Do texto acima disposto, destacam-se outros critérios que norteariam a decisão da comissão julgadora. É a partir deles que podemos procurar a recepção *esperada* ou *construída* e que daria a vitória ao projeto de Lucio Costa. Em primeiro lugar, a nova capital federal deveria "expressar a grandeza de uma vontade nacional", ou seja, deveria incorporar uma determinada idéia de nacionalidade, baseando-se, não somente no presente, mas principalmente nas expectativas projetadas para o futuro do Brasil enquanto Nação. Deveria também conter certa especificidade que a destacasse no interior das grandes cidades do período: "diferenciar-se de qualquer cidade de 500.000 habitantes". Além disso, à nova capital federal era esperado uma ordenação funcional, segundo os princípios modernos do planejamento urbano, girando em torno de quatro aspectos principais: consideração dos dados topográficos; relação entre extensão e densidade demográfica; grau de integração dos elementos e; a ligação orgânica entre a cidade e os arredores. Era esperado, ainda, que o projeto contemplado possuísse uma expressão arquitetural própria, a partir da relação entre dois aspectos: a composição geral e a expressão específica da sede do Governo. Por último, um importante requisito referia-se à hierarquização das funções dessa cidade. A ata do júri reforça a importância do caráter governamental que deveria assumir o projeto da nova capital, dirigindo e orientando as outras funções:

deveria, portanto, expressar a importância daquela função que, aliás, havia conduzido-a e lhe daria vida no futuro.

Desses critérios, apenas dois foram relativamente explicitados nos documentos iniciais para a abertura do concurso: sua característica fundadora (sede do Governo Federal) e a consideração dos dados topográficos e de densidade demográfica. Os outros três reforçam a mesma linha de julgamento anteriormente expostas nas considerações do júri sobre o trabalho de Lucio Costa. Critérios semelhantes estariam dispostos na descrição do processo de julgamento dos candidatos pela Comissão Julgadora, formada por Paulo Antunes Ribeiro, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Luiz Hildebrando Horta Barbosa, representante da Associação dos Engenheiros, Oscar Niemeyer e Stamo Papadaki, representantes da NOVACAP, William Holford, assessor de Urbanismo do Governo Britânico, um dos responsáveis pelo plano regulador de Londres e planejador da capital da Rodésia; e André Sive, conselheiro do Ministério da Reconstrução da França[92].

Ora, se não existem indícios *anteriores* ao julgamento sobre os critérios que pesariam sobre a escolha do projeto vencedor, é necessário verificar como estes critérios *posteriores* nasceram e como foram explicitados pelos outros concorrentes. A análise de alguns dos relatórios apresentados ao concurso pode nos fornecer a resposta a essa pergunta.

Existe uma nítida distância na forma de abordagem do problema da construção de uma nova capital nacional que separa o relatório de Lucio Costa dos outros, conforme podemos perceber nos trechos abaixo selecionados e expostos a seguir:

a) Relatório para o Plano Piloto da Nova Capital, de Pedro Paulo de Melo Saraiva e Julio José Franco Neves (nº 16):

> Duas são as razões que podem ser invocadas para justificar a mudança da capital no Brasil. A primeira é função da necessidade de dinamizar o interior, para ele atraindo a população que se encontra desde seus primeiros tempos colocada à orla marítima, relegando ao abandono uma imensa vastidão de terras ricas e férteis. A segunda razão é a de estar o atual Distrito Federal, seja por seu clima, seja por seu desordenado crescimento ou pela heterogeneidade de sua composição

[92] Segundo a concepção de André Sive, deveriam ser observados os seguintes critérios: 1. a topografia, 2. densidade, 3. integração, 4. plástica (*Coleção Brasília*, T. 7, 1960).

> demográfica, criando condições de vida difíceis para seus habitantes e permitindo um trabalho de baixo rendimento, principalmente aos órgãos governamentais. (...) Com uma localização geográfica que representa, quanto possível, o centro de gravidade do país, sem se afastar em demasia dos seus atuais núcleos mais desenvolvidos.

b) Relatório do Plano Piloto da Nova Capital, de Carlos Cascaldi, João Vilanova Artiagas, Mário Wagner Vieira da Cunha e Paulo de Camargo e Almeida (nº 1):

> No seu aspecto exógeno, Brasília será a espinha política da Nação. Acima das diferenças regionais e sobrepujando as limitações das áreas de influências econômicas, turísticas ou culturais dos outros centros urbanos do País, a NOVA CAPITAL deverá reorganizar, à sua volta toda a rede de comunicações e transporte entre os centros políticos da Nação. Enquanto que o Rio de Janeiro, voltado para o mar, por suas condições de ordem históricas, desenvolveu essa rede na orla oceânica (...) a nova sede do Governo tenderá a estabelecer outro sistema de comunicações, baseando-se em vias aéreas e terrestres. (...) Nação voltada, desde os velhos tempos, para os países de além mar, Brasília deverá criar uma nova orientação do pensamento nacional, agora preocupado mais com o Sertão do que com o Litoral, como deverá representar um esforço de rompimento com as características coloniais da sua economia, elevando as condições de vida da população do interior, criando mercados internos e aproximando pontos externos do País. (...) Deslocar uma capital é reorganizar todo o equilíbrio entre os vários centros urbanos do País. Daí as resistências oferecidas a essas mudanças e maior facilidade e oportunidade de sua realização em certas fases do desenvolvimento histórico e econômico do País, como também daí resulta a necessidade de compreender-se nas suas grandes linhas, o novo equilíbrio que se estabelecerá na ocupação humana do território nacional.

c) Relatório do Plano Piloto da Nova Capital, de Rino Levi, Roberto Cerqueira César, L. R. Carvalho Franco e Paulo Fragoso (nº 17):

> A concepção de Brasília, tal como imaginada neste plano, obedece a intenção de ordenar e equipar a cidade para a sua finalidade primordial, político-administrativa, na qualidade de capital do paiz, e tendo em vista o bem estar físico e espiritual de sua população.

d) Relatório do Plano Piloto da Nova Capital, de Henrique Mindlin e Giancarlo Palanti (nº 24):

> Cumpre salientar que se trata de um grande sonho a caminho da realidade – um dos grandes sonhos de nossa história de povo independente – não cabe, portanto, opor-lhe obstáculos, insistindo em debates de ordem secundária. O que cabe aos realmente interessados na solução do problema é apenas esclarecer todos os seus pormenores afim de que não só os conceitos fundamentais e planos propostos, como também as responsabilidades de execução se harmonizem, levando o empreendimento à meta desejada.

> O que se pretende é, evidentemente, uma cidade modelo que, funcione com amenidade e eficiência e que se caracterize plasticamente como capital político-administrativa de uma grande nação moderna consciente em busca de um destino melhor. (...)
> O seu traçado básico decorre da maneira com que se espraiam os braços da represa e da localização aproximada das grandes vias de acesso ao sítio da Capital e se desenvolve em torno de dois eixos principais: o primeiro no sentido Leste-Oeste, ligando a Residência Presidencial ao ponto mais algo do sítio onde serão situadas as sedes dos três poderes da República, que se pode denominar 'Capitólio'.

Dos relatórios encontrados ao longo da pesquisa, citados anteriormente, acima escolhidos podemos destacar uma série de argumentos utilizados para justificar a necessidade de construção de uma nova capital para o Brasil, assim como a sua função no interior da sociedade brasileira: a necessidade de integração econômica e demográfica nacional, a inexistência de uma infra-estrutura mínima para comportar uma capital moderna no Rio de Janeiro, a necessidade de desenvolvimento econômico das regiões interioranas, diminuindo os desequilíbrios regionais, a necessidade de construção de uma cidade moderna e cuja identidade seja essencialmente político-administrativa e, por último, o argumento determinista e genealógico: a história da Nação.

Toda essa série de argumentos faziam parte do ideário mudancista que cercava os discursos de Kubitscheck e o grupo político responsável pela transferência da Capital, conforme vimos no Capítulo 3. Eles também estão presentes na argumentação do relatório justificativo produzido por Lucio Costa para o Concurso, mas sob um tom completamente novo e acrescentado de um estilo narrativo diferente do modelo formal:

> *José Bonifácio, em 1823, propõe a transferência da Capital para Goiás e sugere o nome de BRASÍLIA*.
>
> Desejo inicialmente desculpar-me perante a direção da Companhia Urbanizadora e a Comissão Julgadora do concurso pela apresentação do partido aqui sugerido para a nova capital, e também justificar-me.
> Não pretendia competir e, na verdade não concorro — apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada mas surgiu, por assim dizer, já pronta.
> Compareço, não como técnico devidamente aparelhado, pois nem sequer disponho de escritório, mas como simples *maquisard* do urbanismo, que não pretende prosseguir no desenvolvimento da idéia apresentada senão eventualmente, na qualidade de mero consultor. E se procedo assim, candidamente é porque me amparo num raciocínio igualmente simplório: se a sugestão é válida, estes dados, conquanto sumários na sua aparência, já serão suficientes, pois revelarão que

> apesar da espontaneidade original, ela foi intensamente *pensada* e *resolvida*; se não o é, a exclusão se fará mais facilmente, e não terei perdido o meu tempo nem tomado o tempo de ninguém.
> A liberação do acesso ao concurso reduziu de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja, a concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como no entender de cada concorrente uma tal cidade deve ser concebida.
> Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *URBS*, mas como *CIVITAS*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital. E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de certa dignidade e nobreza de intenção, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental. Monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.
> Dito isto, vejamos como nasceu, se definiu e resolveu a presente solução.
> 1 — Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz;
> (...)
> *Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade parque. Sonho arqui-secular do Patriarca*.
>
> (Costa, 1957)

É impossível não notar a estrutura profundamente lírica da narrativa composta por Lucio Costa. Holston (2003: 81), por exemplo, identificou alguns dos principais elementos dessa composição (auto-anulação, ironia, desistorização do presente) como uma tentativa de construção de um mito de origem: “Costa usa de artifícios retóricos como naturalização, universalização, idealização, reiteração e *bricolage* para imbuir com um sentido orgânico, lógico, eternamente válido, ideal e mítico a origem de Brasília”.

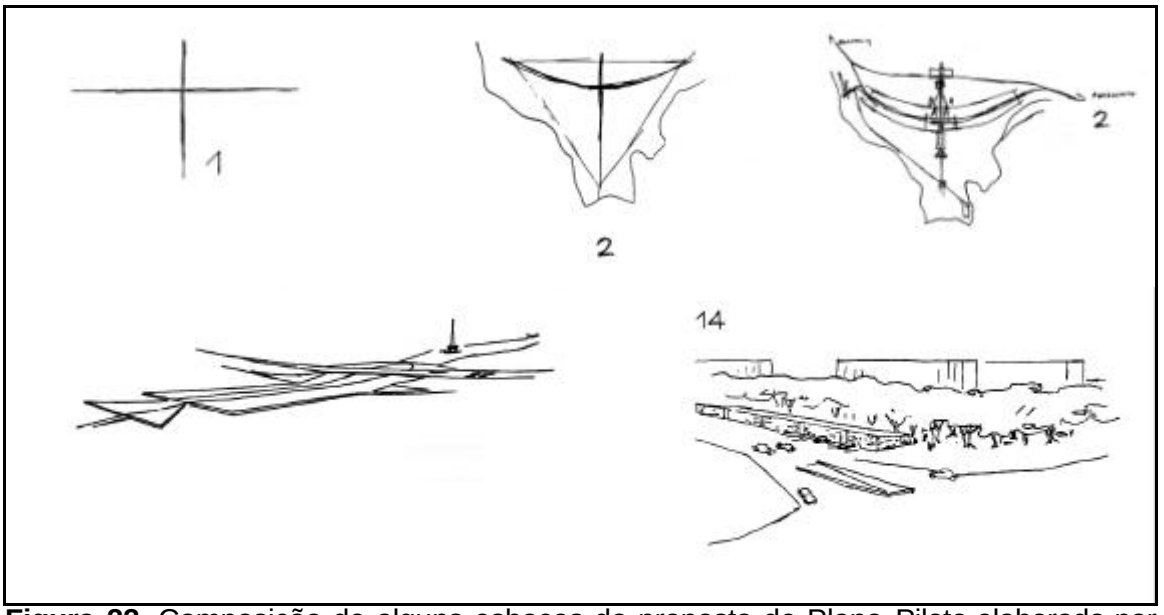


Figura 22: Composição de alguns esboços da proposta de Plano Piloto elaborada por Lucio Costa. Nos três primeiros desenhos, o autor procura estabelecer uma seqüência de desenvolvimento geral da forma da cidade. Os dois desenhos abaixo procuram demonstrar detalhes do Plano Piloto: uma perspectiva do eixo monumental outra, de uma superquadra. Fonte: Carpintero, 1998.

Essa mitificação da origem, entretanto, não me parece ser a essência da composição retórica do relatório de Lucio Costa. Sua força está nos elementos performáticos utilizados para estabelecer os critérios de julgamento de seu projeto. Gumbrecht (2002) descobriu que certos tipos de composição retórica tem a capacidade de mobilizar as expectativas dos ouvintes e causar uma mudança na postura do receptor. Foi essa composição retórica que definiu os critérios de escolha e, portanto, a escolha do projeto nº 22 como vencedor.

Essa composição narrativa pretende dirigir e modelar as expectativas do júri, definindo *per si*, os critérios de escolha e, portanto, a escolha de si. Nessa composição narrativa podemos identificar dois elementos fortemente relacionados: o texto e os desenhos explicativos que o acompanham. De sua relação Lucio Costa esperava criar uma determinada comunidade de interesse entre sua perspectiva sobre a nova capital e o olhar da comissão julgadora sobre o seu projeto. É esse, segundo Perelman (2004:70), o fundamento da racionalidade argumentativa:

> Para que a argumentação retórica possa desenvolver-se é preciso que o orador dê valor à adesão alheia e que aquele que fala tenha a atenção daqueles a quem se dirige: é preciso que aquele que desenvolve sua tese e aquele a quem quer conquistar já formem uma

> comunidade, e isso pelo próprio fato do compromisso das mentes em interessar-se pelo mesmo problema.

Assim, como esboços, à primeira vista, pouco precisos, esses desenhos devem ser considerados como uma seqüência de pensamento que se desenvolve conjuntivamente, à medida em que sua narrativa é tecida. São, portanto, componentes fundamentais para se pensar o "Plano Lucio Costa" como um trabalho que transcende a técnica. Daí o deliberado e intencional caráter de esboço dos quinze desenhos que apresentou: é que um fenômeno fundamentalmente estético não pode estar submetido à razão instrumental – apesar do intenso processo de elaboração e reelaboração por que passou todo o desenho do plano-piloto de Brasília antes de sua apresentação ao juri (Barki, 2003).

Ao apresentar-se como um simples *maquisard* do urbanismo – um militante engajado em torno de um ideal, tal como o termo sugere: termo vinculado ao caso específico da resistência francesa na Segunda Guerra Mundial – Lucio Costa promove outra partição entre o seu discurso e o dos outros concorrentes através de um auto-elogio explícito, direcionado aos interesses que movem o seu trabalho em comparação com os outros. É também um auto-elogio porque relaciona um compromisso ético-político (próximo ao tipo-ideal de urbanista proposto na Carta de Atenas e no CIAM, conforme vimos) "a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de *UMA CERTA DIGNIDADE E NOBREZA DE INTENÇÃO",* com a monumentalidade e dignidade que deveria ser expressa pelo Plano Piloto da Nova Capital: "Monumental, não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa". (Costa, 1957:03).

É dessa concepção de cidade – mas também do planejador da cidade – que literalmente teria surgido uma obra "intensamente pensada e refletida", ao invés de um trabalho meramente técnico e supersaturado de dados que pouco contribuiriam para a identificação dos fundamentos da nova capital. Ao mesmo tempo, essa mesma idéia para o Plano Piloto não teria sido "procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta" (Costa, 1957:02), como se não resultasse do trabalho humano, mas de um recurso à divindade, ao "espírito do tempo".

Outra grande partição que pode ser observada entre o relatório de Lucio Costa e os outros concorrentes é a forma pragmática que interpreta não somente a intenção da realização daquele concurso, mas também de construção de uma nova capital para o Brasil. Por um lado, o autor inverte o sentido do que, segundo os elementos fornecidos pelo Edital e a Carta de Esclarecimentos, poderia ser tomado como critério de julgamento: ao detalhamento apurado na apresentação dos projetos que poderiam ser utilizados para esconder uma visão frágil sobre a nova capital, seu relatório contrapõe uma ordem prática interpretando como cerne do concurso "a concepção urbanística da cidade propriamente dita". Neste caso, a força de sua racionalidade retórica permitiu "passar da adesão – efetiva ou pressuposta – a certas teses, à adesão a outras teses que se trata de promover" (Perelman, 2004:70). Isto porque a concepção de cidade inserida no projeto "não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele; a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região" (Costa, 1957:02).

Por outro lado, seu memorial impôs ao Júri a forma como deveria ser julgado não só o seu trabalho, mas também todos os outros, ao definir o significado da fundação de uma cidade no interior do país: "trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como, no entender de cada concorrente, uma tal cidade deve ser concebida". (Costa, 1957: 02).

É a partir deste ponto que Lucio Costa "ganha" o concurso, manipulando o contexto histórico-político que envolve o processo de transferência da capital federal, com vistas a sintetizá-lo com a força, dignidade e beleza plástica que era necessária à fundação de uma cidade no interior de uma vasta planície semi-explorada. Daí a recorrência ao gesto desbravador de tomar posse do território. Ao referir-se ao espírito da tradição colonial de desbravamento do sertão à caça das riquezas ali escondidas, o autor procura relacionar presente e passado, valorizando-o, através de uma comunhão de pensamento, ação e sentido. Uma valorização, como já observamos, típica do ideal romântico do século XIX de contrapor-se à premissa iluminista do preconceito contra os preconceitos e de retorno à valorização da tradição, repondo "o antigo porque é antigo", como se o mesmo fosse portador de uma verdade inabalável (Gadamer,

1999: 411). Nesse sentido, procura instituir uma nova relação entre passado e presente, tratando-os como se fosse um só, e articulando-os dentro de uma mesma experiência de tempo.

Essas características são reforçadas pela compreensão do caráter singular que deveria tomar conta da nova capital. Deveria ir além de um "simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de UMA CIDADE MODERNA QUALQUER" (Costa, 1957: 02). Como *urbs* e como *civitas*, Brasília deveria capitanear a obra de construção nacional a partir de certos atributos que Lucio Costa acreditava poder projetar no traçado da cidade.

Por último, é preciso destacar as referências implícitas e explícitas de seu relatório, que funcionaram como âncoras de sua composição narrativa. Elas estão reunidas em três núcleos elementares. Primeiro, sua relação com a proposta desenvolvimentista estatal, através da sistemática alusão à indústria automobilística – uma das vitrines do processo de industrialização, estabelecido como uma das metas do programa de governo de Kubtscheck – e ao automóvel. Neste caso, além de ser uma capital planejada para o automóvel particular (há apenas uma breve menção ao transporte coletivo) e para a família que tenha poder aquisitivo suficiente para adquiri-lo,: "não se deve esquecer que o automóvel, hoje em dia, deixou de ser o inimigo inconciliável do homem, domesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família" (Costa, 1957: 03):

> Essa monumentalização do automóvel, esse quase que 'marchandising' da indústria automobilística, (e de seus corolários, a indústria petrolífera, a de construção viária, de pavimentação, etc.) foi, a um só tempo, o ponto alto, a chave do plano, e seu 'calcanhar de Aquiles'. Ponto alto, quando compreendeu um momento histórico e respondeu à ele com precisão, quando assumiu as técnicas de seu tempo, quando percebeu os rumos da sociedade e lhes deu forma, quando inovou.
> 'Calcanhar de Aquiles', quando subordinou toda a circulação, e portanto, todas as atividades urbanas, à este veículo (Carpintero, 1998: 149-150).

Alem disso, a associação de seu projeto às principais composições urbanísticas internacionais – "O Mall dos ingleses", o Picadilly Circus, o Times Square, o Champs Elyséses, as vielas venezianas, além de uma referência nacional recorrente no imaginário social brasileiro, a rua do Ouvidor –, era facilmente realizável em função do grau de imaginabilidade do projeto. Ela

correspondia ainda às expectativas de uma comissão julgadora consciente do valor cultural de cada uma daquelas realizações. Para Bicca (1985: 108),

> Tratava-se, não resta dúvida, da intenção de fazer de Brasília a síntese de uma suposta cultura urbanística sem nacionalidade definida. O que se buscava era uma cidade internacional que, no caso, e apenas por razões circunstanciais, seria construída no planalto central do Brasil. Postura, aliás, perfeitamente coerente com os princípios do urbanismo racionalista, para os quais as dimensões particulares do tempo e do espaço praticamente não contam.

Por último, temos também no relatório de Lucio Costa a reafirmação da história como princípio motor, já utilizado pela *Coleção Brasília*, através da figura de José Bonifácio e do processo de expansão territorial realizado pelo movimento bandeirante. Esta talvez seja a principal âncora de sua composição narrativa, utilizada como citação, no início de seu relatório e como oração-síntese que o encerra: “Brasília, capital aérea e rodoviária, cidade parque. Sonho arqui-secular do Patriaca”. O argumento genealógico é, assim, aprofundado ao recorrer a um tipo de relação causal com a intenção de conformar o passado com o presente, justificando as prerrogativas modernas – capital aérea e rodoviária – da nova capital e o contexto histórico-ideológico que cerca seu nascimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS
Bases para uma Comparação

Ao longo deste trabalho empreendemos um caminho que privilegiou a análise diacrônica de uma série de experiências sociais que mobilizaram ou revelaram-se sensíveis às formas de composição do tempo histórico no processo construtivo de cada uma das três cidades-capitais. É necessário, neste último momento, empreender uma análise que nos permita estabelecer os limites e as possibilidades de comparação entre aqueles eventos.

A cristalização do passado

O processo de reconstrução do passado via narrativa empreendido pelos autores examinados demonstraram, nos anos que se seguiram à suas publicações e à inauguração das novas capitais, possuir um valor de paradigma em relação às interpretações que as sucederam. Esse processo de cristalização teve como resultado também a fixação do evento “a construção da nova capital”, como um fato histórico de primeira grandeza dentro da historiografia. A definição de fato histórico foi precisada por Adam Schaff, em *História e Verdade*. À pergunta “o que é um fato histórico”, Schaff (1974: 219) dá cinco respostas diferentes e complementares: a) é um acontecimento, um processo, o produto de um acontecimento ou de um processo na vida social; b) seu critério de qualificação é estabelecido a partir do significado dos fatos dados para o desenvolvimento social, pressupondo, sempre, um sistema de referência; c) deve levar em consideração sua estrutura interna, a complexidade exigida pelo historiador; d) implica numa reflexão sobre seu estatuto ontológico: seja como

fragmento da *rerum gestarum* ou como uma asserção a seu respeito; e) sua produção é resultado de uma intervenção direta do campo teórico no qual o historiador se insere.

A partir dessa definição é necessário tecer algumas considerações a respeito das três obras inicialmente analisadas. Primeiro, é impossível compreender *Traços históricos e descriptivos de Bello Horizonte, Como nasceu Goiânia* e a *Coleção Brasília* apenas como simples interpretação do passado. A máxima de Lucien Febvre de que a história é filha de seu tempo – indicando a relação de engajamento que o historiador tem com o período que escreve – não consegue comportar o tipo de relação com o passado de que tratam esses trabalhos. Suas preocupações com o presente, via recurso memorialístico, documental ou reelaboração de sentido revelam vínculos mais amplos que com o mero trabalho historiográfico: são vínculos eminentemente políticos, como tentei demonstrar.

Seria equivocado também, entendê-las sob o viés da manipulação: não estamos diante de verdadeiras distorções do passado ou de farsas da história. Pelo contrário, a materialidade, o núcleo duro do passado, se assim se pode chamar os vestígios que nos foram legados pelos homens e mulheres de outr'ora e cuja realidade não pode ser negada, *não* é violado: Várzea do Marçal tinha efetivamente a preferência dos congressistas do sul do estado de Minas Gerais, Pedro Ludovico efetivamente tornou-se interventor e a principal figura política do estado de Goiás após 1930, A "mensagem de Anápolis" era, efetivamente para ser assinada em Goiânia, em 2 de outubro de 1956, Kubitscheck visitou pela primeira vez o local onde seria construída a nova capital e em novembro de 1959 o mesmo entregou o "Catetinho" ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Trata-se sim de uma rearticulação, via narrativa, não somente do passado, mas do próprio mundo experimentado, vivido. Como propus no início deste trabalho, a narrativa foi concebida aqui como um conceito operatório que, através da invenção de uma intriga, tem a capacidade de dar sentido ao heterogêneo a partir do esquema explicativo produtor de sentido que deriva da imaginação produtora (individual ou coletiva). Ora, a intriga de uma narrativa é comparável a uma assimilação predicativa: ela 'torna conjuntivamente' e integra

numa história inteira e completa os eventos múltiplos e dispersos e assim esquematiza a significação inteligível que se prende à narrativa considerada como um todo (Ricoeur, 1994: 10). Além disso, como a construção dos personagens se realiza ao mesmo tempo que a construção da história narrada, ela contribui para "modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação". Neste caso, a narrativa garante legitimidade ao discurso político: "A dominação, como vimos, não se limita a coação física. Até o tirano precisa de um orador, um sofista, para proporcionar um intermediário para sua empresa de sedução e de intimidação". (Ricoeur, 2004: 115-116).

Nesse sentido é que podemos entender aquelas três obras como produtoras de memória. A articulação documental ancorada pelo interesse institucional de conceber a história legítima acerca do processo de construção das Novas Capitais (legítima porque não se submete ao contraditório) inverte e corrompe a relação entre experiência e expectativa ao projetar para o passado e não para o futuro, as expectativas do presente. Este não se torna mais o local privilegiado de articulação entre os tempos históricos e portanto, repleto de virtualidades, mas um ponto de flexão que faz coincidir passado e futuro num mesmo projeto: o tempo que foi retornará no futuro, como num circulo ou nas efemérides.

Por isso é que essas narrativas não podem ser pensadas sem levar em consideração a sua devida dimensão valorativa, ética. Sua racionalidade argumentativa fornece os parâmetros morais que constituirão o sentido e o eixo do tipo de história que dali para frente será contada sobre cada uma das novas capitais. Esse tipo de estratégia de persuasão, segundo Ricoeur (1997: 429)

> visa impor ao leitor uma visão de mundo que nunca é eticamente neutra, mas de preferência induz, implícita ou explicitamente, uma nova avaliação do mundo e do próprio leitor: nesse sentido, a narrativa já pertence ao campo ético em virtude da pretensão, inseparável da narração, à correção ética. (Ricoeur, 1997: 429)

Comparando-se a estrutura interpretativa de *Traços históricos e descriptivos de Bello Horizonte* com as obras historiográficas que a sucedeu, como por exemplo, *Belo Horizonte, Memória histórica e descritiva de Bello Horizonte* (1897), de Abílio Barreto, poderemos encontrar grandes similaridades provenientes dessa imposição de cristalizar o sentido do passado na obra do

padre Dias. Evidentemente que é necessário, primeiramente, estabelecer os limites impostos a esta comparação: no caso da primeira obra, trata-se de um livro que é, na verdade, uma reunião de artigos anteriormente publicados no periódico Bello Horizonte. Não há, além disso, como procuramos demonstrar no capítulo 1, uma preocupação documental: sua base reconstitutiva é a memória, a oralidade e, em última análise, a tradição local. Esses elementos que norteram a concepção de mundo, de história e de tempo dos escritos do padre Francisco Martins Dias. Além disso, conforme vimos, a visão de mundo essencialmente religiosa do clérigo e o exercício de sua função garantia ao mesmo um poder de persuasão que, apesar de difícil mensuração, impossível de ser desprezado numa sociedade com as características culturais e bióticas de Curral Del Rei. Perelman (2004:74) examinou a importância que a opinião que o auditório tem do orador exerce na sua capacidade de persuasão: "é impossível à argumentação retórica escapar à interação entre a opinião que o auditório tem da pessoa do orador e aquela que tem dos juízos e argumentos destes." Apesar de não constituir uma grandeza constante, esse elemento agiu aqui de forma positiva e auxiliou o fortalecimento da autoridade interpretativa do padre Dias.

No caso de Abílio Barreto, a idéia de continuidade evolutiva e de projeto civilizador iniciado pelo papel bandeirante é constantemente reforçada em seus escritos: "a idéia de uma evolução progressiva, que desdobra e realiza uma predestinação já presente desde as origens do lugar da Nova Capital, isto é, o Arraial de Curral del Rey." (Passos, 1996: 72). Neste caso, com poucas variações, o padrão interpretativo, continua o mesmo: o recuo ao movimento bandeirantício para a caracterização sócio-cultural da região do Curral Del Rei e Sabará, a vocação republicana do arraial e as qualidade morais (políticas e religiosas) que deram vitória a Belo Horizonte na disputa com os outros sítios examinados pela Comissão Construtora da Nova Capital, especialmente Várzea do Marçal. O livro de Abílio Barreto vai mais além do que a obra do clérigo, principalmente em termos de esforço heurístico. Mas não deixa de ser relevante o fato de que o subtítulo de sua obra reforce a centralidade da reconstituição do passado via memória – mesmo que o apelo à materialidade documental seja constante – e pactue com o processo de cristalização da história de Belo Horizonte.

Processo similar ocorreu com as obras historiográficas posteriores à publicação de *Como nasceu Goiânia*. Para Oliveira (1999: 167),

> O livro *Como nasceu Goiânia* expressa uma determinada imagem de Goiânia (a dos mudancistas) e foi responsável também em difundir essa imagem, pois tornou-se referência para as obras mudancistas posteriores. De modo geral, suas características principais estão presentes em diversas obras que tentaram explicar realisticamente o surgimento de Goiânia.

Essa matriz pode ser identificada segundo um padrão interpretativo que se orienta, em primeiro lugar, para um duplo movimento, de desreferencialização de certos nichos do passado, com o objetivo de reforçar a idéia de novidade da nova capital – uma estratégia constantemente reforçada nos constantes debates vinculados nos jornais mudancistas[93], apesar do relativo esforço por parte de certos grupos de intelectuais goianos de reforçarem a necessidade de união e espírito de comunidade entre as duas capitais (Arrais, 2003a) – e de continuidade com o mesmo, através do recurso à história dos projetos de mudança que não se efetivaram como argumento para a sua atualização no presente. Continuidade é percebida aqui como uma categoria da experiência temporal que está para além da idéia de prolongamento do passado, impondo-se naturalmente como um fato ou destino. Ela é composta por partes ou fragmentos do passado que são recuperadas e modeladas de acordo com um sentido próprio do presente com o intuito de investi-lo na construção do futuro. Essas partes instituem uma espécie de verdade imanente que poderia ser observada nos documentos: não existe contradição ou dúvidas a serem transpostas. O que equivale a uma estratégia expositiva que ganha o *status* de verdade demonstrada, próprio das ciências formais e da matriz disciplinar que a autora professa.

A segunda orientação caracterizava-se pela mitificação da figura do interventor Pedro Ludovico, seja reforçando o caráter libertador e progressista da revolução de 1930 ou idealizando os motivos que levaram o interventor a propor a

[93] "Sobretudo, o que mais encanta a nova cidade é a falta de história. Não há aqui grandes tradições de famílias. Ninguém se julga dono do governo, da cidade. Todos colaboram no sentido de que ella, de futuro, não tenha os defeitos de outras muitas. Todos velam pela sua história futura e ninguém quer ser o primeiro a imprimir-lhe uma página triste ou vergonhosa". Jornal *Goiânia*, 11.06.1936

transferência da capital. Reformulando portanto, as condições sócio-políticas do período a partir de modelos de ação previamente escolhidos.

Esse padrão interpretativo fortemente amarrado aos projetos políticos de mando pessoal do interventor federal foi seguido pela revista *Oeste* e os jovens intelectuais do estado reunidos em torno daquela publicação. Na página inicial daquela edição o periódico anunciava-se como "o veículo oficial do pensamento moço de Goiaz". Seus esforços caminhavam no sentido de projetar para o presente e principalmente para o futuro os resultados do ato fundacional da nova Capital. O passado não era ignorado, mas era o seu horizonte de expectativa que constituía-se seu núcleo de ação. O peso ideológico estava focalizado mais uma vez na idéia de ser ela uma grande possibilidade. A ovação à personalidade do interventor federal e a Goiânia eram os grandes motes dos textos apresentados[94]. Também em 1942 é lançada outra obra historiográfica que trata da construção da nova capital goiana, *Goiânia, metrópole do oeste*, de Castro Costa. Ali, a recuperação do argumento genético e da mitificação do interventor também tornaram-se referências básicas. Assim, mesmo que obedecendo a um princípio narrativo diferente daquele elaborado por Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro – uma estrutura romanceada, procurando seguir um padrão "literário e ameno" (Costa, 1985: 07) – o autor estabelece um procedimento explicativo ideologicamente comprometido com a relação de forças local.

No caso de Brasília, esse processo de cristalização interpretativa ocorreu ainda no interior da *Coleção Brasília*, através do terceiro conjunto de volumes que tratavam da construção da nova capital federal. Como pudemos perceber no capítulo 3, a ênfase na interpretação genética da construção de Brasília, indicada em *Antecedentes Históricos*, teve como objetivo produzir um sentido de inevitabilidade histórica do evento. Sua estrutura temporal conseguiu fixar o presente como um resultado de todo o processo de desenvolvimento sócio-político nacional ao apontar para a continuação de uma ação que se iniciou com Cabral, portanto, como necessidade histórica. Quanto ao *Diário de Brasília*, sua

[94] "Aí está por que dissemos, linhas atrás, que a edificação de Goiânia, cidade que só a vontade de um Pedro Ludovico poderia erguer, representa um fato sociológico inédito no País, em virtude de traduzir um movimento centrífugo, isto é, que parte do centro de nosso território para se irradiar para a periferia. Jamais havíamos os brasileiros assistido, em tal longitude, a um esforço local tão alevantado em prol da civilização do oeste". Revista *Oeste*, 05.07.1942.

retórica da ação instaura no presente uma perspectiva eticamente comprometida com a construção da nova capital federal. O ato ético é uma atividade que revela uma intencionalidade futura, ao mesmo tempo que se vincula a um sentimento de pertença ao passado. Ele "lança as ações para o futuro, abrindo o horizonte de possibilidades advindas das atividades realizadas. É o sentimento de ser responsável pelo devir" (Bicudo, 2003: 51).

Neste último conjunto, *Brasília e a Opinião Nacional* (8 volumes), *Brasília e a Opinião Estrangeira*, e *O Congresso Nacional e Brasília*, estão presentes todos os padrões interpretativos que representaram o passado nacional como necessidade histórica e como ação comprometida com o seu tempo. Isso foi realizado através da reunião de uma série de artigos da imprensa nacional e estrangeira que revela uma pesquisa exaustiva sobre o tema, não havendo, entretanto, "seleção no sentido apologético, pois o volume espera dar uma visão concreta do que foi o debate ideológico em torno da transferência da Capital Federal" (*Coleção Brasília*, T. 8, 1960: 10). Encontram-se ali os depoimentos de congressistas, jornalistas, arquitetos, escritores e personalidades de renome nacional e internacional, tais como Giulio Carlo Argan, Frank Capra, Françoise Choay, Eisenhower, Aldous Huxley, Jane Jacobs, André Malraux e Pio XII entre outros. A quantidade de artigos é de tal monta que apenas para os 4 últimos meses do ano de 1956, o primeiro volume de *Brasília e a Opinião Nacional* conta com 138 artigos de várias regiões do Brasil. Esse presente saturado de opiniões acabou por fixar *no presente*, determinada interpretação sobre o processo de construção da nova capital federal, realizando assim uma espécie de integração entre o sentido proposto pela *Coleção Brasília* para aquele evento e a própria realidade, como pode ser observada na grande quantidade de obras produzidas sobre a construção de Brasília, baseadas seja em sua estrutura interpretativa, seja em seu trabalho de seleção e reunião documental.

Ora, conforme afirmei no início da primeira parte deste trabalho, o problema central sobre o qual iríamos nos debruçar referia-se às formas de mobilização do passado através das três narrativas historiográficas por mim selecionadas. Como procurei demonstrar, nos três casos o potencial de persuasão daquelas obras históricas foi plenamente atingido quando comparamos a estrutura das interpretações históricas futuras que em relação às futuras

interpretações sobre os respectivos processos de construção das novas capitais. Elas indicaram também os compromissos políticos existentes em cada um daqueles contextos lingüísticos, através da criação de uma estrutura de construção do fato histórico “construção de Belo Horizonte”, “construção de Goiânia” e “construção de Brasília” estabelecia no seu presente a interpretação correta que deveria ser dada, no futuro sobre o passado: ao contrário das indicações de Schaff, esses fatos históricos se constituíram em quanto tal em seu próprio presente, através de uma espécie de cristalização de sentido baseada na condição ontológica-explicativa e na função orientadora e produtora de consenso. Assim, ao invés de uma constante reelaboração produtiva dos critérios de sentido, proveniente das expectativas de sentido futuro elaboradas no interior da historiografia, observa-se uma matriz interpretativa baseada numa fusão entre o modelo tradicional e o modelo genético de narrativa histórica – a ênfase nos modelos de comportamento, o reforço na constituição de um nós que pode ser percebido na continuidade do processo histórico, o progresso como categoria fundamental para a explicação da necessidade de mudança (Rusen, 2006) – previamente fixada e acriticamente incorporada pelas obras subseqüentes.

Projetar o presente

A segunda parte deste trabalho concentrou-se fundamentalmente na documentação técnica legada pelas equipes construtoras das novas capitais. Parti da hipótese de que é possível acessar as expectativas projetadas, cumpridas ou não, que se concretizaram no passado através dos seus vestígios, em virtude de os mesmos possuírem qualidades temporais intrínsecas (Koselleck, 1993), e um potencial narrativo precioso, mas pouco explorado. A literalidade desse material, ou seja, a capacidade que o mesmo tem de estabelecer uma comunicação com o presente e transmitir sentido foi testada obedecendo a dois critérios básicos: primeiro, as dívidas conceituais de cada um dos modelos urbanísticos que originaram os planos das novas capitais. Depois, sua capacidade retórica, seu potencial de transmitir determinados valores e

expectativas sobre a obra que estava sendo realizada, assim como de sua eficácia na fixação dos mesmos. É necessário, portanto, recuperar estes indícios.

No caso de Belo Horizonte, o material legado pela Comissão Construtora e mais especificamente, por Aarão Reis, revela os vínculos formais e simbólicos com o processo de planejamento e construção da cidade de La Plata e indica o horizonte de expectativa com o qual a o engenheiro-chefe trabalhava. Ao conceber seu trabalho como missão, Aarão Reis revela traços de um individualismo messianico próprio de sua tendência saint-simoniana (Salgueiro, 1997). Essas características podem ser verificados ainda na frase de encerramento de suas correspondências, que torna-se um lugar-comum na documentação pesquisada: “saúde e fraternidade”. Hunt (2004) percebeu um determinado padrão lingüístico que tornou-se predominante na França revolucionária (de *pocureurs* e *avocats* para *hommes de loi* e de *impôts* para *contributions*, por exemplo). Por outro lado, Skinner (1996: 10) afirma que “o mais claro indício de que uma sociedade tenha ingressado na posse consciente de um novo conceito, suponho eu, está na geração de um novo vocabulário, em termos do qual o conceito passa a ser articulado e debatido”. Evidentemente que a tentativa de modificação da linguagem política por parte de Aarão Reis teve um peso praticamente desprezível, se é que houve efetivamente essa ambição: basta perceber que, com a entrada de Francisco Bicalho na chefia da Comissão Construtora, o termo simplesmente desaparece de suas comunicações internas. Mesmo assim, essa recorrência reforça a possibilidade de reconstrução das expectativas projetadas por Aarão Reis em seu plano para a nova capital de Minas Gerais. Além disso, a utilização de elementos do passado reordenados segundo novos princípios urbanísticos (higienização dos espaços, observância das condições climáticas e sanitárias na escolha do local, demonstrando a ênfase no saber racional) retoma a antiga idéia da imposição da ordem em detrimento da desordem. Uniformidade, ordem e respeito às hierarquias seriam as peças chaves no projeto da cidade de Belo Horizonte. A idéia do cidadão ideal para habitar aquelas cidades, passa pela disposição dos elementos identificadores do poder, pelos símbolos, reais e abstratos da autoridade que deveria estar sempre presente, deveria ser identificada e reverenciada por seus habitantes. Daí a escolha de um estilo monumental para prédios públicos e religiosos da nova

capital mineira, que seriam espalhados por toda a cidade, de acordo com sua função, expressando aquilo que Patetta (1987) chamou de "historicismo tipológico", assim como para o nome das avenidas[95].

O conceito de monumentalidade expressa aqui, como procurei desenvolver nos capítulos anteriores, uma articulação entre uma função espiritual e mnemônica que encontra um lugar de concretização em determinados objetos, lugares ou símbolos do passado. É através deste lugar que são sintetizados e perpetuados determinados sentidos para o futuro. Choay (2001: 18) observa que os monumentos possuem um caráter propedêutico em relação à sociedade porque, através da observação dos princípios que moveram os homens do passado – idealizadas em determinados símbolos – os homens do presente são emocionalmente tocados e mobilizados:

> A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. (...) O monumento assegura, acalma, tranqüiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.

O monumento pode, portanto, adquirir um valor orientador dentro da sociedade porque funciona como negociador entre o passado e o presente. No caso de Belo Horizonte, essa monumentalização do plano da nova capital reforça o entendimento do trabalho de Aarão Reis como missão e garante a plausibilidade da hipótese aqui encetada de existência de um projeto de memória

---

[95] Com a troca de comando na condução do processo de construção da nova capital mineira tal idéia foi abandonada em função da constituição de um centro cívico tradicional, concentrado em torno da praça da Liberdade. Esta alteração, entre outras, visava facilitar o processo construtivo, a valorização imobiliária e a conseqüente ocupação do perímetro urbano tendo em vista a grave crise financeira por que passava o estado a partir de 1895. A mesma crise faria com que muitos elementos e prédios previstos no projeto original de Aarão Reis nunca saíssem do papel: "Na superintendência dos trabalhos, à ação do Governo tem presidido o pensamento de restringi-lo ao essencial a installação da Capital, reservando o futuro e quiçá aos poderes locaes a execução de melhoramentos urbanos que serão necessários e dando menor desenvolvimento a alguns grandes edifícios de mais custosa architetura e cuja construcção lucrará assim em economia e perfeição. Com esse pensamento duas vezes desde 1895 foram reduzidos os quadros de pessoal técnico e administrativo, sendo para assignalar-se que com a diminuição pela metade dos gastos de administração, nenhuma restrição houve na massa de trabalhos que cumpria executar". Relatório, 1897.

empreendido pela Comissão Construtora e por seu engenheiro-chefe em todo o material ali produzido e criteriosamente preservado para a posteridade.

Nos outros dois casos, essa função estruturante dos elementos monumentais pode ser rastreada de diferentes maneiras. No caso de Goiânia isso ocorreu através da supervalorização do Executivo no processo de referencialização da cidade. Foi enfatizada também através da expressão, no plano urbano, dos ideais cívicos-pedagógicos a que se referiam os discursos dos grupos políticos que levaram a cabo a revolução de 1930 e o golpe de 1937. Essa hipertrofia do poder do Estado em relação à sociedade tem relação direta com as formas urbanas desenvolvidas pelos projetistas da nova capital goiana e com os argumentos utilizados para justifica-la. No caso de Brasília, essa monumentalização relaciona-se à forma como o projetista se coloca frente ao empreendimento, muito mais que a própria imaginabilidade de seu plano, conforme vimos no capítulo 6.

Ao estabelecerem para aquelas cidades novas a idéia de planejamento urbano moderno (através de relatórios, análises, concursos, equipes técnicas, e recorrências às grandes obras urbanísticas de cada período) seus idealizadores tinham como horizonte de ação, não somente o presente, a necessidade de dotar estado e a nação de uma capital que atendesse aos mais atuais padrões sociedade. Era também uma forma de se desvencilhar de certos nichos do passado, às vezes representados pelas antigas capitais, conforme o sentido dado pelos ideários políticos de cada um dos períodos. Essa idéia de ruptura, de novidade é uma constante, por exemplo, nos discursos de Juscelino Kubitschek ao tratar da construção de Brasília e de sua função dinamizadora da evolução nacional:

> A fundação de Brasília é a fundação do equilíbrio da nação brasileira (...) O choque da mudança operará uma transformação necessária e urgente na mentalidade, no modo de sentir e conceber dos brasileiros, despertando-os, tornando-os mais atraídos pelo empreendimento privado, inspirando-lhes um desejo maior e mais acentuado de melhorar os índices de nossa produtividade (tudo isso atuará de maneira saudável na alma nacional, insuflará em todo o país o mesmo espírito que fez de São Paulo o que São Paulo é hoje). (*Coleção Brasília*, T. 4, 1960: 203).

Trata-se aqui não somente de uma ruptura com o passado, mas também de uma abertura em direção ao futuro. Essa ênfase na reorientação da experiência coletiva em direção a um futuro sentido como próximo através da modernidade urbana foi aqui ressaltada através da análise do fundamento utópico contido na construção das novas capitais. No caso da construção de Goiânia e Brasília esse grau de utopia dos projetos foi politicamente mobilizado, atuando como um filtro para essas projeções urbanas. Esse filtro acabou por, mesmo não tendo seus idealizadores a intenção, tomar a cidade como espaço de intervenção e conformação dos indivíduos (moral, física e economicamente). Este é, como vimos um dos princípios norteadores do urbanismo desde seu nascimento enquanto disciplina. E está presente na idealização dos habitantes que deveriam ocupar os espaços previamente determinados, tanto em Belo Horizonte quanto em Goiânia e em Brasília. O objetivo inicial de seus projetos (um espaço do e para o poder), nesse sentido é realizado, mesmo que por vezes, seja contraditoriamente apropriado pela sociedade, como no caso da *art déco* (Goiânia) e das cidades-satélites (Brasília).

Finalmente, esse mesmo conjunto documental legado pelas equipes, além de representar o horizonte de expectativa projetado pelos idealizadores – tendo ou não sido realizados, com todas as contradições que lhes são inerentes – também tiveram papel decisivo na tarefa de mobilização do tempo empreendida pelas obras historiográficas produzidas naquele período. Os indícios, como tentei demonstrar, estão contidos, por exemplo, na proposta de fusão entre o passado e o presente, realizada por Lucio Costa através do culto à figura de José Bonifácio de Andrada: "... José Bonifácio, em 1823, propõe a transferência da Capital para Goiás e sugere o nome de Brasília" (Coleção Brasília, T. 4, 1960: 213). Ao evocar o patriarca da independência como ícone de sua proposta Lucio Costa procura trazer para o presente aquela autoridade do passado, neste caso sob a forma de um dos mais célebres defensores do estado brasileiro. Essa evocação não é feita por acaso, tem um destino certo: procura alinhar-se à conjuntura política da mudança da capital federal e do Plano de Metas do governo Kubitschek. O próprio presidente declararia anos depois essa sintonia de intenções com o projeto de Lucio Costa:

> Suas idéias coincidiam, exatamente, com o que eu sentia em relação ao problema. (...) Devendo constituir a base de irradiação de um sistema desbravador que iria trazer, para a civilização, um universo irrevelado, teria de ser, forçosamente, uma metrópole com características diferentes, que ignorasse a realidade contemporânea e se voltasse, com todos os seus elementos constitutivos, para o futuro (Kubitschek, 1975:63).

Essa sintonia estava explicita também na sentença de encerramento do memorial de Lucio Costa, "BRASÍLIA: Capital aérea e rodoviária, Cidade parque. Sonho arqui-secular do Patriarca" (Costa, 1957: 11). Nesta frase estão sintetizados os principais conceitos que indicam essa fusão de horizontes, disposta no texto daquele urbanista. Passado, presente e futuro estão dispostos dentro de um mesmo universo narrativo. À referência ao forte processo de industrialização por que passava o País (duas referências que estavam diretamente relacionadas ao presidente, a industria automobilística e o transporte aéreo que fascinava o presidente e garantiu não só as constantes visitas de Juscelino a Brasília, quando ainda despachava no Catete, como também permitiu o acompanhamento das obras da nova capital através da aquisição de um helicóptero) impõe-se a atualização de uma esperança coletiva (projetando o futuro presente através da conservação dos fundamentos de um projeto construído pela tradição romântica brasileira que remonta a Bonifácio).

Essa mesma articulação entre passado, presente e futuro encontra-se na concepção de Aarão Reis sobre Belo Horizonte. Ao excluir a cidade de Paraúna dos locais prioritários para a instalação da futura capital do estado, Aarão Reis aponta como fator decisivo o fato de que, apesar de ser o centro geográfico do Estado, este "não coincide ainda, e nem coincidirá tão cedo, com o centro que chamarei de gravidade, porque representa a convergência das forças vivas estadoais." (Reis, 1893: 75). Por centro de gravidade entendia Aarão Reis não uma relação de eqüidistância entre os limites geográficos estaduais, como deveria ser anotado por um técnico cuja neutralidade procurava ressaltar, mas a região política e economicamente dominante do estado. Daí sua escolha recair sobre Várzea do Marçal ou Curral D'El Rey (Oeste, Sul e zona da mata mineira). Optando o Congresso Mineiro pela segunda opção considerada por Aarão Reis, tratou o engenheiro de reunir dados e produzir a planta urbana da nova capital de Minas. E aqui revela-se outro aspecto importante: mesmo conhecedor das

características geográficas do sitio, o engenheiro ignorou propositalmente o relevo local, impondo ao mesmo seu sistema de duplo gradeamento. Essa atitude típica do racionalismo do século XIX, que compreende a natureza como um objeto a ser moldado pelo homem era típico de um momento específico da modernidade que primava pelo rigor e pela disciplina do traçado em oposição ao tipo de cidade orgânica da Idade Média e das cidades originadas da tradição colonial. Em oposição à antiga capital, Ouro Preto, de ruas tortas, traçado molenga, adaptado à geografia, sujeitando-se ao relevo acidentado de seu sítio, uma cidade que conscientemente enfrentava-o e procurava submetê-lo: Aarão Reis sinalizava, portanto, com uma ruptura com o passado colonial e imperial, sinônimo do autoritarismo monárquico recém-destituído, desordenado, irregular e, portanto, predatório da ordem e da moral pública. Ilustrando neste caso, a fundação de um novo tempo através da malha urbana. A nomenclatura das ruas e o posicionamento das edificações e das principais funções da cidade realçam a idéia de ordem e hierarquia do projeto de Aarão Reis. Segundo Magalhães & Andrade (1989), às vias estabeleceu-se uma nomenclatura baseada em idéias caras ao ideário positivista, datas, fatos históricos, vultos de determinado tipo da história nacional (excluindo-se qualquer referência ao poder imperial, pensado como tirânico), datas, fatos históricos, vultos, rios, tribos indígenas, capitais e estados brasileiros, todos hierarquizados segundo uma ordem decrescente de importância para a nacionalidade e para a história do estado. A toponímia da malha urbana é a expressão da nova república laica (não há qualquer referência a personalidades ou fatos de cunho religioso) e ordenada:

> as praças, espaços privilegiados realmente pela convergência das avenidas, o são também, de forma simbólica, por receberem os nomes de Liberdade, Justiça, Progresso, Federação, Tiradentes, Benjamim Constant, Marechal Deodoro, José Bonifácio e das datas que comemoram a República, a Independência, a Constituição Mineira, a Lei de Organização dos Municípios. (Magalhães & Andrade, 1989: 126)

Essa tentativa de antenação com a modernidade via referências urbanísticas de Washington parte de outros fundamentos no projeto de Goiânia. Plano e relatório constituem uma explícita filiação técnica com o projeto de L'Enfant. Ao seguir os preceitos do "City Beautiful", adotado no plano de conservação de Washington, Atílio Corrêa Lima procurava dar uma atenção maior

às áreas verdes, a proteção dos leitos formando parks-ways integrados ao sistema e criando determinando uma área de expansão “obrigada” para a nova capital (Ribeiro, 2004). Tentativa simbólica de reordenação da geografia política regional, as justificativas para a construção da nova capital goiana obedeciam ao critério comum de todo evento que identifica-se com momentos de ruptura e transformação de uma realidade há pouco passada, tal como pretendeu ser a própria revolução de 1930: valorizar o presente imediato e o futuro em detrimento do passado – sempre identificado como tempo de corrupção, vícios, atraso e decadência moral e econômica. Goiânia seria a junção do Brasil litorâneo com o Brasil rústico e ainda por desbravar. Ali descobriria-se a verdadeira brasilidade anunciada por Vargas. Seria “uma grande idéia na vida nacional”, um símbolo. Chamando a atenção de todos os brasileiros para as potencialidades do interior do País, do valor e “energia moral do sertanejo”, e “a meio caminho andado, quer para ao extremo oeste, quer para o extremo leste, Goiânia [seria] de fato senhora, no porvir, de um dos mais belos destinos das cidades brasileiras” (Revista Oeste, 05.06.1942).

Seria necessário aprofundar o debate sobre outras formas de articulação da experiência do tempo que compõem a conjunto de fontes que nos foram legadas – literatura, pintura, fotografia etc – e que foram aqui tratadas apenas de forma tangencial, para aproximarmo-nos de maneira mais segura do campo de experiência formado no interior do processo de planejamento e construção daquelas novas capitais. Acredito entretanto, que os elementos examinados neste trabalho, indicam ao menos em parte, uma explícita estratégia retórica contida no interior do conjunto documental legado pelos construtores de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. Além disso, quando reunida às representações históricas criadas no período de construção das novas capitais, essas estratégias ajudaram a transmitir e cristalizar os argumentos, os horizontes de expectativa e portanto as imagens por eles criadas para as gerações futuras, como se fossem os únicos possíveis e realizáveis.

INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E FONTES CONSULTADAS

1. Arquivos e Bibliotecas pesquisadas

Arquivo Carlos Lacerda/Biblioteca Central da Universidade de Brasília - DF
Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás – Goiânia, GO
Arquivo Histórico do Estado de Goiás – Goiânia, GO
Arquivo Histórico/ Biblioteca da Sociedade Goiana de Cultura – Goiânia, GO
Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – MG
Arquivo Público do Distrito Federal – Brasília
Biblioteca Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - DF
Hemeroteca Publica do Estado - MG
Museu da Imagem e do Som – Goiânia, GO
Museu Histórico Abílio Barreto – MG

2. Periódicos:

Correio Official – Cidade de Goiás/ Goiânia, 1900 – 1937.
Jornal A Colligação – Cidade de Goiás, 1935 - 1936
Jornal A Folha – Barbacena, 1893
Jornal Bello Horizonte – Bello Horizonte, 1895 – 1896.
Jornal de Goiânia – Goiânia, 1937.
Jornal de Luziânia – Luziânia, 1957.
Jornal Goiânia – Goiânia (edições avulsas) 11.06.1936 – 06.06.1937
Jornal O Contemporâneo – Sabará, 1890 – 1895
Jornal O Minas Gerais, 1894
Jornal O Popular – Goiânia, 1940 – 1960
Revista Oeste – Goiânia, 1942.

3. Historiografia/Literatura:

COSTA, C.. *Goiânia: a metrópole do oeste*, Goiânia: Prefeitura municipal de Goiânia, 1985.

DIAS, Padre Francisco Martins. *Traços Históricos e Descriptivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.

FOSCOLO, Avelino. *A capital*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979.

IBGE, 1942.

KUBITSCHECK, J. *Porque construí Brasília*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1975.

MAGALHÃES, C. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

SILVEIRA, P. *A nova capital. Por que, para onde e como mudar a capital federal*. Goiânia: Pongetti, 1957.

LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LE CORBUSIER. *A carta de Atenas*. São Paulo: Huicitec, EDUSP, 1993.

LE CORBUSIER. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

COLEÇÃO BRASÍLIA, Serviço de documentação da presidência da república, Brasília, Tomos I – XVI, 1960.

BARRETO, A. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva (história antiga)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

4. Documentos oficiais e avulsos

4.1 Relatórios, Ofícios, Decretos, Circulares, Listas

ALBUM contendo vistas do Arraial e reproduções de plantas e projetos arquitetônicos da Nova Capital, elaborado pela Commissão Constructora. Sd.

ATA da sessão de instalação dos trabalhos da comissão incumbida da escolha do local para a nova capital do Estado – 1933.

BRASÍLIA – Plano Piloto, de Henrique Mindlin e Giancarlo Palanti, 1957.

BRASÍLIA – Plano Piloto, proposto por Rino Levi e associados, 1957.
CARTA do engenheiro-chefe Aarão Reis ao dr. Fernando Ozório solicitando envio de informações sobre cidades argentinas plenejadas para embasar estudos do projeto da Nova Capital, 22.10.1894.
CARTA dos irmãos Verlangieri ao engenheiro-chefe reclamando arbitrariedades cometidas pela Comissão e informando que aguardam resposta do Governo Federal através do Cônsul italiano, 23.09.1894.
CIRCULAR n° 683, de 07.06.1895.
CIRCULAR reservada n° 11 – 26.03.1894.
CONTRATO firmado com o fotografo Erhard Brand para a organização do Álbum fotográfico de vistas de Belo Horizonte e obras, em 29.04.1895.
COSTA, L. Relatório do Plano Piloto de Brasília, proposto por Lucio Costa, 1957.
DECRETO 341 do Interventor Federal neste estado, de 06.12.1930.
DECRETO N° 2737 de 20.12.1932.
DECRETO-LEI, 30 de Julho de 1938.
DÉJEUNER – Menu, Belo Horizonte, 12.12.1897.
ESTADO de Minas Geraes, Commissão constructora da Nova Capital, Propriedades adquiridas em Belo Horizonte n° 1, 2, 3 e 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14, 20 - 22, 165 - 167, 89 - 91, 235, 310, 310(a), 226 – 232, 242, 24 – 28, 30 – 32, 46 – 52, 62 – 65, 106 – 107, 111 – 114, 119 – 120, 175 – 186, 190 – 192, 206 – 207.
GABINETE do Secretário da Agricultura e Obras Públicas informando sobre os critérios a serem aplicados nas desapropriações, 08.07.1894.
INSTRUÇÕES para a locação preliminar da planta geral da nova capital. 10.12.1894.
INSTRUÇÕES pelas quais se deve guiar a Commissão incumbida do Estudo das cinco localidades indicadas para a futura capital do Estado de Minas Geraes, aprovadas pelo Governo por despacho de 9 de Dezembro de 1892.
LISTA de lotes urbanos e suburbanos sorteados aos proprietários de casas em Ouro Preto, 27.08.1895.
LISTAGEM contendo nomes de praças, ruas e avenidas urbanas e suburbanas de Belo Horizonte. Sd.

LIVRO de registro dos termos de concorrência da venda de lotes na Nova Capital de Minas, 25.07.1895.
OFÍCIO n° 305, de 16.04.1894
OFÍCIO n° 476 de 17.04.1895
OFÍCIO n° 478 de 17.04.1895.
OFÍCIO n° 484 de 17.04.1895.
OFÍCIO n° 490 de 17.04.1895
OFÍCIO n° 493 de 19.04.1895.
OFÍCIO enviado a Aarão Reis pelo Governador Bias Fortes, Ouro Preto, 18.09.1894.
ORDEM de serviço n° 71, de 01.03.1895
ORDEM de serviço n° 78, de 28.05.1895
PETIÇÃO de 05.11.1897.
PETIÇÃO de moradores da rua do Comércio de instalação de chafariz, 10.07.1896.
PLANO Piloto da Nova Capital Federal, de Carlos Cascaldi, João Vilanova Artiagas e associados, 1957.
PLANO Piloto da Nova Capital, de Pedro Paulo de Melo Saraiva e Julio José Franco Neves, 1957.
PLANO Piloto da Nova Capital, proposta por Boruch Milman, João Henrique Rocha e Ney Fontes Gonçalves, 1957.
REGULAMENTO para a Comissão Constructora da Nova Capital, 1895.
RELAÇÃO de lotes vendidos em concorrência de 10.08.1895 e que podem ser entregues inmediatamente. 11.09.1895.
RELAÇÃO dos lotes urbanos adquiridos por permuta pelos ex-proprietários de Belo Horizonte. Sd.
RELATÓRIO ao chefe do governo provisório apresentado pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, 1933.
RELATORIO apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Affonso Penna (Presidente do estado) pelo engenheiro civil Aarão Reis. Commissão d´estudos das localidades indicadas pra a nova capital. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Janeiro a maio de 1893.,

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. snr. Presidente da República pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal. – 1939.
RELATÓRIO do movimento da 1° sessão da 4° divisão referente ao mês de maio – 06.06.1894.
RELATÓRIO dos meses de março a 30 de junho de 1894 da Sexta Divisão – 1894.
REQUERIMENTO de 03.01.1895
REQUERIMENTO de 10.09.1894
REQUERIMENTO de 30.09.1897.
REVISTA GERAL DOS TRABALHOS, Vol. 1. Commissão Construtora da Nova Capital. 1895a.
REVISTA GERAL DOS TRABALHOS, Vol. 2. Commissão Construtora da Nova Capital. 1895b.
SOLICITAÇÃO de vinte e nove republicanos, pedindo a mudança do nome da Avenida Liberdade para Marechal Floriano Peixoto, 28.06.1897.
TERMO de sorteio dos lotes concedidos aos proprietários em Ouro Preto, 03.07.1895.

4.2 Plantas, Mapas, fotografias

Acervo iconográfico do Museu Histórico Abílio Barreto – Minas Gerais
Acervo iconográfico do Museu da Imagem e Som – Goiás
Acervo particular
Acervo de Antônio Carlos Carpintero

4.3 Sites da Internet

CAMARA de Diputados de La Plata. www.hcdiputados-ba.gov.ar . Acessado em 14.12.2005.
COMISSÃO Construtora da Nova Capital de Minas Gerais. www.comissãoconstrutora.pbh.gov.br. Acessado em 25.02.2008.

NATIONAL, Capital Planning Commission. www.ncpc.gov.ue. Acessado em 03.12.2005.

PROPOSTA de Plano Piloto de Cascaldi e Vilanova Artigas. www.vitruvius.com.br. Acessado em 18.03.2008.

WASHINGTON Government. www.dc.gov. Acessado em 14.12.2005

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Teses e Artigos Científicos

ALMEIDA, M. G. “Fé da modernidade e tradição na fé: a catedral da Boa Viagem e a Capital”. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1993.

ARRAIS, C. P. A. “Nova vila, velha capital”. In.: *X Encontro Nacional da ANPUR: encruzilhadas do planejamento – repensando teorias e práticas*. Belo Horizonte: ANPUR, 2003b.

ARRAIS, C. P. A. *Identidade e cidades de fronteira*. (Dissertação de mestrado). Goiânia: UFG, 2003a.

BARKI, J. “A invenção de Brasília: o ‘risco’ Lúcio Costa”, in.: *X Encontro Nacional da ANPUR: encruzilhadas do planejamento – repensando teorias e práticas*. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

BERBET JR. C. O. A história, a narrativa e a crise de paradigmas. (Tese de doutorado). Brasília: UnB, 2005.

CARPINTERO, A. C. C. *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil: 1956-1998*. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 1998.

CARR, D. Place and time: on the interplay of historical points of view. History and Teory. N.40 december 2001. 153-167.

DAVIS, B. “Monuments, memory and the future of the past in modern urban Germany”. In.: *Journal of urban history*. Vol. 30, n° 4. USA: Sarge Publications, 2004.

FERNANDES, M. J*. Percursos de memória: a trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira*. (Dissertação de mestrado) Uberlância, MG: UFU, 2003.

FREITAG, B. *Utopias urbanas*. Fortaleza: Anais do X Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2001.

GANTUS, M. J. “História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares”. In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 20, nº 50. Fevereiro, 2005.
GOMES, A. C. Política: história, ciência, cultura. In.: *Revista Estudos históricos*. Nº 17, vol. 1. São Paulo: FGV/CPDOC, 1996.
GOODWIN JR, J. W. *A princesa de minas: a construção de uma identidade pelas elites juizforanas (1850-1888).* (dissertação de mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1996.
HARTOG, F. “Temps et histoire: comment écrire l’histoire de France?”. In.: *Annales: histoire, sciences sociales*. N° 6. Paris, França: EHESS, 1995.
HORTA, SD.
LIMA, F. J. M. *Belo Horizonte: um passo de modernidade*. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 1994.
MAGALHÃES, L. R. *Brasília, a utopia do centro*. (Dissertação de mestrado). Goiânia: UFG, 2004.
MENEZES, U. B. *Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares*. In.: *Revista Brasileira de História*. Vol. 23, nº 45. São Paulo: ANPHU, 2003.
MOURÃO, F. A. A. “Brasília: o coroamento do milênio através de uma metamorfose iniciada em Vila Rica – paixão e estética na leitura do traçado das duas cartas urbanas”. In.: *Revista Urbanismo*, Lisboa, Portugal: Se. 2000.
OLIVEIRA, E. C. *Imagens e mudança cultural em Goiânia*. (Dissertação de Mestrato) Goiânia: UFG, 1999.
PASSOS, L. M. C. *A metrópole cinquentenária: fundamentos do saber arquitetônico e imaginário social da cidade de Belo Horizonte (1897-1947).* (Dissertação de mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1996.
POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. In.: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1989. 03-15.
PORTO, C. H. Q. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. (Dissertação de mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2002.
RICOEUR, P. “L’écriture de l’histoire et la représentation du passé” in.: *Annales, histoire, sciences sociales*. N° 04. Paris: EHESS, 2000.

RUSEN, J. “Narratividade e objetividade nas ciências históricas”. In: *Revista Textos de história*, Brasília: UnB, 1996.
SAMUEL, R. “Teatros de memória”. In.: *Projeto história*, n° 14. São Paulo: SE, 1997.
SEGRE, S. A weberian teory of time. *Time & society*, Vol 9 (2/3) 147-170 London. 2000.
SILVA, H. R. “Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. In.: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 2, n. 44, 2002. 425-438.
SILVA, P, F. *Cotidiano e polícia: a vida social e a intervenção policial durante a construção de Brasília (1956-1960)*. (Dissertação de Mestrado). Brasília: UnB, 1994.
SPIEGEL, G. M. Memory and historory: liturgical time and historical time. In.: History and Teory, n. 41. (maio 2002). 149-162.
SPURK, J. Simultaneity whitin non-simultaneity?: continuity, rupture, emergence – on the temporal dynamic of social formation. *Time & Society*, Vol 13. n. 1 2004. 41-49.
STONE, L. O ressurgimento da Narrativa: reflexões sobre uma nova e velha história, *Revista de História*, Campinas, 2/3, p. 13-37, 1991.
TABBONI, S. “The idea of social time in Nobert Elias”. In.: *Time & Society*. Vol 10 (1) 5-27. 2001
VIDAL, L. *Um projet de ville: Brasília et la formation du ‘Brésil moderne’ (1808-1960)* (these pour le doctorat). Paris, França: Universite de la Sorbonne Nouvelle Paris III, 1995.
WIEVIORKA, A. “1992: réflexions sur une commémoration”. In.: *Annales, économies, sociétés, civilisations*. N° 3. Paris, França: EHESS, 1993.
WIRTH, 1975.
ZAMMITO, J. “Koselleck’s philosophy of historical time(s) and practice of history. In.: *History & Teory*, n.43, February, 2004 p. 124-135.

2. Livros e Capítulos de Livros

AGOSTINHO, S. *Confissões*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ARGAN, G. C. *A história da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
BACZKO, B. “Imaginário social” In.: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da moeda, 1985.
BACZKO, B. “Utopia” In.: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da moeda, 1985.
BECK, U. GIDDENS, A. LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997.
BENÉVOLO, L. *Arquitetura contemporânea*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.
BENJAMIN, W. *Obras escolhidas,* vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.
BERGSON, H. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
BERMAN, M. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
BERNARDES, G. Considerações sobre o plano de Goiânia. in.: SILVA, L. S. D. (Org.). *Relações cidade – campo: Fronteiras*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.
BÍBLIA SAGRADA. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1996.
BICCA, P. Brasília: mitos e realidades. In.: PAVIANI, A. (org.). Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985.
BICUDO, M. A. V. *Tempo, tempo vivido e história*. Bauru, SP: Edusc, 2003.
BLOCH, M. *Apologia da história*. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.
BOLTSHAUSER, J. *Noções de evolução urbana nas Américas (I, II).* SE, 1985.
BONNEWITZ, P. *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópoles, RJ: Vozes, 2003.
BOSI, A. “O tempo e os tempos”, in: NOVAES, A. *Tempo e história*. 1998.
BRASIL, *Patrimônio mundial*. Brasília: UNESCO, 2002.
BRAUDEL, F. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
BRAUDEL, F. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
BURKE, P. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.
BRUAND, Y. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
CALVINO, I. *As cidades invisíveis*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
CAMPOS, F. I.. *Coronelismo em Goiás*, Goiânia: Cegraf, 1983.

CAMPOS, F. I. Mudança da Capital: Uma Estratégia de Poder In.: FREITAS, L. C. B. *Saúde e doença em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Editora UFG, 1999.

CANDIDO, A. *Os parceiros do rio bonito*, São Paulo: Editora 34, 1997.

CARDOSO, V. L. *Às margens da história da república*. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1990.

CARR, D. *Time, narrative, and history*. Indiana, EUA: Indiana University Press, 1991

CARVALHO, J. M. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, J. M. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CHATELET, F. *História das idéias políticas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CHAUL, N. F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, Goiânia: editora UFG/ editora UCG, 1997.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*, Lisboa, Portugal: editorial Presença, 1981.

CORDEIRO, N. A. *Goiânia, evoluções do plano urbanístico*. Goiânia: SE, 1989.

COUTO, R. C. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. São Paulo – Rio de Janeiro: Record, 2001.

CRESPO, R. A. G. (dir.) *Patrimonio arquitectonico de La Plata*. La Plata, Argentina: Ediciones Arx, 1984.

DARTIEGUES, A. “Paul Ricoeur e a questão da identidade narrativa”. In: CÉSAR, C. M. *Paul Ricoeur – Ensaios*, 1998,

DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

DE CERTEAU, *A invenção do cotidiano*. Petrópoles, RJ: Vozes, 1994.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Alva-CIORD, 1997.

DIEHL, A. A cultura historiográfica brasileira I. Passo Fundo, RS: EDUPS, 1998.

DOMINGUES, I. *O fio e a trama*. São Paulo: Iluminuras, 1996.

DOSSE, F. *O império dos sentidos*. São Paulo: EDUSC, 2003.
DRAY, W. *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969.
DRAY, W. *Laws and explications in history*. 1957.
DUBY, G. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade 980 – 1420*. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1993.
EL-DAHDAH, F. *Lucio Costa: Brasilia superquadra*. Harvard Design School/Prestel, 2005.
ELIADE, M. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
FARRET, . In.: PAVIANI, A. *Brasília: ideologia e realidade, espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto,1985.
FAUSTO, B. "A revolução de 1930", in.: MOTA, C. G. *Brasil em perspectiva*, 1977.
FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1997.
FINLEY, M. I. *Uso e abusos da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
FREITAS, L. C. B. *Saúde e doença em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Editora UFG, 1999.
FRIEDRICH, Carl. *Tradição e autoridade em ciência política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
GADAMER, H. G. "O problema hermenêutico e a ética de Aristóteles" in.: *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
GADAMER, H. G. *Verdade e método*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
GALANTAY, E. Y. *Nuevas ciudades de la antiguedad a nuestros dias*. Barcelona, Espanha: Editorial Gustavo Gili, 1977.
GARDINER, P. *La naturaleza de la explicación histórica*. México, D.F.: Universidad Nacional autónoma de México, 1961
GARDINER, P. *Teorias da história*. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
GIEDION, S. *Spazio, tempo ed architettura: lo sviluppo di una nuova tradizione*. Milano, Itália: Ulrico Hoepli Editore, 1954.

GONÇALVES, A. R. *Goiânia: uma modernidade possível*. Brasilia: Ministerio da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.
GUMBRECHT, H. U. *As funções da retórica parlamentar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
HABERMAS, J. *Discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
HARTOG, F. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte – MG: Editora da UFMG, 1999.
HARTOG, F. *Regimes d'historicité: presentisme et expérience du temps*. Paris, França: Seuil, 2003.
HARTOG, F. REVEL, J. (Org.) *Les usages politiques du passé*. Paris, França: Éditions EHESS, 2001.
HENSSEN, J. *Teoria do Conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
HOBSBAWN, E. *A era das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
HOBSBAWN, E. RANGER, T. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
HOLOANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
HOLSTON, J. *A cidade modernista: uma crítica a Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
HUNT, L. *Politics, Culture and Class in the Revolution French*. California, EUA: Califórnia University, 2004.
IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
JULIÃO, L. "Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)". In.: DUTRA, E. F. *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996.
JASMIM, M. G. FERES, JR J. *História dos Conceitos*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.
KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Ediouro, 1981.
KOHLSDORF, M. E. *Ensaio sobre o pensamento urbanístico*. Brasília: SE, 1996.
KOSELECK, R. *Los estratos del tiempo: estúdios sobre la historia*. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2001.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: para una semantica de los tiempos presentes*. Barcelona, Espanha: Paidós, 1993.
KOSELLECK, R. *Historia/historia*. Madrid, Espanha: Editorial Trotta, 2004.
LAFER, C. *JK e o programa de metas: processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
LAMOUNIER, Bolívar. A formação de um pensamento político autoritário na primeira república, uma interpretação. in.: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira* vol. IX. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.
LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
LA CAPRA, D. *History & Criticism*. Ithaca, London: Cornell University Press, 1985.
LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1996.
LEGATES, R. T. & STOUT, F. (Ed.). *The city reader.* New York: Routledge, 2003.
LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2 ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp; Papirus, 1986.
LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
LOWENTHAL, *The past is foreign country*. Cambridge University press, 1997.
MACHADO, M. C. T. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*, Goiânia: Cegraf/Ufg, 1990.
MAGALHÃES, B. A.; ANDRADE, R. F. *Belo Horizonte: um espaço para a república*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.
MANSO, C. F. A. (Org.). *Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico* – dossiê de tombamento. Goiânia: Seplan, 2004.
MARTINS, J. S. *O poder do atraso*, São Paulo: Huicitec, 1999.
MORA, J. F. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
MASSÜE, A. *Eclectismo y art Nouveau em el Rio de la Plata*. La Plata, Argentina: SD.
MOSER, E. *Teoria do Conhecimento, uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
MAYER, A. *A força da tradição: a persistência do antigo regime.* São Paulo: Paz e Terra. 1990.
MOTTA, M. S. *Rio de Janeiro: da cidade-capital a estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MUMFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
NEWTON, I. *Princípios matemáticos da filosofia natural*. (Coleção os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
NORA, P. Entre mémoire et histoire: la problématique dês lieux. In.: *Lieux de mémoire*. Paris, France: Gallimard, 1984.
PALACIN, L. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*, Goiânia: editora UFG, 1986.
PALACIN, L. *Coronelismo no extremo norte de Goiás*. Goiânia: Cegraf, 1991.
PALTI, E. *El giro linguístico y la história intelectual*. Buenos Aires:Universidad Nacional de Quilmes. 1998.
PATRIMÔNIO Cultural de La Plata. La Plata: Se, Sd.
PATETTA, L. “Considerações sobre o Ecletismo na Europa”. In.: FABRIS, A. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1987.
PEREIRA, M. A. *Arquitetura, texto e contexto: o discurso de Oscar Niemeyer*. Brasília: Editora UnB, 1997.
PESSANHA, “Teoria da argumentação ou a nova retórica”. In: CARVALHO, M. C. M. *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas, SP: Papirus, 1989.
POMIAN, K. *L’Ordre du temps*. Paris, França: Galimard, 1984.
POULOT, D. “Museu, nação, acervo”. In.: BITTANCOURT, J. M. BENCHETRIT, S. F. BOTTEL, V. L. *História representada: o dilema dos museus*, SE, 2004.
RAMA, A. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
REDFIELD, R. The folk society. In: SENNETT, R. *Classic essay on the culture of cities*. New Jersey, EUA: Englewood Clifs, 1969.
REIS FILHO, N. G. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
REIS, J. C. *Tempo, história e evasão*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
REIS, J. C. *História & Teoria*. São Paulo: FGV, 2003.
REIS, J. C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. São Paulo: FGV, 2002.
REMOND, R. *Por uma nova história política*. São Paulo: FGV, 2003.
RESENDE, M. E. L. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1982.
RIBEIRO, M. E. J. *Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia: UCG, 2004.

RICOEUR, *La memória, la historia, el olvido*. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Economica, 2004.
RICOEUR, P. *Memóire, histoire, L'oubli*. Paris, França: Seuil, 2000.
RICOEUR, P. *O si mesmo como um outro. Campinas*, SP: Papirus, 1997.
RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa* (Tomo I). Campinas, SP: Papirus, 1994.
RODRIGUES, M. "Patrimônio, idéia que nem sempre é pratica". In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL. *A construção da cidade*. Brasília: DPHADF, 1998.
RONCAYOLO, M. "Cidade", in.: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 8. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.
ROSSI, A. *A arquitectura da cidade*. Lisboa, Portugal: Edições Cosmo, 1977.
ROUANET, S. P. *As razões do iluminismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
RÜSEN, J. *Razão histórica: teoria da história – fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
RUSEN, J. *História viva: Teoria da História II – formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora UnB, 2007a.
RUSEN, J. *Teoria da história III – formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: UnB, 2007b.
SALGUEIRO, H. A. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.
SALGUEIRO, E. A. *Cidades-Capitais do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2001.
SCHAFF. A. *História e verdade*. Lisboa, Portugal: Estampa, 1974.
SCHWARTZ, S, LOCKHART, J. *A américa Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
SKINNER, Q. *Fundações do pensamento político moderno.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
SENNET, R. *Carne e pedra*. São Paulo: Record, 1997.
SHUYLER, K. *The new urban landscape: the redefinicion of city form in nineteenth-centrury américa*. SE, 1993.
SILVA, L. S. D. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Editora UFG, 1997.

SIMMEL. G. “A metrópole e a vida mental” in.: VELHO, O. G. *O fenômeno urbano*, São Paulo: Jorge Zahar, 1967.
SOUSA, N. H. B. *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópoles, RJ: Vozes, 1983.
SOUZA, C. V. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Cegraf, 1997.
STANFORD, A company of history. New Iork, EUA: SE, SD.
THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
UNES, W. *Identidade art déco de Goiânia*. Goiânia: Editora UFG, 2001.
VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1979.
VIOTTI DA COSTA, E. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979.
VISCARDI, C. M. R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da ‘política do café com leite’*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
WHITE, H. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.
WHITE, H. *Trópicos do Discurso.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
WHITROW, G. J. *O tempo na história: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
WILLIAMS, Raymond, *O campo e a cidade: na história e na literatura*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
ZAPATEL, J. A. Regarding the superquadra: an interview with Lucio Costa. In.: EL-DAHDAH, F. *Lucio Costa: Brasilia superquadra*. Harvard Design School/Prestel, 2005.

ANEXOS

1. Brasão e Bandeira de La Plata e Brasão de Belo Horizonte.

Fonte: Acervo particular.

Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

2. Carta de Esclarecimentos da NOVACAP.

Ao Sr. Dr. Ary Garcia Roza

DD. Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil.

O Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Companhia Urbanizadora responde às consultas formuladas até esta data, pelos concorrentes ao Plano Piloto da Nova Capital:

1 Ventos dominantes

Predominam os ventos leste.

2 Estrada de Ferro

Uma Estrada de Ferro deverá ligar Anápolis ou Vianópolis à Nova Capital.

3 Estrada de rodagem

Deverá ser projetada de Anápolis à Brasília.

4 Represa, Hotel, Palácio Residencial e Aeroporto

A represa (cujo nível corresponderá à cota 997), o hotel e o palácio residencial ficarão situados de acordo com a planta já fixada e à disposição dos concorrentes. O palácio do Governo, projetado aguardará fixação do Plano Piloto. Nessa planta se acha também localizado o aeroporto definitivo, já em construção.

5 Ministérios

Para os estudos do Plano Piloto permanece a atual organização ministerial acrescida de três ministérios. Só 30% dos funcionários serão transferidos.

6 Indústria e Agricultura

Deverá prever-se um desenvolvimento industrial limitado em vista do caráter político administrativo da Nova Capital.

7 Loteamento e tipo de propriedade

O assunto aguardará sugestões do Plano Piloto.

8 Densidade

Previsão para 500.000 habitantes, no máximo.

9 Construções em andamento

Estão sendo iniciadas as obras de um hotel e de um palácio Residencial para o Presidente da República. Além dessas obras, estão em construção, em caráter provisório, as instalações necessárias ao funcionamento da Companhia Urbanizadora e dos serviços que ali se iniciam.

10 Relatório

Foi enviada cópia do relatório ao Instituto de Arquitetos do Brasil e à Faculdade de Arquitetura de São Paulo.

11 Apresentação dos trabalhos

Os concorrentes terão plena liberdade na apresentação de seus projetos, inclusive no uso de cores, etc.

12 Escala

A escala para o Plano Piloto permanecerá de 1:25.000, entretanto, será permitido aos concorrentes apresentar detalhes do referido plano na escala que desejarem.

13 Colaboradores

O arquiteto inscrito no concurso para o Plano Piloto de Brasília terá plena liberdade na escolha de seus colaboradores, que poderão assinar as plantas apresentadas.

14 Defesa oral

Na defesa oral, os arquitetos poderão ter a assistência de seus colaboradores.

Oscar Niemeyer, Diretor Dep. U.A.

Fonte: Revista Módulo, nº 08, p. 11-12

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo